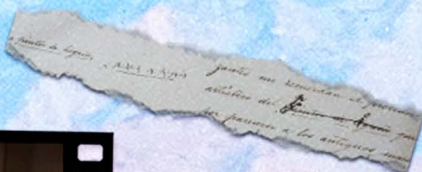


Língua, História e Política na Gramática Castellana (1847), de Andrés Bello:

Uma leitura semântico-enunciativa



Kelly Cristini Granzotto Werner



Pedro & João
editores

**Língua, História e Política na
Gramática Castellana (1847),
de Andrés Bello: uma leitura
semântico-enunciativa**



Pedro & João
editores

Kelly Cristini Granzotto Werner

**Língua, História e Política na
Gramática Castellana (1847),
de Andrés Bello: uma leitura
semântico-enunciativa**



Pedro & João
editores

Copyright © Kelly Cristini Granzotto Werner

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

Kelly Cristini Granzotto Werner

Língua, História e Política na *Gramática Castellana* (1847), de Andrés Bello: uma leitura semântico-enunciativa. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 407p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0394-2 [Impresso]
978-65-265-0395-9 [Digital]**

1. Língua Espanhola. 2. História. 3. Política. 4. Leitura semântico-enunciativa.
I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

À minha filha Luísa, aos meus pais Terezinha Osmari e Alduíno Granzotto (*in memoriam*), a meu esposo Valmir Werner, com todo meu amor, e a todos aqueles que, como eu, acreditam no poder transformador da educação na vida das pessoas e das sociedades, que lutam e que resistem.

Todas las verdades se tocan. (BELLO, 1843).

*Uno de los estudios que más interesan al hombre es el del idioma que se habla en su país natal. Su cultivo y perfección constituyen la base de todos los adelantamientos intelectuales. Se forman las cabezas por las lenguas, dice el autor del **Emilio** [Rousseau], y los pensamientos se tiñen del color de los idiomas. (BELLO, 1823, p. 51).*

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| PREFÁCIO | 11 |
| INTRODUÇÃO | 13 |
| PARTE I – HISTÓRIA E POLÍTICA DO SÉCULO XIX, NA AMÉRICA LATINA | 25 |
| CAPÍTULO 1 O SÉCULO XIX: CONJUNTURA SÓCIO-HISTÓRICA, POLÍTICA E CIENTÍFICA DE PRODUÇÃO DA GRAMÁTICA DE ANDRÉS BELLO | 31 |
| 1.1 A conjuntura histórica e política europeia e latino-americana nos séculos XVIII e XIX | 32 |
| 1.2 O pensamento científico na transição do século XVIII ao XIX | 41 |
| 1.3 Fatos históricos e políticos no Chile do século XIX | 56 |
| 1.4 Ideias linguísticas no Chile do século XIX | 66 |
| CAPÍTULO 2 ANDRÉS BELLO: VIDA E LEGADO | 95 |
| 2.1 O sujeito de dois mundos | 95 |
| 2.2 A produção de um saber metalinguístico | 114 |
| 2.3 O horizonte de retrospectiva da <i>Gramática</i> (1847) | 131 |
| 2.4 A recepção da <i>Gramática</i> (1847) na América Latina | 151 |
| PARTE II – ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA NOÇÃO DE LÍNGUA NA GRAMÁTICA (1847), DE ANDRÉS BELLO | 169 |
| CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO DA GRAMÁTICA (1847) | 179 |
| 3.1 As edições: processo de elaboração | 179 |
| 3.2 A estrutura: texto e paratextos | 192 |
| 3.2.1 O título: o nome da gramática | 192 |
| 3.2.2 O prólogo: o discurso de apresentação gramatical | 196 |

| | |
|---|------------|
| 3.2.3 As notas: as enunciações paralelas | 202 |
| 3.2.4 Os exemplos: a representação da língua | 204 |
| 3.3 As fontes: saberes em relação | 211 |
| CAPÍTULO 4 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS | 223 |
| 4.1 O tratamento do <i>corpus</i> e perspectivas de análise | 223 |
| 4.2 A Semântica do Acontecimento como suporte teórico e analítico | 228 |
| 4.2.1 A designação como categoria analítica | 248 |
| 4.2.2 A reescrituração como procedimento analítico | 250 |
| CAPÍTULO 5 A NOÇÃO DE LÍNGUA EM ANÁLISE NA GRAMÁTICA (1847) | 253 |
| 5.1 Designação do nome da língua e seus sentidos | 254 |
| 5.2 Reescrituras de <i>lengua castellana</i> e seus sentidos | 274 |
| 5.2.1 Reescriturações da designação do nome da língua pelo gesto político 1 | 274 |
| 5.2.2 Reescriturações da designação do nome da língua pelo gesto político 2 | 298 |
| 5.3 O funcionamento do político nas reescriturações | 320 |
| CONCLUSÃO | 333 |
| REFERÊNCIAS | 351 |
| APÊNDICE | 379 |
| APÊNDICE A – Entrevista a Iván Jaksic | 379 |
| APÊNDICE B – Notas de rodapé na <i>Gramática</i> (1847) | 388 |
| APÊNDICE C – Gesto político 1 | 394 |
| APÊNDICE D – Gesto político 2 | 398 |
| APÊNDICE E – Síntese analítica 1 | 402 |
| APÊNDICE F – Síntese analítica 2 | 404 |
| SOBRE A AUTORA | 407 |

PREFÁCIO

A tese “A noção de língua na *Gramática castellana* (1847), de Andrés Bello: conjuntura histórica e política” da qual nasce este livro, apresenta-se como um trabalho acadêmico inovador no campo da História das Ideias Linguísticas bem como é arrojado na mobilização dos procedimentos metodológicos e analíticos no campo da Semântica Histórica da Enunciação, especialmente, ao manejar de modo cuidadoso e detalhado os dispositivos analíticos propostos por Eduardo Guimarães no que ele nomeia como Semântica do Acontecimento. Desta forma, o trabalho também se configura em uma contribuição significativa não só para o campo dos estudos linguísticos no Brasil como também para os estudos de pesquisadores que atuam na área da Linguística na América Latina.

A experiência da autora como professora de língua espanhola possibilitou que ela colocasse seu olhar apurado e crítico sobre a obra de Andrés Bello, inspirando-a a tomá-la como objeto de estudo. A escolha da *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847) trouxe, desde seu início, um desafio para a autora da tese no sentido de compreender qual ou quais noção/ões de língua se apresentava/m na obra de Andrés Bello. Como gramático de língua espanhola, a obra dele é pouco conhecida e divulgada no Brasil, mesmo no âmbito acadêmico dedicado aos estudos hispânicos.

Assim, a decisão de tomar a *Gramática Castellana* como objeto de pesquisa, permitiu que a tese apresentada pela autora colocasse em destaque, também, o gramático Andrés Bello, dando-lhe visibilidade assim como a esse instrumento linguístico entre tantos outros produzidos no contexto latino-americano. Soma-se a esta escolha da autora, o fato de que seu trabalho expande a perspectiva de abordar uma história da produção do conhecimento linguístico descolonizada.

Ao considerar a obra *Gramática Castellana* de Andrés Bello como um instrumento linguístico relevante para o conhecimento da língua, cotejando a relação língua e nação e a de norma e uso, a autora produz um gesto de interpretação que eleva a obra de Bello a um acontecimento enunciativo. Neste sentido, pode se afirmar que seu modo de interpretar é original.

Ademais, os modos de enunciar sobre a língua, na referida gramática, estão afetados pela conjuntura histórica e política de uma América Latina ainda em processo de construção de sua relação com o estado nacional. Bello inicia suas reflexões e, inclusive, publica partes da sua gramática em seções de jornais locais em um gesto político de assegurar que não se perdesse a referência dos bons usos da língua dos autores consagrados da língua espanhola, agora também, língua nacional das ex-colônias do império espanhol na América Latina. Sendo assim, levar em conta os exemplos de zelo com a norma da língua dos grandes autores da literatura, sem, entretanto, ignorar os usos das gentes. Neste entendimento, o seu conflito político linguístico é apresentado pela autora por meio das análises de enunciados-chaves de partes da obra, sobre os quais se dedica a demonstrar essa relação tão cara ao próprio Andrés Bello, que é a de língua e nação.

Prof^a Dr^a Eliana Rosa Sturza
Universidade Federal de Santa Maria

INTRODUÇÃO

Este livro é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLEtras) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A tese intitulada “A noção de língua na *Gramática castellana* (1847), de Andrés Bello: conjuntura histórica e política” foi orientada pela professora doutora Eliana Rosa Sturza e aprovada no ano de 2022. Ele trata da língua espanhola, de gramática e de autoria, mas também da história e da política no século XIX, na América Latina.

Através de uma análise semântico-enunciativa, abordo a noção de língua na *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, publicada pelo venezuelano Andrés Bello, em 1847, no Chile, em uma conjuntura sócio-histórica e política, caracterizada pela construção dos Estados nacionais latino-americanos, ou seja, no período pós-independência. Essa incursão permitiu conhecer as características dessa gramática, sua contribuição para a constituição do espanhol como língua nacional¹ no Chile, sua recepção e circulação na América Latina bem como compreender o lugar assumido por seu autor na história das ideias linguísticas e gramaticais da língua espanhola.

Meus objetivos, ao escrever este livro, são, de uma forma geral, contribuir para o conhecimento do intelectual Andrés Bello, no Brasil, e, de uma forma específica, apresentar à comunidade de estudiosos das ideias linguísticas do autor minha proposta de leitura da sua gramática.

O tema é fruto de um interesse pessoal pelo vasto trabalho de Andrés Bello, despertado em 2002, ainda na Graduação, quando

¹ A noção de língua nacional é tomada aqui como “a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. (GUIMARÃES, 2003, p. 48).

conheci sua teoria verbal, que, para mim, tem uma base enunciativa. Suas ideias muito me lembraram algumas de Benveniste (1965), autor que já conhecia e que serviria de suporte teórico para meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação² e para minha dissertação de Mestrado³. Além disso, o exercício docente de dezessete anos como professora de espanhol no Brasil, ora no Ensino Superior ora no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), também motivou e responsabilizou a conhecer outras obras e autores, além do que a *Real Academia Española* (RAE), o Instituto Cervantes e editoras espanholas ofertam ao público brasileiro, para uma compreensão mais ampla da língua com a qual trabalho.

O momento de fazer um estudo sobre Andrés Bello chegou em 2017 e se concretizou em 2022, quando apresentei a tese. Sabia que havia abundantes trabalhos sobre o verbo e sobre a gramática do autor, mas tinha que ser algo sobre língua e sobre enunciação porque sempre estiveram e estão presentes no meu percurso de formação acadêmica e de atuação profissional. Então mergulhei em estudos para conhecer o que havia.

No cenário acadêmico brasileiro, há poucos trabalhos sobre Andrés Bello na área da Linguística. Faço referência à tese de Barros (1998), que tematiza a teoria verbal da *Gramática* (1847), além de alguns outros trabalhos decorrentes. Essa tese foi a única que encontrei especificamente sobre o autor e essa obra. Depois, há dois trabalhos orientados por Barros: dissertação e tese de Oliveira (2007, 2010). A primeira analisa dois tempos do sistema verbal espanhol, o pretérito perfeito simples e composto, a partir do uso em diversos países. Ao fazer isso, traz o modelo verbal de Bello, de Hans Reichenbach, de Alarcos Llorach e de Gutiérrez Araus, como parte da revisão bibliográfica sobre o sistema verbal. Na tese, a autora (2010, p. 11) investiga “a gramaticalização do pretérito

² TCC: “Uma visão benvenistiana da construção da subjetividade no discurso didático em língua espanhola”, UFSM, 2003.

³ Dissertação intitulada **As representações do sujeito professor no manual didático de espanhol sob uma perspectiva enunciativa** – um estudo de caso, UFSM, 2006.

perfeito composto (PPC) da língua espanhola”, recuperando o entendimento de Bello e de outros gramáticos sobre a referida forma verbal. Mais recentemente encontram-se os trabalhos desenvolvidos por Danna (2014, 2019), dissertação e tese, respectivamente, que abarcam pesquisas sobre determinado tema, relacionando autores, entre eles Bello, na área da Historiografia Linguística. Nenhum desses abordou a noção de língua na gramática em si mesma.

No cenário acadêmico internacional, a situação é diferente, pois existem muitos trabalhos sobre Andrés Bello, abordando diferentes aspectos da sua eclética obra. A abundância de investigações desafia qualquer pesquisador atual, mas, quando se adentra atenciosamente para o universo amplo de sua produção intelectual, vê-se que ainda há estudos por realizar, lacunas a serem preenchidas, a fim de compreender as ideias desse pensador do século XIX. Encontram-se muitas publicações entre artigos, teses, dissertações e livros, mas cito os desenvolvidos por Alonso (1951), Rosenblat (1951), Torres Quintero (1966), Velleman (1976, 2001), Wagner (1981), Trujillo (1988), Torrejón (1989), Moré (1999, 2004, 2017), Arnoux (1998, 1999, 2006, 2008, 2016), Jaksić (1999, 2001, 2019), Del Valle e Grabriel-Stheeman (2004), Lliteras (2000), Gómez Asencio (2009), Haßler (2009, 2012), Sánchez Méndez (2011), Jaksić, Lolas e Olivier (2013), Soto (2013), Cartagena (2014), Rojas (2015, 2019), Pérez (2016), Jaksić e Avilés (2017), Jaksić (2019), Trujillo (2019) e Trujillo *et al* (2022). Em nenhum desses estudos, há uma abordagem sobre a noção de língua presente na *Gramática* (1847), sob o marco teórico da Semântica do Acontecimento (SA), de Guimarães (2002, 2018). Portanto, pareceu-me oportuno realizar um trabalho que tratasse dessa lacuna (Qual é a noção de língua apresentada na obra (1847) de Andrés Bello?) ainda que passados cento e setenta e seis (176) anos da publicação dessa obra.

A motivação inicial foi afetada pela política linguística (CALVET, 2002, 2007)⁴ do governo brasileiro que revogou a Lei 11.161/2005, conhecida como Lei do Espanhol⁵, em 2017, devido à reforma do ensino médio, através da Medida Provisória (MP) nº 746/2016. Isso aconteceu no momento de elaboração do projeto, de modo que foi difícil não se desmotivar, não se questionar sobre a justificativa, o alcance e o retorno social que este trabalho acadêmico, de algum modo, poderia ter e oferecer. Assim, o trabalho se desenvolveu tendo como pano de fundo a trajetória da história do ensino de espanhol na Educação Básica brasileira, “marcada pela política do *tira e botá*”, de sua “presença/não presença” nos currículos. (LABELLA-SÁNCHEZ e BEVILACQUA, 2019, p. 253-254). Também sofreu com a crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19, que obrigou o isolamento social, o distanciamento físico, o fechamento de bibliotecas, comprometeu os encontros, a pesquisa *in loco*, entre outros elementos, que são importantes para um trabalho de pesquisa.

Além disso, é oportuno dizer que um estudo deste porte tem um percurso particular no tempo para além de um quadriênio e caminha das inquietações, a um modo de leitura, de enunciação, a um gesto de interpretação e conclusão entre outros possíveis até a divulgação de resultados. Nesse sentido, este livro é resultante da tese, que é: produto de um percurso pelo universo científico da Linguística, particularmente, dos estudos semânticos e enunciativos, com interlocução com a História das Ideias Linguísticas (HIL), e do ensino de línguas, combinados à docência; resultado da aproximação de duas línguas, de culturas e de falantes

⁴ O conceito de “política linguística” é compreendido conforme Calvet (2002, p. 133), que o define juntamente com sua aplicação prática: “Chamaremos política linguística um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e de planejamento linguístico, a implementação concreta de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato”.

⁵ Resultante da política de criação do Tratado do Mercosul, em 1991, assim é chamada porque tornou obrigatória a oferta da língua no ensino médio e facultativa no ensino fundamental, em todo país.

dessas línguas e culturas; fruto de uma política linguística da AUGM⁶, que, ao me possibilitar dois intercâmbios discentes (Graduação e Pós-graduação), impactou diretamente na minha pesquisa, pois permitiu, no primeiro, a motivação para o tema e, no segundo, a busca pelas leituras em textos originais, contatos com estudiosos do autor e pelas respostas do estudo. Espero que a tese e o livro contribuam para a compreensão da noção de língua que permeia a *Gramática* (1847), de Andrés Bello, para o conhecimento do autor, para difusão da sua obra no Brasil e que sirvam também para o desenvolvimento dos estudos semântico-enunciativos.

O leitor pode estar se perguntando: por que estudar essa gramática?

A formulação empírica inicial encontrou eco nas leituras dos trabalhos sobre Andrés Bello, que reconhecem a qualidade, a importância e o impacto da *Gramática* (1847) na sociedade da época. Entre esses trabalhos, existem alguns que justificam meu interesse inicial em tomar este tema, a língua, e esse livro como foco: obra mais importante do autor (JAKSIĆ, LOLAS e OLIVIER, 2013); a primeira produzida no pós-independência das colônias latino-americanas da Espanha, por um autor local (SÁNCHEZ MÉNDEZ, 2011); ter sido usada como um dos principais instrumentos de política linguística pelo Estado chileno, no momento de sua construção como nação, principalmente, e por outros países do continente (ARNOUX, 2006, MORÉ, 2004, 2017); a gramática que se estrutura na dicotomia norma e usos (variedades linguísticas do espanhol latino-americano), mostrando e problematizando, pela primeira vez em uma gramática do espanhol, uma noção de língua diferente das outras gramáticas, com as diferenças linguísticas dessa língua neste continente

⁶ Criada em 1991, a AUGM é uma associação de 40 universidades de seis países, Argentina (14), Bolívia (2), Brasil (15), Chile (4), Paraguai (4) e Uruguai (1), com sede em Montevideu. Suas ações se dão, principalmente, através dos vários e diferentes programas de cooperação que possui. No meu caso, fui contemplada com duas bolsas internacionais, sendo a primeira em 2002, na graduação (UDELAR), e a segunda em 2019, na pós-graduação (UCHILE).

(BARROS, 1998; SÁNCHEZ MÉNDEZ, 2011, MORÉ, 2017); a gramática que se liberta do modelo latino para organizar-se (ALONSO, 1951; CARTAGENA, 2014); e uma gramática construída pela voz de um representante da elite intelectual latino-americana, gesto que traz uma atualização na história de produção do conhecimento linguístico da gramática espanhola. (OLIVIER, 2010; FANJUL, 2011). Em síntese, uma obra de destaque que relaciona língua e nação, além de norma e usos, relações essas que ocorrem pela enunciação de um falante da elite intelectual chilena.

Considerando a complexidade em torno da compreensão da ideia de língua que perpassa a gramática de Andrés Bello que se mostrou nas leituras de trabalhos realizados sobre o tema, não encontrei nenhuma pesquisa que buscasse compreender a noção de língua pelo viés da Semântica Histórica da Enunciação (SHE).

Diante da incursão em trabalhos já realizados e da questão detectada, a **Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos** (1847) se fixou como o texto-base para o foco de interesse da pesquisa que era compreender a noção de língua da obra, pela designação⁷ do nome da língua na gramática, na sua relação com o que aporta de novo como objeto do conhecimento linguístico. A partir de então, a obra foi tratada de duas formas, como um “instrumento linguístico” (AUROUX, 2014, p. 65; p. 72) e como um “acontecimento enunciativo”⁸ (GUIMARÃES, 2002, p. 15), entendimentos que encontram base na HIL, praticada por Auroux (2014) e na SA, desenvolvida por Guimarães (2002, 2018), suportes teóricos que se justificam em função de se compreender a gramática desses dois modos e sua relação com a história.

Auroux (2014, p. 65) pensa o conceito de “instrumentos linguísticos” atrelado a outro conceito o de “gramatização”, a qual

⁷ Essa noção será abordada na subseção 4.2.1, mas adianto uma breve definição: “A designação é o sentido de uma expressão, constituído enunciativamente”. (GUIMARÃES, 2021, p. 6).

⁸ Na teoria de Guimarães (2002, 2018), essa noção sofre oscilação terminológica, aparecendo “acontecimento da/de enunciação”, “acontecimento enunciativo”, “acontecimento do dizer” e “acontecimento”, o que se mantém neste livro.

define como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Portanto, esses dois instrumentos linguísticos são concebidos como tecnologias que materializam algo abstrato que é a língua e, para que isso seja feito, apela-se para a metalinguagem, que não é produzida por qualquer falante. Os instrumentos dão acesso ao saber a/sobre a língua e possibilitam a construção do saber metalinguístico. Nesse sentido, Auroux (2014, p. 70) compara a gramática com o martelo, como uma ferramenta que prolonga o conhecimento, ainda que, nessa analogia, venha a reconhecer que ela é um “objeto técnico” mais complexo do que o martelo. A *Gramática* (1847), pensada dessa forma, contém um saber representado e adquire funções instrumentais na tomada diária da língua espanhola, pois contribui para a melhora da prática e da competência linguística de seus falantes.

Guimarães (2002, p. 16; 2018, p. 37) define acontecimento enunciativo como o que “faz a diferença na própria ordem”. A diferença que o faz ser algo específico seria o que chama de temporalidade de sentidos, ou seja, um passado, um presente e um futuro que ela instaura. É nesta medida que o teórico vai dizer que

o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é antes, um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável, recortado pelo próprio acontecimento que tem também um futuro como uma latência de futuro. O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturado pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nessa memória, portanto, não é estar no tempo (dimensão empírica). (GUIMARÃES, 2002, p. 14).

Nessa orientação, a gramática de Bello não foi analisada com um fato empírico que surge no ano de 1847, ou seja, não foi tratada como fato no tempo cronológico por si só. Compreendê-la como um acontecimento enunciativo significa ver que aporta uma novidade

no horizonte de retrospectão da HIL em língua espanhola, que só se dá pelo seu surgimento, isto é, algo ocorre quando essa obra é publicada. O novo se instala pelo acontecimento da *Gramática* (1847), na medida que ela traz à baila a questão norma e usos (variedades) da língua no continente americano, em um período em que não se tratava desse tema, além de estruturar-se sem seguir os modelos latino e o lógico-racionalista.

Ainda é necessário pontuar a questão do distanciamento – tempo e lugar de estrangeira – sobre o tema de estudo. Situo-me neste tempo e lugar, século XXI – Brasil, em condições sócio-históricas específicas, ancorada em teorias de período temporal diferente das daquele momento, mas é preciso, de alguma maneira, compreender a conjuntura da época, observar e interpretar o objeto analítico, sem assumir um olhar anacrônico. Nesse sentido, a realização de visitas a locais onde Bello viveu, trabalhou (*Universidad de Chile*) e publicou como foi feito, em 2019, em Santiago, através de um estágio de investigação, proporcionado pelo Programa de Mobilidade Escala Pós-graduação, da AUGM, assim como consultas ao *Archivo Central Andrés Bello*, visualização de manuscritos e originais em bibliotecas (*Biblioteca Nacional de Chile* e *Biblioteca de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la UCHILE*), contato com biógrafo (entrevista com Iván Jaksić, exposta no Apêndice A⁹) e estudiosos do autor, através de aulas no curso de pós-graduação em Linguística e de eventos (“*Seminario: Andrés Bello hoy*”) foram importantes, mas, mesmo assim, não me colocaram naquele tempo e espaço do acontecimento da obra, de modo que o leitor poderá avaliar as limitações e as suscitações que este livro trará.

O percurso foi longo, trabalhoso e prazeroso! E é, com muita alegria, que apresento este livro. Ele está dividido em duas grandes partes, compostas de cinco capítulos.

⁹ A inclusão da entrevista no Apêndice A se justifica porque ela foi um instrumento elaborado como uma das formas de entrada e compreensão do universo bellista.

A Parte I, Considerações sobre a história e a política do século XIX, na América Latina, tem dois capítulos. O Capítulo 1, “O século XIX: conjuntura sócio-histórica, política e científica de produção da gramática de Andrés Bello”, aborda a situação social e histórica do período em que Bello escreveu seus textos. Nesse sentido, traz um panorama sobre os fatos históricos e científicos ocorridos na Europa, na América Latina e no Chile, nos séculos XVIII e XIX, enfocando mais nas ideias políticas, filosóficas e linguísticas no Chile, do século XIX. Além disso, mostra que a gramática em foco bem como seu autor contêm um pensamento sobre a língua que integram o corpo de ideias linguísticas do século XIX e outras ainda que serão vistas no século XX, ocupando um lugar singular, o de protagonista.

O Capítulo 2, “Andrés Bello: vida e legado”, apresenta o autor, sua vida e sua produção metalinguística, situando-os na conjuntura da época. Ao fazer uma interlocução teórica com o domínio da HIL (AUROUX, 2014), também busca situar a *Gramática* (1847) no horizonte da produção de conhecimento gramatical em língua espanhola. Isso porque esse domínio permite ao pesquisador tomar como objeto de estudo obras, instituições e acontecimentos ou saberes da ciência linguística e projetar os fatos e os dados em um espaço estruturado em três dimensões. De acordo com Auroux (2014), tais dimensões são: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas. Nesse sentido, o século XIX é a cronologia, a América Latina (Chile) é a geografia e a noção de língua na gramática, de Andrés Bello, é o tema e o objeto de análise.

Em sendo a *Gramática* (1847) um “instrumento linguístico” (AUROUX, 2014), ela, por sua natureza, contém saberes metalinguísticos em que a realidade histórica é constitutiva. Isso requer observá-la em relação ao seu “horizonte de retrospectão e projeção do conhecimento linguístico” (AUROUX, 2014, p. 12), uma vez que não é um produto do conhecimento isolado dos demais de sua área. Essa perspectiva também requer que a história seja abordada de modo a explicitar a conjuntura sócio-histórica, política e intelectual como constitutiva da produção do “saber metalinguístico”. (AUROUX, 2014, p. 17).

A Parte II, Estudo semântico-enunciativo da noção de língua, contém três capítulos. O Capítulo 3, “Apresentação da *Gramática* (1847)” expõe, de forma panorâmica, essa obra, tenta compreender o conceito de gramática proposto por Andrés Bello e em que medida ela contribui para a constituição do espanhol como língua nacional, no Chile.

O Capítulo 4, “A constituição do *corpus*”, discorre sobre a fundamentação teórica e analítica, marcando sua inscrição no interior da ciência linguística, os estudos semântico-enunciativos, bem como os procedimentos metodológicos. A pesquisa se ancora em concepções e categorias da SHE, especificamente, na SA, desenvolvida, no Brasil, por Eduardo Guimarães (2002, 2018), fazendo interlocução com a Semântica da Enunciação (SE), proposta por Émile Benveniste (1970), e com a HIL, praticada por Sylvain Auroux (2014). Essa articulação permite compreender as relações entre língua e história, entre nação, falante e língua (enunciação) na *Gramática* (1847). O gesto interpretativo se desenvolve em dois movimentos analíticos, sendo que um deles recai sobre a categoria analítica adotada, a designação do nome da língua na obra em estudo, e sobre os procedimentos analíticos tomados, as reescrituras (modos de redizer algo) dessa designação.

O Capítulo 5, “A constituição e o funcionamento do político nas reescrituras da língua, na *Gramática* (1847)”, apresenta a discussão e a interpretação das análises feitas, que encaminham para a resposta da questão inicial. Considerando que a SA (2002, 2018) compreende o político como constitutivo da enunciação e do agenciamento do falante, tomo esse conceito como um modo de interpretação do sentido das reescrituras da língua, identificadas nos recortes.

Na Conclusão, faço uma síntese da proposta de leitura apresentada e aponto as contribuições que este estudo busca trazer para o campo teórico em que está inscrito, para a historiografia da língua e da gramática espanhola, para os estudos sobre Andrés Bello e sua obra e para o ensino dessa língua no Brasil. Também cito as limitações desta investigação e visualizações de pesquisas futuras.

Espero que este livro suscite no leitor reflexões sobre a língua espanhola e incentive-o a conhecer não só a **Gramática** (1847) de Andrés Bello, mas também suas ideias e contribuições presentes na sua vasta obra, com alcance em vários países, em diferentes áreas do conhecimento. Boa leitura!

PARTE I

HISTÓRIA E POLÍTICA DO SÉCULO XIX, NA AMÉRICA LATINA

Esta parte do livro se desenvolve em dois capítulos. O Capítulo 1 abordará algumas considerações históricas e políticas do século XIX, na América Latina, sobretudo, as que mostram a conjuntura em que Andrés Bello viveu e atuou como intelectual latino-americano, explicitando-a do geral ao específico. O Capítulo 2 apresentará Andrés Bello, sua história de vida, sua produção metalinguística, seu legado linguístico, situando-o na realidade da época; e o horizonte de retrospectiva da produção de conhecimento gramatical, especificamente, o da *Gramática* (1847), sua recepção e circulação na América Latina.

Antes de escrever sobre os acontecimentos do século XIX, importantes para este estudo, é necessário discorrer sobre a expressão “América Latina” e justificar seu uso. A história dessa nomeação e da construção da ideia que representa é marcada pela controvérsia. No curso da história, outras nomeações surgiram, mas ela predominou frente as demais, definindo a identidade continental, por ser mais ampla.

Segundo o filósofo uruguaio Arturo Ardao (1980), as terras “descobertas” pelo italiano Cristóvão Colombo, patrocinado pela Coroa Espanhola, em 1492, na sua chegada às Antilhas, receberam o nome de Índias e não de América, porque o navegador acreditava ter chegado a uma extensão das Índias. Batizou de “Índias” o lugar e de “índios” os seus habitantes. A nomeação “Índias”, consequência de um erro geográfico, foi detectada e substituída por “Novo Mundo¹⁰” em oposição a “Velho Mundo”, o europeu,

¹⁰ Conforme Viana e Santos (2010), acredita-se que a expressão “Novo mundo” tenha sido cunhada em latim, *novus orbis*, pelo padre italiano Pedro Mártir, em 1493.

nomeação atravessada pelo discurso religioso. Isso se deve muito a Américo Vespúcio quem, em 1503, realizou viagens às terras avistadas por Colombo e constatou que elas não existiam nos mapas europeus, passando a chamá-las de “Novo Mundo”. Mais tarde, em 1507, o geógrafo alemão Martín Waldseemüller, em sua *Introdução à cosmografia*, sugeriu o nome “América” para o lugar, como uma referência ao seu descobridor. “América” foi uma nomeação ampla para uma extensa faixa de terras, mas não somente isso, significou a proclamação de sua existência, sua inclusão nos mapas, a correção do equívoco geográfico.

O historiador chileno Miguel Rojas Mix (1991) explica que, no período pós-independência das colônias da Espanha, o nome “América” é substituído por “Hispanoamérica” no discurso dos líderes do movimento emancipatório e das elites. Com base no autor, Simón Bolívar (1783-1850), designado pelo epíteto de “*el Libertador*”, na sua fala, na Conferência do Panamá, de 1826, convocada com o intuito de promover uma integração continental, ainda usou a nomeação “América”, mas posteriormente predomina “Hispanoamérica”. Essa renomeação representa o despertar de uma consciência de identidade cultural do grupo das ex-colônias espanholas, frente à Espanha e aos Estados Unidos da América (EUA), que despontavam como potência continental. A unidade e a identidade, defendidas, por Bolívar estão representadas na ideia política de “*patria grande*”.

Essa ideia é um conceito político que remonta ao período da emancipação das colônias americanas da Espanha. A ideia faz parte de um projeto de integração latino-americana defendido por Simón Bolívar (1783-1830) e apoiadores. Na *Carta de Jamaica* (1815), o líder venezuelano (1815, p. 23) expõe esse ideal: “Yo deseo más que otro alguno ver formar en America la mas grande nacion del mundo, menos por su estencion y riquezas, que por su libertad y gloria.” Outros continuadores desse conceito foram o uruguaio José Gervasio Artigas (1764-1850) que faz uso da expressão “*patria grande*” e o cubano José Martí (1853-1895), que utiliza “*nuestra América*”, em um livro homônimo, publicado em 1891,

caracterizando-a por “*nuestra América mestiza*”. Na segunda metade do século XX, a designação se popularizou a partir da publicação do livro *La Patria Grande* (1922), do argentino Manuel Ugarte, desenvolvendo a ideia de uma nação latino-americana. Segundo Arnoux (2020), o ideal de integração sonhado por Bolívar não pode ser concretizado devido ao avanço do Capitalismo, que tem provocado a fragmentação dos Estados nacionais. Ainda para a autora, no Brasil, a ideia veio mais tarde, com Darcy Ribeiro, um defensor do conceito, como mostra seu ensaio *América Latina: a pátria grande*, de 1986. No princípio do século XXI, em outras circunstâncias e sentidos, a expressão “*patria grande*” voltou a ser utilizada nos discursos políticos dos líderes de governos (Hugo Chávez, Rafael Correa, Evo Morales, Luiz Inácio Lula da Silva, José Mujica, Néstor Kirchner, Cristina Fernández de Kirchner, Fidel Castro), que propunham uma política de integração regional, motivada pelo objetivo de frear a iniciativa dos EUA de impor uma área de livre comércio no continente americano. O tratado do Mercosul (1991) pode ser compreendido como uma ação consequente desse ideal.

Na realidade, diversos nomes surgiram na tentativa de identificar esse grupo de países, frente a tal necessidade, como, por exemplo, “*Magna Colombia*”, proposto pelo venezuelano Francisco de Miranda, porém “*Latinoamérica*”, América Latina, teve mais êxito, afirmou-se e segue usual até hoje.

Na interpretação do historiador norte-americano John Leddy Phelan (1972, 1979), os primeiros a usarem o nome “América Latina” foram os franceses, na década de 1860, como um produto do projeto expansionista de Napoleão III, destacando o papel de Michel Chevalier (1806-1879) no processo de elaboração do termo. A ideia de latinidade estava associada à de monarquia, e, conseqüentemente, à de conservadorismo e à de anti-republicanismo. “A latinidade é europeia, nasceu na Roma antiga, está estreitamente ligada à Igreja Católica, ao autoritarismo monárquico”. (BRUIT, 2000, p. 5). A América teria se latinizado a partir das forças da legislação romana, do catolicismo e da cultura

francesa, o que deve ser relativizado porque, no século XIX, ideias inglesas e alemãs também compuseram o pensamento e as obras de intelectuais. A argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) e o venezuelano Andrés Bello (1781-1865) poderiam ser considerados exemplos disso. Havia uma parte da América que era protestante (anglo-saxã) e outra, católica (francesa, portuguesa e hispânica), e é, nessa perspectiva, que se falava em América Latina.

Contrariando a tese de Phelan (1979), Ardao (1965, 1980) e Rojas Mix (1991) defenderam que o termo e o conceito “América Latina” já vinham sendo usados na década de 1850 pelos chilenos Francisco Bilbao e Santiago Arcos, pelo dominicano Francisco Muñoz del Monte e, sobretudo, pelo colombiano José María Torres Caicedo.

Quijada (1998), por sua vez, em consonância com os estudos de Ardao e Rojas Mix, também questionou a interpretação inicial, sustentando que o nome é uma invenção hispano-americana e que “América Latina” no es una denominación impuesta a los latinoamericanos en función de unos intereses que les eran ajenos, sino un nombre acuñado y adoptado conscientemente por ellos mismos y a partir de sus propias reivindicaciones” (1998, p. 602)¹¹. Os designados aceitaram o nome como legítimo e conveniente, como uma categoria representativa de uma coletividade. A autora também estranha que a nomenclatura fosse aceita por personagens como José Martí e Francisco Bilbao, defensores da integração racial e étnica, pois dizer América Latina significava excluir a população de origem não europeia, ou seja, os indígenas e os negros.

Na visão de Quijada (1998), o fato determinante para o surgimento do nome e de sua difusão foi o projeto expansionista

¹¹ Todas as traduções de citações em língua estrangeira são de minha responsabilidade e estarão em notas de rodapé, antecedidas pela palavra “tradução”.

Tradução: “América Latina” não é uma denominação imposta aos latino-americanos em função de alguns interesses que lhes eram alheios, mas sim um nome cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas próprias reivindicações.

dos EUA, nos campos territorial e racial, sentido na América Central. A Doutrina Monroe, de 1823, cujo lema era “América para os americanos”, em que se poderia ler “América para os norte-americanos” foi expressão disso. No entender de Anderson (1993, p. 99, grifos do autor), “Los criollos protestantes de habla inglesa, en el Norte, estaban mucho más favorablemente situados para la realización de la idea de “América”, y en efecto lograron apropiarse finalmente el gentilicio común de “americanos”¹².

De acordo com Ardao (1980), o colombiano Torres Caicedo (1865) alertou sobre essa expansão e sobre a necessidade de se criar um laço entre as repúblicas sul-americanas a fim de frear essa investida dos EUA, usando em seu discurso a expressão “*América Latina*” como uma sugestão de nomenclatura para o futuro bloco. Nesse sentido, o acréscimo da palavra “Latina” à nomeação “América” teria sido uma especificação feita no século XIX, passando a ser utilizada a partir dele para diferenciar duas culturas distintas, a saxônica e a latina, presentes naquela extensão territorial, representada pelos EUA e pelas nações ex-colônias espanholas. Segundo Quijada (1998), a adoção definitiva do nome foi o “ano mítico” de 1898, marcado pela Guerra entre Espanha e EUA, provocada pela intervenção desse país em Cuba, no contexto do processo de independência cubana. No entanto, não incluía o Brasil, ex-colônia portuguesa, de modo que América Latina era sinônimo de América Espanhola. Na época de Bello, ainda se usava “*Hispanoamérica*” ou “*América*”/“*americanos*”, o que explicaria porque nenhuma vez utilizou “*América Latina*” na sua obra.

O nome “América Latina” gerou algumas resistências também por parte dos espanhóis, que não o aceitavam por conta de uma questão política com a França. Preferiam utilizar “*Hispanoamérica*”, pois ressoava a ideia de dominação (*Iberoamérica*, Nações Ibéricas

¹² Tradução: Os crioulos protestantes de fala inglesa, no Norte, estavam muito mais favoravelmente situados para a realização da ideia de “América”, e efetivamente conseguiram apropriar-se finalmente do gentilício comum de “americanos”.

são denominações que também guardam esse sentido), e, ainda hoje, fazem esse uso. Já os habitantes das ex-colônias evitam autonomear-se dessa forma. Além desses nomes, há quem prefira “*Indoamérica*”. É o caso do pensador peruano Victor Raúl Haya de la Torre, em seu livro *¿A donde va Indoamérica?* (1928), que defendeu, com a nomeação, não apenas a inclusão dos indígenas, mas também reivindicou uma nova América, republicana, revolucionária. (BRUIT, 2000). Esse nome acabou por não se estabelecer.

A nomeação “América Latina” consolidou-se a partir da Segunda Guerra Mundial, em que se observa o alargamento da nomeação, pois inclui também o Brasil (América portuguesa). Sobre esse grupo, também recai a representação de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Também se vê relação das nomeações América do Norte e América do Sul com América Anglo-saxônica e América Latina.

Neste trabalho, adoto a expressão “América Latina” em função do meu lugar de enunciação, o Brasil. Se me inclinasse à “*Hispanoamérica*” estaria cortando relação com o Brasil e com países de matriz não hispânica, colocando-me no discurso do colonizador, além de estar mantendo o polo espanhol da Espanha e espanhol da América. Por outro lado, se utilizasse “americano”, não seria adequado, porque o referente imediato dessa palavra, para um brasileiro, é “norte-americano”, especificamente, o cidadão dos EUA. Isso tudo vai assegurando que a nomeação não é apenas um rótulo, isto é, uma questão de língua, mas também uma questão de agenciamento político-enunciativo, que relaciona a identidade desses falantes, sua cultura e sua história. Um nome tem história. Guimarães (2012, 2018) defendeu que os espaços de enunciação são políticos, e, por isso, conflituosos. Nomear ou repetir uma nomeação é enunciar desde um espaço de enunciação determinado política e historicamente. Enunciar “América Latina” neste texto é uma formulação “individual”, cujo sentido é histórico e social, é compartilhado, na medida que são expostos modos de ver essa realidade, no mundo.

CAPÍTULO 1

O SÉCULO XIX: CONJUNTURA SÓCIO-HISTÓRICA, POLÍTICA E CIENTÍFICA DE PRODUÇÃO DA GRAMÁTICA DE ANDRÉS BELLO

Em um estudo que faz uma interlocução com o domínio da HIL¹³, conhecer a conjuntura política em que um instrumento linguístico (a gramática) se constitui em uma produção do saber sobre a língua, nos possibilita compreender as condições sócio-históricas e científicas de produção desse saber (o gramatical). Como se desenvolveu? Qual sua relação com a nação? De que modo funcionou na consolidação de uma identidade nacional chilena (e, quem sabe, transnacional latino-americana)? Quem o produziu?

A reconstrução desse universo será orientada pela ideia de considerar a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, publicada em 1847, de Andrés Bello, como um instrumento linguístico e como um acontecimento enunciativo. Essa data determina o recorte temporal, como um ponto de inflexão, e orienta a compreender o pensamento científico e intelectual do século XIX, levando em conta que, na HIL, a data tem relevância secundária já que os acontecimentos são vistos como inscritos na história e constituídos por ela enquanto historicidade,

¹³ A História das Ideias Linguísticas (HIL) é considerada um domínio de estudos da linguagem. No final dos anos 70, ganham destaque nesse domínio trabalhos do pesquisador francês Sylvain Auroux. Em função disso, justifica-se a interlocução feita nesta tese. No Brasil, conforme Ferreira (2018), a expressão designa um novo domínio de conhecimento institucional, ao lado de outros, especialmente da Análise do Discurso (AD), hoje, ocorrendo em grupos de pesquisa espalhados ao longo do território, mas, inicialmente, começou com estudos colaborativos desenvolvidos, na UNICAMP, por Eni Orlandi, e depois por outros pesquisadores como Lenor Fávero, Eduardo Guimarães, José Orta Nunes, Bethania Mariani, Maria Onice Payer, Cláudia Castellanos Pfeiffer, etcétera.

ou seja, como memória que constitui os sentidos. Parafraseando Fávero e Molina (2004, p. 131), não se trata de fazer um inventário de fatos, dados e datas e de um saber de fatos, mas de fazer um estudo que estabeleça relações e analise representações. Cabe pontuar que o processo de escrita dessa obra começara antes e algumas de suas partes tinham sido divulgadas no jornal *El Araucano*¹⁴ (1832) e na obra *Análisis ideológica de la conjugación castellana* (1841).

1.1 A conjuntura histórica e política europeia e latino-americana nos séculos XVIII e XIX

Andrés Bello viveu a transição do século XVIII para o XIX, o que faz com que grande parte da sua formação intelectual fosse afetada pelos pensamentos desse período. Ele foi educado em uma cultura letrada ocidental, do período da Ilustração, da Enciclopédia, na Caracas-colônia, o que se refletiu no seu perfil intelectual e nas suas atuações. Em função disso, faz-se necessário primeiro voltar o olhar para o século XVIII antes de tratar do século XIX, desde uma perspectiva que considera a situação sócio-política, científica e linguística nesse período.

Segundo Vicentino (1993), no século XVIII, aflorou nova ordem socioeconômica, o capitalismo comercial, cujas bases eram o comércio e o capital. A consolidação das ideias em torno do desenvolvimento e do progresso reforçaram valores burgueses, como os pensamentos racionalista e individualista, que arruinariam o mundo católico e feudal existentes. A burguesia viu a força das suas ideias se mostrarem nos acontecimentos da segunda metade do século, como a Revolução Industrial (1780), a Revolução Francesa (1789), a Independência dos Estados Unidos

¹⁴ Jornal bissemanal que esteve em funcionamento em Santiago de Chile entre 1830 a 1877, sendo o mais importante da época. Foi uma criação do governo conservador e até 1850 teve a colaboração de Andrés Bello como editor e escritor de textos. Posteriormente, foi substituído pelo Diário Oficial chileno.

(1776). Para o autor (1993), esse período de transição da Idade Moderna para a Contemporânea foi destruindo os pilares do feudalismo e impulsionando o processo de formação dos Estados nacionais, com uma sociedade de classes e uma cultura alinhada e comprometida com o capitalismo:

Com as cruzadas, no início da Baixa Idade Média, processou-se um conjunto de alterações socioeconômicas, decorrente do comércio, da urbanização e do surgimento da burguesia. A junção desses elementos, por sua vez, impulsionou o processo de formação do Estado nacional, e lentamente, foram sendo demolidos os pilares que sustentavam o feudalismo. (VICENTINO, 1993, p. 100-111).

Hobsbawm (1977) chamou a atenção sobre a questão das datas no que se refere as duas Revoluções mencionadas, refletindo sobre a precisão do início e fim, já que há controvérsias entre os historiadores sobre o tema. Por exemplo, 1789 foi o ano considerado início da Revolução Francesa, marcado pelo acontecimento histórico da tomada da fortaleza da Bastilha, uma cadeia onde eram encarcerados os inimigos reais; 1780 (ou também 1760) marca “a partida para o crescimento auto-sustentável”. (HOBSBAWM, 1977, p. 44). Ou seja, não seriam episódios pontuais, e aqui as datas são tomadas apenas como uma orientação.

Essas Revoluções, que causaram a queda do Antigo Regime em prol de um novo Estado, o liberal, nacional, de novas bases como o racionalismo e o mecanicismo, foram organizadas pelo movimento do Iluminismo. Seus fundadores, René Descartes e Isaac Newton, pregavam a razão como o caminho para o conhecimento e influenciaram grandes pensadores no século XVIII, os filósofos iluministas, os “filósofos da razão” (VICENTINO, 1993), as “*luminarias de la Ilustración*” (ANDERSON, 1993) como John Locke (direito de rebelião), Barão de Montesquieu (divisão dos poderes), Voltaire (monarquia esclarecida) e Jean-Jacques Rousseau (contrato social, aperfeiçoamento humano pela educação, liberdade e igualdade), assim como o economista Adam Smith (liberalismo econômico).

Cada um desses pensadores abordou aspectos diferentes que faziam eco no conjunto das ideias iluministas. Para Vicentino (1993, p. 164), tais ideias foram reunidas na **Enciclopédia**, obra organizada por Jean D’Alembert e Denis Diderot, que contava com 130 colaboradores, resultando em 35 volumes, que serviram como “um instrumento divulgador dos ideais liberais na política e na economia”. Ela foi elaborada a partir das noções de: valorização da razão, da ciência, crítica à igreja católica e ao clero, a concepção do governo como resultado de um contrato entre governante e governados. (VICENTINO, 1993).

Esses eventos do século XVIII foram tão significativos para a história da humanidade que fizeram com que esse período ficasse conhecido como o “Século das Luzes”, “o século da razão”, o “século filosófico” (CASSIRER, 1992), a “Era da Revoluções” (HOBSBAWM, 1977). Essas Revoluções acabaram influenciando rebeliões no século XIX, sendo que algumas resultaram no rompimento de colônias com suas metrópoles, como, por exemplo, os EUA com a Inglaterra (resultando na primeira república da América), os países latino-americanos com a Espanha e com Portugal. Reconhecem-se os ideais defendidos nessas revoluções no modelo de Estado consolidado, de política e economia adotados. Hobsbawm (1977, p. 71) faz uma suposição sobre tal influência, dizendo que “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”.

A América Latina, nesse século, era território de Estados monárquicos, ou seja, era o período colonial. No Chile¹⁵ e na

¹⁵ Antes da chegada dos espanhóis, o território chileno era parte do império inca e de outras tribos. Registrou-se que os primeiros europeus a chegarem no território chileno foram Fernando de Magalhães e os integrantes de sua expedição em 1520, que entraram pelo Sul, através do Estreito que hoje leva seu nome – Estreito de Magalhães. Por volta do ano de 1536, Diego de Almagro comandou uma expedição que adentrou pelo Norte. Em 1541, o espanhol, Pedro de Valdivia, líder de uma expedição que atravessou o deserto do Atacama, conquistou Santiago e

Venezuela, não era diferente. Bello viveu a primeira parte de sua vida em Caracas e teve sua educação inicial, de base clássica, durante esse período. Conforme Jaksic (2010), também teve a oportunidade de viver a transição da Colônia (séc. XVIII) à Independência e à República (séc. XIX), do Antigo Regime ao Estado Moderno, da queda da monarquia e do clero para a ascensão e maturidade da burguesia, do feudalismo ao capitalismo, da política mercantilista para o progresso capitalista, impulsionado pela Revolução Industrial.

As condições colonial e geográfica dificultavam muito o acesso de produtos e informações às colônias latino-americanas, que só podiam comprar e vender com a metrópole, pois estavam presas à política do mercantilismo. Para Vicentino (1993, p. 113), o mercantilismo “caracterizou-se por ser uma política de controle e incentivo, por meio da qual o Estado buscava garantir o seu desenvolvimento comercial e financeiro, fortalecendo ao mesmo tempo o próprio poder. [...] Foi um conjunto de medidas variadas, visando à obtenção dos recursos e riquezas necessários à manutenção do poder absoluto”. Esteve ligado aos princípios do metalismo, protecionismo e da balança comercial favorável. Havia um “pacto colonial” que obrigava as colônias a consumirem produtos manufaturados pela metrópole e a produzirem segundo as exigências, garantindo lucro e renda à coroa e à burguesia mercantil.

Collier e Sater (1998) afirmam que, além do comércio legal, havia o contrabando. Durante as primeiras décadas do século XVIII, embarcações francesas chegaram até as costas chilenas e peruanas, seguidas, no final do século, pelas britânicas e norte-americanas. No referente ao intercâmbio cultural, ele acontecia, e um exemplo foi a entrada de livros de intelectuais, principalmente do período da Ilustração, como mais um tipo de mercadoria. As

fundou a capital chilena. Na época colonial, o território chileno pertenceu ao vice-reinado de Lima. No final dessa década, começou a Guerra de Arauco (1536-1598), um embate entre espanhóis e índios mapuches, principal grupo indígena do Chile, que resultou no incêndio da cidade de Santiago. Muitos indígenas fugiram e outros foram dominados pelos espanhóis. (COLLIER e SATER, 1998).

notícias chegavam com cartas, jornais ou através de pessoas que transmitiam, na colônia, os acontecimentos europeus.

Apesar das dificuldades de acesso aos materiais da Europa, os que recebiam educação formal, segundo Jaksić (2019), tinham um ensino de qualidade, principalmente porque era baseado nas humanidades. Bello, por exemplo, recebeu sua educação em colégio católico, que, aliada à sua vocação autodidata, deu-lhe a condição de ainda muito jovem ser tratado como intelectual.

Segundo Collier e Sater (1998), na época colonial, o território chileno era um lugar de menor importância para a Coroa Espanhola, pois encontrava-se em situação de isolamento geográfico, com uma sociedade pobre e uma economia menos desenvolvida em relação a outras regiões da colônia. A sociedade colonial chilena era composta de uma grande massa rural de indígenas (mapuches ou, segundo nomeação espanhola, araucanos) e mestiços, uma pequena elite de *criollos*¹⁶ e espanhóis. Essa elite tinha as posses das terras, mas vivia nas cidades, arrendando suas propriedades a agricultores, chamados de “*inquilinos*”. Ela detinha o poder sobre as atividades sociais e os bens durante a colônia.

Apesar da hegemonia social e econômica da elite crioula, na visão de Rojas (2015, p. 86), “el horizonte cultural de esta elite local, a diferencia de las de los virreinos americanos, era estrecho”¹⁷. Ou seja, intelectualmente ela não se destacava e politicamente estava subjugada ao sistema monárquico vigente, o que, paulatinamente, passou a desagradá-la. Por exemplo, o Chile colonial não tinha imprensa, a primeira universidade foi a Universidad de San Felipe, fundada em 1747. Tudo isso contribuiu

¹⁶ Vicentino (1993, p. 231) define os *criollos* (crioulos) como “os descendentes de espanhóis nascidos na América”. Anderson (1993, p. 77), por sua vez, escreve “criollo: persona de ascendencia europea pura (por lo menos en teoría)”, pero nacida en América (y por una extensión posterior, en cualquier lugar fuera de Europa)”.

¹⁷Tradução: o horizonte cultural desta elite local, diferentemente daquela dos vice-reinos latino-americanos, era estreito.

para deixar o lugar em uma posição inferior diante dos vizinhos. (COLLIER e SATER, 1998).

No século XIX, os grandes impérios europeus (Espanha, Portugal, França) deram lugar a outras grandes potências como a Inglaterra, os EUA, a Alemanha, a Rússia, o Japão. Este período se caracterizou pela busca de desenvolvimento interno dos países e também pela busca da reestruturação do Estado. O Estado absolutista deu lugar ao modelo de Estado moderno. O mundo assistiu ao avanço da industrialização e ao auge do capitalismo. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra e expandida a outras potências europeias, teve como principal característica a substituição do trabalho artesanal pelo mecânico e do trabalho escravo pelo assalariado. Esse fenômeno provocou transformações profundas na sociedade, impulsionando o progresso tecnológico e ampliando as relações internacionais, os mercados, por meio da exportação de produtos, a exploração de matérias-primas e o trabalho.

Os acontecimentos do século anterior e algumas conquistas do início do século XIX propiciaram um ambiente político democrático, o qual possibilitou aflorar os nacionalismos, que não estavam na base constitutiva do Estado absolutista, o que pode ser notado em vários aspectos: nas artes, na literatura romântica, por exemplo; no social, com o combate ao escravismo e defesa do investimento na educação e o comprometimento do Estado; na economia, o livre comércio. A princípio, despertou o sentimento patriótico, que depois foi se modificando para atitudes protecionistas, em função do mercado capitalista.

A política de protecionismo econômico se tornou extrema em função da necessidade de manutenção dos novos Estados nacionais no sistema econômico capitalista e desenvolveu um ambiente de concorrência entre as economias mundiais, causando divisão entre as nações, as pobres e as ricas, e divisão entre povos, pessoas, raças em “superiores” e “inferiores”, bem como o sentimento da xenofobia. Segundo Antezana (2014, p. 21, grifo da autora), “às nações que se julgavam “superiores” cabia explorar as nações “inferiores””, causando desigualdades de desenvolvimento entre

elas. Pode ser que, após a Segunda Guerra Mundial, essa ideia de nação tenha impulsionado a divisão de países em polos opostos, como desenvolvidos e subdesenvolvidos/em desenvolvimento, pobres e ricos, países de “primeiro” e “terceiro” mundos.

Conforme Vicentino (1993), era o capitalismo industrial que dava lugar ao capitalismo financeiro ou monopolista. Essa transformação gerou um novo tipo de colonialismo, o neocolonialismo, que expandiu mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas para além do continente americano, sendo seu principal agente e beneficiário a burguesia e não mais o Estado monárquico absolutista. Instaurou-se a exploração imperialista, período no qual os banqueiros e industriais formaram grandes monopólios, que produziram, assim, rivalidades entre as potências, desencadeando mais tarde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Segundo o historiador (1993, p. 243), nesse tipo de colonialismo, a supremacia econômica e cultural “ajudou a formular o mito da superioridade racial”. Isso não ficou somente no campo econômico, mas também foi desenvolvido nos campos científico e linguístico. O Evolucionismo, o Darwinismo e o Determinismo colaboraram na configuração dessa ideia. No campo dos estudos da língua havia a crença em “línguas superiores” e “inferiores”, “melhores” e “piores”. É possível observar como esse pensamento em torno da língua se apresentou nas descrições gramaticais feitas nesse século. Bello, por exemplo, separou a língua em dois polos: a da “*gente educada*” (“superior”) e a da “*gente ignorante*” (“inferior”). Esses polos também mostraram o ocultamento dos povos originários e de suas línguas.

Nesse sentido, instituiu-se a crença de que os Estados europeus desenvolvidos contavam com tecnologias melhores, raças superiores, línguas superiores, homogeneidade linguística, cultural e administrativa, fatores que lhes possibilitavam a evolução. Em contrapartida, os Estados nacionais “inferiores” não dispunham desses elementos e, portanto, poderiam ser objeto de exploração dos “superiores”. Para Hobsbawm (1988), essa forma

de desenvolvimento foi necessária às nações para poderem competir no mercado internacional e obterem lucros e vantagens.

A ideia de polarização entre o mundo europeu e o mundo latino-americano começou a sentir-se no Chile do século XIX. Collier (1991, p. 259, grifo do autor), afirma que “Chile como «república modelo», como un ejemplo para las tierras «tropicales» ingobernables fue un tema recurrente en discursos y editoriales”¹⁸, como aconteceu em textos de 1844, no jornal *El Mercurio*. Esse otimismo foi abalado mais tarde, com a crise dos anos 70 desse século, sentimento que só seria recuperado após a Guerra do Pacífico (essa guerra será assunto na seção 1.3).

Foi uma fase de transformações, descobertas, inovações na história mundial, como, por exemplo, a invenção da fotografia, do sistema Braille, da anestesia, do raio-X, da geladeira, da locomotiva elétrica, do automóvel, entre outras coisas que facilitaram muito a vida nos Estados modernos. No entanto, o século XIX não foi apenas tomado pelo progresso, pelo otimismo, mas também pelas frustrações. A sociedade do século da industrialização se deu conta de que produziu camadas populares marginalizadas e a maior parte dos Estados nacionais modernos explorados. Isso gerou pessimismo e problemas sociais, que vieram à tona e foram criticados e denunciados por artistas, escritores da literatura do Realismo e Naturalismo, sociólogos, historiadores e outros. Uma dessas críticas foi feita por Karl Marx, em *O capital* (1867).

Marx apontou a existência de lutas de classes decorridas da Revolução Industrial na Europa e do conflito entre a burguesia e o proletariado, os “operários modernos”. Acreditava que, dessa luta, os operários sairiam vitoriosos sobre os capitalistas e, a partir desse momento, seria construído o mundo ideal porque a diferença e a divisão de classes não existiriam mais. Para o autor, o capitalismo era um sistema fadado ao fracasso, ao desaparecimento. Com essas ideias, escreveu, junto a Friedrich Engels, **O manifesto comunista**

¹⁸ Tradução: Chile como «república modelo», como um exemplo para as terras «tropicais» ingovernáveis foi um assunto recorrente nos discursos e editoriais.

(1848) e defendeu, ao final de seu texto, “Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!” (MARX e ENGELS, 1998, p. 69, grifo dos autores).

O século XIX, na América Latina, principalmente, nas décadas iniciais, foi marcado pelas guerras de independência, que eram guerras civis, entre os apoiadores e os oponentes à Espanha, por conflitos e por ações de reformulações político-sociais das jovens nações, antes vinculadas ao sistema da metrópole espanhola. Era tempo de definir o novo modelo de Estado, não monárquico, mas republicano, e organizar, em torno dele, a nação, impulsionando sua construção. Tudo isso pensado, gestado e executado em língua espanhola. Muitas das ações nesse sentido foram motivadas por ideias advindas da Ilustração, que também estimularam os movimentos de mudança na Inglaterra, na França e nos EUA. Segundo Vicentino (1993), a independência das colônias, tão sonhada por Simón Bolívar (1783, Venezuela-1830, Colômbia), José de San Martín (1778, Argentina-1850, França) e outros líderes latino-americanos, levou-os a outra sujeição, a da economia capitalista:

Embora acabassem com o pacto colonial e obtivessem sua liberdade política, os novos Estados latinos assumiam uma nova forma de dependência econômica, que atendia aos interesses do desenvolvimento capitalista. Assim, a América Latina, dividida em vários Estados governados pela aristocracia *criolla*, assumiu a função de fornecer matérias-primas e consumir manufaturados ingleses, mantendo, dessa forma, as antigas estruturas, apenas adaptando-as aos novos tempos. (VICENTINO, 1993, p. 235, grifo do autor).

O Chile também se emancipou da Espanha no século XIX e optou pela República como modelo de Estado, cuja forma de estruturação seguia o modelo das potências daquele momento, França e Inglaterra. Collier (1991, p. 259, grifo do autor) assim afirma: “El halago europeo complacía profundamente a los chilenos cultos, muchos de los cuales creían que Gran Bretaña y Francia (en particular) estaban dirigiendo el mundo hacia una vía

de progreso que a su debido tiempo Chile seguiría: «El porvenir nuestro es el presente de Europa».¹⁹ Portanto, é um século de formação do Estado nacional chileno (e dos demais Estados latino-americanos), que também entrou na roda gigante do sistema capitalista, que apontava em várias partes do mundo, acontecimento que será abordado na seção 1.3.

1.2 O pensamento científico na transição do século XVIII ao XIX

O pensamento científico do século XVIII foi marcado pelas ideias do Iluminismo que também afetou os acontecimentos históricos, sociais, políticos e econômicos. A palavra de ordem no século XVIII é “luz”, que, na verdade, é a “metáfora da razão desde Platão”. (ABRÃO, 2011). Logo, a força criadora do período é a “razão”. Ela é “o ponto de encontro e o centro de expansão de todos os seus desejos, de todos os seus esforços, de seu querer e de suas realizações”. (CASSIRER, 1992, p. 22). É o elemento norteador do progresso e do bem-estar do homem europeu ocidental.

Kant, filósofo alemão, em seu artigo “Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?” (1784), define que:

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem de se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de se servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (KANT, 2009, grifo do autor).

Ou seja, o Iluminismo seria um movimento que despertaria, no homem da época, a capacidade de raciocinar por si próprio ou ainda de ter condições de fazer uso de sua inteligência. Ter a

¹⁹ Tradução: A satisfação europeia agradava profundamente aos chilenos cultos, muitos dos quais acreditavam que a Grã-Bretanha e a França, em particular, estavam dirigindo o mundo em direção a uma via de progresso que, ao seu devido tempo, o Chile seguiria: «O nosso porvenir é o presente da Europa».

liberdade para pensar. Essa ideia também está em Voltaire. Durant (1996, p. 164) afirmou “Quando uma nação começa a pensar, é impossível detê-la. Mas com Voltaire, a França começou a pensar”. Nesse sentido, o movimento iluminista queria ensinar o homem europeu ocidental a pensar por si mesmo.

Considerando essa ideia, o Iluminismo pode ser entendido como um movimento intelectual, cultural e ideológico europeu que eclodiu no século XVIII, a partir de pensadores que defendiam a emancipação do homem das concepções medievais, muito ligadas ao domínio religioso (cristão). O pensamento racional e a liberdade tirariam o homem (e a sociedade) das trevas e o levariam à luz, ao conhecimento, ao progresso, à felicidade. Em consequência, houve a valorização da atividade intelectual e do conhecimento científico.

Para Abrão (2011, p. 105), o movimento iluminista não se realizou da mesma forma nos lugares onde teve eco, pois “Na Inglaterra, na Itália, na França e na Alemanha, proliferaram ideias em seu nome, que, não se agrupavam em um só movimento, mas têm a mesma intenção: combater o seu oposto, as trevas e o obscurantismo, seja ele filosófico, religioso, moral ou político”.

Na França, as ideias iluministas tiveram como principal expoente Voltaire (1694-1778), e Rousseau (1712-1778). Na Inglaterra, John Locke (1632-1704) foi o principal difusor, sendo algumas de suas teses: as ideias humanas e o conhecimento se originam das experiências e sensações; a reflexão ordena os conceitos; o indivíduo é uma tábula rasa. O canal de divulgação das ideias iluministas inglesas e francesas foi a **Enciclopédia**. Dela faziam parte Denis Diderot (1713-1784), D’Alembert (1717-1783), Montesquieu (1689-1755), Rousseau, Voltaire e outros. Na Alemanha, o movimento teve o filósofo Immanuel Kant (1724-1804), que criticou a tese de Locke de que o conhecimento é resultado do sentido (DURANT, 1996), em sua obra, **Crítica da razão pura** (1781). As ideias iluministas também se propagaram nos EUA e ecoaram na política, por exemplo, na declaração da sua independência. Elas também estão diluídas na Revolução Francesa (1789) e na **Declaração dos direitos do homem e do cidadão** (1789).

Na América Latina, a influência desse pensamento é reconhecida no movimento de emancipação das colônias de suas metrópoles e na estrutura das instituições formadoras dos Estados nacionais.

No campo das Ciências da Linguagem²⁰, no século XVIII, imperou a gramática geral e a descrição das línguas, ou seja, a abordagem teórico-descritiva. Essa forma de estudar a linguagem, que vinha do século XVII, foi fortemente marcada pelo racionalismo o que se refletiu no surgimento de gramáticas gerais e racionais, que seguiam como modelo a **Gramática de Port Royal** (1660), de Antoine Arnauld e Claude Lancelot. Essas gramáticas demonstravam que a linguagem se fundava na razão e era a representação (reflexo) do pensamento e do mundo. Por causa disso, os princípios analíticos utilizados serviriam a qualquer língua e não a uma em particular, revelando seu caráter universal. Apoiavam-se sobre as línguas clássicas: o grego e o latim. No fazer filológico de Bello, encontram-se marcas dessa abordagem na obra produzida no período em que viveu em Caracas, *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana*, publicada posteriormente em 1841, e também em certos conceitos da *Gramática* de 1847, não ignorando traços da filosofia do século XIX nessas obras, como afirma Velleman (1976, p. 9):

[...] el período caraqueño se caracteriza por la influencia de los gramáticos filosóficos franceses, y por el nacimiento de un interés en los métodos de la ciencia empírica y experimental. Los años de Londres, importantísimos para el desarrollo del pensador, contribuyen a una ampliación de la base empírica y objetiva por medio del estudio de la gramática y la filosofía inglesas, en lo cual figura el ambiente creado por los emigrados anti-académicos²¹.

²⁰ Nesse período, não havia ainda uma distinção entre ciência e filosofia, diferenciação que só se consolida no século XIX. Segundo Kristeva (1988), tampouco havia a diferença entre filósofo e gramático.

²¹ Tradução: [...] o período caraqueño se caracteriza pela influência dos gramáticos filosóficos franceses e pelo nascimento do interesse nos métodos da ciência empírica e experimental. Os anos de Londres, importantíssimos para o desenvolvimento do pensador, contribuem para a ampliação da base empírica e objetiva por meio do estudo da gramática e da filosofia inglesas, sobre o qual se configura o ambiente criado pelos emigrados anti-acadêmicos.

A Espanha Ilustrada teve como principal pensador Benito Jerónimo Feijoo, que, além de escrever obras literárias, foi um representante das ideias iluministas nesse país. Salientaram-se ainda, nomes como Juan Mendéndez Valdés e o político Gaspar Mechor de Jovellanos, ambos citados por Bello na *Gramática* (1847), através de exemplos (conforme Quadro 4).

Esse século também foi marcado por uma descoberta muito importante para a história dos estudos sobre a linguagem e para as pesquisas que seriam realizadas no século seguinte: a do sânscrito e de correspondências dessa língua com algumas línguas europeias. Com base em Kristeva (1988), o britânico William Jones (1746-1794) foi quem apresentou a descoberta que seria decisiva para a futura linguística comparada.

O pensamento científico do século XIX, por sua vez, foi marcado por algumas teorias e pensamentos como o Evolucionismo, o Darwinismo Social, o Positivismo e o Determinismo. A ciência que se tornou o modelo do pensamento científico e filosófico desse século foi a Biologia (e não mais a Geometria, ciência modelo do séc. XVIII), pois os demais campos do conhecimento tomavam o princípio dessa área para realizar os estudos e compreender os fenômenos, como assevera Durant (1996, p. 267), “a biologia era o pano de fundo do pensamento filosófico”.

O raciocínio biológico de base darwinista pensava o objeto de estudo como um organismo vivo, que passava por estágios evolutivos até chegar ao progresso e a decair. Possivelmente, uma das definições de Bello sobre a língua (o recorte 6 da análise) pode ter sido afetada por esse pensamento, quando a compara com um “cuerpo viviente” (*Prólogo*, 1847), ou seja, um organismo vivo: “Una lengua es como un cuerpo viviente: su vitalidad no consiste en la constante identidad de elementos, sino en la regular uniformidad de las funciones que estos ejercen, i de que proceden la forma i la índole que distinguen al todo”. (BELLO, 1847, p. XI-XII)²².

²² Tradução: Uma língua é um organismo vivo: sua vitalidade não consiste na constante identidade dos elementos, mas sim na uniformidade regular das

Na verdade, o conceito-guia foi o de “evolução” (DURANT, 1996, p. 267), pois, através dessa ideia, os cientistas buscavam explicar os fenômenos da natureza, resolver problemas, apresentar soluções, tendo como meta o progresso da sociedade. Essa noção fazia parte do *zeitgeist*²³, do “espírito do tempo” (SÉRIOT, 2012, p. 14). Reconhecem-se os estudos de Charles Darwin (1809-1882)²⁴ sobre a evolução das espécies como o impulsionador da ideia. Em suas pesquisas, que resultaram na célebre obra *The origin of species* (1859), o cientista britânico apresentou ao mundo a tese de que os seres vivos se distanciam da forma original, devido às mutações lentas, gradativas e constantes sofridas durante seu período vital, necessárias ao processo de adaptação ao ambiente.

funções que eles exercem e de que procedem a forma e a índole que distinguem do todo.

²³ Expressão em alemão que remete a Johan Gottfried Herder e a outros românticos alemães, mas que ficou mais conhecida via Georg Wilhelm Friedrich Hegel, filósofo que a usou em sua obra, de publicação póstuma, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte* (1837) ou, em português, **Filosofia da História**. Foi tomada para referir-se ao conjunto de ideias, pensamentos, teorias, conceitos, características que compunham o clima intelectual e cultural de uma determinada época.

²⁴ O naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859) foi uma fonte de inspiração, estudos e influência para Darwin. Ambos estiveram na América Latina, em períodos e lugares diferentes. No referente à relação deles com Andrés Bello, tem-se conhecimento de que teve contato com Humboldt “no período de novembro de 1799 a fevereiro de 1800” (JAKSIĆ, 2010, p. 40), em Caracas, na sua expedição, inclusive, acompanhando-o nas pesquisas. Quanto a Darwin, não se tem certeza de que se encontraram, mas se sabe do interesse de Bello por estudos do naturalista porque reconhece, em texto para o jornal *El Araucano*, a importância das suas observações, seja com comentários críticos ou com transcrições textuais. Durante sua viagem ao redor do mundo (1831-1836), Darwin esteve no Chile e passou por cidades como Valparaíso e Santiago, nesta esteve mais de uma vez. Fazia cinco anos que Bello havia chegado ao país e integrava a elite intelectual local, já sendo uma personalidade importante e influente. Segundo Latorre e Medel (2018, p. 66), “El hecho de que Darwin se haya reunido con los ingleses residentes en Chile hace muy probable que Darwin y Bello hayan tomado contacto personal en aquella época, aunque no existen registros de ello.” Devido a esses fatores, conforme Bacigalupo e Yudilevich (1998), há quem acredite que eles possam ter se encontrado em 1834.

Tais mudanças seriam transmitidas aos descendentes. Em seu livro, apresentou três fatores determinantes da evolução: a competição, a variação e a hereditariedade. O primeiro se refere à lei de sobrevivência do mais apto, quer dizer, do mais adaptado ao meio. Segundo Darwin (2009, p. 122, grifo do autor),

A este princípio de conservação dos caracteres, ou da sobrevivência do mais apto, dei o nome de *selecção natural*. A selecção natural conduz ao aperfeiçoamento de cada ser em relação às suas condições de vida, orgânicas e inorgânicas, e, por conseguinte, na maior parte dos casos, ao que deve ser considerado um progresso dos organismos.

Sobre a lei da variação, Darwin acreditava que ela é o resultado do acúmulo de mudanças continuadas das diferenças entre os progenitores e descendentes e que são benéficas para os seres vivos porque provocam alterações estruturais importantes para cada espécie. A questão da hereditariedade está ligada à variação e à evolução porque o cientista acreditava que os caracteres genéticos, parentais podiam ser transmitidos aos descendentes. Para o autor, todas as espécies, inclusive a humana, teriam passado por essa gradação evolutiva.

Em síntese, Darwin defendeu a tese de que a história dos seres vivos é o resultado de uma guerra entre as espécies e entre os indivíduos da mesma espécie. Ao final da batalha, sobrevivem os mais fortes e adaptados ao ambiente. Por isso, as ideias principais são a “luta pela sobrevivência” e a “selecção natural”. Obviamente essa teoria de Darwin escandalizou a Europa, que tinha uma concepção religiosa sobre esse tema. Gonzaga (2007, p. 170), afirma que isso aconteceu porque a teoria darwiniana

representou um golpe na concepção religiosa de então, centrada na ideia de que a Bíblia era um livro rigorosamente histórico e documental. Naquela época, a maioria acreditava que a humanidade começara com Adão e Eva, que Noé vagara em uma arca pela terra inundada, que Jonas sobrevivera três dias no ventre de uma baleia, etc. De repente, o homem já não era mais o centro da criação. Ele descendia de ancestrais primitivos e animais, passando, assim, a ser visto como uma estrutura orgânica tornada mais apta pelo acaso, pelo ambiente, pela luta em busca da sobrevivência.

O inglês Herbert Spencer (1820-1903), outro pensador da época, defendeu o “Darwinismo social”, ou seja, empenhou-se em aplicar a teoria do evolucionismo de Darwin em outros campos da sociedade, buscando compreender fenômenos da vida humana, relacionados à moral, à política. Para isso, Spencer via o funcionamento da sociedade como o de um organismo, ideia que abordou em obras como **Princípios de Sociologia** (1876-1890), **Filosofia Sintética** (1827), **Princípios de Psicologia** (1873). Portanto, dedicou-se a explicar a espécie humana e o seu ambiente, a sociedade, defendendo que o homem precisa reagir ao meio e adaptar-se para sobreviver. A sobrevivência do homem e da sociedade tem como requisito uma unidade, em qualquer universo, seja ele familiar, político, econômico, industrial. A integração levaria à ordem e ao êxito, ao progresso. Essa é uma ideia evolucionista e positivista.

Também, durante o século XIX, o Positivismo fez parte do pensamento científico. Essa ideia tem em Auguste Comte (1798-1857) seu principal eco, ao tentar aplicar os princípios e métodos usados pelas Ciências Biológicas para resolver questões econômicas e sociais. Para ele, é preciso fixar leis gerais para explicar os problemas sociais, não considerando os fenômenos de ordem física, o que significa que a realidade deveria ser explicada ou alterada pela razão e pelo conhecimento científico. A ideia de evolução também existe em seu pensamento, mas ela está no campo econômico, político, o que o faz valorizar o comércio, a indústria, os bens materiais. Em função disso, o Positivismo fortaleceu o liberalismo econômico, na medida em que estimulava a livre concorrência entre os indivíduos em prol da aquisição material.

Segundo Gonzaga (2007), a sociedade passaria por estágios inferiores (fase teológica e fase metafísica) até alcançar o estágio superior (fase positivista), através do conhecimento proporcionado pela observação científica da realidade, que possibilitaria o estabelecimento de leis universais para o progresso individual e social. Os mais preparados para fazer a observação adequada da

realidade eram os homens esclarecidos e honestos, que aconselhariam seus governos da melhor forma.

Entre as ideias positivistas que Comte defendia estão a separação entre o poder religioso e o civil, a universalização do ensino primário, a proteção do proletariado. A unidade também foi um postulado defendido por ele, e ela deveria ser estabelecida por uma hierarquia entre seus membros, cujas ações deviam ser altruístas, isto é, em prol do bem comum. O homem deveria subordinar-se à sociedade, o indivíduo à coletividade. Logo, movimentos que prejudicassem a coletividade (nação) não eram adequados e deviam ser evitados, porque desestabilizariam a unidade. Por isso, o autor negava a Revolução porque pensava que levava à desordem, à anarquia, ao caos, fatores que não contribuíam à evolução, ao progresso. Sua máxima era a de que “a ordem é a base do progresso (fim)”. Sem ela, não haveria desenvolvimento positivo.

Nesse sentido, o regime de governo republicano, defendido por Comte, deveria ancorar-se naquelas ideias. A crença de que o progresso passa pela ordem e pela educação foi considerada no momento histórico da formação dos Estados nacionais latino-americanos. A bandeira brasileira, por exemplo, tem como lema “Ordem e progresso”, inspirado em uma frase do filósofo francês.

No fazer (não só gramatical) de Andrés Bello, a máxima comteana ressoa: sua proposta ortográfica, suas gramáticas, a constituição, o código civil são tentativas de organizar, de propor ordem a âmbitos fundamentais para o progresso individual, social e econômico do Chile, por exemplo. Jaksić (2019, p. 42) explica que a ideia da ordem foi central para Bello porque identificou a sua importância na consolidação da independência e do Estado nacional chileno, explorando-o em três aspectos: “individual, nacional e internacional”. O biógrafo chega a afirmar que Bello participou da elaboração de um “*programa de orden*”:

El aporte de Bello a la historia hispanoamericana del siglo XIX consistió en la elaboración de un programa de orden que partía de las antagónicas

realidades de la guerra y de la revolución para construir las nuevas repúblicas sobre fundamentos sólidos. [...] Bello se concentró en la tarea más tranquila, pero quizás más profunda y en el último término más exitosa, de construir un orden basado en el imperio de la ley y en la unidad cultural fomentada por la educación y el lenguaje. (JAKSIĆ, 2019, p. 13-14)²⁵.

Bello defendeu em alguns de seus textos a necessidade da relação entre “língua-educação-lei-nação (republicana)-ordem” naquela conjuntura. Como exemplo, transcrevo um fragmento de “*Sobre los fines de la educación y los medios para difundirla*” (1836, p. 201), publicado no jornal chileno *El Araucano*: “El carácter distintivo del hombre es la susceptibilidad de mejora progresiva. La educación, que enriquece su espíritu con ideas, y adorna su corazón con virtudes, es un medio eficaz de promover sus progresos [...]”²⁶. Nesse texto, o autor segue argumentando sobre a necessidade de educar os indivíduos para a vida familiar, social e política como compromisso de todo governo, mas que, no republicano, essa responsabilidade pesa mais porque dela depende a prosperidade social e econômica. Ainda, para o autor, a educação era uma preparação para a vida, ideia presente em: “La educación, este ensayo de la primera edad, que prepara a los hombres para desempeñar en el gran teatro del mundo el papel que la suerte les ha destinado [...]”. (BELLO, 1836, p. 201)²⁷.

²⁵ Tradução: A contribuição de Bello à história hispano-americana do século XIX consistiu na elaboração de um programa de orden, que partia das realidades antagônicas da guerra e da revolução para construir as novas repúblicas sobre fundamentos sólidos. [...] Bello se concentrou na tarefa mais tranquila, mas talvez mais profunda e, em último caso, mais bem-sucedida, de construir uma ordem baseada no império da lei e na unidade cultural, fomentada pela educação e pela linguagem.

²⁶ Tradução: O caráter distintivo do homem é a suscetibilidade de melhora progressiva. A educação, que enriquece seu espírito com ideias e adorna seu coração com virtudes, é um meio eficaz para promover seus progressos.

²⁷ Tradução: A educação, este ensaio da primeira idade, que prepara os homens para desempenhar, no grande teatro do mundo, o papel que a sorte lhes tem destinado [...].

O Determinismo foi outra forma de pensamento que eclodiu no século XIX, principalmente, com os estudos do historiador francês Hippolyte Taine (1828-1893). Em seus trabalhos sobre cultura, literatura, inteligência humana, tentou explicar o destino do homem na sociedade, defendendo que estaria determinado por três fatores: a raça, o ambiente e o momento histórico. Ou seja, tudo o que o homem faz seria consequência de quem é originariamente, do meio em que vive e dos fatos históricos em que está envolvido. Portanto, não teria a capacidade do livre arbítrio, já que sofre a força das leis biológicas e sociológicas, o determinismo biológico (racial, hereditário) e o sociológico (meio, momento histórico).

Por exemplo, um personagem de uma história literária não age de tal forma porque assim o deseja. Na verdade, seu comportamento deve ser interpretado a partir dos três fatores condicionantes. O ser humano, na sua vida “real”, também. Isso pode levar a pensar que o homem seria incapaz de mudar sua realidade, ideia que hoje é questionada, pois sabe-se que as condições sociais apresentadas também podem fazer um sujeito agir e se modificar assim como um povo, uma nação.

Essa corrente de pensamento encontrou eco em escritores da literatura do final do século XIX, pertencentes ao Realismo e ao Naturalismo, que escreveram obras, cujos personagens vivem destinos determinados por aqueles fatores. (GONZAGA, 2007). Por exemplo, recordem-se Machado de Assis, Júlio Ribeiro, Aluísio de Azevedo, Raul Pompéia, Émile Zola, Honoré de Balzac, Léon Tolstói, Eça de Queiroz, Emilia Pardo Bazán, Horacio Quiroga, Alberto Blest Gana, Luis Orrego Luco, Baldomero Lillo, entre outros.

O conceito de evolução também afetou o ponto de vista de estudiosos de outras áreas do conhecimento no século XIX, como a Economia (Adam Smith, Thomas Malthus), a Medicina (Claude Bernard), a Sociologia (Émile Durkheim e o funcionalismo, Karl Marx e o Socialismo Científico) e a Linguística, que realizaram trabalhos em que essa noção ressoa.

Os estudos linguísticos, nesse século, se caracterizaram por serem predominantemente históricos e comparativos das línguas,

ou seja, estudos diacrônicos, já que se propunham, cada um a seu modo, buscar a origem das línguas ao longo de sua história. Eles se resumem principalmente aos realizados dentro da “Linguística histórico-comparativa”, através de filólogos da Gramática Comparada e dos Neogramáticos. Segundo Kristeva (1988), buscava-se mostrar que a linguagem tinha uma evolução (sobretudo fonética), e disso, a ideia e a sociedade. Para isso, a linguística desse século se utilizou do descobrimento do sânscrito no século anterior e seu parentesco com línguas europeias. Nessa época, a língua, em geral, era compreendida como um sistema natural (estudos histórico-comparativos) e como um sistema psicológico (Neogramáticos).

Para Kristeva (1988, p. 175), “[...] la lingüística del siglo XIX propone la visión genealógica de las lenguas que reagrupa en familias, haciendo derivar cada miembro de una fuente inicial”²⁸. A partir da crença de que as línguas teriam parentesco genético, buscou-se reconstituir a “língua-mãe”, ou seja, a língua original, a protolíngua, aplicando o método da comparação. (GUTIERREZ CUADRADO, 1984). Esse programa comparatista não era novo, porque já se conheciam pesquisas executadas a partir desse paradigma em séculos anteriores, só que foi, no século XIX, que ele se assentou. As línguas, consideradas como organismos vivos, seriam classificadas em famílias e estudadas suas semelhanças e diferenças (cognatos, sons, formas...) de modo a chegar a possível origem, representada analogicamente pela imagem da árvore genealógica.

Entre os nomes conhecidos da Gramática Comparada está um grupo de estudiosos alemães como Franz Bopp (1791-1867; fundador da Linguística/Gramática Comparada²⁹), Jacob Grimm

²⁸ Tradução: [...] a linguística do século XIX propõe a visão genealógica das línguas que reagrupa em famílias, fazendo derivar cada membro de uma fonte inicial.

²⁹ Para Auroux (2014), a palavra “linguística” teria surgido na virada dos séculos XVIII e XIX. Especificamente, segundo Kristeva (1988), teria sido registrada pela primeira vez em 1833. Colombat *et al* (2017, p. 199) explicam que o aparecimento do termo “linguística” é contemporâneo do desenvolvimento da gramática histórica e comparada. Então, no século XIX, “[...] os termos “linguística” e

(1785-1863; primeiro modelo das leis fonéticas, lei de Grimm) e Augusto Schleicher (1821-1868; língua como organismo vivo/árvore genealógica), que foram responsáveis por estabelecer os princípios do método comparativo. Para eles, era necessário comparar formas gramaticais e buscar regularidades fonéticas ao fazer um estudo histórico. Também se destacou o dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832) que desenvolveu trabalhos sobre as línguas nórdicas, germânicas e outras.

Segundo Kristeva (1988), a publicação da obra de Bopp, em 1816, sobre o sistema de conjugação do sânscrito, língua sagrada da Índia, comparado ao grego, ao latim, ao germânico e ao persa, foi considerada um marco do surgimento da “Linguística Histórica, Geral e Comparada”, ou seja, seu nascimento, porque o descobrimento das semelhanças existentes entre essas línguas e parte das línguas europeias trouxe ao conhecimento a relação de parentesco, que possibilitava ver essas línguas no interior de uma mesma família, a origem comum, uma língua hipotética, que seria a protolíngua, a indo-europeia. Essa constatação teria sido feita a partir do método histórico-comparativo. A importância dessa descoberta de Bopp lhe rendeu, no interior dos estudos desse tempo, o título de fundador da Linguística Comparatista.

A repercussão das ciências naturais nos estudos linguísticos dessa época também aconteceu, principalmente, pela teoria de Darwin, cujo “apogeu genético” se dá nos trabalhos de Schleicher, na Linguística e na Botânica (KRISTEVA, 1988, p. 184). Para o estudioso alemão, o desenvolvimento da linguagem podia ser comparado ao de uma planta, um organismo natural, que, conforme as leis físicas, passaria pelas etapas do nascimento, crescimento e morte. A essa compreensão da linguagem aplicava-se o conceito darwinista da evolução. Essa tese da língua como um organismo natural foi exposta na obra, de 1836, *Die darwinische*

“gramática” comutavam quase livremente (linguística ou gramática histórica e comparada)”. No século XX, isso muda, e a palavra “linguística” passa a designar uma disciplina, no sentido de hoje.

Theorie und die Sprachwissenschaft. Parafraseando Kristeva (1988, p. 187), para Schleicher, o sânscrito não era a língua primeira, como se imaginava no início do período comparatista, e, por causa disso, era necessário tentar reconstruir a “forma originária”. Para representar esse caminho, ele propôs a árvore genealógica.

A última metade do século XIX foi a época dos *Junggrammatiker* (Neogramáticos). Segundo Kristeva (1988), eles buscaram introduzir, na Linguística Histórica, princípios do Positivismo e seus pressupostos eram diferentes dos adotados pela Gramática Comparada, como, por exemplo, a postura metodológica e a concepção psicológica da língua. Focaram seus estudos nas mudanças fonéticas, na analogia e na psicologia individual para esclarecer as causas das mudanças linguísticas. (CÂMARA JR., 2011). Entre os estudiosos desse movimento, relacionados à Universidade alemã de Leipzig, estavam: August Leskien (1840-1916), Hermann Osthoff (1847-1909), Karl Brugmann (1848-1919), Berthold Delbrück (1842-1922), Hermann Paul (1846-1921), Wilhelm Braune (1850-1926), Eduard Sievers (1850-1932).

O alemão Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) e o suíço Ferdinand Saussure (1857-1913) também foram estudiosos importantes do século XIX. Saussure, considerado o “pai da Linguística Moderna”, viveu e se formou nesse século, auge da Linguística Histórica. Seus primeiros trabalhos surgiram durante esse período e nessa orientação, como *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1877). Embora estivesse inserido nesse ambiente intelectual, sabe-se que a maior parte de seus estudos ganharam, mais tarde, outra direção (sincronia), como se pode ver no **Curso de linguística geral** (1916).

Humboldt, para alguns, foi o maior filólogo, para outros, o maior filósofo da linguagem do século XIX, segundo Kristeva (1988, p. 181) “más filósofo que lingüista”, para Colombat *et al* (2017, p. 204), “uma figura inaugural imponente”, em Milani (1994, p. 170; 2012, p. 150), “marco inicial da lingüística moderna”. Classificações à parte, conforme Câmara Jr. (2011, p. 40), “pode-se

afirmar, com segurança, que a orientação de Humboldt permaneceu isolada no mundo cultural de seu tempo.”

Sua obra pode ser dividida em duas fases, sendo a primeira de natureza política e a segunda linguística. No primeiro âmbito, escreveu textos em que defendia “um estado menos autoritário e um cidadão mais livre e protegido”. (MILANI, 2000, p.75). Também tocou no tema do nacionalismo, estabelecendo relação fundamental entre língua e nação. No segundo âmbito, entre outros aspectos, tratou de compreender a língua (e sua origem), interessando-se pelo aspecto criativo da linguagem, pela *Innere Sprachform* (forma interna da linguagem), peculiar a cada língua, pelas formas verdadeiras (flexão de palavras e palavras gramaticais), pelo som articulado, pela palavra (signo), que, para ele, tem uma forma interna (as ideias desses sons, os significados das formas, o léxico, o sistema gramatical...) e uma forma externa (os sons), pela tipologia das línguas (tripartite: flexional, aglutinante e isolante). Segundo Milani (2000) e Agud (1990), Humboldt era um poliglota e estudou diversas línguas, mas se deteve mais no chinês e no sânscrito, considerando este como a língua cujo processo de flexão teria alcançado à perfeição.

Os temas apontados permitem compreender que tinha algumas ideias linguísticas alinhadas e outras nem tanto ao pensamento do momento. Claro que Humboldt também se interessava pela origem da linguagem, mas desde uma abordagem filosófica³⁰. Milani (1994, p. 130) afirma que o alemão

tinha evidentemente a preocupação de estabelecer uma origem para as línguas; a diferença dele para os outros comparatistas é que ele fez uso de uma metodologia que visava a encontrar a origem das línguas na organização intelectual, enquanto os outros estavam preocupados com a língua originária. Humboldt não comparou as línguas para determinar parentesco entre elas, mas para encontrar a fórmula intelectual de sua produção.

³⁰ Segundo Kristeva (1988) e Milani (1994, 2000), o pensamento de Humboldt foi influenciado principalmente pelos filósofos Kant e Herder.

Para Humboldt (1990, p. 65), a língua era organismo vivo e manifestação do espírito³¹, “no es una obra (*ergon*) sino una actividad (*energeia*)”, ou seja, não é um produto, mas uma criação do falante. Ela seria uma fórmula que ajuda na comunicação, pois faz uma ponte entre os indivíduos e entre eles e o mundo. Nesse sentido, a língua reflete o espírito do povo que a fala, ou seja, é reflexo do espírito nacional. Trata-se de um pensamento holístico, que revela a interdependência da palavra (linguagem), do pensamento, do homem e do mundo.

Também é estudioso importante desse tempo Michel Bréal (1832-1915), autor fundamental dos estudos semânticos, cujo pensamento a teoria de Guimarães (2002) se filia. Ainda que a Semântica venha a se constituir como disciplina linguística no século XIX, ela nasce no momento hegemônico do comparativismo. Caracterizava-se como uma semântica histórica, buscando compreender as razões que produziam as mudanças de sentido das palavras. Segundo Guimarães (2002, p. 13), a obra *Essai de Sémantique. Science des significations* (1897)³² é um marco nessa constituição, já o termo teria sido utilizado por Bréal em um texto anterior, “*Les lois intellectuelles du langage. Fragment de Sémantique* (1883)”.

O autor define a Semântica como estudo da significação, para poder lançar sua tese de que a linguagem não pode ser tratada sem considerar a significação. Não se detém no aspecto fonético, ao qual se dedicavam os comparatistas e Neogramáticos da época. Afasta-se da concepção naturalista do período (que encara a ciência como natural, a linguagem como organismo, a língua como sistema natural), defendendo que a linguagem é um fenômeno humano, é composta de signos, ou seja, tem caráter simbólico, e, portanto, histórico, uma visão mais alinhada ao pensamento linguístico do século XX. Esse entendimento da linguagem o leva a compreender que o sentido está na relação com o homem, com o mundo, com a

³¹ A palavra “espírito” na obra linguística de Humboldt significa “inteligência e pensamento, e, às vezes, energia vital”. (MILANI, 2000, p. 80).

³² Título da edição em português: **Ensaio de semântica**.

história (GUIMARÃES, 2008). Isso implica também considerar o que Bréal (2008, p. 157) chamou de “elemento subjetivo” na linguagem.

De uma forma ou de outra, os estudos linguísticos, desenvolvidos no século XIX, abriram caminho para a compreensão da ideia de que as línguas mudam, porém isso acontece de forma regular e não aleatória. Essa ideia, entre outras, sobre a linguagem é muito importante para os estudos do século seguinte, em que a Linguística é reconhecida como ciência, e seus estudiosos passam a ser nomeados linguistas³³.

1.3 Fatos históricos e políticos no Chile do século XIX

O século XIX, no Chile, e demais nações latino-americanas, foi marcado pela independência e consolidação dos Estados nacionais. Segundo Vasserman (2003, p. 177), a formação desses Estados corresponde a “dois processos indissociáveis: a internacionalização do modo de produção capitalista que conduz à institucionalização do poder burguês no mundo todo, e, por outro lado, os processos de emancipação das colônias ibéricas”. Para a autora, o primeiro está no campo econômico e social enquanto que o segundo opera no político e militar. Quanto à consolidação desses Estados, afirma que ela pode ter coincidido com o desenvolvimento de produtos primários para exportação, inserindo-se, assim, na órbita do sistema capitalista com seu modo de produção.

Na Europa, ocorriam as Guerras Napoleônicas, iniciadas em 1803, que marcaram uma série de conflitos, que se estenderam por volta de 12 anos, entre revolucionários franceses, liderados por Napoleão Bonaparte e as monarquias europeias. O objetivo era difundir os ideais da Revolução Francesa (1789), *Liberté, égalité, fraternité* (Liberdade, igualdade e fraternidade) e arruinar o regime monárquico absolutista. As consequências de (des)acordos e de

³³ Segundo Kristeva (1988), a palavra “linguista” já se encontrava na obra *Choix des poésies des troubadours*, de François Raynouard, de 1816, sendo anterior ao registro de “linguística”, em 1833.

ações afetaram as monarquias europeias e obviamente suas colônias. Por exemplo, por causa da invasão napoleônica, a corte real portuguesa fugiu para o Brasil, uma de suas colônias, e se instalou no Rio de Janeiro. A Espanha, por sua vez, foi invadida, e o monarca Fernando VII foi destituído do poder e levado ao cativeiro porque se negou a abrir caminho a Napoleão Bonaparte, que desejava chegar em Portugal.

Consequentemente, a Espanha criou juntas de governo no seu território colonial até que seu rei fosse libertado e reassumisse o trono. No Chile, em 18 de setembro de 1810, formou-se uma junta de governo, composta por *criollos*, que teria o poder até o retorno do rei espanhol. Esse fato atrelado às ideias iluministas, às notícias da Independência dos EUA e à Revolução Francesa chegaram à América espanhola e impactaram fortemente o pensamento da sociedade local, no sentido de que experimentaram um autogoverno. (COLLIER e SATER, 1998).

Tal conjuntura estimulou o movimento separatista, ainda não autônomo, liderado por membros da elite *criolla*, que culminou, mais tarde, na independência, aos 12 de fevereiro de 1818, sendo seu libertador e primeiro presidente Bernardo O'Higgins, designado e não escolhido popularmente. O'Higgins era um militar e estadista, que liderou o movimento de independência do Chile no período de 1817 e 1818, libertando-o da dominação espanhola. O seu governo, na órbita do Imperialismo³⁴ inglês, sofreu os dilemas da transição, enfrentou as batalhas no sul do país e também esteve desafiado a encabeçar o processo de construção do Estado. Foi deposto por ser considerado autoritário, e a presidência passou ao general Ramón Freire (1823-1826) e depois a Francisco Antonio Pinto (1827-1829).

³⁴ Processo de expansão neocolonial que avançou até o início do século XX, cujas causas foram: o crescimento demográfico europeu, a necessidade de aplicação de capitais excedentes da economia industrial e a obtenção de bases para o comércio marítimo nacional. (VICENTINO, 1993).

Para Collier e Satter (1998), o legado das rebeliões pela independência no Chile foi o liberalismo e o nacionalismo:

El nuevo panorama político criollo estaba formado por las doctrinas habituales del liberalismo, derivadas de la Ilustración y de la Revolución norteamericana, y por la poderosa fusión del liberalismo y nacionalismo que construyó el regalo de doble filo que la Revolución Francesa dio al mundo. Todos los chilenos involucrados en la vida pública proclaman ahora su creencia en los derechos del hombre (“derechos naturales e imprescriptibles: igualdad, seguridad y propiedad”, como rezaba la Constitución de 1822), en un gobierno representativo, en la división de los poderes del Estado, en la igualdad ante la ley y en la virtud republicana. Por ende, la principal preocupación de los políticos chilenos durante el resto del siglo – y aún después – sería cuán lejos y cuán rápido debían ser llevados a la práctica todos estos principios. (COLLIER e SATER, 1998, p. 46-7)³⁵.

O modelo de Estado que se constituía e a contenção das guerras civis no território foram os grandes desafios entre as décadas de 20 e 30, no Chile (e na maioria das jovens nações latino-americanas). Até meados de 1830, o território chileno viveu um período de desordem e tentativas de organização constitucional, sendo o país governado por uma junta (1829-1830). Há opiniões que viam o Chile como “*el país de la anarquía*”. (JAKSIĆ, 2010, p. 129). Esse foi o cenário que se descortinou para Bello, na sua chegada.

Não tardou muito para o retorno do regime conservador à nação chilena. A República Conservadora perdurou de 1830 a 1861, e muito interessa porque, nesse lapso, foi publicada a *Gramática*

³⁵ Tradução: O novo panorama político crioulo estava formado pelas doutrinas habituais do liberalismo, derivadas da Ilustração e da Revolução norteamericana, e pela poderosa fusão do liberalismo e nacionalismo que construiu o presente de dois gumes que a Revolução Francesa deu ao mundo. Todos os chilenos envolvidos na vida pública proclamam agora sua crença nos direitos do homem (“direitos naturais e imprescritíveis: igualdade, segurança e propriedade”, como rezava a Constituição de 1822) em um governo representativo, na divisão dos poderes do Estado, na igualdade diante da lei e na virtude republicana. Por fim, a principal preocupação dos políticos chilenos, durante o restante do século, e, ainda depois, seria quanto distante e rápido deviam ser levados à prática todos esses princípios.

(1847), obra enfocada neste livro. Nesse intervalo temporal, foram presidentes do Chile: Joaquín Prieto (1831-1841), Manuel Bulnes (1841-1851) e Manuel Montt (1851-1861). Esse período caracterizou-se por momentos de estabilidade política, sobressaiu-se a figura de Diego Portales, ministro do interior e de assuntos exteriores, guerra e armada. Apesar de seu curto período no poder político, ocupou-se de fixar o autoritarismo no Chile e defendeu como objetivo principal instaurar, promover e manter a ordem social. Suas medidas duras, ainda que discutíveis, garantiram um modelo de Estado forte que perdurou por muito tempo. Foi assassinado em 1837, por motivações políticas.

Durante o governo do presidente Joaquín Prieto e do seu destacado ministro, foram escritas por Andrés Bello obras relacionadas ao direito e às leis, *Principios de derecho internacional*, inicialmente denominado *Principios de derecho de gentes* (1832), a Constituição Chilena de 1833, de características presidencialista e conservadora. Nessa constituição, discutiram a questão da alfabetização porque o Chile era um país de analfabetos, fato que, bem mais tarde, foi constatado pelo Censo de 1854, o terceiro realizado e o primeiro a informar este dado: menos de quinze por cento da população sabia ler e escrever. Então, muito havia para fazer nesse âmbito, o educacional, situação que se alterou nos dois governos chilenos seguintes.

Arnoux (2008), quem realizou um estudo glotopolítico³⁶, fundamentado em dados sobre os discursos de nação e de

³⁶ No Brasil, a Glotopolítica não se apresenta como uma disciplina dos currículos, mas como uma perspectiva de olhar e estudar determinados fatos da linguagem, que sofrem as intervenções da sociedade na forma política. Ela engloba políticas linguísticas, por exemplo. Já Arnoux (2008, p. 11), pesquisadora argentina da área, considera-a como uma disciplina, entendendo-a como “campo que estudia las políticas lingüísticas y responde a demandas sociales respecto del planeamiento del lenguaje (que, en sus formulaciones clásicas, articulan planificación del corpus y planificación del estatus), dentro de las “disciplinas nuevas” aunque tenga una respetable trayectoria cuyos antecedentes en el espacio universitario podemos ubicar en la década de 50 del siglo pasado”. Segundo a autora (2008), a Glotopolítica, como termo e como disciplina de estudo, é atribuída aos fundadores

linguagem no período de 1842 a 1862, décadas em que o Chile era governado pelos presidentes Bulnes e Montt, afirmou que foram anos de muito progresso educacional e econômico. Eles defendiam a educação pública como um elemento auxiliador da construção do Estado nacional e tinham ao seu lado grandes intelectuais (Bello era um deles), delegando-lhes a tarefa de comandar a educação.

Para dar uma ideia desse progresso, a pesquisadora apontou alguns números e eventos expressivos: em 1842, foi fundada a UCHILE (Bello como fundador e reitor), a primeira Escuela Normal de Preceptores da América do Sul (Sarmiento³⁷ como diretor) e a “Sociedad literaria” (núcleo dos intelectuais da Geração de 42³⁸); em

da Escola de Rouen, os franceses Jean-Baptiste Marcellesi e Louis Guespin (1985-6). No contexto latino-americano, há estudos, eventos, estudiosos nessa perspectiva, sendo a autora (2000, 2008) uma referência.

³⁷ Domingo Faustino Sarmiento Albarracín (1811-1888) foi jornalista, escritor, educador e presidente da Argentina (1868-1874). É autor da novela **Facundo civilização e barbárie no pampa argentino**, escrita em 1845, no Chile, durante o exílio. Segundo Pinilla (1945, p. 1), visitou o Chile duas vezes em 1827 e 1884, mas morou durante os períodos de 1831 a 1836 e de 1840 a 1855, isto é, durante duas décadas “comparte con los chilenos la responsabilidad de trabajar por nuestra cultura desde la escuela y en la prensa”. O tom eloquente e polemista de seus textos é notável, por exemplo, em suas manifestações na “Controvérsia Filológica de 42”. Antes de vir ao Chile, era um dos integrantes da “Generación de 1837”, formada por um grupo de jovens intelectuais argentinos como Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez, Vicente Fidel López, autor de *Manual de la historia de Chile* (1845), Bartolomé Mitre, entre outros e liderada por Esteban Echeverría. Defendiam uma ideia de nação baseada no pensamento liberal francês, adotando um discurso romântico-ilustrado. Ou seja, nação como uma entidade “clara y distinta”, homogênea e soberana (VARELA, 1999). Para eles, a língua era um reflexo da ordem nacional e devia imitar um modelo perfeito, que era o francês. Sendo assim, lutavam também pela emancipação linguística da tradição espanhola. A data de 1837 é uma referência ao ano de criação do “Salón Literario”, lugar de enunciação das ideias do grupo sobre cultura, política e progresso. Não se declararam nem federais nem unitários, embora simpatizassem mais com as ideias dos primeiros. Na época, o governo era de Juan Manuel de Rosas, um federal, que, contrário as ideias do grupo, reagiu com ações que buscaram tirar de cena ou silenciar a voz requerida por esses intelectuais, resultando no seu exílio. Seus destinos foram Uruguai e Chile.

³⁸ A Geração de 42 será assunto na seção 1.4.

1843, havia apenas 64 escolas públicas no Chile, número que, dez anos depois, subiu para 280 e continuou elevando-se durante o governo de Montt, chegando à quantidade de 911; além disso, a imprensa, principalmente, desenvolveu-se bastante, configurando-se em um outro lugar de enunciação dos intelectuais. Collier e Sater (1998) afirmam que foi um tempo de progresso em todos os aspectos da sociedade chilena, que acompanhou os presidentes conservadores e se estendeu por mais alguns anos. Com a administração de Montt, viu-se, sobretudo, o progresso material destacar-se.

Os intelectuais citados e outros, desde a chegada no Chile, ambos na condição de exilados (Bello contratado pelo governo chileno e Sarmiento expatriado por discordar do governo argentino vigente), estiveram ao lado do governo. Tinham envolvimento direto com a política de construção do novo modelo de Estado nacional. Bello, aliás, já no seu período em Caracas, sempre realizou suas variadas atividades desde o lugar do poder, seja ele monárquico, seja republicano conservador ou liberal, condição que talvez tenha sido possível em função de seu tom moderado e ponderado, mais focado no plano do trabalho e da tarefa a ele designados do que no plano das ideias políticas.

Bello foi professor e reitor indicado pelo governo, a ele foram solicitadas a estruturação de currículos escolares e sua supervisão, a criação da UCHILE, a redação da constituição, do código civil e de discursos presidenciais, traduções, edição do jornal do Estado *El Araucano*. Foi senador por três vezes. Como a sua história mostra, veio ao Chile para trabalhar no/pelo governo. E em meio a isso, também escreveu a *Gramática* (1847) e outros textos sobre a língua.

A UCHILE funcionava na época como uma espécie de “Ministério da Educação” chileno, uma vez que, entre suas responsabilidades, estava o controle da educação primária, atuando na supervisão, avaliação, validação e recomendação de materiais para o ensino. Nessa situação, Bello era o reitor e também uma espécie de “Ministro da Educação”.

O discurso de Bello, na inauguração da Universidade, em 1843, o *Prólogo* de sua *Gramática* (1847) e suas reflexões sobre as

questões ortográficas podem parecer que é apenas um defensor da educação acima de tudo, devido à sua formação intelectual. No entanto, dadas as condições sócio-históricas da época, é possível ver que seu pensamento e seu fazer vão além disso. Ele está inscrito numa conjuntura política que exige ações representativas do projeto estatal e enuncia/produz desde o lugar social do falante culto, do estudioso da língua, do institucional e estatal, ou seja, de lugares de poder. Para Cid (2012, p. 330):

La desmembración de la Monarquía hispánica iniciada en la década de 1810 tuvo consecuencias trascendentales en la política latinoamericana del siglo XIX. Entre los problemas más importantes originados tras la Independencia de España se encontraban la formación y consolidación de un Estado autónomo, el afianzamiento del republicanismo como sistema de gobierno y, finalmente, la construcción de la nación como nueva categoría identitaria³⁹.

O Estado chileno teve papel relevante na constituição da identidade nacional, através da educação, dos símbolos, das festas nacionais, da estruturação de instituições, das leis. A educação, por exemplo, foi pensada a partir da intelectualidade, mas dirigida pelo Estado, como uma forma de socializar os princípios republicanos.

Bello estabeleceu relação entre educação e republicanismo. Essa conexão pode ser lida no artigo de 1836, "*Sobre los fines de la educación y los medios para difundirla*" e também no discurso inaugural da UCHILE (1843). A educação seria um dever da República, visão de educação que não começou com Bello, pois antes estava no pensamento iluminista de Montesquieu (provavelmente, a obra de 1748, **Do espírito das leis**), a quem citou no primeiro texto, para tratar do conceito de virtude. Essa noção já

³⁹ Tradução: O desmembramento da Monarquia espanhola iniciado na década de 1810 teve consequências transcendentais na política latino-americana do século XIX. Entre os problemas mais importantes originados, após a Independência da Espanha, encontravam-se a formação e a consolidação de um Estado autônomo, a consolidação do republicanismo como sistema de governo e, finalmente, a construção da nação como nova categoria identitária.

fazia parte do pensamento político do século XVIII, apresentando-se também nas Revoluções ocorridas no século XIX bem como nas ideias de Comte. Simón Bolívar inclusive proclamava essa ideia no continente americano. A virtude era a base do republicanismo.

A ideia de Bello sobre a conexão da República com a educação difere um pouco da de Montesquieu porque o venezuelano avança no sentido de virtude, como uma virtude política, trazendo ideias de “cidadania ativa”, “cidadãos úteis”, diferenciação na educação, esta última está presente no discurso inaugural da UCHILE, deixando entender que pensava em dois sistemas de educação, o popular (para as classes trabalhadoras, na medida de suas necessidades gerais) e o superior (para os demais, sendo literária e científica).

Eram necessários cidadãos virtuosos para conduzir e sustentar a República, e a educação teria papel fundamental na preparação dos indivíduos e sua transformação em cidadãos republicanos. A consequência disso seria o progresso, uma das ideias da Ilustração e do Positivismo. O projeto educacional (textos, instituições, currículos, entre outras ações), seja ele de Bello ou de qualquer outro, deveria estar afim a essa ideia republicana. Provavelmente, seja por isso que muitos exemplos citados nas gramáticas de Bello têm fundo moral, cívico, que prezam condutas virtuosas (ver Figura 3, cap. 2 e recortes 18 e 19, por exemplo).

Também é possível situar o pensamento de Bello no contexto da ordem econômica vigente na sociedade industrial, que, para funcionar, requeria, entre outros elementos, indivíduos (mão-de-obra) com conhecimento adequado e capazes de mover-se dentro do sistema, sem causar prejuízos às fábricas. Para isso, eles precisavam ter uma educação genérica, uniforme, homogênea. A alfabetização geral seria o primeiro passo nessa direção. Nesse sentido, Arnoux (2006, p. 42) afirma que

La homogeneidad cultural a la que todas esas intervenciones tendían y que era un requisito del crecimiento cognitivo y económico de la sociedad, exigió, por otra parte, la implementación de un sistema educativo piramidal

que permitiera el acceso de la mayoría de la población a la escolaridad primaria y articulara distintas y sucesivas instancias de formación⁴⁰.

Nessa perspectiva, o Estado precisava de cidadãos virtuosos e de trabalhadores úteis, preparados e “móveis”, para entrar em funcionamento. Para Gellner (1988), esse tipo de sociedade expunha um tipo de nacionalismo que requeria homogeneidade cultural.

Os conservadores então foram acusados de tentar reinstaurar a ordem colonial e de trair, de alguma forma, os ideais motivadores da independência chilena. O conservadorismo se manteve por todo esse tempo, mas sofreu um forte abalo, quando o presidente Manuel Montt, que não era militar como os anteriores, foi derrotado por uma revolta liderada pelos liberais. Inaugurava-se a República Liberal, que perdurou de 1861 a 1891, tendo o país vários presidentes nesse período: José Joaquín Pérez, que governou até 1870, depois Federico Errázuriz Zañartu de 1871 a 1876, Aníbal Panto de 1876 a 1881 e Domingo Santa María de 1881 a 1886, José Manuel Balmaceda de 1886 a 1891.

Nessa época, a elite crioula, que contava com privilégios desde o primeiro governo, foi substituída por outra, de postura liberal e nacionalista. Collier e Sater (1998) consideram que, a partir de 1860, no Chile, conviveram as correntes liberal e conservadora, que fizeram uma fusão contra outra corrente, a dos radicais. O pensamento liberal, atravessado pelo nacionalismo e oriundo da Ilustração Europeia e da emancipação dos EUA, imperava na opinião política da época. Ancoradas nesse pensamento, foram difundidas ideias como os direitos humanos, o governo representativo, a divisão dos poderes, a república e a nação.

⁴⁰ Tradução: A homogeneidade cultural, a qual todas essas intervenções tendiam e que era um requisito do crescimento cognitivo e econômico da sociedade, exigiu, por outra parte, a implementação de um sistema educativo piramidal, que permitisse o acesso da maioria da população à escolaridade primária e que articulasse diferentes e sucessivas instâncias de formação.

A nação chilena passou por um crescimento econômico e populacional nessa época. O crescimento econômico (alavancado pela mineração, principalmente, e pela agricultura) não beneficiou a grande massa popular, os agricultores e operários, mas sim a aristocracia, que enriqueceu, fazendo surgir outra classe, a média-alta. Segundo Vasserman (2003), o otimismo econômico chileno foi abalado posteriormente pelos anos de 1870 por colheitas ruins, pela concorrência mineira e por tensões territoriais com a Argentina, Peru e Bolívia.

Um desses conflitos foi a Guerra do Pacífico (1879-1883). Ela aconteceu entre A Guerra do Pacífico foi um conflito entre o Chile e as forças dos vizinhos Peru e Bolívia, na tentativa de conquistar regiões ricas em produtos minerais e assim recuperar o otimismo econômico e ampliar seu território. O Chile sagrou-se vencedor, conquistando a região peruana de Tarapacá e a província boliviana de Antofagasta, ricas em minérios. Outra consequência dessa guerra foi o fato de que a Bolívia ficou sem “saída para o mar”. (VASSERMAN, 2003, p. 194).

Em 1891, o Chile enfrentou outra Guerra Civil. Ela marcou uma nova era na história político-social chilena, a Era ou República Parlamentária, que foi de 1892 a 1925. Sucessivamente, vêm a República Presidencial (1926-1973), interrompida pelo golpe militar encabeçado pelo general Augusto Pinochet (1915-2006), que destituiu Salvador Allende (1908-1973) do cargo, o Regime Militar (1974-1889), a transição para a Democracia e a República Democrática atual.

Em síntese, o Chile, no século XIX, se transformou positivamente e abandonou a colônia pobre, distante e isolada, de modo que seu processo de formação em Estado chamou a atenção do mundo. Almarza (1985, p. 126), por exemplo, o reconheceu como singular frente aos demais Estados latino-americanos, pois, tratava-se de:

Una región que en la época colonial se caracterizaba por la falta de universidades y el escaso desarrollo intelectual de su oligarquía se convirtió,

después de la independencia, en asilo de la élite pensante de muchos países. Y allí enseñó Andrés Bello y también lo hizo Domingo Faustino Sarmiento, figuras señeras de Hispanoamérica; Rubén Darío, el gran poeta de Nicaragua, editó sus primeros versos en las imprentas chilenas y de Europa llegaron científicos como Domeyko y Phillipi a enriquecer la cultura de ese alejado país⁴¹.

Para esse autor, o desenvolvimento singular do Estado chileno está relacionado à sua geografia, território isolado e pequeno, que limitava influências externas e permitia a comunicação rápida de um sistema político estável e baseado na lei. Collier (1991, p. 238) também mencionou o fato de o Estado chileno estar ancorado em um governo constitucional estável, de ter se mantido integrado e, com muita rapidez, ter se desenvolvido, o que o levou a caracterizá-lo como “una excepción notable respecto al modelo más común en Hispanoamérica”⁴². As exportações, principalmente de minérios e farinha, e o destacado porto de Valparaíso, na costa do Pacífico, impulsionaram o país à prosperidade, ajudando a criar a unidade nacional e a garantir a estabilidade estatal. (SAFFORD, 1991). O privilégio de contar com um porto fez valer a afirmação de Hobsbawm (1977, p. 25) de que “estar perto de um porto era estar perto do mundo”.

1.4 Ideias linguísticas no Chile do século XIX

Qual era a situação linguística no Chile, na época da criação e consolidação do Estado-Nação⁴³? Qual foi o papel dos intelectuais

⁴¹ Tradução: Uma região que, na época colonial, caracterizava-se pela falta de universidades e escasso desenvolvimento intelectual de sua oligarquia, converteu-se, depois da independência, no asilo da elite pensante de muitos países. Ali ensinou Andrés Bello e Domingo Faustino Sarmiento, figuras ímpares da América Hispânica; Ruben Darío, o grande poeta da Nicarágua editou seus primeiros versos na imprensa chilena e, da Europa, chegaram científicos como Domeyko e Phillipi a enriquecer a cultura desse afastado país.

⁴² Tradução: Uma notável exceção ao modelo mais comum na América Espanhola.

⁴³ Aqui a nação é compreendida como corpo social e o Estado como corpo político. A relação entre eles se coloca a partir da Revolução Francesa, em que se incorpora o povo,

nessa tarefa? Quem eram e que tipo de relação Bello manteve com eles? Quais desafios se apresentavam para o governo e para os intelectuais? Qual foi o envolvimento de Bello com as ideias políticas? Com que espanhol⁴⁴ Bello se deparou no Chile, em 1829? Essas são algumas das questões que se apresentaram no momento de escrever esta seção do trabalho que reflete sobre as ideias linguísticas que ecoavam no Chile, do século XIX.

Na América Colonial, a língua não havia provocado conflitos. Anderson (1993, p. 77) afirma que “en efecto, debemos reconocer que la lengua jamás fue ni siquiera un punto de controversia en estas luchas iniciales por la liberación nacional”⁴⁵, não fazendo parte dos assuntos que preocupavam os separatistas. No entanto, ao chegarem as independências, isso mudou porque as questões linguísticas passaram a ser temas de debate entre os intelectuais e governantes em função de um interesse comum final: tomar a língua como um elemento fundamental no processo de constituição do novo Estado-Nação, que assumia as características exigidas pela demanda econômica capitalista. Isso passava pela educação do povo.

Segundo Del Valle *et al* (2016), em 1770, foi decretado que se devia falar espanhol na América Latina, medida que teve impacto negativo para as línguas dos povos originários. Na Espanha, em 1768, foi decidido que o espanhol seria o único meio de instrução nas escolas, substituindo o latim.

Para Hobsbawm (1990), no processo de constituição de uma nacionalidade, são escolhidos elementos que tornem visível a ideia de unidade, de nação. A língua, a raça, a religião, traços culturais figuram entre esses fatores. Claro que eles não coincidem com o povo, isto é, um povo ou uma nação não podem ser definidos

a nação, ao Estado, surgindo o binômio Estado-Nação. Como sabemos, antes havia o Estado absolutista que não comportava o povo, mas apenas os nobres.

⁴⁴ Adoto a expressão “espanhol” ao referir-me ao nome da língua pelo fato de ser uma pesquisadora estrangeira. A seção 5.1, dedicada à análise, explica mais sobre essa enunciação.

⁴⁵ Tradução: Efetivamente, devemos reconhecer que a língua jamais foi sequer um ponto de controvérsia nas lutas pela liberação nacional.

apenas pela língua falada ou pela etnia existente ou ainda pela religião professada. Em relação à língua, afirma que:

De fato, a identificação mística de uma nacionalidade com uma espécie de ideia platônica de língua, existindo atrás e acima de todas as suas variantes e versões imperfeitas, é muito mais uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas, dos quais Herder é o profeta, do que uma característica dos reais praticantes comuns do idioma. É um conceito erudito e não vivido. (HOBBSAWM, 1990, p. 74).

Apesar de sua afirmação, o historiador não nega a relevância da língua principalmente porque sabe que pode servir para formar a ideia de nacionalidade e, assim, ativar em seu povo esse sentimento de unidade e pertencimento. Segundo o autor (1990, p. 76), isso acontece se houver uma “língua de elite”, culta ou administrativa, não importando o número de seus falantes. Para transformar-se em elemento de “coesão protonacional”, haveria três razões, já apontadas por Anderson (1993), com as quais Hobsbawm (1990) concorda.

A primeira razão é o fato de a língua criar uma comunidade dessa elite comunicante que é o modelo linguístico para a comunidade futura maior, a nação. Essa comunidade pode se tornar uma força desde o lugar de enunciação do Estado, dos setores culturais, entre outros. A segunda razão se origina do fato de que a língua do grupo de elite se fixa, se estabiliza, se mantém, principalmente, quando é escrita, é impressa. A terceira razão é que a língua da elite quase sempre se tornou a língua dos Estados modernos, via educação pública, documentos administrativos e legais. Nesse sentido, compreendo que, na visão de Anderson (1993) e de Hobsbawm (1990), haveria uma ideia construtivista de nação e uma visão utilitarista de língua.

No caso do Chile, estava operando uma elite que enuncia de uma forma, que vai configurando o modelo de língua, que marcaria os imaginários social e nacional. Compreendendo o papel significativo da língua como um instrumento de alfabetização, formação, instrução dos cidadãos e, principalmente, uma forma de

percepção da nacionalidade pelo povo, o Estado age. A educação é uma forma para conseguir o objetivo. Então, a língua passou a ser um assunto de interesse público e estatal, intensamente buscado na primeira metade do século XIX, prolongando-se ainda nas décadas seguintes. Conforme Arnoux (2006, p. 41),

En la construcción de los Estados nacionales la regulación del espacio lingüístico tiende tanto a homogeneizar y disciplinar las prácticas sociales como a conformar un imaginario de lengua en el cual los nuevos ciudadanos se reconozcan. En el Chile de mediados del siglo XIX esta voluntad estatal da lugar a una serie de intervenciones sobre la lengua, entre ellas la propuesta universitaria de reforma ortográfica⁴⁶.

Na verdade, o Estado tinha interesse em agir sobre a língua e, para isso, convocou a intelectualidade da época. O Estado nacional em formação, que acabara de entrar em uma sociedade industrializada, necessitava de medidas intervencionistas sobre a língua, como demanda política e econômica. A primeira medida era ter uma ortografia simples e uniforme, que pudesse ser a usada por todos. Segundo Arnoux (2006), ela não veio isolada, ao contrário, esteve relacionada, em meados do século XIX, com

la acción de un Estado que busca consolidarse con la puesta en marcha de instituciones republicanas, la expansión de la prensa escrita, la ampliación progresiva del sistema educativo, el fortalecimiento jurídico y, a la vez, el monopolio de la fuerza, y que confía en el progreso económico gracias al desarrollo agrícola, minero y comercial que ya se ha iniciado. En los planteos y debates en torno a la reforma se evidencian tanto el peso del pensamiento ilustrado como la persistencia de la memoria de la Independencia, articulados en la voluntad de democratizar la sociedad. (ARNOUX, 2006, p. 41)⁴⁷.

⁴⁶ Tradução: Na construção dos Estados nacionais, a regulação do espaço linguístico tende a homogeneizar e a disciplinar as práticas sociais como a formar um imaginário de língua no qual os novos cidadãos se reconheçam. No Chile dos meados do século XIX, essa vontade estatal dá lugar a uma série de intervenções sobre a língua, entre elas, a proposta universitária de reforma ortográfica.

⁴⁷ Tradução: A ação de um Estado que busca consolidar-se com a colocação em funcionamento de instituições republicanas, a expansão da imprensa escrita, a ampliação progressiva do sistema educativo, o fortalecimento jurídico e,

O Estado precisava construir, “desde el espacio de la lengua, la representación de la nación, siguiendo el paradigma dominante en la Modernidad: una lengua común, un estado centralizado y un mercado interior”⁴⁸. (ARNOUX, 2006, p. 53). Os desafios a serem enfrentados pelos administradores chilenos, após a emancipação, eram grandes. Cid (2012) chamou esses desafios de problemas e elencou três principais: formação e consolidação de estados autônomos, adoção do republicanismo como sistema de governo e construção da nação como uma categoria de identidade.

Tal missão não era só do governo, mas também dos intelectuais. Nessa conjuntura histórica e política, ideias sobre a língua, produção de conhecimento e ações educativas floresceram no século XIX chileno, especialmente, as do intelectual Andrés Bello. Para Rojas (2015, p. 93), “una tarea fundamental de las élites intelectuales y políticas en el Chile de la época, en consecuencia, fue pensar o “imaginar” el país”⁴⁹. Isto é, suas ações e meta-discursos deveriam convergir para a “invenção”, a organização do Estado-Nação, no sentido de uma “comunidade imaginada”, como

una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana. Es *imaginada* porque aun los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión. (ANDERSON, 1993, p. 23, grifo do autor)⁵⁰.

simultaneamente, o monopólio da força, que confia no progresso econômico graças ao desenvolvimento agrícola, mineiro e comercial, que já tinha se iniciado. Nas abordagens e debates em torno da reforma, evidenciam-se tanto o peso do pensamento ilustrado quanto a persistência da memória da Independência, articulados à vontade de democratizar a sociedade.

⁴⁸ Tradução: desde o espaço da língua, a representação da nação, seguindo o paradigma da Modernidade: uma língua comum, um estado centralizado e um mercado interior.

⁴⁹ Tradução: Consequentemente, uma tarefa fundamental das elites intelectuales e políticas, no Chile da época, foi pensar ou “imaginar” o país.

⁵⁰ Tradução: uma comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana. É *imaginada* porque os membros da menor nação jamais conhecerão a

Isso se manifestou, no entender de Metzeltin (2011), em processos como: conscientização, definição de territórios (elaboração de tratados geográficos), historicização, normatização e historicização de uma língua nacional, criação de uma literatura nacional, institucionalização, midiatização e globalização. Para o autor, o Estado e a consciência nacionais não são coisas naturais, mas construções meta-discursivas, e todos esses aspectos auxiliaram na construção de uma identidade nacional chilena. Tampouco é um processo natural e automático que a independência trouxe, mas é uma elaboração que começa com a independência, de modo que a constituição da identidade nacional não é um processo terminado, vai se concebendo com novas contribuições.

Naquela época, segundo Arnoux (2008), a identidade nacional foi se formando através de textos escolares. Bello, intelectual em foco neste estudo, participou no século XIX, desse projeto, atuando significativamente em mais de um dos processos apontados pelo suíço Metzeltin (2011), com suas colaborações no âmbito jurídico, político, educativo, social e jornalístico. Sua participação aconteceu desde espaços de enunciação como sujeito político de reitor da UCHILE, de senador da República, de editor e redator do jornal oficial do governo (*El Araucano*), ou seja, desde lugares reconhecidos de poder.

Em estudos realizados no período compreendido entre 1842 e 1862, em que a forma de governo era a República Conservadora e em que o Estado nacional estava passando pelo processo de construção à consolidação, Arnoux (2008) nos chama atenção para a representação desse processo nos materiais linguísticos que analisou. Segundo ela, há marcas: do esquecimento das línguas dos aborígenes; do apagamento das diferenças entre o espanhol e o português na América Latina; do privilégio de alguns gêneros discursivos no universo letrado, conformes ao entendimento de

maioria de seus compatriotas, não os verão nem ouvirão sequer falar deles, mas, na mente de cada um, vive a imagem da sua comunhão.

“nação civilizada”; na elaboração da *Gramática* (1847), de Bello, de um destinatário latino-americano e, ao mesmo tempo, a opção pelos autores da literatura espanhola; e na regulação da ortografia chilena pelo Estado, através de uma ortografia latino-americana, proposta por Sarmiento, que fracassou. Segundo a autora, para compreender tais esquecimentos, preferências, insucessos, enquanto linguistas, precisamos analisar e questionar a forma como o imaginário de nação foi construído politicamente na materialidade que nos compete, que é o texto, no qual se constituiu o discurso em circulação na época sobre a língua.

A classe intelectual no Chile contava com vários nomes de nacionalidades estrangeiras: o venezuelano Andrés Bello, os argentinos da Geração de 37, sendo o mais destacado deles, Domingo Faustino Sarmiento, os alemães, como Rodolfo Lenz, entre outros. Também havia chilenos, que integraram a Geração de 1842. Os trabalhos e as discussões dessa geração formaram as ideias linguísticas nas primeiras décadas do século XIX, no país. Os dois intelectuais que mais se destacaram no período foram Bello e Sarmiento, e, em torno deles, aconteceram os mais importantes debates sobre língua e nação, de modo que o “Chile fue más que un asilo temporal, ya que participaron activamente en la vida política y cultural del país”⁵¹. (JAKSIĆ, 2010, p. 194).

A Geração de 42 foi um movimento literário fundado no Chile, em 1842, e contava com membros que eram advogados, poetas, educadores, engenheiros, entre eles, Juan Bautista Alberdi, Francisco Solano, Carlos Bello, Francisco Bello, José Victorino Lastarria, Francisco Bilbao, Jacinto Chacón, Vicente Fidel López, Domingo Faustino Sarmiento, Andrés Bello. Suas reflexões aconteceram em torno de temas polêmicos, sendo dois os mais significativos: “La controversia filológica de 1842”, que originou uma longa discussão no grupo sobre questões linguísticas, e a reflexão em torno do texto “*Clacisismo y Romanticismo*”. A

⁵¹ Tradução: O Chile foi muito mais que um asilo temporal já que participaram ativamente na vida política e cultural do país.

“controversia”, por exemplo, foi um debate travado no jornal *El Mercurio* por alguns desses intelectuais, não atingindo a sociedade não letrada, que provavelmente não se interessaria por esses temas. A existência do debate mostra que, mesmo entre os participantes do movimento, havia pensamentos diferentes. Lastarria e Chacón, para exemplificar, discordavam de seu mestre Bello.

Paralelo ao movimento de 42, surgiu então “*La sociedad literaria de 1842*”, inaugurada com um discurso de Lastarria. Essa sociedade recusava os modelos tradicionais espanhóis e defendia os franceses. Nisso ela se aproximava das ideias do movimento argentino de 1837, a “*Generación de 1837*”, da qual Sarmiento, Alberdi e outros faziam parte. Exilados no Chile, eles se identificaram com essa associação e passaram a frequentá-la. A “*Generación de 1842*”, sendo ela polêmica ou não, tinha vínculo direto e comprometido com a formulação de um projeto nacional. (STUVEN V.,1987). Ainda segundo a autora, “1842 puede ser considerado, desde este punto de vista, como un momento fundante, no sólo de un grupo intelectual, sino también del sentir nacional”⁵². (STUVEN V.,1987, p. 61). Esses eram os grupos com os quais Bello dialogava no Chile.

Na verdade, suas reflexões sobre a língua, relacionada à política e à nação, começaram bem antes, em Caracas e também em Londres, de modo que a situação da língua na América Latina antes da independência não lhe era desconhecida. A consciência da situação linguística fez o venezuelano Andrés Bello e o colombiano Juan García del Río (1784-1856) publicarem nas revistas *Biblioteca Americana* (1823) e *Repertorio Americano* (1826), de Londres, as “*Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar y uniformar la ortografía en América*”. Nesse texto, declararam que havia pouquíssimos falantes da língua espanhola que sabiam usá-la corretamente, conforme o fragmento: “Y aunque sea ruboroso

⁵² Tradução: 1842 pode ser considerado, desde esse ponto de vista, um momento fundacional não somente de um grupo intelectual, mas também do sentimento nacional.

decirlo, es necesario confesar que en la generalidad de los habitantes de América no se encontraban cinco personas en ciento que poseyesen gramaticalmente su propia lengua, y apenas una que la escribiese correctamente”⁵³.

No referido texto, que pode ser considerado como um primeiro “tratado ortográfico” da língua espanhola na América Latina (e no Chile), os autores recusaram o critério etimológico, tomado até então como ponto de partida pela RAE, porque se mostraram sensíveis à condição dos falantes latino-americanos que eram, em sua maioria, analfabetos. Portanto, esse critério não lhes servia. Passaram a valer-se da pronúncia (cada fonema deveria ser representado por uma letra), do uso comum e constante, para fazer suas indicações, ou seja, a reforma de Bello e Del Río (1823) tinha base fonológica. A proposta ortográfica dos autores era realizar mudanças moderadas e graduais, e não promover uma ruptura total e imediata com a realidade encontrada, de modo que pensaram sua aplicação em duas etapas.

O objetivo era tornar a grafia mais simples e comum em todos os países falantes de espanhol na América Latina, isto é, “simplificar para uniformar”. (ROSENBLAT, 1981, p. 91), para conseguir alfabetizar a população. Essas duas ideias levariam ao progresso esperado, isto é, Bello defendia que a reforma ortográfica seria um meio de progresso cultural do continente. Politicamente, saber ler e escrever bem e uniformemente ajudaria a pensar bem e, além disso, essas duas habilidades propiciariam o acesso às leis e o exercício da cidadania. Assim sendo, saber se expressar em uma língua comum, uniforme, significava ter o passaporte para a vida cidadã. As regras foram implementadas sendo que, no Chile, foram adotadas na década de 1840.

⁵³ Tradução: E embora seja vergonhoso dizê-lo, é necessário confessar que, na generalidade dos habitantes da América, não se encontravam cinco pessoas em cem que possuíssem gramaticalmente sua própria língua, e apenas uma que a escrevesse corretamente.

Ao chegar em terras chilenas, o venezuelano, assim como seus colegas intelectuais estrangeiros, encontrou uma variedade de espanhol que se caracterizava por fenômenos como seseo, yeísmo, voseo, debilitamento ou perda de consoantes finais como S, D, L, rotacismo (ROJAS, 2015). Bello tomou consciência dessa situação linguística, provavelmente, observando, de modo empírico, a pronúncia dos chilenos da zona central que englobava a área urbana de Santiago-Valparaíso e não o espanhol dos mais de 3.000 quilômetros do território nacional. Na verdade, essa metodologia não é um problema porque se sabe, pelos estudos sociolinguísticos e dialetológicos conhecidos, como os de Lipski (1996), que a língua, no território chileno, tem pouca variação regional, inclusive sendo tratada como um caso “especial”.

Tal constatação de Bello levou-o a concluir que não havia um cuidado com a ortografia em relação ao seguimento de uma norma comum. Ou seja, encontrou-se com uma espécie de “caos ortográfico” que julgava necessário enfrentar, uma vez que essa realidade, ao seu ver, não contribuía para a unidade da língua e para a formação cidadã da jovem nação republicana. Então, passou a censurar os referidos traços da oralidade dos falantes, apresentando textos posteriores em que foi ensinando o “bom uso” da língua. Outros estudiosos chilenos contemporâneos e continuadores das ideias de Bello também apresentaram obras em que foram fazendo essa marcação “mau uso” e “bom uso”, entre eles, Pedro Fernández Garfias (1842), o *Catálogo anónimo* (1843), Valentín Gormaz, em suas *Correcciones lexicográficas sobre la lengua castellana en Chile* (1860).

As intervenções do Estado sobre a língua, na escrita propriamente, estavam relacionadas ao sistema educativo. Em vista disso, instituições de ensino – escolas, institutos e universidades – foram criadas, leis foram aprovadas, currículos e conteúdos foram reestruturados. Gramáticas, dicionários e regras ortográficas foram elaborados, na tentativa de uniformizar a língua, até chegar a uma unidade, à norma comum. Isso ajudaria no crescimento do mercado de trabalho, em mais efetivas e claras

formas de comunicação, num sistema jurídico uniforme e igualitário. (ARNOUX, 2006). As ideias linguísticas no Chile, em grande parte do século XIX, devem ser compreendidas à luz da sua relação com a política estatal e também com a produção de obras linguísticas resultantes. As ideias foram apresentadas materialmente em produtos do conhecimento linguístico.

Desde a República Conservadora (1830-1861), a nação chilena foi palco de debates linguísticos e ideológicos, sendo que a primeira intervenção estatal foi na ortografia. Ou dito de outro modo, o primeiro tema de interesse em torno da língua por parte dos intelectuais, excetuando a polêmica inicial de qual língua seria adotada como a das nações emancipadas da Espanha, foi a questão da grafia. Havia posições diferentes em torno do tema, consequentes, possivelmente, da noção de língua e de nação, da posição política sobre a língua que tinham os intelectuais envolvidos. Basicamente, coexistiam duas ideias em torno da padronização da língua espanhola na América Latina: uma de perspectiva mais conservadora, purista, cujas ações deviam emanar de autoridades linguísticas (grupo de Bello); e a outra, mais democrática, resistente à herança cultural espanhola, cujas normas deviam ser propostas pela comunidade de falantes (grupo de Sarmiento).

Desde outra perspectiva teórica, Rojas (2015) atribuiu essas opiniões a diferentes atitudes linguísticas, dos intelectuais chilenos, da segunda metade do século XIX, afirmando que havia diferentes posicionamentos em relação à língua, a dos racionais e a dos românticos. De acordo com o holandês Geeraerts (2016), o modelo racionalista de padronização da língua tem como base linguístico-filosófica a ideia da linguagem como meio de comunicação universal, isto é, um instrumento a ser codificado e decodificado. Concebe o processo da standardização como um ideal democrático que conduz à educação universal e entende a variação linguística como um obstáculo à emancipação do cidadão. Tais ideias têm fundo nos princípios da Revolução Francesa. Já o modelo romântico, com princípios fundados nos românticos

alemães, compreende a linguagem como um meio de expressão, de manifestação do espírito, da identidade particular. A normatização da língua é uma forma de exclusão social, e a variação é vista como a expressão de diferentes identidades, sendo benéfica. Observando a noção de língua dos mais influentes intelectuais desse período, sobretudo, Bello e Sarmiento, concluiríamos que o venezuelano se alinhava ao modelo racionalista enquanto que o argentino ao modelo romântico.

Bello e Sarmiento tinham opiniões contrárias sobre a questão da língua culta na época. O primeiro era mais moderado, conservador e aglutinador em suas reflexões enquanto que o segundo proclamava, com um estilo discursivo polêmico, o separatismo cultural da Espanha e também pregava um anti-academicismo, em favor da soberania do povo sobre a língua. Os dois fragmentos desses intelectuais na *Controversia filológica de 1842*, transcritos na sequência, servem para ilustrar seus estilos discursivos e conhecer suas convicções diante da língua.

La soberanía del pueblo tiene todo su valor y su predominio en el idioma; los gramáticos son como el senado conservador, creado para resistir a los embates populares, para conservar la rutina y las tradiciones. Son a nuestro juicio, si nos perdonan la mala palabra, el partido retrógrado, estacionario, de la sociedad habladora; pero, como los de su clase en política, su derecho está reducido a gritar y desternillarse contra la corrupción, contra los abusos, contra las innovaciones. El torrente los empuja y hoy admiten una palabra nueva, mañana un extranjerismo vivito, al otro día una vulgaridad chocante; pero, ¿qué se ha de hacer? Todos han dado en usarla, todos la escriben y la hablan, fuerza es agregarla al diccionario, y quieran que no, enojados y mohínos, la agregan, y que no hay remedio, y el pueblo triunfa y lo corrompe y lo adultera todo. (SARMIENTO, 1842, p. 3)⁵⁴.

⁵⁴ Tradução: A soberania do povo tem todo seu valor e seu predomínio no idioma; os gramáticos são como o senado conservador, criado para resistir aos embates populares, para conservar a rotina e as tradições. Em nosso juízo, são, se nos perdoam a má palavra, o partido retrógrado, estacionário, da sociedade falante; porém, como os de sua classe na política, seu direito está reduzido a gritar e a contorcer-se contra a corrupção, contra os abusos, contra as inovações. A corrente empurra-os e hoje admitem uma palavra nova, amanhã, um estrangeirismo “vivilho”, em outro momento, uma vulgaridade chocante; mas, O que há de se

En vano claman por esa libertad romántico - licenciosa del lenguaje, los que, por prurito de novedad, o por eximirse del trabajo de estudiar su lengua, quisieran hablar y escribir a su discrección. Consúltese en su último comprobante del juicio expuesto, como hablan y escriben los pueblos cultos que tienen un antiguo idioma; y se verá que el italiano, el español, el francés de nuestros días es el mismo del Ariosto y del Tasso, de Lope de Vega y de Cervantes, de Voltaire y de Rousseau. (BELLO, 1842, p. 28)⁵⁵.

Nesses fragmentos, assim como nos demais textos dessa obra, há uma extrapolação do tema filológico por parte de Sarmiento que avançava para o tom ideológico, político-linguístico, o que não ocorria com Bello e outros. Encontramos vários textos de Sarmiento nesse livro sem textos de outros autores como resposta ao diálogo, fazendo parecer que os demais participantes do debate o deixaram estratégica e intencionalmente “falando”, “discutindo” sozinho.

Torrejón (1989), quem também estudou as ideias linguísticas de Bello e Sarmiento, considerou-os como duas figuras-chave da história intelectual chilena, afirmando que o primeiro defendia uma norma linguística pan-hispânica⁵⁶, baseada na escrita dos

fazer? Todos a têm usado, todos a escrevem e a falam, força é adicioná-la ao dicionário, e queiram ou não, zangados e incomodados, adicionam-na, sendo que não há remédio, e o povo triunfa, corrompe e adultera tudo.

⁵⁵ Tradução: Em vão, clamam por essa liberdade romântico - licenciosa da linguagem, os que, por desejo de novidade ou por eximir-se do trabalho de estudar sua língua, quiseram falar e escrever ao seu arbítrio. Consulte-se, no seu último comprovante do juízo exposto, como falam e escrevem os povos cultos que têm um antiguo idioma; e se verá que o italiano, o espanhol, o francês de nossos dias é o mesmo do de Ariosto e de Tasso, de Lope de Vega e de Cervantes, de Voltaire e de Rousseau.

⁵⁶ O gesto analítico praticado aqui leva a pensar diferente dessa visão, tema que será aprofundado mais adiante. O pan-hispanismo é um conceito eurocêntrico que diz respeito a “diferentes momentos do nacionalismo espanhol desde o final do século XIX. Na atualidade, corresponde a uma “política linguística centralizadora, iniciada nos últimos anos do século XX” (LAGARES, 2018, p. 201), que foca seu planejamento no status do espanhol no mundo globalizado. Essa política tem um ideal de língua cuja imagem refletiria três características apontadas por Del Valle (2007, p. 37): “concordia, internacionalismo y rentabilidad”. Fazem parte desse movimento, definido pelo DLE como aquele “que promueve la unidad y la cooperación entre los países que hablan la lengua española”, como mentores da

clássicos espanhóis, já o segundo lutava por uma norma linguística latino-americana, ditada pela massa falante, e aberta à influência de outras culturas.

Sarmiento foi designado pelo governo para observar a situação da escrita/da ortografia chilena e, a partir disso, propor um conjunto de regras que poderiam ser a norma futura. A ideia era simplificar o sistema ortográfico do espanhol, pois isso facilitaria a alfabetização popular e a aprendizagem, além de uniformizar a língua. Fazia parte do projeto político do Estado alfabetizar a população para que ela pudesse participar dos sistemas educativo, legal e econômico que se implantavam, que almejava também o progresso cultural.

Já se tinha a proposta ortográfica para o espanhol apresentada por Bello e García del Río, de 1823, em Londres (primeiras regras). Era a vez de conhecer a de Sarmiento, que viria a ser uma segunda norma ortográfica. A proposta de Sarmiento, menos conservadora do que a dos primeiros, buscava “americanizar a ortografia” espanhola, marcando o uso na língua. Ambas recusaram o critério etimológico, buscando a pronúncia e o uso constante como princípios regentes, assim como desejavam simplificar e uniformizar a grafia. Por exemplo, propunham a eliminação do h mudo, defendendo que cada letra deveria representar um só som. Essa ideia já estava na primeira descrição gramatical do castelhano, isto é, na *Gramática castelhana* (1492), de Nebrija⁵⁷, quem se

política pan-hispânica a RAE e a Asociación de Academias de la Lengua Española (ASALE), Instituto Cervantes, aliados a editoras, empresas transnacionais que elaboram instrumentos normativos, difundem um ideal de língua supranacional (através de diversas designações como o espanhol padrão, o espanhol geral, o espanhol neutro, o espanhol internacional) e atendem as demandas do mercado econômico internacional, de ensino da língua como estrangeira. Conforme Lagares (2013, p. 385), “a política linguística pan-hispânica aspira a substituir o caráter policêntrico do castelhano pela constituição de um único centro normativo, plural talvez, mas único”.

⁵⁷ Antonio de Nebrija (1441-1522) era um pseudônimo. Na verdade, seu nome era Antonio Martínez de Cala. Nasceu em Lebrija, Sevilha, em 1441 (o que influenciou Nebrija) e faleceu em Alcalá de Henares, em 1522. Foi um humanista, filólogo,

respaldou no gramático Quintiliano (ESPARZA TORRES, 1996). Portanto, há uma continuidade dessa ideia linguística na tradição gramatical espanhola que segue (Quintiliano → Nebrija → Bello/Sarmiento), fazendo a escrita corresponder à pronúncia.

Em suma, a proposta de Sarmiento era parecida com a de Bello e García del Río. Bello, na condição de reitor da UCHILE, a quem cabia implantar a medida, aceitou analisá-la. No entanto, Sarmiento, ousadamente, se antecipou e publicou antes o seu texto, causando muita controvérsia. Diante disso, oficializou-se a proposta de Bello e García del Río como norma ortográfica chilena, na década de 1840, levemente diferente à da Espanha, mas seu alcance foi limitado porque muitos não seguiam as propostas dessa reforma, ocasionando a sua curta duração e, da mesma forma, como o governo a legitimou, ele a cancelou, vigorando até 1851, quando o próprio Bello reconheceu que as escolas não estavam mais obrigadas a segui-la.

Na verdade, as reformas propostas, nesse período pós-independência, não tiveram êxito e, passados alguns anos, reinstaurou-se a norma ortográfica da RAE. A fundação da Academia chilena de língua se deu na tradição da RAE, em 1885, e tinha como função resgatar a ortografia acadêmica. No caso chileno, sentiu-se o poder da tradição, do prestígio de uma instituição, que se mostrou ditando como se deveria escrever na língua espanhola.

As ideias ortográficas de Bello e Sarmiento, o debate em torno delas e depois sua adoção no Chile foram ações locais, ou seja, não se aplicaram nas demais nações independentes, embora tivessem sido pensadas audaciosamente para a América Latina. Provavelmente, as outras nações não foram consultadas ou

tradutor, professor e autor de várias obras, entre elas a primeira gramática da língua castelhana (1492) e o primeiro dicionário espanhol (1495). A escrita da *Gramática castellana* tem um significado muito expressivo na história da gramatização porque está entre as primeiras de um vernáculo europeu. Estudou Humanidades em Salamanca e Filologia na Universidade Italiana de Bolonha, foi professor em Salamanca e na Universidade de Alcalá de Henares.

convidadas a refletir sobre o tema, de modo que é bem possível que tenham tido atitudes desaprovadoras em relação a isso. Logo, a ortografia chilena não teve eco continental e, em vez de unificar, separou essas nações nesse aspecto.

No ano de 1842, também houve um debate escrito longo entre Bello, Sarmiento e outros intelectuais, em relação ao tema da língua, o espanhol culto, a educação, que ficou conhecido como “Controvérsia Filológica”. Norberto Pinilla publicou, em 1945, um livro intitulado *La controversia filológica de 1842*, que reuniu os 17 textos, assinados pelos autores José María Núñez, Pedro Fernando Garfias, Andrés Bello, Domingo Faustino Sarmiento e anônimos, todos escritos para o jornal *El Mercurio* e publicados em Valparaíso, de abril a junho de 1842.

Bello escreveu apenas um texto para esse debate, “*Ejercicios populares de la lengua castellana*” em resposta ao texto polêmico de Garfias, precedido de comentários de Sarmiento. Não escreveu mais, provavelmente, porque o tom adotado nos textos pelos autores tendia mais para uma reflexão de cunho político-ideológico do que especificamente filológica.

Garfias e Sarmiento defendiam a liberdade do povo para reger sua língua, sendo ele a autoridade linguística determinante e não uma classe de sábios, de intelectuais. O fato é que essa ideia entrou em conflito com outros especialistas da língua, como é o caso de Bello, que assim escreveu:

¿Cómo podría permitirse al pueblo la formación a su antojo del lenguaje, resultando que cada cual vendría a tener el suyo, y concluiríamos por otra Babel? En las lenguas como en la política, es indispensable que haya un cuerpo de sabios, que así dicte las leyes convenientes a sus necesidades; como las del habla en que ha de expresarlas; y no sería menos ridículo confiar al pueblo la decisión de sus leyes, que autorizarle en la formación del idioma. En vano claman por esa libertad romántico - licenciosa del lenguaje, los que por prurito de novedad, o por eximirse del trabajo de

estudiar su lengua, quisieran hablar y escribir a su discreción. (BELLO, 1842, p. 27-28)⁵⁸.

Nesse texto, Bello também insistia em promover o uso correto e padronizado da língua espanhola e se opunha fortemente à utilização de estrangeirismos, principalmente, quando existissem palavras correspondentes na língua para expressar o que se desejava. Essa posição de Bello diante da língua condiz com a afirmação de Burke (2010, p. 186) de que: “o século XIX foi uma época de vários e intensos movimentos de purificação linguística associados ao nacionalismo”.

A Geração de 42, composta por Andrés Bello, José Victorino Lastarria, Salvador Sanfuentes, Jacinto Chacón, entre outros, teve fundamental importância na formação da classe intelectual chilena. Bello, a figura mais saliente, tinha uma atitude racionalista diante da língua, defendia a raiz histórica espanhola e trabalhava para propulsar o reconhecimento de um espanhol culto entre os latino-americanos, e essa visão foi a que predominou. Possivelmente, conseguiram êxito porque tinham influência política e cultural. Bello, por exemplo, fazia parte da classe política e educacional, sendo respeitado social e intelectualmente, o que lhe favorecia no momento de propor e implantar políticas linguísticas e medidas educativas, já que contava com o aval do governo. Sarmiento e intelectuais afins as suas ideias também participavam da política educacional e da imprensa, mas não foram reitores nem senadores,

⁵⁸ Este artigo (p. 25-30) e os demais podem ser encontrados na obra *La controversia filológica*, de 1842.

Tradução: Como se poderia permitir a vontade do povo a formação da linguagem, resultando que cada um viria a ter a sua e concluiríamos por outra Babel? Nas línguas como na política, é indispensável que tenha um corpo de sábios, que assim dite as leis convenientes as suas necessidades, como as da fala em que há de expressá-las. E não seria menos ridículo confiar ao povo a decisão de suas leis, que autorizar-lhe na formação do idioma. Em vão, clamam por essa liberdade romântico-licenciosa da linguagem aqueles, que por prurido da novidade ou por eximir-se do trabalho de estudar sua língua, quiseram falar e escrever com discrição.

nem conselheiros de governos, nem diplomatas. Sarmiento foi diretor de escola no Chile.

O grupo de intelectuais de orientação racionalista temia que o espanhol se fragmentasse, ao exemplo do que sucedera com o latim, com a queda do Império Romano, no século V d.C. Então adotaram uma atitude defensiva, conservadora diante dos estrangeirismos (galicismos, principalmente), dos vulgarismos e dos americanismos, tomando medidas para evitar essa situação, sendo uma delas a produção de dicionários e obras, que expunham os “vícios idiomáticos” dos falantes do espanhol do Novo Mundo.

Bello publicou: “*Advertencias sobre el uso de la lengua castellana dirigidas a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuelas*”, entre 1833 e 1834, em cinco partes sequenciais no jornal *El Araucano*⁵⁹, de Santiago de Chile; em 1835, apresentou o tratado **Principios de ortología y métrica de lengua castellana**, cujo objetivo era estimular nos falantes a boa pronúncia; e seguiu publicando outras obras como *Análisis ideológica de los tempo de la conjugación castellana* (1841) e as gramáticas (1847 e 1876).

No texto para *El Araucano*, Bello advertiu seus três destinatários de uma ameaça, que era o “mau estado” em que se encontrava a língua no Chile, referindo-se às “impropriedades, aos defeitos e aos vícios”. Dirigiu-se a eles porque eram responsáveis por disciplinar os pequenos, que, na condição de falantes iniciantes da língua, não o corrompem como os adultos. Apostava no maior êxito de ensinar a boa conduta linguística às crianças do que aos adultos.

No que se refere à produção dicionarística a partir dessa ideia racionalista, há algumas publicações nessa época. Pedro Fernando Garfias (1842), por exemplo, em um de seus textos no jornal *El Mercurio*, apresentou uma lista de usos da língua no Chile, descrevendo em dois grupos “*Se dice*” e “*Debe decirse*”, o correto e o incorreto, uma espécie de protodicionário, o que depois evoluiu

⁵⁹ 1ª parte: nº 170 (13/12/1833); 2ª parte: nº 171 (20/12/1833); 3ª parte: nº 173 (03/01/1834); 4ª parte: nº 175 (17/01/1834); 5ª parte: nº 185 (28/03/1834). Os textos originais estão no *Archivo Central Andrés Bello*, em Santiago/Chile.

para dicionários de chilenismos ou provincialismos. O próprio Sarmiento apresentou os “*Ejercicios populares de la lengua castellana*” em 1842, em que reúne erros dos falantes. Em 1866, temos o discurso “*Formación del diccionario hispanoamericano*” de autoria de Ramón Sotomayor Valdés. Também há: o **Diccionario de chilenismos** (1875), considerado o primeiro dicionário de fato nessa linha, de Zorobabel Rodríguez; o *Diccionario manual de locuciones viciosas y de correcciones del lenguaje* (1893), de Camilo Ortúzar; o *Diccionario etimológico de voces chilenas derivadas de lenguas indígenas americanas* (1905), de Rodolfo Lenz.

Os dicionários de provincialismos eram prescritivos, tendo por objetivo modificar as condutas linguísticas do povo. Isso garantiria a tranquilidade da unidade idiomática. Então dicionários, gramáticas e outros gêneros com esse fim integravam uma política linguística da época, de instrumentos linguísticos a serviço da institucionalização de uma norma padrão, da uniformidade da língua nacional.

Uma das características dos racionalistas diante da língua era manter o espanhol como idioma das novas nações e conservá-lo uniforme em todos os territórios em que era usado. Bello, por exemplo, defendeu essa ideia e justificou os motivos, inclusive, no *Prólogo* da *Gramática* (1847). Para ele, a diversidade linguística do espanhol da América era um obstáculo para constituição das novas nações:

[la avenida de neojismos de construccion], alterando la estructura del idioma, tiende a convertirlo en una multitud de dialectos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriones de idiomas futuros que durante una larga elaboracion reproducirian en América lo que fué la Europa en el tenebroso período de la corrupcion del latin. Chile, el Perú, Buenos-Aires, Méjico, hablarian cada uno su lengua, o por mejor decir, varias lenguas, como sucede en España, Italia i Francia, donde dominan tres idiomas provinciales, pero viven a su lado otros varios, oponiendo estorbos a la difusion de las

luzes, a la ejecucion de las leyes, a la administracion del Estado, a la unidad nacional. (BELLO, 1847, p. XI)⁶⁰.

Outra característica do pensamento racionalista era tomar a fala das pessoas educadas, letradas como modelo linguístico, que deveria ser descrito e depois ensinado. Essa ideia pode ser lida e justificada no conceito de gramática (recorte 15 da análise), apresentado por Bello, na mesma obra de 1847.

La GRAMÁTICA de una lengua es el arte de hablarla correctamente, esto es, conforme al buen uso, que es el uso de la jente educada. Se prefiere este uso porque es el mas uniforme en las varias provincias i pueblos que hablan una misma lengua, i por lo tanto el que mas fácil i jeneralmente se entiende; al paso que las palabras i frases propias de, la jente ignorante, varían mucho de unos pueblos i provincias a otros, i no son fácilmente entendidas fuera de aquel estrecho recinto en que las usa el vulgo. (BELLO, 1847, p. 1, grifo do autor)⁶¹.

Os que discordavam do pensamento racionalista, os românticos, como Sarmiento, não temiam a fragmentação do espanhol, pois defendiam que o povo educado ajudaria a criar e a aperfeiçoar a norma, ao contrário dos opositores, que os viam como seus usurpadores. A partir dessas ideias linguísticas diferentes, Torrejón (1989, p. 549) concluiu que Sarmiento tinha uma posição

⁶⁰ Tradução: [a avenida de neologismos de construção], alterando a estrutura do idioma, tende a convertê-lo em uma multidão de dialetos, irregulares, licenciosos, bárbaros, embriões de idiomas futuros, que, durante longa elaboração, reproduziriam na América o que foi a Europa no tenebroso período da corrupção do latim. Chile, Peru, Buenos Aires, México falariam cada um a sua língua ou, melhor dizendo, várias línguas, como acontece na Espanha, Itália e França, onde dominam três idiomas provinciais, mas convivem, ao seu lado, outros vários, opondo estorvos à difusão das luzes, à execução das leis, à discriminação do Estado, à unidade nacional.

⁶¹ Tradução: A Gramática de uma língua é a arte de falar corretamente, isto é, conforme o bom uso, que é o da gente educada. Prefere-se este uso porque é o mais uniforme nas várias províncias e povos que falam uma mesma língua, e, portanto, o que faz que mais fácil e geralmente se entenda o que se diz, ao passo que as palavras e frases da gente ignorante variam muito de uns povos e províncias a outros e não são facilmente entendidas fora daquele estreito recinto em que as usa o vulgo.

política liberal sobre a língua, defendendo a “*democracia lingüística*”, enquanto que Bello e seu grupo colocavam-se em uma posição mais conservadora, pregando a “*aristocracia lingüística*”. Ao acompanhar o desenvolvimento das ideias linguísticas no Chile e na América Latina, vê-se qual dessas posições predominou, a conservadora, que também estava relacionada à ideia de identidade nacional.

Ainda assim, ambos, Bello e Sarmiento, dedicaram-se à uniformização da língua nos países latino-americanos falantes de espanhol só que a partir de ideologias e de posições políticas diferentes sobre a língua. Eles trabalharam na construção do Estado nacional chileno. Suas intervenções na questão ortográfica, por exemplo, comprovam seus empenhos com o governo e com a sociedade bem como são tentativas de “*marcar la nación en la lengua*”⁶², como defende Arnoux (2006). Em conformidade com a pesquisadora:

En las propuestas acerca de la cuestión ortográfica y en las discusiones a que dieron lugar se exponen las relaciones entre el espacio de la lengua y el territorio del Estado. Este necesita para consolidarse la construcción de un imaginario colectivo, para lo cual la representación de la lengua que suministra la escritura es un soporte importante. Nuestros autores trataron de servir a este propósito, convencidos además de los beneficios de la ilustración para ampliar las bases de la participación política y para orientarse definitivamente en el camino del progreso. Por eso, al hablar de la lengua hablaron también de la sociedad y buscaron desde distintas posiciones actuar sobre ella. Las diferencias en los enfoques acerca de la reforma ortográfica - radical y dirigista, en Sarmiento; progresiva y apelando al consenso, en Bello - dependieron de los respectivos lugares sociales de enunciación, pero ambos la propusieron seguros de la necesidad de su

⁶² Arnoux (2008), em um estudo minucioso sobre a obra *Manual de Istoria de Chile* (1845), do argentino, exilado no Chile, Vicente Fidel López, vai mostrando e analisando como a nação se marca na língua. Para a autora, um exemplo que ilustra essa ideia é quando o autor apresenta, em negrito, os nomes das províncias chilenas, marcação que revela como a língua era trabalhada para o processo de formação de uma identidade nacional.

implementación para el desarrollo de las sociedades hispanoamericanas posteriores al proceso independentista. (ARNOUX, 2006, p. 53)⁶³.

O processo de promoção de uma variedade (espanhol culto do Chile) em uma norma nacional e sua disseminação foi marcado, entre outras ações, pela publicação de obras, que acabaram fazendo circular esse modelo de língua no sistema de ensino chileno. Uma dessas obras foi a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847), de Andrés Bello. Trata-se como consenso, na comunidade linguística de hoje, que esse autor foi o que mais se destacou no século XIX, no Chile e na América Latina, mas não foi o único a produzir conhecimento linguístico⁶⁴ e que suas ideias linguísticas tinham contraponto com outras, principalmente com as de Sarmiento, seu antagonista intelectual. Estudos de Rojas (2015), com autores da segunda metade do século XIX, mostraram as ideias linguísticas e as obras de outros intelectuais da época, contemporâneos ou epígonos de Bello, que também merecem estudos no marco da HIL e gramaticais, no universo do espanhol.

Portanto, o século XIX, no Chile, foi de intensa reflexão sobre a língua, seguindo as ideias de Sarmiento ou de Bello, situação bem diferente da encontrada no século anterior. As polêmicas envolvendo a ortografia e a língua em si mesma fizeram parte da

⁶³ Tradução: Nas propostas sobre a questão ortográfica e nas discussões a que deram lugar, expõem-se relações entre o espaço da língua e o território do Estado. Para consolidar-se, necessita a construção de um imaginário coletivo, para o qual a representação da língua, que regula a escrita, é um suporte importante. Nossos autores trataram de servir a este propósito, convencidos também dos benefícios da ilustração para ampliar as bases da participação política e para orientar-se definitivamente no caminho do progresso. Por isso, ao falar da língua, falaram também da sociedade e buscaram, desde posições distintas, atuar sobre ela. As diferenças nos enfoques sobre a reforma ortográfica - radical e dirigista, em Sarmiento; progressiva e apelando ao consenso, em Bello - dependeram dos respectivos lugares sociais de enunciação, porém ambos a propuseram seguros da necessidade de sua implementação para o desenvolvimento das sociedades latino-americanas, posteriores ao processo independentista.

⁶⁴ A obra linguístico-gramatical do autor será apresentada na seção 2.2.

conjuntura de formação da nação chilena, como reflexo da situação sócio-cultural daquele momento histórico e como um traço da identidade linguística. Entre os gêneros mais produzidos estão os ensaios/artigos em jornais e os dicionários.

Cabe citar alguns desses autores e obras: José Ramón Saavedra (1821-1907), de linha mais conservadora que Bello, apresentou dois textos: *Gramática elemental de la lengua española* (1859), que surgiu como uma reação à gramática de 1847 e com finalidade ao ensino escolar, e *Censura de la gramática de la lengua castellana del señor don Andrés Bello* (1863). Ou seja, empenhou-se na missão de substituir o texto de Bello no ensino chileno; *Correcciones lexicográficas sobre la lengua castellana* (1860), de Valentín Gormaz (1820-1884), obra direcionada à instrução primária; Ramón Sotomayor Valdés (1830-1903) se ocupou do papel do dicionário no processo de constituição da norma linguística chilena, seguindo o ideário de Bello, e apresentou o *Diccionario y estandarización*, em 1866; *Diccionario de chilenismos* (1875), de Zorobabel Rodríguez (1839-1901), que é o primeiro dicionário de provincialismos chileno, que conta com 1100 verbetes, organizados em ordem alfabética (ROJAS, 2015); Aníbal Echeverría y Reyes (1864-1938) com *Voces usadas en Chile* (1900). As obras lexicográficas tinham caráter normativo e pedagógico nesse tempo.

Reflexões, debates, tentativas de descrição da língua, a publicação de obras e a questão educacional levam a reconhecer que nascia uma “comunidade discursiva” (WATTS, 2008) ou uma “comunidade de conhecimento” (AUROUX, 2008) chilena, conservadora, organizada em torno de um objeto de reflexão e estudo, o espanhol local, latino-americano. Assim é porque comungavam de interesses, de objetivos e de ideias. Ou seja, tinham por meta a unidade da língua e se interessavam pela educação linguística como forma de conquista desse ideal, de manutenção e de divulgação da língua.

Essa comunidade não foi a primeira na América Latina independente nem se formou em uma data específica ou em um evento. O novo continente contou com um grupo letrado que foi se

constituindo desde a chegada dos conquistadores. É o que Rama (1998) chamou de “*ciudad letrada*”. Segundo o autor, no início, ela era composta por religiosos, administradores, educadores, escritores, intelectuais e servidores do governo. O grupo letrado esteve até o século XVIII misturado, juntos trabalhavam os religiosos e os intelectuais civis. Cabia-lhes desde redigir documentos, dar fé pública a escrever textos literários.

Após a expulsão dos jesuítas, por Carlos III, a escrita, a leitura e as demais tarefas ficaram sob a responsabilidade dos que dominavam a pena, o que revela que o papel dos letrados era importantíssimo na sociedade em formação, na época. Rama (1998, p. 40) vai além, defendendo que só a cidade letrada, “[...] es capaz de concebir, como pura especulación, la ciudad ideal, proyectarla antes de su existencia, conservarla más allá de su ejecución material, hacerla pervivir aun en pugna con las modificaciones sensibles que introduce sin cesar el hombre común”⁶⁵. O grupo letrado articulou-se com o poder e, assim, pode manifestar-se e desempenhar suas funções.

As ideias linguísticas da época ocorreram em uma conjuntura dada, um marco político que foi o processo de formação do Estado-Nação. Nesse sentido, os intelectuais do período compreendiam seu papel e concebiam suas ideias e obras não só como estudos individuais, tarefas educativas, mas também como contribuições sociais e patrióticas. Portanto, as ações e o conhecimento produzido tinham um papel maior. No interior dessa comunidade, visualizo três ideias de destaque em torno da língua, relacionada ao modelo de Estado-Nação que se apresentava, tomando-a como estruturante da unidade nacional, como parte da constituição da ideia de nacionalidade:

⁶⁵ Tradução: [...] é capaz de conceber, como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, conservá-la mais além de sua execução material, fazê-la sobreviver ainda em conflito com as modificações sensíveis, que introduz sem cessar o homem comum.

1. duas posições políticas discordantes em relação à língua: a romântica (grupo de Sarmiento) e a racionalista (grupo de Bello);

2. a dominância da posição mais conservadora (racionalista) sobre a língua. Isso faz ver:

2.1. o destaque do intelectual Andrés Bello, integrante da elite hispano-falante chilena, a qual não era formada por linguistas nem filólogos, à sua exceção. Ele surge como uma figura central nos discursos metalinguísticos (jurídicos e educacionais) latino-americanos, no âmbito da ortografia e, sobretudo, na *Gramática* (1847). O autor era a autoridade idiomática dentro da conjuntura local, mesmo que pudesse haver posições políticas discordantes sobre a língua. Segundo Rojas (2015, p. 332, grifo do autor), “[...] Bello fue el primero que introdujo la antigua idea del *consensus eruditorum* en el ambiente intelectual chileno”⁶⁶ e verificou, em sua pesquisa, que os autores chilenos, da segunda metade do século XIX, que integraram o *corpus* de sua tese, lhe fizeram menção como também ao seu modelo linguístico. Essa constatação permite concluir que Bello foi uma influência intelectual para os seus posteriores, fazendo com que consigamos localizar a recepção e a projeção de seu conhecimento no Chile;

2.2. a posição política de Bello (1847) sobre o modelo de língua espanhola a ser usado pelos chilenos (“*uso da gente educada*” como norma), problematizando o direito do falante culto de ditar a norma sem deixar de fazer alusão aos usos latino-americanos em geral.

3. ações e produtos do conhecimento linguístico em torno da fomentação, do ensino e da elevação da “*lengua castellana*” como língua nacional, ou seja, intervenções do Estado sobre a língua, conjugada ao auxílio dos intelectuais, que resultaram na política linguística estatal do momento. Entre elas:

3.1. duas propostas ortográficas a fim de simplificação e uniformização para que os falantes pudessem ser alfabetizados e soubessem usar a língua. Poucos chilenos, no pós-independência

⁶⁶ Tradução: Bello foi o primeiro que introduziu a antiga ideia do consenso dos instruídos.

sabiam sua língua, conforme censo realizado e afirmações de Bello. Era, portanto, uma demanda. A proposta de Bello e García del Río se destaca;

3.2. a existência de dicionários e gramáticas (além de outros (sub)gêneros discursivos), ou seja, instrumentos linguísticos que, entre outras funções, servem para “gramatizar uma língua”. (AUROUX, 2014);

3.3. o destaque, entre esses instrumentos, da *Gramática* (1847), de Bello. Ela não é um produto isolado de suas outras obras nem das obras de outros autores e muito menos da conjuntura sócio-histórica-política e intelectual do período de sua publicação. Aponto alguns de seus diferenciais:

3.3.1. é uma gramática da língua espanhola, concebida como gramática particular dessa língua, ou seja, uma gramática que não foi estruturada a partir do modelo latino, ideia que traz rupturas na metalinguagem, na taxonomia e em conceitos presentes na obra, algumas das quais a apresentação da obra (Capítulo 3) e os recortes analisados (Capítulo 5) mostrarão;

3.3.2. é um instrumento concebido à luz do projeto estatal de construção da identidade nacional (gramática nacional). E isso se “marca na língua” (ARNOUX, 2006), sendo um exemplo disso o imaginado destinatário continental do título. Talvez, essa gramática venha a confirmar a afirmação feita por Del Valle e Gabriel-Stheeman (2004, p. 15) de que “la independencia de las colonias españolas no fue un fenómeno exclusivamente político, y que vino acompañada de proyectos de emancipación en el ámbito de la producción de ideas y la vida intelectual”⁶⁷;

3.3.3. constitui-se em um produto do conhecimento linguístico – um “instrumento linguístico” (AUROUX, 2014) – para os latino-americanos, cuja autoria não é mais espanhola, mas sim latino-americana.

⁶⁷ Tradução: a independência das colônias espanholas não foi um fenômeno exclusivamente político, mas veio acompanhada de projetos de emancipação no âmbito da produção de ideias e da vida intelectual.

Aqui, a noção de autoria guarda relação com o entendimento da AD, especificamente, com Orlandi (1988), que a reelabora, de forma mais ampla, no interior dos estudos discursivos, a partir de um deslocamento do conceito concebido por Foucault (1969, 1971). Ele vê a autoria como um modo de o sujeito constituir-se, ou seja, uma função assumida no discurso, esta designada como “função autor”. A partir dessa noção, Orlandi (2015, p. 73) define o autor: “[...] é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito”. Na verdade, ao colocar-se na função de autor, o sujeito constrói uma unidade aparente do texto, ou seja, produz um efeito de unidade, de coerência, de não contradição, assumindo a responsabilidade pelo dizer. Segundo a autora (2015, p.73), a autoria como uma “função discursiva autor” (ORLANDI, 2015, p. 73), ocorre quando este se coloca na origem do dizer, ou seja, no imaginário ilusório de ser a origem do dizer, situação que Pêcheux (2014) chama de “esquecimento número 1”. E é nesse gesto que autor e texto se constituem ao mesmo tempo.

No estudo em questão, a autoria é compreendida como uma função enunciativa do sujeito falante, a função do sujeito gramático, ou seja, desse lugar social de dizer (alocutor-gramático) que Bello ocupa, da relação desse sujeito com a exterioridade que o determina, dá unidade ao texto gramatical e se responsabiliza pelo que diz nesse discurso. Nesse sentido, a publicação da *Gramática* (1847) institui um lugar de enunciação dentro da historiografia gramatical da língua, ainda não ocupado, assim como levanta uma questão: o porquê da sua necessidade? As gramáticas existentes nessa língua não seriam suficientes para suprimir a necessidade de educação linguística dos falantes latino-americanos? Bello propôs uma específica para esse público, “*su Gramática del castellano*”. (SÁNCHEZ MÉNDEZ, 2011, p.13, grifo do autor). No entender desse pesquisador, a independência política das nações latino-americanas da Espanha teria acarretado também uma crise da norma hispânica, peninsular;

3.3.4. é a primeira a surgir na América Latina, depois da independência política (SÁNCHEZ MÉNDEZ, 2011), que eleva a

variedade de língua do falante culto latino-americano a modelo de língua a ser adotado pelos demais, mas também faz alusão às particularidades da língua espanhola na América Hispânica, no sentido de que fazem parte dela assim como os espanhóis. Isso põe em xeque a RAE (e os gramáticos alinhados a ela) como única reguladora da norma;

3.3.5. e, por fim, a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847) é um acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002, 2018) porque seu aparecimento instaura uma novidade para a comunidade científica do espanhol. Esse novo, por exemplo, pode ser pensado já a partir do modo diferente de designar a língua, no “enunciado-título” (GUIMARÃES, 2018), que alude aos pares norma e uso, língua e nação, fazendo despontar uma visão dialetológica, sociolinguística sobre o espanhol.

CAPÍTULO 2

ANDRÉS BELLO: VIDA E LEGADO

Fazer uma incursão na vida de Andrés Bello como homem, cidadão, falante culto e intelectual da colônia e das jovens Repúblicas resulta necessário para compreender seu pensamento de forma geral e depois, de modo específico, analisar a noção de língua no discurso gramatical. Para a perspectiva teórica desta obra, as condições sócio-históricas interferem no saber que produz bem como nos lugares sociais que o sujeito ocupa.

2.1 O sujeito de dois mundos

A trajetória de Bello é marcada por diferentes momentos: a formação intelectual inicial na Venezuela, seu país natal e algumas produções (1781-1810), a continuidade dos estudos de forma autodidata e a diplomacia em Londres (1810-1829), o regresso à América Latina e a vida no Chile (1829-1865), sendo o último, o mais fecundo da sua produção e atuação. O perfil biográfico do autor se justifica porque, conforme a opinião de Caldera (1965, p. 17), “compreender a obra e o pensamento de Bello é tarefa impossível sem compreender também o homem”. Ou ainda, conforme Jaksic (2010, p. 129), “la biografía de Bello y la historia de Chile se encuentran inseparablemente unidas”⁶⁸.

Ao cotejar as experiências dessa vida em dois mundos muito diferentes, o latino-americano e o europeu, que se demarcam em Caracas – Londres – Santiago, é possível compreender melhor o perfil individual e intelectual, os ambientes políticos e culturais mais abrangentes da América Latina até questões específicas da

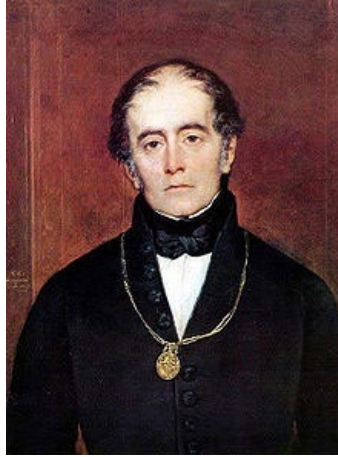
⁶⁸ Tradução: a biografia de Bello e a história do Chile se encontram inseparavelmente unidas.

nação chilena. Também é preciso considerar que Andrés Bello viveu a transição entre os séculos XVIII e o XIX, ou seja, suas ideias podem trazer as marcas do pensamento científico e intelectual desses períodos.

A escrita sobre a história de vida de Bello considera as informações apresentadas nas biografias escritas por Miguel Luís Amunátegui e Iván Jaksic. O primeiro conviveu com o pensador venezuelano e escreveu vários textos sobre ele, sendo a *Vida de Don Andrés Bello* (1882), reconhecida como uma das mais importantes de suas biografias. O segundo é autor de outra biografia notável, intitulada *Andrés Bello: la pasión por el orden* (2001), publicada originalmente em inglês, com o título *Andrés Bello: scholarship and nation-building in nineteenth-century Latin America*. Também há uma tradução em português, publicada, em 2018, no Brasil, intitulada: **A vida de Andrés Bello: erudição e construção de nação na América Latina do século XIX**. Aqui é tomada a segunda edição da obra, de 2010, escrita em espanhol. A biografia em português e a **Coleção Educadores** (2010), esta publicada pelo Ministério da Educação (MEC), em que Andrés Bello figura como um dos pensadores integrantes dessa coleção, são duas obras acessíveis aos brasileiros para conhecimento geral da vida e obra desse intelectual latino-americano.

Don Andrés de Jesús María y José Bello López (Figura 1) nasceu em Caracas-Venezuela, em 1781, no seio de uma família de origem canária, e faleceu em Santiago-Chile, em 1865, aos 84 anos. Foi um dos mais importantes intelectuais de seu tempo e um cidadão atuante.

Figura 1 – Andrés Bello



Fonte: (Memória chilena. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3290.html>> Acesso em: 10 jun. 2019)

Viveu momentos agitados e transformadores na América Latina, quando grupos de pessoas se mostraram insatisfeitos com a política imperial espanhola e encabeçaram o movimento pró-independência, influenciados pelas ideias de eventos como a Revolução Francesa (1789), a Independência dos EUA (1776-1783) e a crise na monarquia espanhola.

Bello participou dessas manifestações e protagonizou, no final do século XVIII e início do XIX, a passagem das colônias espanholas a jovens nações independentes. Viveu a esperança e as incertezas, a proclamação e a consolidação dos países em Repúblicas, assistiu também a algumas das turbulências do século XIX. Conviveu com outras grandes figuras das novas pátrias e com intelectuais, imbuído do novo espírito, participou da organização do sistema político, econômico, social e educacional do Novo Mundo, buscando o estabelecimento de uma nova ordem, aspecto ressaltado por Jaksic (2010) que afirmou que o pensador demonstrava “pasi3n por el orden”. Que sentido teria tido a palavra “ordem” para Bello na conjuntura sócio-hist3rica em que atuava? Teria sido o mesmo sentido do Positivismo? Possivelmente... A ordem que levaria ao progresso.

Em Caracas, passou a primeira parte de sua vida. Era filho primogênito de pai advogado e mãe de família de artistas. Tinha 7 irmãos. Recebeu uma educação clássica e religiosa, realizada, primeiramente, no *Convento de las Mercedes*, sendo supervisionada pelo Frei Cristóbal de Quesada. Ali aprendeu o latim, a gramática e a literatura através da leitura dos clássicos latinos e espanhóis. Depois, estudou no *Seminario de Santa Rosa*, onde fez o curso de latim e aprendeu, de modo autodidata, francês e inglês, também era leitor e estudioso de textos europeus. Ou seja, teve acesso à educação clássica e religiosa.

Em 1797, ingressou na *Real y Pontificia Universidad de Caracas*, tendo como professor o presbítero Don Rafael Escalona, e, em 1800, tornou-se Bacharel em Artes. O curso nessa Universidade se desenvolvia em três anos de estudos em Filosofia, que habilitavam ao grau de Bacharel em Artes. O currículo era estruturado assim: o primeiro ano de lógica (incluindo o estudo de matemática e geometria), o segundo de filosofia natural e o terceiro de metafísica. Segundo Amunátegui (1882), naquela época se dizia grau de Bacharel em Artes e, na data de publicação da biografia, 1882, se dizia Bacharel em Humanidades.

Conforme Ardao (1986), Velleman (1976) e Landa (2014), Bello recebeu em Caracas uma formação institucional filosófica tanto escolástica quanto moderna e crítica, sendo autores desta última corrente, Descartes (1596-1650), Locke (1632-1704), Berkeley (1685-1753), Condillac (1714-1780), por exemplo. Bello não se interessou pelo pensamento cartesiano, mas pelos de Locke e Condillac⁶⁹ sim,

⁶⁹ Etienne Bonnot de Condillac foi um filósofo iluminista francês do século XVIII, herdeiro de uma tradição filosófica, marcada pelo embate entre racionalismo e empirismo modernos, com visões opostas no modo de explicar a aquisição do conhecimento pelo homem. O racionalismo, inaugurado por René Descartes, defendia que o conhecimento só pode ser alcançado por meio da razão humana, não dependendo da experiência. O filósofo mais antigo dessa linha foi Platão. Já, o empirismo, ao qual Condillac se inclinou, apoiando-se em Locke, defendia a teoria sensualista e experimental do conhecimento, sendo que este seria resultado das experiências práticas e das sensações. A partir dos experimentos, provas, dados e evidências seriam obtidos, valorizando o que hoje conhecemos como

os quais leu de forma direta, o que se poderia notar mais tarde na sua obra filosófica de 1881⁷⁰ e também em suas obras filológicas de 1841 e 1847. O venezuelano se aprofundaria sobre o pensamento desses dois filósofos mais tarde, em Londres.

Condillac era filósofo conhecido na América Hispânica desde os anos finais do século XVIII, vindo a consolidar-se no século XIX, nas aulas, como filósofo de maior prestígio e como representante da Filosofia mais estudado pela “geração da independência”, formada na filosofia pura, no seio do Enciclopedismo (1ª fase da Ilustração francesa), o “árbitro filosófico”. (ARDAO, 1986, p. 48). No referente a Bello, segundo o filósofo uruguaio:

Es altamente probable que el primer conocimiento de Condillac por parte de Bello, tuviera lugar en su período de estudiante, de 1797 a 1800. Aparte de las referencias generales que se han registrado, induce a suponerlo así el enunciado literal de la citada tesis de lógica que sostuvo en el examen de graduación. *Solo el análisis tiene fuerza para producir ideas claras y exactas.* (ARDAO, 1986, p. 49, grifos do autor)⁷¹.

A análise é tomada por Bello como único método para determinar as ideias, para adquirir conhecimento, e isso remete a Condillac, quem praticava a filosofia empirista com o método

método científico. O representante mais antigo da orientação empirista foi Aristóteles, discípulo de Platão. Na Inglaterra, o empirismo inglês foi representado por Thomas Hobbes, John Locke, David Hume, Francis Bacon.

⁷⁰ Andrés Bello escreveu sobre temas filosóficos, sendo que um dos textos foi publicado postumamente, em 1881, com o título de *Filosofía del entendimiento*. Ardao (1986) afirmou que o papel de filósofo foi o mais tardio a ser reconhecido e que essa obra, nesse gênero, foi a primeira publicada no Chile e em toda a América Latina. Ou seja, esse autor atribui a ela o papel de obra fundadora da filosofia latino-americana, no âmbito da língua espanhola, e a Bello, como seu representante, também fundador.

⁷¹ Tradução: É muito provável que o primeiro conhecimento de Condillac por parte de Bello teve lugar no seu período de estudante, de 1797 a 1800. Aparte das referências gerais que se têm registrado, o enunciado literal da citada tese de lógica, que sustentou no exame de graduação, induz a supô-lo assim. *Somente a análise tem força para produzir ideias claras e exatas.*

analítico⁷², sendo a primeira aquela do iluminismo francês. (ARDAO, 1986). Especificamente falando de textos de Condillac que Bello conheceu em Caracas, é consensual entre os estudiosos de temas filosóficos e filológicos bellistas a obra *Cours d'Etudes* (1775), pois já circulava na América Hispânica, nas aulas e fora delas, no período de vida caraqueño de nosso autor. Essa extensa obra tem duas partes: a histórica e a teórica. A primeira compreende a história antiga e a moderna; a segunda abarca cinco capítulos, cujos títulos são: I – Introdução ao Curso de Estudos; II – Gramática; III – A arte de escrever; IV – A arte de raciocinar; e V – A arte de pensar. Bello se interessou mais pela parte teórica do livro, especificamente a terceira parte, traduzida ao espanhol na época, por “*El arte de escribir*”, cujo tema era a retórica.

A influência de Condillac sobre Bello se mostra também na sua primeira obra filológica escrita em Caracas, *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana*, e publicada anos depois (1841), no Chile. O enunciado-título sugere um estudo, que casa filosofia com gramática. Para Ardao (1986), a base filosófica vai sendo expressada na palavra “*análisis*”, que remete à filosofia analítica de Condillac, e na palavra “*ideológica*”, que remete a Destutt de Tracy (1754-1836), discípulo de Condillac e representante da corrente filosófica francesa dos ideólogos⁷³, tendo Locke ao fundo. Bello teve contato com essa corrente em Londres, de modo que perpassa a obra *El Análisis* (1841) porque o texto foi modificado ou em Londres ou no Chile, devido ao conhecimento adquirido e amadurecido por seu autor nesses lugares. (ARDAO, 1986; TRUJILLO, 1988). Essa expressão “*Análisis ideológica*”, portanto, se refere à filosofia, já a segunda parte “*de los tiempos de la conjugación*

⁷² “Dicha corriente era una filosofía con un método analítico (descomposición de una cosa en sus elementos constitutivos) y de corte empirista (análisis de los hechos que se le presentan a la conciencia por medio de los sentidos)”. (LANDA, 2014, p. 40).

⁷³Bello teve contato com essa corrente em Londres, de modo que perpassa a obra *El Análisis* (1841) porque o texto foi modificado ou em Londres ou no Chile, devido ao conhecimento adquirido e amadurecido por seu autor nesses lugares. (ARDAO, 1986; TRUJILLO, 1988).

castellana” alude à gramática, enunciado de significado restritivo, pois delimita o tema de seu estudo, aos tempos verbais da língua espanhola, o que quer dizer que não é um estudo geral do verbo.

Para Haßler (2009), é nessa obra de 1841 que Bello aplica o pensamento ou o método analítico, não se declarando um seguidor das gramáticas gerais do século XVIII, mas como alguém que queria elaborar uma gramática própria da língua espanhola: “Como los ideólogos, no quiere aplicar el método analítico de la gramática general, sino el de una lengua particular que se utiliza y que se aprende por los niños”⁷⁴. (HAßLER, 2012, p. 36).

Após a conclusão do curso universitário, Bello continuou seus estudos filosóficos e linguísticos de modo autodidata. Segundo Jaksić (2010), teria produzido textos literários (escrita/tradução de setenta poemas, dos quais restaram dez: *Égloga*; *A la nave*; *Mis deseos*; *Oda a la vacuna*; *Venezuela consolada*; *Octava a la muerte de I.S.O. Francisco Ibarra*; *A la victoria de Bailén*; *El anaucano*; *A un samán* y *A un artista*), filológicos (*Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana*, 1841) e históricos (*Resumen de la historia de Venezuela*, 1810. Para o biógrafo (2010, p. 56), seu mérito se daria por ser “el primer libro impreso en Venezuela y una de las producciones históricas más importantes de Bello⁷⁵”). É preciso considerar que a produção desse período vem de um pensamento ainda em construção, de um intelectual jovem em formação, mas cujas ideias foram reconhecidas como originais.

Além disso, atuou como professor, tarefas conjugadas a seu primeiro trabalho, o de funcionário da Coroa Espanhola, em que realizava atividades administrativas. No governo venezuelano, além das atribuições do cargo, era chamado para atuar como intérprete e tradutor devido ao seu conhecimento de línguas. Desempenhou, portanto, um papel muito importante por dar a

⁷⁴ Tradução: Como os ideólogos, não quer aplicar o método analítico da gramática geral, mas sim o de uma língua particular que se utiliza e que se aprende pelas crianças.

⁷⁵ Tradução: o primeiro livro impresso na Venezuela e uma das produções históricas mais importantes de Bello.

entender as novidades que chegavam através de documentos e jornais da Europa.

Pela literatura, Bello começa a se colocar na posição de autor, pois foi como poeta local que se apresentou à sociedade caraquenha. Essa condição primeira se manteve até o final de sua vida, quando continuou seu trabalho com o poema *El Cid*⁷⁶, considerado texto épico espanhol mais antigo. Segundo Jaksić (2001), apesar do interesse principal na questão prosódica do poema, ele encontrou elementos que remetiam a temas políticos e pessoais.

Além disso, Bello matriculou-se em Direito e Medicina, estudos que, por falta de tempo, teve que abandonar. No ano de 1836, no Chile, recebeu o título de Bacharel em Direito Civil e Canônico pela Universidad de San Felipe, diploma que lhe deu autoridade inquestionável, já que fora na mesma época que redigiu o Código Civil, texto que se dedicou por mais de duas décadas (1836 a 1857). Bello estava enfrentando objeções para escrever o texto por causa da sua condição de estrangeiro e pela falta de título na área.

De 1802 a 1810, foi funcionário real, vinculado a três capitães gerais, e, aos 21 anos, foi designado Oficial da Capitania Geral da Venezuela e atuou no controle da epidemia de varíola, com uma política de vacinação em massa.

Bello sabia latim, francês e inglês e era leitor e estudioso de textos nessas línguas. Esse conhecimento lhe habilitou a escrever notícias da Europa para a mídia de Caracas, passando a colaborar com os jornais da cidade. Logo, tornou-se conhecido na sociedade local, sendo nomeado também como redator principal do primeiro periódico da Venezuela, a *Gazeta de Caracas*. Usando sua já notória imagem de homem de Letras e sua capacidade intelectual, Bello começou a utilizar esses canais para difundir ideias sobre a vida social e política na América Espanhola. Na posição de

⁷⁶ Também é conhecido como *Poema de Mío Cid* e teria sido escrito em 1140. A obra traz uma história em três partes que envolve exílio, justiça, império da lei. O personagem principal é o cavaleiro do rei, Rodrigo Díaz de Vivar, cuja missão era lutar contra os mouros invasores da Península Ibérica.

diplomacia, em seus textos, colocou para reflexão o tema da emancipação. Segundo Jaksic (2010), até aquele período da vida, foi um sujeito que se mostrou na educação humanística, no cultivo à poesia e aos clássicos e nos seus interesses pela língua e filosofia. Amunátegui (1882, p. 55) resumiu bem o homem ávido pelo saber e pela leitura que Bello foi, escrevendo que “el empleado no mató en él al hombre estudioso”⁷⁷.

Na Venezuela, Bello teve contato com figuras históricas notáveis: o venezuelano Simón Bolívar (1783-1830), futuro Libertador, e o naturalista alemão Alexander von Humboldt (1769-1859), irmão do linguista Wilhelm von Humboldt (1767-1835). Com o primeiro, sua relação foi de mais tempo: ainda muito jovem, lhe deu aulas em casa, ainda que fosse mais novo do que seu aluno, e depois participou, ao seu lado, de uma comissão diplomática à Europa, em prol dos ideais da independência. Com o segundo, apenas teve contato durante sua visita à Caracas, acompanhando-o em seus trabalhos, na viagem de exploração científica pela América Central e América do Sul. Essas duas personalidades marcaram em âmbitos diferentes o pensamento do caraquenho.

O encontro e a amizade entre Bello (que tinha 18 anos naquele momento) e Humboldt em Caracas podem também ter levado o venezuelano à tomada de conhecimento dos estudos sobre as línguas e a linguagem humana do irmão do naturalista, Wilhelm von Humboldt, que teria acontecido, provavelmente, conforme Alonso (1951), por meio de conversas e não por leituras dos textos. Segundo esse filólogo espanhol, o linguista Humboldt teria contribuído ao estudo da linguística comparada,

con su genial descubrimiento de la forma interior del lenguaje (*Innere Sprachform*), es quien dio una repulsa científica definitiva a las gramáticas logicistas, mostrando que cada lengua impone al pensamiento sus leyes formales y estructurales privativas, sólo lejana y esquemáticamente conectadas con la lógica. Es muy probable que, por ser cosas de conversación y no lecturas, el Bello maduro las trascordara hasta el punto de no poder

⁷⁷ Tradução: o funcionário não matou nele o homem estudioso.

citar ni una palabra de lo conversado en 1800; pero el beneficio de formación personal pudo ser mucho mayor que el debido a las lecturas: el de saber mirar el fenómeno humano del lenguaje desde el ángulo adecuado. (ALONSO, 1951, p. XXVII, grifo do autor)⁷⁸.

Ainda assim, ter vivido em Londres, ter sido contemporâneo de grandes nomes da Linguística Histórica-Comparativa, da qual Humboldt participava, e de ser um estudioso, torna difícil acreditar que não tenha conhecido o pensamento desse linguista.

Em 1810, foi designado como diplomata a Londres, onde passou a trabalhar para Chile, Venezuela e Colômbia. Viajou integrando uma junta, composta por Simón Bolívar, Luis López Méndez (1758-1841) e Andrés Bello, na condição de secretário, para um período curto, cuja tarefa era apresentar a causa da independência e a busca por apoio e proteção. O intento não teve o resultado esperado, de modo que decidiram: manter uma presença em Londres, para promover a ideia e para informar o governo venezuelano das decisões do governo britânico, e fazer retornar os demais integrantes da junta à América Hispânica.

Bello foi quem permaneceu e exerceu a diplomacia. Paralelo a essa função, ministrava aulas de espanhol e humanidades, além de escrever para jornais ingleses, como a *Biblioteca Americana* e o *Repertorio Americano*. Passou quase duas décadas na Inglaterra e, nesse tempo, engajou-se na luta pela independência das nações latino-americanas, movimento que Simón Bolívar conduzia na América. O período em Londres foi de extrema incerteza e dificuldade financeira. O governo não lhe pagava o suficiente para sobreviver com sua prole numerosa (teve 15 filhos, alguns

⁷⁸ Tradução: com seu genial descobrimento da forma interior da linguagem, foi quem deu uma repulsa científica definitiva às gramáticas logicistas, mostrando que cada língua impõe ao pensamento suas leis formais e estruturais privativas, somente distante e esquematicamente conectadas com a lógica. É muito provável que, por serem coisas de conversas e não de leituras, o Bello maduro as esquecera ao ponto de não poder citar nenhuma palavra do conversado em 1800; porém, o benefício da formação pessoal pode ser muito maior que o devido às leituras: o de saber olhar o fenômeno humano da linguagem desde o ângulo adequado.

nasceram no Chile) e acometida por doenças e mortes, tampouco contava com a ajuda de sua família na Venezuela, que já não dispunha de recursos para auxiliá-lo.

Diante da situação em que se encontrava, passou a executar trabalhos temporários, sempre relacionados a temas de seu interesse e competência, sendo correspondente, escrevendo para jornais, fazendo traduções, ministrando aulas. Também pediu ajuda à Coroa Espanhola, mas sem sucesso. Enviou cartas a Bolívar e a outros amigos para que o socorressem, porém não conseguiu êxito. Por um período curto, atuou como diplomata pela Colômbia e depois pelo Chile.

Paralelo à sua tarefa diplomática, continuou aprimorando temas gramaticais, filosóficos, literários e jurídicos nas línguas que havia aprendido. Frequentou a Biblioteca do Museu Britânico e se dedicou intensamente à evolução das línguas românicas e à história da língua espanhola. O registro dos estudos de Bello nesse local é a existência de manuscritos em seis línguas (espanhol, francês, latim, grego, italiano e inglês), com notas e transcrições de leituras, de fontes consultadas pelo autor nesse período (ou mais exatamente entre 1814 e 1823), em formato de cadernos, em número de 13, que ele trouxe consigo na vinda ao Chile. Hoje estão no *Archivo Central Andrés Bello*, da UCHILE, em Santiago. Importa destacar que contamos com a tarefa hercúlea da equipe de Iván Jaksić e Tania Avilés, que reuniu, em uma publicação de 900 páginas, em 2017, o conteúdo dessas anotações, sob o título *Cuadernos de Londres*. Estudou literatura e leis (direito romano) e produziu muito, e os resultados foram mostrados e divulgados mais tarde, quando regressou ao continente natal.

Conforme Jaksić (2010), Bello, mais maduro, apresentou poesias, como *Alocución a la poesia* (1823) e *Silva a la agricultura de la Zona Tórrida* (1826), esta a mais conhecida, de característica neoclássica, com valor original por sua temática, que referencia fauna e flora americanas, e textos linguísticos, como “*Indicaciones sobre la conveniencia de reformar y uniformar la ortografía en América*” (1823), este escrito em coautoria com Juan García del Río, cuja

proposta era ousada: uma nova ortografia pensada para toda a América Hispânica, mas que teria sido adotada apenas no Chile, posteriormente, por um período curto de tempo.

Nessa fase da vida, o pensador venezuelano revelou-se um sujeito que demonstrava interesse pelo direito, além do que já se sabia, sendo que o fascínio por leis e o estudo delas foram despertados em Londres. Essencialmente foi um período de muito estudo de textos europeus, em bibliotecas, os quais não tinha tanto acesso na América Colonial, de modo que o exílio de 19 anos também foi um período de formação desse intelectual latino-americano.

De acordo com Jaksić e Avilés (2017), no período londrino, Bello teve acesso à literatura importante, especificamente, filológica, em suas jornadas de estudos na Biblioteca do Museu Britânico, teve contato com figuras marcantes do momento histórico e presenciou o surgimento do Romantismo na Europa.

Segundo Jaksić (2010), Bello concentrou seus estudos especialmente na história da língua espanhola, com ênfase no estudo do poema *Cantar de Mio Cid*, e, de forma mais geral, interessou-se pela evolução das línguas românicas, inclinação que, possivelmente, tenha sido motivada pelas pesquisas sobre o sânscrito realizadas, no século XIX. Em sua obra *Compendio sobre la historia de la literatura* (1850), faz avaliação positiva sobre a descoberta da língua sagrada da antiga Índia, conforme o seguinte fragmento:

El Indostán fue probablemente la cuna de la civilización antigua. Su primitiva lengua fue el sânscrito, que se apropiaron después los brahmanes; lengua que, según el juicio de los más sabios orientalistas, no tiene igual en su composición, en su vasta y fecunda flexibilidad. La mayor parte de los idiomas europeos se refieren a ella, como a su tipo original. (BELLO, 1850, p. 1-2)⁷⁹.

⁷⁹ Tradução: O Hindustani, provavelmente, foi o berço da civilização antiga. Sua língua primitiva foi o sânscrito, da qual se apropriaram depois os brâmanes; língua que, segundo o juízo dos mais sábios orientalistas, não há igual em sua composição, em sua vasta e fecunda flexibilidade. A maior parte dos idiomas europeus se referem a ela, como ao seu tipo original.

Esse registro mostra também que Bello estava ciente dos estudos sobre a linguagem de seu tempo e que talvez tenha tido contato naquele lugar e período histórico com as principais fontes da Linguística Histórico-Comparativa: William Jones, os irmãos Freidrich von Schlegel e August Wilhelm von Schlegel, Franz Bopp, Jacob Grimm e Willhelm von Humboldt, os três últimos seus contemporâneos. Por outro lado, também se tem conhecimento da relação com intelectuais espanhóis como Vicente Salvá, Juan Antonio Puigblanch, filósofos ingleses e escoceses, exilados em Londres.

Como já se sabe, a formação universitária de Bello teve como base a corrente filosófica escolástica e a moderna, sendo que esta influenciou fortemente estudos desenvolvidos pelo autor, dando evidências de sua filiação à corrente filosófica empirista a partir de Locke e Condillac, autores aprofundados em Londres. Além disso, segundo Ardao (1986), Bello conheceu a Ideologia, como corrente filosófica, sucessora da Enciclopédia, como segunda fase do Iluminismo francês, desenvolvida por Desttut de Tracy e entendida como a ciência que estuda as ideias. Para Landa (2014, p. 43), a ideia é entendida em “su sentido psicológico lockeano - al como aparece en el empirismo inglés y que Condillac impone en Francia - viniendo a significar todo contenido mental, desde la imagen perceptiva hasta los términos más abstractos, que procederían directa o indirectamente de la sensación”⁸⁰.

Para Bello, ideologia era sinônimo de entendimento, logo a “ciencia del entendimiento”, e, por isso, propõe um título à sua obra filosófica de 1881, “Teoría del entendimiento” que depois modifica para *Filosofía del entendimiento*. Os pensamentos de Condillac e Tracy (empirismo e ideologismo) vão deixando marcas nas ações e produções de Bello. Conforme estudos detalhados de Ardao (1986)

⁸⁰ Tradução: seu sentido psicológico lockeano - tal como aparece no empirismo inglês e que Condillac impõe na França - vindo a significar todo o conteúdo mental, desde a imagem perceptiva até os termos mais abstratos, que procederian direta ou indiretamente da sensação.

e Landa (2014), as revistas londrinas *Repertorio Americano* e *Biblioteca Americana*, para as quais Bello contribuiu, têm filiação no pensamento filosófico francês, pois continham seções dedicadas aos temas, pensamentos e textos de Condillac e Tracy.

Ainda, em Londres, Bello elaborou, a pedido do amigo José Rafael Revenga, uma lista de obras filosóficas para o ensino universitário na América Latina, em que recomendava inclusive, numa ordem determinada, autores empiristas e ideólogos, que foi adotada por muito tempo até ser modificada por obras da filosofia escocesa. Além disso, há as obras de 1841 e 1881 que têm influências explícitas dessa corrente filosófica⁸¹. Segundo Ardao (1986), tudo isso vai mostrando a supremacia dessa corrente filosófica no pensamento bellista sobre as demais existentes naquele momento.

Apesar disso, não se pode negar ou menosprezar influências de outras correntes filosóficas presentes na época porque Bello tomou conhecimento delas. (AMUNÁTEGUI, 1882; ARDAO, 1986; JAKSIĆ, 2010; LANDA, 2014). Em Londres, também circulavam outras duas correntes: a Escola Escocesa de Edimburgo ou do Sentido Comum, de inspiração espiritualista, que fazia contraponto com os racionalistas e os empiristas, e tinha como fundador Thomas Reid (1710-1796) e continuadores Dugald Stewart (1753-1828) e Thomas Brown (1778-1820); e a Escola Utilitarista Inglesa de James Mill (1773-1836), de quem Bello foi amigo, e Bentham (1748-1832), que se caracterizava como uma filosofia moral/política. Ardao (1986) afirma que esses dois filósofos apoiaram a causa da independência latino-americana.

Embora tenha vivido tanto tempo na capital inglesa, demonstrou vontade de retornar à América Latina porque passava por dificuldades e privações financeiras e também porque não abandonara suas convicções e reflexões sobre a

⁸¹ Ardao (1986), Velleman (1976), Haßler (2009, 2012), Landa (2014) analisaram as obras de Bello e apontaram as diferenças e coincidências do pensamento gramatical e filosófico deste autor com os representantes das correntes filosóficas em voga do período.

realidade política e social local. Seu regresso foi um processo longo de conversas e promessas desencontradas até que, em 1829, chegou ao Chile, que vivia seus primeiros anos enquanto nação independente (1818, ano da independência). O país passava por uma época de profunda desorganização social e havia disputa de grupos pelo poder, revelando que o cenário, no início, não apresentava a paz que Bello buscava para viver com sua família, após anos difíceis enfrentados na Europa.

Com base em Jaksić (2010), devido a ser um sujeito intelectual, Bello passou a desempenhar diferentes papéis sociais, políticos e científicos. Adotou a prudência em todos seus propósitos, buscando não se envolver na política como militante, o que não era sacrifício, pois nunca fora um dos seus gostos. Mesmo assim tinha antagonistas políticos e intelectuais como Domingo Faustino Sarmiento, José Victorino Lastarria e José Miguel Infante. Sua atuação lhe rendeu reconhecimentos diversos, sendo um deles a obtenção da cidadania chilena em 1832, por decisão do Congresso Nacional.

Ocupou a função de oficial-maior do Ministério da Fazenda, cargo subalterno na esfera administrativa e, desse lugar social, assumiu algumas funções públicas. Em 1837, foi eleito senador da República do Chile, e depois reeleito mais duas vezes. Naquela época, o período de mandato durava 9 anos, norma que fez Bello permanecer no poder por 27 anos consecutivos.

Redigiu o livro *Principios de derecho internacional*, inicialmente denominado *Principios de derecho de gentes* (1832), que o ajudou na escrita da Constituição de 1833, o *Código civil* (1856) e outros textos, artigos menores sobre o tema, que podem ser encontrados reunidos nos *Opúsculos jurídicos* (1885). Bello, então, assumiu um papel político e jurídico, que teve suas origens nos trabalhos administrativos em Caracas e nos conhecimentos diplomáticos adquiridos em Londres. Foi um leitor de livros forenses. Ou seja, era um homem preparado para fazer a codificação tão necessária para o Chile, na época. No entanto, sua formação intelectual inicial e humanista não permitiu que se afastasse das Letras e da Educação. Sendo assim, continuou com

sua colaboração com jornais locais, como o periódico *El Araucano*. Ou seja, dali assumiu um lugar social de enunciação diferente e importante na época – o de jornalista, o de divulgador. Quando publicava seus textos sobre língua, mantinha-se no lugar social de professor, de gramático ou de filólogo e não os assinava porque era o redator principal e o editor.

Bello escreveu vários textos sobre língua, alguns publicados como artigos nos jornais, em Londres “*Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar y uniformar la ortografía em América*” (1823, 1826), no Chile, entre 1833 e 1834, no jornal *El Araucano*, como, por exemplo, “*Gramática castellana*” (1832), “*Advertencias sobre el uso de la Lengua Castellana a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuela*” (1834). Também escreveu o tratado *Principios de ortología y métrica de la lengua castellana* (1835), publicou uma obra já escrita *Análisis ideológica sobre los tiempos de la conjugación castellana*⁸² (1841), redigiu e publicou a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847), o *Compendio de gramática castellana para el uso de las escuelas primarias* (1851). Além disso, com Domingo Faustino Sarmiento, discutiu uma proposta de reforma da ortografia do espanhol. (JAKSIĆ, 2010).

Na verdade, atuou como um polígrafo e, no Chile, socializou sua obra, aplicou os princípios já consolidados em seus textos e abriu discussões sobre os temas abordados. Conforme Jaksic (2010, p. 31), a produção completa de Bello pode ser encontrada sob o título de *Obras Completas*, que conta com 26 tomos, e foi publicada pela *Fundación la Casa de Bello*, em Caracas (1891-1984). Esta edição seria, em sua opinião, a mais completa e acabada. No entanto, existem edições anteriores, no Chile e na Venezuela, lançadas por ocasião do centenário e do bicentenário de nascimento do autor.

O cenário em que se desenvolveram o pensamento e a produção desse “humanista” e “sabio americano”, caracterizações

⁸² Importa dizer que esta obra teria sido escrita por Bello em 1811, no período vivido, em Caracas.

atribuídas por Caldera (1965), está afetado pela Ilustração. Exemplo disso é que a educação dos latino-americanos foi uma das suas preocupações e, pela língua, realizou suas ações, em diferentes frentes como: a produção de textos filosóficos, filológicos, gramaticais, literários, jornalísticos, políticos, jurídicos e em outras áreas como as ciências naturais; a tradução; a estruturação de currículos; a criação de escolas e de universidades; o exercício de cargos políticos e educacionais; a “divulgação científica” (LATORRE e MEDEL, 2018). Foi membro da comissão de criação da Universidad de Chile (1842), sendo seu primeiro reitor, cargo que ocupou até o final de sua vida.

Bello trabalhou para instruir as jovens nações, despertar a valorização e a consolidação da cultura local, através da educação linguística. Sua formação e suas ações concretizam o que disseram sobre ele os linguistas espanhóis Amado Alonso: “Hijo del siglo de la Enciclopedia, quiso cultivar todos los conocimientos humanos”. (ALONSO, 1951, p. X); e Ramón Trujillo: “Todos sus saberes de hombre ilustrado se ponen al servicio del Continente [...]”. (TRUJILLO, 1988, p. 32)⁸³.

Nesse sentido, atuou no fomento à leitura na educação primária, em casa, na criação e organização de bibliotecas, na aquisição de livros para formar repositórios, na catalogação e no combate à censura de obras, esta teria ocorrido no Chile, no período de 1830 a 1878. Logo, Bello não assistiu à abolição dessa medida. Martel (1981, p. 12), em um de seus livros, referiu-se a Bello como “hombre de libros”. Amunátegui (1882, p. 393) escreveu que era um apaixonado pela leitura, lendo a qualquer hora e lugar, do princípio ao término de sua vida, inclusive, logo de comer. Na verdade, “en su concepto, la lectura era el arbitrio mas eficaz que podía tocarse para difundir la instrucción”⁸⁴.

⁸³ Tradução: Filho do século da Enciclopédia, quis cultivar todos os conhecimentos humanos. / Todos seus saberes de homem ilustrado se põem a serviço do Continente.

⁸⁴ Tradução: Em seu conceito, a leitura era o arbítrio mais eficaz que se podia tocar para difundir a instrução.

Diante disso, o entendimento do pensador sobre a educação não pode ser ignorado. Em seus textos sobre o tema, é notável sua preocupação com uma pedagogia adequada às jovens nações republicanas da América Latina. O assunto se mostrou nas palavras dos prólogos das suas gramáticas e no discurso que proferiu na inauguração da UCHILE, em 1843:

Yo ciertamente soy de los que miran la instrucción general, la educación del pueblo, como uno de los objetos más importantes y privilegiados a que pueda dirigir su atención el gobierno; como una necesidad primera y urgente; como la base de todo sólido progreso; como el cimiento indispensable de las instituciones republicanas. Pero, por eso mismo, creo necesario y urgente el fomento de la enseñanza literaria y científica. (2015, p. 27)⁸⁵.

As Letras tinham um valor importante na formação das nações, e a língua (da gramática) tinha papel fundamental de dar as “luzes” ao povo (JAKSIĆ, 2010). Bello atuou mais no ensino superior a partir da fundação da UCHILE, mas não descuidou do ensino básico, pois demonstrava preocupação em distinguir níveis de ensino e produzir um saber gramatical diferenciado para ambos, já que elaborou gramáticas específicas para cada um. Preparou uma versão mais breve e mais simples da *Gramática* de 1847 para a escola primária, cujo título é *Compendio de gramática castellana para el uso de las escuelas primarias*, publicada em 1851. No *Prólogo da Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, escreveu

Hay en la gramática muchos puntos que no son accesibles a la inteligencia de la primera edad; y por eso he juzgado conveniente dividirla en dos cursos, reducido el primero a las nociones menos difíciles y más

⁸⁵ Tradução: Eu certamente sou daqueles que olham a instrução geral, a educação do povo como um dos objetos mais importantes e privilegiados a que possa dirigir sua atenção o governo; como uma necessidade primeira e urgente; como a base de todo sólido progresso; como cimento indispensável das instituições republicanas. Porém, por isso mesmo, acredito necessário e urgente o fomento do ensino literário e científico.

indispensables, y extensivo el segundo a aquellas partes del idioma que pide un entendimiento algo ejercitado. (BELLO, 1847, p. X)⁸⁶.

Além disso, defendia que o governo republicano tinha o dever de fomentar a educação do cidadão, a instrução pública geral. Acreditava que a educação poderia e deveria formar cidadãos úteis e criativos à sociedade, a fim de melhorá-la, e não somente homens competentes em suas profissões. (AMUNÁTEGUI, 1882). Bello via a educação associada a um projeto de libertação do homem e de seus territórios, no sentido de que lograriam uma identidade própria, de que pudessem efetivamente trabalhar na construção de uma nação.

Em 1851, Bello enviou à RAE um exemplar de sua gramática, e a recepção foi positiva. Em carta-resposta, a instituição lhe atribuiu o título de membro honorário da Academia, fato que demonstrou um reconhecimento do órgão institucional máximo da língua a esse intelectual. Em 1861, foi nomeado membro correspondente da instituição no Chile. Segundo Amunátegui (1882), Bello pertenceu a outras corporações, sendo uma delas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, do qual era membro correspondente.

De 1857 a 1865, fase final da sua vida e já com problemas de saúde, dedicou-se a um texto que apreciava o “*Poema del Cid*”, preparando uma edição que ficou inédita até 1881, quando foram realizados trabalhos em prol da reunião de seus textos, no que conhecemos como *Obras completas*.

O intelectual marcou presença em diversos campos do saber, sendo sua vida preenchida por trabalhos variados, escrevendo e publicando textos na Linguística, Filosofia, Literatura, Educação, Direito, História e Ciências Naturais. Valeu-se dos meios de divulgação de seu trabalho disponíveis, como, por exemplo, a sua contribuição nos periódicos desde o começo da sua vida. Além de

⁸⁶ Tradução: Há, na gramática, muitos pontos que não são acessíveis à inteligência da primeira idade; e, por isso, julguei conveniente dividi-la em dois cursos, reduzido o primeiro as noções menos difíceis e mais indispensáveis, e extensivo o segundo àquelas partes do idioma que exigem um entendimento mais exercitado.

“fazedor” de textos, tradutor, foi também um divulgador de ideias de textos de outros autores, uma função importante também naquele lugar e momento histórico.

Em síntese, sua história de vida pessoal, cidadã e intelectual mostra que Andrés Bello não foi um revolucionário, mas promoveu rupturas, foi reconhecidamente um polígrafo e uma figura representativa para a comunidade latino-americana. Segundo Moura (2013, p. 343)

Bello não se mostrou um entusiasta das ideias mais revolucionárias que poderiam trazer desordens, como aquelas com as quais conviveu, mesmo à distância, durante os anos das guerras de independência e, posteriormente, civil. No Chile, defendeu a consolidação e o respeito aos direitos políticos, atuando como zeloso funcionário estatal.

Provavelmente, comunga dessa ideia Jaksić (2010), ao dar à sua obra o título: *Andrés Bello: la pasión por el orden*. Independentemente, foi “um patriota e viveu o sonho de Bolívar de uma América unificada” (BARROS, 2003, p. 43), sendo visto como uma personalidade importante da história chilena, mas também uma figura transnacional. Portanto, Andrés Bello é um sujeito de origem crioula, de elite, que (des)afortunadamente caminhou por seu país de origem, seu país de passagem e seu país de adoção, o que lhe deu a condição de desterrado. No entanto, conforme Amunátegui (1882), suas andanças nunca diminuíram o sentimento arraigado que manteve pelo seu país natal e por seu continente.

2.2 A produção de um saber metalinguístico

Como se sabe, Andrés Bello não se ateu unicamente a elaborar gramáticas. Ele tratou de aspectos da língua espanhola, produzindo um discurso sobre temas linguísticos em gêneros textuais diferentes, o que permite pensar, nos dias de hoje, em um saber metalinguístico e não apenas em um saber gramatical. Por exemplo, realizou estudos em torno da ortografia, do verbo, da pronúncia e da gramática que resultaram em obras, tratados,

artigos, ensaios, sendo alguns divulgados em jornais e revistas (*El español, Biblioteca Americana, Repertorio Americano, El Mercurio, El Araucano, Lucero*). Em relação à escrita de gramáticas, elaborou as escolares e a “nacional”.

Nesta seção, a produção mais conhecida do autor é apresentada, respeitando a ordem cronológica de seu aparecimento. Sendo assim, encontram-se: “*Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar y uniformar la ortografía em América*” (Londres, 1823, 1826), “*Gramática Castellana*” (Santiago, 1832), “*Advertencias sobre el uso de la Lengua Castellana a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuela*” (Santiago, 1833, 1834), “*Principios de ortología y métrica de la lengua castellana*” (Santiago, 1835), “*Análisis ideológica sobre los tiempos de la conjugación castellana*” (Santiago, 1841), “*Ejercicios populares de lengua castellana*” (Valparaíso, 1842), “*Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*” (Santiago, 1847), o “*Compendio de gramática castellana para el uso de las escuelas primarias*” (Santiago, 1851).

Uma visão geral da produção do “saber metalinguístico” (AUROUX, 2014, p. 17)⁸⁷ de Bello mostra que produziu gramáticas, regras ortográficas, tratados de pronúncia. Não elaborou dicionários, mas muito se interessou por eles, não somente adquirindo-os para sua biblioteca particular, mas fazendo trabalhos como comentador ou resenhista. Ainda assim, há quem defenda que foi um autor fundacional nesse aspecto. Pérez (2016) abordou o assunto em seu texto “*El diccionario y los diccionarios en la*

⁸⁷ Auroux (2014, p. 17) classificou o saber linguístico em “epilinguístico” e “metalinguístico”, estabelecendo suas características. O primeiro seria um saber intuitivo, natural, que demonstra uma primeira relação do falante com a linguagem, portanto, não representado, mas não inconsciente. Os saberes principiam desse saber; já o segundo seria um saber representado, construído, materializado através da escrita, referindo-se a um saber sobre a língua, ou seja, requer reflexão; portanto, é um saber mais consciente. O autor reconhece ainda que há uma relação de continuidade entre eles, sendo que primeiro se opera a observação e depois a representação. Esta é possível pela escrita (instrumentos linguísticos, por exemplo), que não cria nenhum saber, mas dá condições de representar o saber metalinguístico.

obra de Bello”, concluindo que Bello fez uma espécie de glosa em dois poemas muito conhecidos da língua espanhola: no primeiro, de sua autoria, elencou nomes de plantas e frutas americanas, no segundo, poema espanhol mais antigo *El cantar de Mío Cid*, apontou arcaísmos. Assim escreveu o estudioso:

Vemos a Bello, ya en 1826, cuando publica la *Silva a la agricultura de la zona tórrida*, irrumper, en calidad de pionero, en la hechura de la primera manifestación americana que relaciona literatura y lexicografía. Concibe un texto lexicográfico no formalizado para anotar, al pie de páginas de su reconocido poema, las explicaciones léxico-semánticas sobre algunas de las voces que ha rescatado del patrimonio lingüístico continental e incorporarlas a los versos fundacionales de su célebre silva. (PÉREZ, 2016, p. 112)⁸⁸.

Trata-se de nove citações de vocábulos que fazem parte do poema, sendo descritas no formato de um glossário. É nesse sentido que o estudioso vê um glossário literário dentro do poema e o diálogo entre gêneros diferentes. O referido poema, publicado no jornal *Repertorio Americano*, em 1826, em Londres, é composto de 373 versos, dispostos em sete cantos, cujo título é uma alusão à natureza rural da Venezuela, caracterizada por “zona tórrida”. Bello faz referências à fauna e à flora latino-americanas, apontando e descrevendo elementos dessas terras, como, por exemplo, “el ananás”, “la yuca”, “la ambrosía”, “el cacao”, “el banano”, “el maíz”, entre muitos outros. Ele fez uso do recurso de notas de rodapé explicativas sobre temas e termos utilizados, que fornecem informação ao leitor (inclusive informação científica), ação frequente em todo o poema, pode ser observado nos versos, do canto 2:

⁸⁸ Tradução: Vemos Bello, já em 1826, surgir, na qualidade de pioneiro, na feitura da primeira manifestação americana que relaciona literatura e lexicografia, quando publica a *Silva a la agricultura de la zona tórrida*. Concebe um texto lexicográfico não formalizado para anotar, em notas de rodapés de seu reconhecido poema, as explicações léxico-semánticas sobre algumas das vozes que resgatou do patrimônio lingüístico continental e incorporá-las aos versos fundacionais de sua célebre silva.

[...] Para tus hijos la procerca palma³
su vario feudo cria,
í el ananas sazona su ambrosía;
su blanco pan la yuca⁴;
sus rubias pomas la patata educa;
i el algodón despliega al ama leve
las rosas de oro i el vellón de nieve. [...] ⁸⁹

As palavras “palma” e “yuca” apresentam uma chamada para nota de rodapé. Por que usou esse recurso? Almejava Bello fornecer explicações sobre elas? Queria dar a conhecer o que é próprio da natureza latino-americana, especificamente da Venezuela, de modo a valorizá-la? Seria também uma forma de mostrar pela língua (pela literatura) características particulares do espanhol na América? Ou ainda, esse aspecto (ao lado do tema e do gênero), constitutivo desse texto literário, vai anunciando o aparecimento de textos em espanhol local e uma possível autoria literária? Jaksic (2010) afirma que o poema, além de abordar o tema da exaltação à natureza latino-americana (venezuelana), versa sobre as perspectivas de futuro para a região:

Bello hace uso de todo su talento poético para promover la idea de una Hispanoamérica independiente cuyos valores se basan en una economía agrícola y un sistema político republicano. El valor estético de este poema es sin duda muy grande, pero también lo es el significado político de su mensaje. (JAKSIC, 2010, p. 87)⁹⁰.

⁸⁹ Aqui foi respeitada a ortografia da primeira edição do poema, de 1826. Os sobrescritos 3 e 4 nos versos da citação remetem a notas de rodapé, as quais são reproduzidas na sequência:

3 Ninguna familia de vejetales puede competir con las palmas en la variedad de productos útiles al hombre: pan, lecho, vino, aceite, fruta, hortaliza, cera, leña, cuerdas, vestido, etc. (El autor)

4 No se debe confundir (como se ha hecho en un diccionario de grande i merecida autoridad) la planta de cuya raíz se hace el pan de casave (que es la *Jatropha manihot* de Linneo, conocida ya jeneralmente en castellano bajo el nombre de *yuca*) con la *yucca* de los botánicos. (El autor.)

⁹⁰ Tradução: Bello faz uso de todo seu talento poético para promover a ideia de uma América Hispânica independente, cujos valores se baseiam em uma economia agrícola e um sistema político republicano. O valor estético deste poema

Parece que o futuro econômico e político a que Bello se referia dependia da agricultura, pois ali estaria a fonte de riquezas da região, conforme analisam Souza e Mayoral (2013),

La constitución y concretización de una cultura local debía, para Bello, pasar por la valorización y trabajo en la tierra. La agricultura es para el poeta la fuente de riquezas y progresos, y América representa para él el gran “Edén”, el paraíso, solo que agrícola. Ahí los ciudadanos deberían, mediante el trabajo agrícola, establecer una relación de identidad con la tierra, rehaciéndose como “seres del suelo americano” y buscando la identificación en la medida en que fuesen adquiriendo conciencia del lugar social (físico-social-cultural) en que estaban, espacio este pos-colonial que necesitaba una “ideología” e “identidad” propia. (SOUZA e MAYORAL, 2013, p. 178, grifos das autoras)⁹¹.

Valorizar a vida no campo, a agricultura, contribuindo para o despertar de uma consciência local em relação à dominação a que estavam submetidos, mostra a posição colaborativa e política do sujeito escritor com a causa vivida no momento sócio-histórico de produção desse texto, que envolvia os movimentos de independência das colônias da América da metrópole espanhola. Além disso, suas características estéticas e sua temática inscrevem-no na corrente literária romântica, que valoriza o local, através da natureza. No caso, o local não é apenas uma nação, mas uma região, as nações integrantes da “*Patria grande*” latino-americana.

Não serão abordados aqui os textos “*Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar y uniformar la ortografía en América*”

é, sem dúvida, muito grande, mas também é grande o significado político de sua mensagem.

⁹¹ Tradução: A constituição e concretização de uma cultura local devia, para Bello, passar pela valorização e trabalho na terra. A agricultura é, para o poeta, a fonte de riquezas e progressos, e a América representa para ele o “Éden”, o paraíso, só que agrícola. Ali os cidadãos deveriam, mediante o trabalho agrícola, estabelecer uma relação de identidade com a terra, refazendo-se como “seres do solo americano” e buscando a identificação na medida em que fossem readquirindo consciência do lugar social (físico-social-cultural) em que estavam, espaço este pós-colonial que necessitava “ideologia” e “identidade” próprias.

(Londres, 1823, 1826), “*Advertencias sobre el uso de la Lengua Castellana a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuela*” (Santiago, 1833, 1834) e *Ejercicios populares de lengua castellana*” (Valparaíso, 1842) porque foram tratados na seção 1.4 deste livro.

Ideias e partes do artigo “*Gramática castellana*” (1832) e da obra *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana* (1841) são refundidas na *Gramática* de 1847, o que autoriza a pensar em um processo de reflexão sobre a língua, em que a noção de língua vinha sendo construída pelo autor em um período longo, exposto em suas publicações. Por isso, é válido percorrer esse percurso de constituição dessa noção. Segundo a crítica especializada, suas duas obras principais no âmbito filológico são as de 1841 e de 1847.

O artigo “*Gramática Castellana*”, publicado em 1832, no jornal *El Araucano*, foi a primeira publicação de Bello sobre temas gramaticais no Chile. Suas reflexões se alongaram por nove páginas, nas quais defendia a necessidade do estudo da língua da pátria, recusando a ideia de que era suficiente saber a gramática do latim para se compreender a do espanhol. Embora reconhecesse que o latim oferecia ideias gerais sobre a linguagem, afirmava que o estudante “no sabrá por eso la gramática del castellano porque cada lengua tiene sus reglas peculiares, su índole propia, sus genialidades”⁹². (BELLO, 1832, p. 458). Nesse texto, também apontou e explicou falhas de algumas gramáticas e, especialmente, a da RAE, discutindo questões específicas da língua espanhola. Nessa, em particular, sua crítica recaía sobre o uso do modelo latino para explicar fenômenos linguísticos do espanhol, ideia que também estará presente na *Gramática* de 1847 (concebida como uma gramática particular). Nesse sentido, distanciou-se da primeira gramática do espanhol, escrita por Nebrija, em 1492.

⁹² Tradução: não saberá por isso a gramática do castelhano porque cada língua tem suas regras peculiares, sua índole própria, suas genialidades.

No tratado "*Principios de ortología y métrica de la lengua castellana*" (Santiago, 1835), Bello apontou como destinatário os jovens latino-americanos, que poderiam usá-lo para que "adquireran por grados la pronunciación correcta y pura"⁹³. (BELLO, 1835, p. 6). Para isso, ofereceu exemplos de bons dicionários e de obras em verso e prosa de grandes escritores espanhóis e latino-americanos, como, por exemplo, Lope de Vega, Garcilaso, Luis de Granada, Calderón, Moratín, Iriarte, José Joaquín Olmedo (equatoriano), José María de Heredia (cubano), entre outros, alguns deles também citados na *Gramática* (1847). Ao tratar da ortologia, da métrica e da prosódia, ao longo dessa extensa obra, dividida em três partes, "*Ortología*", "*Métrica*" e "*Apéndice*", Bello mostrou sua preocupação com o uso correto da língua, enfatizando a linguagem oral. Quer dizer, queria promover a boa pronúncia, porque acreditava que o conhecimento de uma língua não devia se restringir apenas ao uso gramatical. A pronúncia foi defendida como critério para a norma ortográfica em textos anteriores do autor. Um exemplo dessa questão reaparece no recorte 8 da análise (seção 5.2.1).

O primeiro livro, *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana*⁹⁴, foi publicado em 1841, no Chile, mas o próprio autor informou que o havia escrito trinta anos antes, o que remeteria para o ano de 1810, em tempo vivido na Venezuela, portanto, resultante de seu trabalho juvenil. (JAKSIĆ, 2010, p. 55). Bello escreveu "*análisis ideológica*", no feminino, o que não foi um equívoco, mas uma construção conforme o uso corrente da época, seguido pela RAE e por gramáticos consagrados como Salvá e Valbuena, em que nomes terminados em *-sis*, de origem grega, se consideravam femininos. Na escrita de hoje é "*análisis ideológico*".

⁹³ Tradução: adquirissem por graus a pronúncia correta e pura.

⁹⁴ Bello escreveu "*análisis ideológica*", no feminino, o que não foi um equívoco, mas uma construção conforme o uso corrente da época, seguido pela RAE e por gramáticos consagrados como Salvá e Valbuena, em que nomes terminados em *-sis*, de origem grega, se consideravam femininos. Na escrita de hoje é "*análisis ideológico*".

Bello destina seu texto “*A los señores rector y profesores del Instituto Nacional de Chile*”, ou seja, a um público especializado. A obra conta com um prólogo e o texto em si, em que ele abordou o tema do verbo, especificamente dos tempos verbais do espanhol, sob um ponto de vista filosófico (filosofia analítica, principalmente, como o título já anuncia) e um método (ideológico), com o objetivo de sistematizar as formas verbais entendidas como relações de tempo, buscando ser fiel: às suas ideias de recusa ao modelo latino, aos fatos, estes entendidos como “los varios empleos de las inflexiones verbales según la práctica de los buenos hablistas”⁹⁵ (BELLO, 1841, p. 237) e à lógica. Esse estudo trata da semântica temporal da conjugação do verbo espanhol, sentando as bases para uma “*caracterización deíctica*” dos tempos verbais. (SOTO, 2014, p. 174).

Para Alonso (1951), o objetivo de Bello foi estabelecer os valores dos tempos verbais da conjugação espanhola, desenvolvendo uma proposta com nova taxonomia, nomenclatura e forma de pensar e explicar os significados de cada tempo e modo. O reconhecimento desse trabalho pela RAE veio depois da publicação da *Gramática* (1847), fazendo referência ao modelo verbal proposto, colocando-o, entre parêntesis, em paralelo ao seu próprio modelo, na gramática acadêmica de 1973. Bello propunha então que o “modo verbal” admitia quatro modos, ou seja, quatro tipos de relações de tempo: *indicativo*, *subjuntivo común*, *subjuntivo hipotético* e *subjuntivo optativo*, ou dois modos, o indicativo e subjuntivo, se os três últimos forem compreendidos como formas de subjuntivo. O Quadro 1 ilustra o modo indicativo.

⁹⁵ Tradução: os vários empregos das flexões verbais segundo a prática dos bons falantes.

Quadro 1 – Os tempos do Indicativo para a RAE e para Andrés Bello

| Nomenclatura da RAE | Nomenclatura de Andrés Bello |
|---|------------------------------|
| <i>Presente</i> | <i>Presente</i> |
| <i>Pretérito perfecto compuesto</i> | <i>Antepresente</i> |
| <i>Pretérito imperfecto</i> | <i>Copretérito</i> |
| <i>Pretérito pluscuamperfecto</i> | <i>Antecopretérito</i> |
| <i>Pretérito perfecto simple o indefinido</i> | <i>Pretérito</i> |
| <i>Pretérito anterior</i> | <i>Antepretérito</i> |
| <i>Futuro</i> | <i>Futuro</i> |
| <i>Futuro perfecto</i> | <i>Antefuturo</i> |
| <i>Condicional</i> | <i>Pospretérito</i> |
| <i>Condicional perfecto o compuesto</i> | <i>Antepospretérito</i> |

Fonte: Elaboração da autora a partir da RAE (1973) e de Bello (1847)

Quanto ao segundo apresenta três tempos: o *subjuntivo común*, o *hipotético* e o *optativo*, já a RAE admite seis tempos: *presente*, *pretérito perfecto*, *pretérito imperfecto*, *pretérito pluscuamperfecto*, *futuro perfecto*, *futuro imperfecto*. Já o imperativo não existe como modo, pois Bello o entendia como um caso particular do subjuntivo optativo.

Outro aspecto atualizado por Bello é o tratamento dado à *amaría* (*pos-pretérito*). Assim como Salvá (1830, p. 53), que o chamou de “*futuro condicional*”, incluiu-o no modo indicativo, de modo que a crítica os considera “introdutores dessa classificação” (BARROS, 1998, p. 135), diferenciando-se da RAE, que, na época, tratava essa forma como outro modo verbal, denominado *potencial*. Hoje, ela está no indicativo, designada por *condicional* (Conforme Quadro 1). O gramático venezuelano criticou o tratamento e a nomenclatura dada a esse tempo na nota de fim, número XIV, dedicada aos *Modos verbales*, adicionada à quarta (1857) e quinta (1860) edições da sua *Gramática* (1847):

Hay gramáticos (y son en el día los más) que la colocan en el indicativo, pero la llaman *condicional*, en lo que también se yerra, porque *de suyo* no significa la consecuencia de una condición (que es lo que se quiere decir llamándola *condicional*), y cuando así lo hace, es en virtud de una metáfora. La relación de pretérito que ella naturalmente envuelve, redundando entonces, y se hace el signo de una negación implícita, como sucede en otras formas verbales.

Véase lo que digo sobre éste y otros usos metafóricos de los tiempos en la Gramática. (BELLO, 1857, p. 377, grifos do autor)⁹⁶.

Quanto aos “tempos verbais”, Bello entende que marcam a ação do verbo na linha infinita do tempo, a partir de um ponto de referência, que se relaciona com outros, a que denomina “*acto de la palabra*”, que se define pelas coordenadas eu/tu-aqui-agora. A tomada do momento da enunciação, legitimado pelo falante, instaura o tempo presente, que passa a nortear os outros tempos, passado e futuro. Ele entendia por “tempo” o que caracterizava o momento do dizer, concepção que nos remete à ideia de “tempo linguístico”, como tempo da enunciação, apresentada mais tarde por Benveniste (1965). O fato de Bello pensar o verbo desde uma perspectiva enunciativa é uma tomada de posição nova na época, sendo o uso desse critério notável na sua proposta porque dá lugar a um elemento exterior⁹⁷.

Ao considerar o “*acto de la palabra*”, o gramático chega a uma nomenclatura clara, precisa e lógica que é dada aos tempos verbais da língua espanhola. Para Alonso (1951, p. XLVII), “la terminología es uno de los hallazgos valiosos en el sistema de Bello, porque declara a la vez que ordena y limita los valores de cada tiempo”⁹⁸. Bello distinguiu entre formas simples e compostas, que, além de terem seu valor próprio e fundamental, também derivariam dele dois outros significados, o secundário e

⁹⁶ Tradução: Existem gramáticos (e são a maioria) que a colocam no indicativo, mas a chamam *condicional*, no que também se equivocam, porque em si não significa a consequência de uma condição (que é o que se quer dizer chamando-a *condicional*), e quando assim o fazem, é em virtude de uma metáfora. A relação de pretérito que ela naturalmente envolve, redundando então, e se faz o sinal de uma negação implícita, como ocorre em outras formas verbais. Veja-se o que digo sobre este e outros usos metafóricos dos tempos na Gramática.

⁹⁷ O tratamento dado às categorias dos pronomes e dos artigos também evidenciam que Bello reconheceu nelas relações com o processo de enunciação, desconsideradas naquele tempo. (DANNA, 2014; WERNER, 2019).

⁹⁸ Tradução: a terminologia é um dos achados valiosos no sistema de Bello, porque declara ao mesmo tempo que ordena e limita os valores de cada tempo.

o metafórico⁹⁹. A partir do “*acto de la palabra*”, nomeou os tempos verbais. Sendo assim, propôs relações simples, dupla e tripla, marcadas por partículas (prefixos), sendo ante-, para indicar anterioridade, co-, para indicar coexistência e pos-, para indicar posterioridade, e as acrescentou às denominações dos tempos presente, passado e futuro em que os elementos da nomenclatura¹⁰⁰ sustentariam uma relação entre si. Na nota de fim, XIII – *Significado de los tiempos*, que só aparece na quarta (1857) e quinta (1860) edições da gramática em estudo, Bello escreveu:

Mi explicación de los tiempos ha parecido a varias personas una innovación caprichosa de la nomenclatura recibida. Si así fuera, merecería justísimamente la censura de insignificante. Pero no es así. Yo me propuse que la denominación de cada tiempo indicase su significación de una manera clara y precisa. Las formas verbales, o expresan una relación simple de coexistencia, anterioridad o posterioridad, respecto del acto de la palabra, esto es, respecto del momento en que se profiere el verbo, o expresan

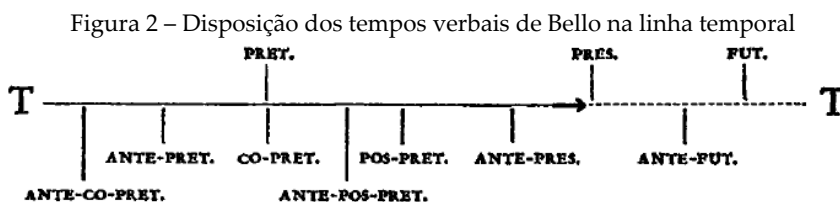
⁹⁹ Acredita-se que o significado metafórico dos tempos verbais venha da noção de “*ideas-signos*”, apresentada na obra de 1841. Significa que uma ideia seria signo de outra e nisso consiste a metáfora. Pensando no verbo, seria o uso de um tempo verbal em lugar de outro, o que viria a chamar emprego metafórico. Além disso, conforme Ardao (1986), em Condillac, já se encontrava a ideia dos valores metafóricos ainda que menos elaborada. As ideias-signos são desenvolvidas depois, na obra filosófica de 1881.

¹⁰⁰ Ardao (1986) levanta uma hipótese de que Bello possa ter se inspirado nos estudos do verbo de Condillac (1754, 1775) no tangente à nomenclatura ou à terminologia dos tempos verbais do espanhol. Condillac usou os termos atualidade/simultaneidade (presente), anterioridade (passado) e posterioridade (futuro), os quais Bello substituiu por coexistência, anterioridade e posterioridade, mantendo os significados. Essa mudança lhe permitiu “completar la trilogia de prefijos *co*, *ante*, *post*, de decisiva operatividad instrumental en su sistema”. (ARDAO, 1986, p. 82). Ainda, segundo o filósofo uruguaio, se Bello partiu ou não dessa ideia de Condillac não se sabe, mas a afinidade com ela é inquestionável, e isso lhe permitiu elaborar um quadro completo das relações temporais de coexistência, anterioridade e posterioridade. Ainda, Ardao (1986) e Trujillo (1988) comentam sobre a proximidade do estudo de Bello, em alguns aspectos, do proposto pelo dinamarquês Rasmus Rask, em 1824, embora afirmem não terem sido encontradas provas dessa influência em Bello. O fato é que, conforme Trujillo (1988), isso não desmerece o trabalho do gramático caraquenho.

combinaciones de dos o más de estas mismas relaciones; y el nombre que doy a cada forma denota esa misma simplicidad o composición. Cuando la relación es una, la expreso con las palabras *presente*, *pretérito*, *futuro*. Si la relación es doble, antepongo a estas mismas palabras una de las partículas *co*, *ante*, *pos*, que significan respectivamente coexistencia, anterioridad, posterioridad. Así la denominación *co-pretérito*, significa coexistencia con una época que se mira en tiempo pasado, y *ante-futuro* denota anterioridad a una época que se mira en tiempo futuro. [...] De esta manera cada denominación es una fórmula precisa en que se indica el número, la especie y el orden de las relaciones elementales significadas por la inflexión verbal; y la nomenclatura toda forma un completo sistema analítico que pone a la vista todo el artificio de la conjugación castellana. Las denominaciones de que se sirve la Química para denotar la composición de las sustancias materiales, no son tan claras ni ofrecen tantas indicaciones a la vez. Mi nomenclatura de los tiempos, además de analizar su significado fundamental, se aplica al secundario y metafórico según ciertas modificaciones del primero, sujetas a reglas constantes en que un principio idéntico se desarrolla con perfecta uniformidad; lo que a primera vista era caprichoso y complicado, aparece entonces regular y analógico, y presenta la unidad en la variedad, que es el carácter inequívoco de un verdadero sistema. (BELLO, 1857, p. 376, grifos do autor)¹⁰¹.

¹⁰¹ Tradução: Para várias pessoas, minha explicação dos tempos pareceu uma inovação caprichosa da nomenclatura recebida. Nesse caso, mereceria, com justiça, a censura de insignificante, mas não é assim. Eu propus que a denominação de cada tempo indicasse sua significação de uma maneira clara e precisa. As formas verbais expressam-no em uma relação simples de coexistência, anterioridade ou posterioridade, a respeito do ato da palavra, isto é, a respeito do momento em que se profere o verbo, ou expressam combinações de duas ou mais dessas mesmas relações. O nome que dou a cada forma denota essa mesma simplicidade ou composição. Quando há uma única relação, expresso-a com las palavras *presente*, *pretérito*, *futuro*. Se a relação é dupla, antepenho a essas mesmas palavras uma das partículas *co*, *ante*, *pos*, que significam respectivamente coexistência, anterioridade, posterioridade. Assim, a denominação *co-pretérito* significa coexistência com um tempo em que se olha no passado, e *ante-futuro* denota anterioridade a um tempo que se olha no tempo futuro. [...] Dessa maneira, cada denominação é uma fórmula precisa em que se indica o número, a espécie e a ordem das relações elementares significada pela flexão verbal, e a nomenclatura, na sua totalidade, forma um completo sistema analítico que põe à vista todo o artificio da conjugação castelhana. As denominações de que se serve a Química, para denotar a composição das substâncias materiais, não são tão claras nem oferecem tantas indicações de uma só vez. Minha nomenclatura dos tempos, além de analisar seu significado

A linha do tempo elaborada por Alonso (1951) serve para exemplificar os três tipos de relações dos tempos do indicativo propostas por Bello:



Fonte: (ALONSO, 1951, p. LXIV)

Ainda que Bello tenha chamado seu primeiro livro de “*obrilla*”, a crítica especializada reconhece sua importância em muitos aspectos, sendo um deles que foi antecedente de duas grandes obras posteriores de seu pensamento gramatical (1847) e filosófico (1881). Segundo Ardao (1986), reaparece na *Gramática* de 1847, apresentada de modo integral e direto, em diversos lugares, mas Bello omitiu a publicação do livro de 1841, não fazendo, em nenhum momento, autocitações na obra de 1847; também muitos aspectos estão na *Filosofía del entendimiento* (1881).

Na sequência, surge a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847), no Chile, e é sua obra maior, que será apresentada detalhadamente, no Capítulo 3. No espaço enunciativo da gramática, o saber metalinguístico pode ser compreendido como resultado de um dizer metalinguístico, que é um dizer sobre a língua. Essa prática discursiva é feita a partir de lugares de autoridade, isto é, demanda a inscrição do falante no lugar social de dizer, que é o de gramático, por exemplo. Esse lugar lhe permite muito mais do que tomar a língua espanhola (e não outra) como meio de enunciação, dizendo nela e por ela.

fundamental, se aplica ao secundário e ao metafórico conforme modificações do primeiro, sujeitas a regras constantes em que um princípio idêntico se desenvolve com perfeita uniformidade. Aquilo que era caprichoso e complicado à primera vista aparece como regular e analógico e apresenta a unidade na variedade, que é o caráter inequívoco de um verdadeiro sistema.

Possibilita-lhe dizer sobre ela, ou seja, tomá-la como referente, como assunto da enunciação. E enunciar na gramática é enunciar em uma conjuntura sócio-histórica determinada, pois conforme Guimarães (2008, p. 74), a linguagem tem um caráter relacional, e não há como pensá-la (nem o sentido) fora de uma relação, e “isto dá o caráter inescapavelmente histórico da linguagem”.

Por fim, surge o *Compendio de gramática castellana para el uso de las escuelas primarias* (1851), resultante da percepção e preocupação pedagógicas de Bello, obtidas a partir da sua gramática anterior, a de 1847. A obra apresenta um texto inicial de uma página, intitulado “*Advertencias*”, e depois seguem as partes da gramática em si, dispostas em “*Lecciones*”, setenta e três ao todo. Nesse breve texto inicial, o autor adverte que a obra é para crianças e que, por isso, não contém uma descrição completa dos usos e regras da língua espanhola. Ainda assim, alerta que os adultos não deveriam descuidar dela já que observava equívocos primários na língua nativa, na atuação profissional. Ali também escreveu sobre sua tarefa de gramático:

He pasado a la lijera sobre las cosas que el niño aprende medianamente, oyendo hablar i hablando; i no he perdido ocasión de hacer notar los hábitos viciosos en que mas jeneralmente se incurre. En las definiciones, no se ha procurado una exactitud rigorosa. Se ha requerido mas bien señalar los objetos, como con el dedo, que darlos a conocer en fórmulas precisas, rara vez accesibles a la inteligencia pueril. (BELLO, 1851, p. 39)¹⁰².

A preocupação pedagógica é clara: sua gramática deve servir para ensinar o espanhol às crianças na escola. A questão do uso é avaliada, pois está dito em suas palavras que aponta o mau uso (“*hábitos viciosos*”) e recomenda que sejam corrigidos na escola,

¹⁰² Tradução: Passei levemente sobre as coisas que a criança aprende mediamente, escutando falar e falando; e não perdi ocasião de fazer notar os hábitos viciosos em que mais geralmente se incorre. Nas definições, não procurei exatidão rigorosa. Foi necessário assinalar os objetos, como com o dedo, antes de dar-lhes a conhecer em fórmulas precisas, raras vezes acessíveis à inteligência pueril.

buscando o “bom uso”, representado no referido compêndio e na *Gramática* (1847).

Essa polarização linguística na conformação do discurso gramatical de Bello revela que concebe “dos tipos de variedad: por un lado, la legítima, y por otro, el conjunto multiforme que desafía el centro de legitimidad”¹⁰³. (MORÉ, 2004, p. 69). Essa ideia interfere na determinação da variedade válida e das que carecem desse estatuto. Ainda segundo o estudioso, o discurso gramatical de Bello, sustentado pelo corpo de exemplos, no caso da *Gramática* (1847), indica que “la variedad legítima es el castellano que es el patrimonio de los sectores cultos, lo cual excluye la elección de las lenguas indígenas y de las variedades castellanas usadas por quienes se ubican en un lugar inferior en la escala cultural”¹⁰⁴. (MORÉ, 2004, p. 69).

Moré (1999, 2004) aponta três critérios determinantes para a seleção da variedade linguística culta na *Gramática*, de 1847: no plano sócio-cultural, no plano dialetal/geográfico e no plano semiótico-discursivo. O primeiro conduziria à promoção da língua usada pelo falante culto; o segundo, ao uso da região de Castela; e o terceiro, ao uso escrito da língua. Para o autor, na literatura clássica, cruzam-se esses três critérios, o que justificaria tantos exemplos no corpo dessa gramática de autores do Século de Ouro¹⁰⁵ espanhol, conforme mostra o Quadro 4. A tese de Moré (2004, p. 92) sustenta que o “bom uso”, a variedade de língua espanhola legítima a ser promovida no discurso gramatical, nessa obra, é “el

¹⁰³ Tradução: dois tipos de variedade: por um lado, a legítima, e, por outro, o conjunto multiforme que desafia o centro de legitimidade.

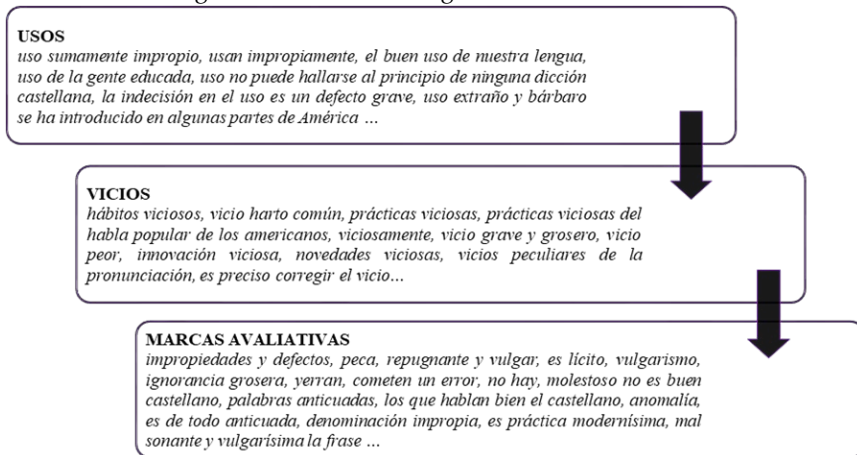
¹⁰⁴ Tradução: a variedade legítima é o castelhano, que é o patrimônio dos setores cultos, o qual exclui a eleição das línguas indígenas e das variedades castelhanas usadas por quem se localiza em um lugar inferior na escala cultural.

¹⁰⁵ O século de Ouro (*Siglo de Oro*) corresponde ao período compreendido entre os séculos XVI (Renascimento) e o XVII (Barroco), marcado pelo auge da cultura espanhola.

uso de la gente educada, el uso de Castilla, el uso de los modelos de la literatura castellana”¹⁰⁶.

Depois do percurso de leitura sobre a obra gramatical de Bello, a maneira de enunciar e a seleção lexical chamam a atenção. As marcas avaliativas caracterizam e intensificam “vicio” e “uso”, conforme a Figura 3:

Figura 3 – O discurso do gramático sobre o “uso”



Fonte: Elaboração da autora a partir de Bello (1847).

Merecem destaque as palavras avaliativas do gramático sobre o espanhol usado no Chile e na América Latina porque se repetem, evidenciando um tom prescritivo que se sobressai sobre o descritivo, quando se utilizou de palavras e expressões da rede léxica de “uso” (ou “práctica”) e “vicio”. Essa é uma das formas de ir inscrevendo na e pela língua enunciativamente sua avaliação negativa sobre alguns usos dos falantes e, conseqüentemente, de ir promovendo a variedade válida e uniformizando o uso.

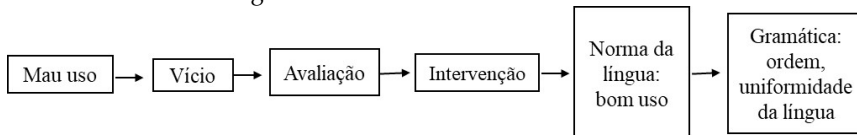
Parece que incorrer em um erro ou uma inadequação linguística é ser flagrado em uma conduta não moral. A utilização da palavra “cometer” é recorrente no discurso do gramático, para

¹⁰⁶ Tradução: o uso da gente educada, o uso de Castela, o uso dos modelos da literatura castelhana.

designar a ação junto a “*vicio*” e “*error*”, de modo que se pode estabelecer uma analogia desse discurso linguístico normativo com o discurso religioso, jurídico, biológico. Então, tem-se: cometer um erro linguístico, cometer um pecado, cometer um crime, causar uma enfermidade. É possível avançar nesse sentido, compreendendo que as práticas/hábitos linguísticas/os viciosas/os seriam práticas não morais, condutas e hábitos inadequados. Enquanto falante não se comete um erro linguístico, mas sim um vício, algo não moral, reprovável linguística e socialmente. Essa conduta deveria ser corrigida, de modo que “disciplinar la lengua es también disciplinar la sociedad”¹⁰⁷. (ARNOUX, 2016, p. 23).

Em sua enunciação nos textos sobre a língua, o autor utilizou bastante as palavras “*pulir*” e “*extirpar*” como se tais “*vicios*” fizessem a língua adoecer, contaminar-se, sujar-se (“*extirpar*”, “*mejorar y pulir las costumbres*”, “*es preciso evitar cuidadosamente esta práctica*”, “*vulgaridad que debe evitarse*” ...). Seriam doenças cuja cura dependeria de intervenções cirúrgicas. Seriam pecados, atos ilegais que deveriam ser corrigidos. Os exemplos expostos na Figura 3 fazem ressoar uma ideia, presente no pensamento iluminista, a de que é possível intervir na língua a fim de melhorá-la (pulir, corrigir, restaurar). Além disso, fazem ecoar outra ideia, difundida no pensamento científico do século XIX, a hierarquia entre o registro de língua considerado “*inferior*” e o “*superior*” (extensivo aos falantes), sendo que este serviria de modelo para aquele. A Figura 4 representa o percurso dessas duas ideias:

Figura 4 – Do “*mau*” uso ao “*bom*” uso



Fonte: Autora.

¹⁰⁷ Tradução: Disciplinar a língua é também disciplinar a sociedade.

Se examinarmos textos de autores contemporâneos de Bello ou epígonos, de mesma ideologia, não é difícil de encontrar tais vocábulos, fato que aponta para a manutenção de uma ideia sobre o uso da língua traduzida nas palavras, que compõem os discursos gramaticais, os dicionários, os ensaios em jornais. Tais ideias e posições políticas vão construindo uma linha de pensamento sobre a língua no Chile e na América Latina, no século XIX.

2.3 O horizonte de retrospecção da *Gramática* (1847)

O lugar teórico no interior dos estudos linguísticos em que este trabalho se inscreve, vinculado ao materialismo histórico, não considera os discursos e a produção de conhecimento de forma isolada da situação histórica e temporal. Esse pensamento demanda reconstituir o que Auroux (2014) chamou de “horizonte de retrospecção” da *Gramática* (1847), de Andrés Bello. Para o pesquisador francês (2014), o conhecimento é uma realidade histórica e se constitui em relação com a temporalidade, condição que leva em conta o que foi produzido anteriormente e sua projeção. A partir dessa ideia, o autor concebe a categoria dos horizontes do ato de saber:

Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospecção [...], assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro, sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 2014, p. 12).

Nesse sentido, o horizonte de retrospecção corresponde ao “conjunto dos conhecimentos antecedentes” (AUROUX, 2008, p. 141) e o horizonte de projeção, ao alcance desses saberes nas comunidades científicas posteriores. O autor compreende a categoria dos horizontes como fundamental para análises porque acredita que todo saber se constrói em um constante movimento de

ir e vir, em que um conhecimento pode ou não se impor ou se sobrepor a outro(s), em que coexistem vários deles. Não é estático, é uma realidade histórica que se constitui nesses dois horizontes. Logo, faz-se necessário analisar como o saber se forma, observando a relação do conhecimento com a temporalidade e estruturando, de algum modo, esses horizontes.

A estruturação do horizonte de retrospectiva pode ser feita de várias maneiras, mas “é necessário tempo para saber”. (AUROUX, 2008, p. 141, grifo do autor). O saber atualizado discute, refuta, concorda, dialoga com os saberes antecedentes, que estão co-presentes, o que permite pensar que esse ato (a produção de conhecimento) tem memória, deriva de outros.

Partindo dos ensinamentos de Auroux (2014, 2008), estudar o horizonte de retrospectiva da *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847), de Andrés Bello, é importante para poder conhecer o seu fazer metalinguístico no movimento entre a manutenção de um pensamento gramatical e sua atualização, bem como para identificar o lugar que essa obra e seu autor ocupam na história da língua espanhola. Esse horizonte abarca um conjunto de saberes e acontecimentos antecedentes e estruturados em parte dos séculos XVIII e XIX. O gramático fez menção a poucas dessas produções, sendo que às latino-americanas não fez referência em momento algum (ver também seção 3.3). Provavelmente isso ocorra porque ele não as considerou relevantes na construção da sua memória de saber. Afora isso, é possível identificar marcas de saberes já conhecidos na organização da obra, nos exemplos utilizados (subseção 3.2.4) e na sua enunciação como evidenciará o *corpus* analisado (Capítulo 5).

Ao abordar a superfície temporal sobre a qual o horizonte de retrospectiva da *Gramática* (1847) se estrutura, é necessário adentrar na história da gramática de língua espanhola, tratando especificamente de gramáticas e documentos, antecedentes da gramática deste estudo, e das ideias gramaticais já existentes. A partir disso, há condições de localizar quais delas continuam e quais se atualizam no pensamento gramatical de Bello. Sabe-se que

a antecedente da gramática espanhola é a gramática greco-latina assim como se sabe que a primeira gramática da língua espanhola é a *Gramática de la lengua castellana*, de Nebrija, publicada em 1492¹⁰⁸. Conforme Esparza Torres (1996, p. 48), o acontecimento dessa gramática tem inquestionável importância porque é “[...] ponto básico para entender el desarrollo de la filología castellana desde el Renacimiento, lo es también para referirse a los comienzos de la historia de la gramática española”¹⁰⁹, por ser a primeira, apresentando-se como um acontecimento linguístico inaugural.

No entanto, ela não foi a primeira tentativa de sistematização do espanhol. O primeiro ensaio de representação escrita dessa língua ocorreu entre os séculos X-XII, com as glosas (um exemplo delas foram as *Glosas emilianenses*). Turza e Muro (1992) as definem como “las anotaciones en latín, romance y vasco, interlineadas o marginales, escritas en el siglo XI en el códice latino *Aemilianensis 60* (*Biblioteca de la Real Academia de la Historia*), con la intención predominante de resolver dificultades de comprensión sintáctica, morfológica y léxica de ese texto latino” e alertam para adotar cautela e relativismo ao que compreenderam como uma escrita que não é latim e mais se parece ao castelhano.

Tais composições são muito relevantes, pois registram, na escrita, uma língua romance que parece o espanhol. Também, dos séculos XIII ao XV, segundo Rosenblat (1981, p. 15), houve outro “esfuerzo de sistematización” dessa língua com as ações de *Alfonso X, el sabio*, quem propôs a “*Ortografía alfonsí*”, e passou a adotá-la na língua do comércio e nas leis, em substituição ao latim. O monarca fez parte do grupo de sábios e lhes deu como tarefa traduzir ao castelhano obras universais, respeitando essa ortografia.

¹⁰⁸ Del Valle *et al* (2016, p. 29b) se refere ao ano de 1492 como o “*annus mirabilis*” por causa do que representa historicamente: descoberta da América, surgimento da *Gramática castellana*, a reconquista de Granada e expulsão dos judeus.

¹⁰⁹ Tradução: ela é o ponto básico para entender o desenvolvimento da filologia castelhana desde o Renascimento como também para referir-se ao começo da história da gramática espanhola.

Nos séculos XVI e XVII, marcou-se outro momento na história de normatização, com o destacado trabalho gramatical de Nebrija. Ao recuperarem-se as condições sócio-históricas de produção da obra de Nebrija, vê-se que surgiu em uma data muito significativa para a Espanha e para a América Latina, pois também marcou a chegada de Colombo à América, fato que a história proclamou como descobrimento de um novo continente pelos europeus, e a recuperação de Granada pelos Reis Católicos, último reino muçulmano na Espanha. O gramático defendia o princípio fonético, buscando como referência Quintiliano, seu “mentor espiritual” (ROSENBLAT, 1981, p. 23), isto é, respeitar o uso, a pronúncia, traduzidos na máxima: cada letra um fonema.

A data de publicação da gramática de Nebrija, 1492, a situa ainda no século XV, mas à beira do XVI. Trata-se de um período de transição da Idade Média para a Moderna, que se estendeu até o século XVIII e foi atravessada por grandes acontecimentos, como o Renascimento, a Expansão Marítima e a Reforma da Igreja Católica. O processo de produção dessa obra e seu alcance, após publicação, estavam inseridos nesse extenso período temporal.

O Renascimento Cultural foi um movimento ocorrido nessa época, marcada pela revalorização da Antiguidade Clássica. Em vista desse pensamento, nova visão de mundo se instaurou, uma visão racional, universalista, antropocêntrica, que originou o movimento do Humanismo. Manifestou-se, primeiramente, na Itália e depois se espalhou. Os novos valores renascentistas se desenvolveram nos homens e nas sociedades da época, que passaram a compreender que fé e razão eram importantes e que as criações humanas deveriam ser destacadas e promovidas. Alguns acontecimentos que revelam a onda otimista foram as grandes navegações, o conhecimento de novos lugares, línguas e culturas, a reestruturação de territórios, a gramatização¹¹⁰ de

¹¹⁰ A palavra “gramatização” não aparece ainda nos dicionários de língua portuguesa. Seu processo de formação é o neologismo, que teria se originado de uma extensão de um outro neologismo em português “gramaticalização”, usado

vernáculos, a definição de línguas nacionais, a invenção da imprensa por Johann Gutemberg.

Todos esses eventos do século XV tiveram repercussão posterior, desenvolvendo-se mais, afetando a ordem social, econômica, política, religiosa, histórica e particular do homem do período e dos seguintes. Por exemplo, o surgimento da imprensa foi uma descoberta que mudou a história da escrita, da leitura, da divulgação e circulação do conhecimento em escala mundial tanto é que Auroux (2014) fala em duas revoluções tecnológicas, a da escrita e a da gramatização massiva das línguas, esta impulsionada pelo advento da imprensa.

Nos séculos XV e XVI, a história registrou como grandes potências mundiais os membros da Península Ibérica: Espanha e Portugal. Eles, através da Reconquista¹¹¹ e delimitação de seus territórios, definição de suas línguas nacionais e do processo de expansão marítima, com fins de ampliação de domínios e principalmente de busca por riquezas, transformaram-se em Impérios ricos. Tudo isso fez parte do cenário de formação intelectual, laboral e produtiva de Nebrija.

A *Gramática castellana* (1492), obra dedicada à rainha Isabel, de Castela, é o produto do trabalho de gramatização de um romance, de um vernáculo, que é o castelhano (espanhol), por parte de Nebrija. Em sendo a primeira, é possível que a tarefa não tenha sido fácil, pois tinha de descrever uma língua que não contava com autores canônicos para usar como apoio e como exemplos, de modo que o horizonte de retrospectiva gramatical, filológico teve que ser buscado em outras línguas como a latina e a grega. Talvez, essa situação tenha levado o gramático espanhol a valer-se de princípios e conceitos principalmente de gramáticos latinos como Diomedes,

por Carvalho Buescu em um de seus estudos, em 1983. Este, por sua vez, o tomou do francês “*grammaticalisation*”. (Auroux, 2014). O tema da gramatização será desenvolvido na seção 2.4.

¹¹¹ Tradução do DLE: A Reconquista foi um movimento de “recuperação do território espanhol invadido pelos muçulmanos em 711 d.C., que termina com a tomada de Granada em 1492”.

Prisciano, Donato e Quintiliano. Por outro lado, tenha lhe propiciado um espaço criativo e original sobre certos temas como a ortografia, a exposição histórica da língua, na sua relação língua vulgar e latina e um aproveitamento dos primeiros textos literários espanhóis. E, claro, veio para frear, através da regulamentação, o “caos” linguístico daquele tempo, principalmente na escrita, e atualizar o modelo educacional.

Esparza e Sarmiento (1992), autores que escreveram a introdução da *Gramática castellana*, de Nebrija, edição de 1992, chamam a atenção para a questão pedagógica que perpassa a obra. Há uma preocupação grande do gramático com a restauração do ensino e da aprendizagem do latim. Para eles (1992, p. 28) “toda la producción nebrisense está guiada por un imperativo pedagógico y por el afán de recuperar el latín”¹¹². Essa questão passa pela produção de um material específico, ou, dizendo de outro modo, de um instrumento linguístico e de um método. Produziu então a *Gramática castellana* e a organizou, segundo os autores (1992, p. 59), pelo “método natural”, que consiste em ir do conhecido ao desconhecido, isto é, no caso, do espanhol ao latim. Isso pode trazer duas consequências: eleva a língua vulgar à categoria de língua de cultura; mas, ao utilizar o espanhol, como via necessária para o ensino/aprendizagem do latim, mantém a superioridade da língua latina.

A referida gramática está estruturada em cinco partes, que se subdividem em 55 capítulos, antecedidas pelo *Prólogo*. Cada parte é um livro, sendo: *Libro I – Ortografía* (subdivido em 10 capítulos)¹¹³;

¹¹² Tradução: Toda a produção de Nebrija está guiada por um imperativo pedagógico e por um afã de recuperar o latim.

¹¹³ Os títulos dos capítulos da primeira parte são: I. En que parte la gramática en partes; II. De la primera invención de las letras, i de donde vinieron primero a España; III. De cómo las letras fueron halladas para representar las bozes; IV. De las letras i pronunciaciones de la Lengua latina; V. De las letras i pronunciaciones de la Lengua castellana; VI. Del remedio que se puede tener para escribir puramente el castellano; VII. Del parentesco i vecindad que las letras entre sí tienen; VIII. De la orden de las vocales cuando se cogen en diptongo; IX. De la orden de las consonantes entre sí; X. En que pone reglas generales de orthographía del castellano.

Libro II – Prosodia (com 10 capítulos)¹¹⁴; *Libro III – Etimología* (com 17 capítulos)¹¹⁵; *Libro IV – Sintaxis* (com 7 capítulos)¹¹⁶; e *Libro V – De las introducciones de la lengua castellana para los que estraña lengua querrán deprender* (com um prólogo e 11 capítulos)¹¹⁷. A divisão feita (ao menos das quatro partes) é fiel à organização grega, apesar de ser uma gramática de língua de origem latina. No desenvolvimento de cada tema, no entanto, há manutenção da estrutura da gramática latina.

Outro momento de codificação do espanhol se deu no século XVIII, com a criação da RAE¹¹⁸, em 1713, que adotou três critérios

¹¹⁴ Os títulos dos capítulos do libro II são: I. De los accidentes de la sílaba; II. De los acentos que tiene la lengua castellana; III. En que pone reglas particulares del acento del verbo; IV. En que pone reglas particulares de las otras partes de la oración; V. De los pies que miden los versos; VI. De las consonantes, i cuál i qué cosa es consonante en copla; VII. De la sinalepha i apretamiento de las vocales; VIII. De los géneros de los versos que están en el uso de la Lengua castellana, i primero de los versos iámbicos; IX. De los versos adónicos; X. De las coplas del castellano i cómo se componen los versos.

¹¹⁵ Os capítulos da terceira parte são: I. De las diez partes de la oración que tiene la lengua castellana; II. Del nombre; III. De las especies del nombre; IV. De los nombres demostrativos; V. De los nombres verbales; VI. De la figura, género, número, declinación i casos del nombre; VII. De los nombres que no tienen plural o singular; VIII. Del pronombre; IX. Del artículo; X. Del verbo; XI. De los circunloquios del verbo; XII. Del gerundio del castellano; XIII. Del participio; XIV. Del nombre participial infinitivo; XV. De la preposición; XVI. Del adverbio; XVII. De la conjunción.

¹¹⁶ A quarta parte tem os seguintes capítulos: I. De los preceptos naturales de la gramática; II. De la orden de las partes de la oración; III. De la construcción de los verbos después de sí; IV. De la construcción de los nombres después de sí; V. Del barbarismo i solecismo; VI. Del metaplasmo; VII. De las otras figuras.

¹¹⁷ Os títulos dos capítulos da quinta parte são: I. De las letras, sílabas, i diciones; II. De la declinación del nombre; III. De la declinación del pronombre; IV. De la conjugación del verbo; V. De formación del verbo: reglas generales; VI. De la formación del indicativo; VII. Del imperativo; VIII. Del optativo; IX. Del subjuntivo; X. Del infinitivo; XI. Del gerundio, participio, i nombre participial infinito.

¹¹⁸ A instituição foi fundada por Juan Manuel Fernández Pacheco (1650-1725), também conhecido pela designação “Marqués de Villena”, e tem como emblema um crisol no fogo, com o seguinte lema: “*Limpia, fija y da esplendor*”. Essa metáfora da purificação da língua revela a imagem dessa instituição bem como sua maior

de normatização da língua: a pronúncia, a etimologia e o uso. Para tal, lançou suas primeiras obras: dicionário e gramática¹¹⁹. As gramáticas desde a 1ª edição *Gramática de la lengua castellana* em 1771 até a 31ª, apresentadas nas datas seguintes, 1772, 1781, 1796, 1854, 1858, 1862, 1864, 1865, 1866, 1867, 1870, 1874, 1878, 1880, 1883, 1885, 1888, 1890, 1895, 1900, 1904, 1906, 1908, 1909, 1911, 1913, 1916, 1917, 1920, tiveram esse título.

Hoje conta com 34 edições da gramática, sendo a última em 1931. A partir da 32ª edição, a gramática passou a ser nomeada de *Gramática de la lengua española* (1924), ou seja, houve uma renomeação, “*castellana*” por “*española*”, sendo que aquela teve a vigência de 152 anos. Depois, em 1973, muda novamente a nomeação da obra gramatical da instituição e se tem o *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*, que não saiu da 1ª edição; na sequência, veio *Nueva gramática de la lengua española. Morfología y sintaxis* (2009), seguida do *Manual de la nueva gramática de la lengua española* (2010), da *Nueva gramática básica de la lengua española* (2011) e da *Nueva gramática de la lengua española. Fonética y fonología* (2011), todos na sua 1ª edição. Além disso, em 1857, apresentou o *Compendio de la gramática de la lengua castellana y epítome de la lengua castellana*, que só teve uma edição.

Quanto aos dicionários¹²⁰, havia: *Diccionario de autoridades* (1726), em seis tomos, *Diccionario de la lengua española* (1780), que conta hoje com 23 edições. Em relação à ortografia, a primeira obra surgiu na Academia, em 1741, sendo a última edição em 2010.

Segundo Bango (2015), o número de estudos gramaticais realizados nos séculos XVIII e XIX é grande se comparado ao século XVII e chama a atenção para a importância e a relevância das ideias

tarefa. A RAE atua, desde sua criação na regulação da língua, papel que a Academia Brasileira de Letras, por exemplo, não desempenha.

¹¹⁹ A fonte usada para redação deste parágrafo é a página *on-line* da RAE, estando as informações disponíveis em: <<http://www.rae.es/>>

¹²⁰ Importa dizer que hoje a RAE conta com outros dicionários, referentes a temas determinados.

linguísticas desenvolvidas por sua originalidade. Para o autor, isso se deve a três causas de diferentes ordens: política, social e cultural. Politicamente, houve uma valorização do espanhol como língua de ensino. Praticamente, o rei Carlos III propôs a lei que substituiu o latim pelo espanhol nas escolas, promoveu a criação da RAE e de sua primeira gramática, tornando-a o primeiro livro-texto escolar. Isso tudo foi feito com o intuito de fortalecer e ampliar domínios territoriais. Socialmente, houve a expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus, que ensinavam o latim, medida necessária para poder implantar as leis do rei. Culturalmente, surgiu a influência da corrente ilustrada e racionalista.

No século XVIII, marcado pelas ideias do Iluminismo, principalmente, o predomínio da razão, da experiência e dos sentidos (BANGO, 2015), os estudos linguísticos se voltaram para a busca da origem da linguagem, imbuídos do racionalismo. Para Calero Vaquera (2008, p. 11),

Muchos de los conceptos gramaticales que los españoles hemos aprendido durante la etapa escolar, como los de “sujeto” y “atributo”, “complemento”, “proposición”, oración “principal” y “subordinada”, etc. proceden de la terminología usada por los gramáticos franceses del siglo XVIII en el análisis lógico, que consideraban previo al análisis gramatical¹²¹.

A produção gramatical espanhola passou a retratar as características vigentes da tradição latina, normativa como também a novidade da lógica. Nessa linha, há algumas publicações, entre elas as da RAE e de autores como Benito Martínez Gómez Gayoso, com *Gramática de la lengua castellana* (1743), Gaspar Melchor de Jovellanos, com *Rudimentos de la gramática general* (1795), Juan Antonio González Valdés, com

¹²¹ Tradução: Muitos dos conceitos gramaticais que aprendemos durante a etapa escolar, como os de “sujeito” e “atributo”, “complemento”, “proposição”, oração “principal” e “subordinada”, etc. procedem da terminologia usada pelos gramáticos franceses do século XVIII na análise lógica, que consideravam prévia à análise gramatical.

Gramática de la lengua latina y castellana (1791) e *Gramática completa grecolatina y castellana* (1798).

Ainda, na Espanha, no século XVIII e início do XIX, a *Grammaire générale et raisonnée* (1660), de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, influenciava estudos e produções no campo das Ciências da Linguagem. Também havia outras ideias que repercutiam como as dos racionalistas do Iluminismo, principalmente dos enciclopedistas franceses Denis Diderot e Jean D'Alembert, e as do inglês John Locke e do francês Étienne Bonnot de Condillac. Esse cenário indica que os estudos gramaticais foram afetados por novas ideias linguísticas vindas da filosofia dos franceses, ingleses e escoceses, isto é, empiristas, ideólogos, utilitaristas e espiritualistas.

Na nação espanhola, acontecimentos muito significativos e influentes na produção de conhecimento e no pensamento da época resultaram em ações que realçavam a importância do castelhano (espanhol) frente ao latim, como a fundação da RAE (1713) e a publicação de gramáticas e dicionários. No referente à gramática, no período da Ilustração, desenvolveu-se a ideia da necessidade da aprendizagem da língua nos currículos escolares, através da gramática que ensinaria a arte de expressar-se bem. Aliada à questão do ensino, é introduzida nas instituições educacionais, tornando-se ainda mais importante. As gramáticas do século XVIII, na Espanha, ganharam, portanto, um caráter normativo e prático.

A gramática da RAE, 5ª edição, de 1854, demorou bastante para ser apresentada se tomarmos como referência o ano de aparecimento da quarta, 1796. Surgiu após o lançamento de duas grandes gramáticas e um compêndio, em Paris e no Chile: a *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla* (1830), do espanhol Vicente Salvá, a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847) e o *Compendio de gramática castellana para el uso de las escuelas primarias* (1851), do venezuelano-chileno Andrés Bello. Autores como Arnoux (2015) e Villa (2016) acreditam que o impacto do surgimento dessas

obras motivou, em certa medida, a Academia a rever a sua, e, quando o fez, foi em caráter oficial.

Assim que foi anunciada a nova gramática acadêmica, foi declarada pela Rainha Isabel II como texto oficial do governo no ensino público, no mesmo ano da sua publicação. Essa ação desencadeou também, em 1857, a oficialização da ortografia da Academia por parte do Estado espanhol, o que tornou obrigatório o ensino dessa única norma na educação pública. Não é difícil imaginar as consequências dessas duas medidas reais. Villa (2016) argumenta que a oficialização da norma gramatical e da ortografia da RAE garantiu o controle do mercado educativo, a posição de autoridade linguística do país e o faturamento econômico, alavancado pela entrada de dinheiro da venda de livros de texto.

Ao lado dessa questão doutrinal, a gramática também sofreu modificações em sua natureza, oriundas de correntes e pensamentos gramaticais diferentes como os dos franceses, com as ideias racionalistas dos gramáticos de Port-Royal, e os dos empiristas e ideólogos, como Condillac. Ainda teve de conviver com os pressupostos pedagógicos dos enciclopedistas. Essas ideias se projetaram também no século XIX.

De certa maneira, essas correntes e acontecimentos deixaram marcas na formação intelectual de Andrés Bello, que viveu os últimos vinte anos do século XVIII, em Caracas, e os demais, no século XIX, em Londres e Santiago. Especificamente, na *Gramática* (1847), algumas ideias de ambos os períodos fazem eco. Por exemplo, a resistência à gramática geral, lógica aumenta com o conhecimento absorvido em Londres. Possivelmente, o contato com o círculo intelectual inglês, com obras de escoceses e alemães e também com doutos espanhóis exilados, entre eles Salvá e Puigblanch, tenham feito com que suas ideias sobre língua se atualizassem à medida que sua rede de conhecimentos e de relações intelectuais se ampliava, e o efeito disso pode ser visto nos frutos do saber metalinguístico materializado na sua gramática.

Ao refletir sobre o pensamento linguístico do século XIX, na Espanha, Bango (2015) apontou a “deslatinização” como a palavra

que melhor traduziria esse período porque essa ideia estava muito presente nas produções gramaticais. Ao observar-se esse aspecto, há de se concordar que esse processo vem acontecendo desde Nebrija, ou seja, desde a elaboração da primeira gramática a cada gramática da língua espanhola que venha a surgir, pois cada uma, em menor ou maior medida, atuaria nesse processo. O autor reconhece que

este proceso deslatinizador, que es gradual y progresivo, comienza desde el mismo Nebrija, porque, en realidad, se puede afirmar que casi todas las gramáticas son deslatinizantes en cierto grado. Cuanto más deslatinizante es un autor más original e importante; cuanta más antigua es la deslatinización también es más notable. (BANGO, 2015, p. 264)¹²².

Ou seja, em gradação, poderíamos apontar Nebrija em uma ponta inicial desse processo e Salvá e Bello em outra, ou seja, a *Gramática* (1847) seria a mais afastada da gramática latina entre as obras do período referido, ao propor, entre outras coisas, a ideia de fazer uma gramática particular, regida pelo (bom) uso da linguagem.

As ideias e as reflexões linguísticas, desenvolvidas na Espanha, no século XIX, tinham como base o racionalismo. Segundo Bango (2015), faziam-se estudos sobre: a relação entre pensamento e linguagem, a origem da linguagem, a existência de universais linguísticos, os requisitos da linguagem científica. “Estas ideas entran en España y contaminan nuestras gramáticas y el resultado son nuevas ideas, nuevos enfoques, nuevos puntos de vista que producen cambios profundos teóricos”¹²³. (BANGO, 2015,

¹²² Tradução: Este processo “deslatinizador”, que é gradual e progressivo, começa desde Nebrija, porque, na realidade, pode-se afirmar que quase todas as gramáticas são “deslatinizantes” em certo grau. Quanto mais “deslatinizante” é um autor mais original e importante, quanta mais antiga é a “deslatinização” mais notável ela é.

¹²³ Tradução: Estas ideias entram na Espanha e contaminam nossas gramáticas e o resultado são novas ideias, novos enfoques, novos pontos de vista que produzem mudanças teóricas profundas.

p. 268). Entre essas novas ideias, o autor aponta o surgimento de defensores da gramática geral como um complemento da gramática particular das línguas vernáculas, surge o conceito de complemento, dividido em direto e indireto, ocorre mudança no modelo de análise gramatical (o foco é a oração/proposição e não mais a palavra), nasce a análise oracional. Essas duas últimas ideias mostram que os elementos da análise gramatical não são mais interpretados de forma isolada, e isso é uma atualização.

Nesse período, podiam ser encontrados os seguintes modos de análises das unidades gramaticais: o “gramatical” e o “lógico”. (BANGO, 2015). Para o autor, quem usava o primeiro, mais conhecido e mais antigo, se fixava nas palavras e em suas propriedades formais como unidade básica de análise. Já quem fazia análise pelo segundo tinha como referência a oração e buscava apontar seus componentes em relação ao todo. Em síntese, a análise de modelo “gramatical” tem que ver com a forma e o seu pertencimento a uma parte da oração enquanto a de critério “lógico” está relacionada com a função das unidades constituintes da oração.

Ambos os modos de análise passaram a conviver, sendo utilizados em campos adequados de aplicação, por exemplo, na gramática, na sintaxe se adequaria melhor o “lógico”, na analogia, o “gramatical”. Depois disso, podemos encontrar as denominações “critério gramatical”, “formal” e “analógico” como sinônimas, convivendo com as denominações “critério funcional”, “lógico” e “sintático” também como sinônimas.

No entanto, houve quem vislumbrou uma fusão entre os enfoques. Calero Vaquera (2008) cita a obra *Análisis lógica y gramatical de la lengua española* (1843), de Juan Calderón, como um gramático que viu essa possibilidade, assim como apresenta um elenco de autores que elaboraram obras nessa linha. Salienta que esse processo de fusão culminou com o aparecimento, em 1939, já no século XX, na Espanha, da obra anônima, *Análisis lógico gramatical*. A supressão da ideia de adição, marcada pelo conector, foi interpretada pela autora como um sinal da fusão entre os dois critérios: “Tal vez a la conciencia de esta amalgama obedezca la

desaparición de la conjunción *y* en el título: el análisis ya no se denomina “lógico y gramatical” sino “lógico gramatical”, dando así cuenta de la fusión obtenida entre los dos tipos de análisis”. (CALERO VAQUERA, 2008, p. 36, grifos da autora)¹²⁴.

Na opinião de Bango (2015), esse resultado mencionado por Calero Vaquera (2008) é fruto de um processo progressivo de convivência e compreensão desses enfoques. Para o autor (2015), teria havido três linhas de atuação, ou seja, três tipos de análise gramatical: o analógico, o funcional e o sintático.

Una primera en la que lo “analógico” convive con lo “funcional” y puede dar lugar a dobles clasificaciones o a dobles definiciones de las diferentes clases de palabras; una segunda línea en la que, aun reconociendo los dos enfoques, lo “funcional” ya es el único criterio que se utiliza para la definición y/o para el establecimiento de las diferentes partes de la oración; y una tercera línea en la que lo “sintático” se impone claramente. En el primer grupo se encuentran Calleja (1818), Noboa (1839), Avendaño (1849), Calderón (1852 [1843]) y, probablemente, todos los seguidores de este último (L. Parral, M. Santiago y Martín, S. Aguilar y un largo etcétera que se menciona en Calero (2008: 30-34)); en el segundo grupo se podría citar a Fernández Monje (1854), Salleras (1876) o Herrainz (1885); y el tercer grupo estaría formado, en este siglo, fundamentalmente por Bello, a través de dos de sus obras (Bello 1841 [1951] y Bello 1847 [1988]), y Benot (1889). (BANGO, 2015, p. 287, grifos do autor)¹²⁵.

¹²⁴ Tradução: Talvez a consciência deste amálgama obedeça à desapareição da conjunção *e* no título: a análise já não se denomina “lógica e gramatical”, mas sim “lógica gramatical”, dando, assim, conta da fusão obtida entre os dois tipos de análise.

¹²⁵ Tradução: Uma primeira em que o “analógico” convive com o “funcional” e pode dar lugar a duplas classificações ou a duplas definições das diferentes classes de palavras; uma segunda linha na qual, ainda reconhecendo os dois enfoques, o “funcional” já é o único critério que se utiliza para a definição e/ou para o estabelecimento das diferentes partes da oração; e uma terceira linha em que o “sintático” se impõe claramente. No primeiro grupo, encontra-se Calleja (1818), Noboa (1839), Avendaño (1849), Calderón (1852 [1843]) e, provavelmente, todos os seguidores deste último (L. Parral, M. Santiago e Martín, S. Aguilar e um longo etcétera que se menciona em Calero (2008: 30-34)); no segundo grupo, se poderia citar Fernández Monje (1854), Salleras (1876) ou Herrainz (1885); e o terceiro grupo estaria formado, neste século, fundamentalmente por Bello, a través de duas de sus obras (Bello 1841 [1951] e Bello 1847 [1988]), e Benot (1889).

Na *Gramática* (1847), é possível encontrar alguns indícios de que Bello seguia o critério funcional. Por exemplo, quando aponta a quantidade de classes de palavras, faz a classificação e a definição de cada uma. Eis o título do capítulo II: “*Clasificación de las palabras por sus varios oficios.*” Depois, seu primeiro parágrafo, em que expõe o critério de classificação das palavras “Atendiendo ahora a los varios oficios de las palabras en el razonamiento, podemos reducirlas a siete clases, llamadas Sustantivo, Adjetivo, Verbo, Adverbio, Preposicion, Conjuncion, Interjeccion.” (BELLO, 1847, p. 7). Na sequência, a definição de uma classe: “El SUSTANTIVO es, pues, una palabra que puede servir para designar el sujeto de la proposición. Se dice que *puede servir*, no que *sirve*, porque, además de esa función, el sustantivo ejerce otras [...]”¹²⁶ (p. 10, grifo do autor). O critério é a função desempenhada, e a rede léxica utilizada para a sistematização por parte do sujeito gramático vai sugerindo esse enfoque: “*oficio*”, “*servir*”, “*función*”.

Diante disso, qual foi a produção gramatical em língua espanhola¹²⁷ ocorrida no final do século XVIII e início do XIX, cujo ponto de inflexão é o acontecimento da *Gramática* (1847) de Bello? Em conformidade com o pensamento de Sánchez Méndez (2021, informação verbal)¹²⁸, é possível considerá-la dessa forma por dois aspectos: 1º. a partir dela o espanhol americano inicia na historiografia do espanhol, no sentido de configurar-se como uma gramática particular; 2º. há nela um ideal de língua diferente. Em

¹²⁶ Tradução: Classificação das palavras por seus vários ofícios. / Atendendo agora aos vários ofícios das palavras no raciocínio, podemos reduzi-las a sete classes, chamadas Substantivo, Adjetivo, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção, Interjeição; O SUBSTANTIVO é, pois, uma palavra que pode servir para designar o sujeito da proposição. Disse-se que *pode servir*, não que *serve*, porque, além dessa função, o substantivo exerce outras [...].

¹²⁷ A produção sobre o espanhol no século XIX pode ser conferida em Esparza Torres e Niederehe (2012).

¹²⁸ Palestra “*A las vueltas con la periodización de la historia del español americano*” proferida pelo autor no Simposio: “*A 100 años de “Observaciones sobre el español de América” de Pedro Henríquez Ureña*”, realizado on-line, nos dias 14 e 15 de julho de 2021, na UCHILE.

outras palavras, ao propor, ainda que de uma postura conservadora, a variedade do falante culto latino-americano a modelo comum da língua espanhola, realiza a primeira ação em torno da possibilidade de haver outros centros de controle dessa língua, atitude política diante da língua alinhada à ideia do policentrismo¹²⁹. Esses dois aspectos fazem ver a proposta de deslocamento de uma visão de norma para outra, esta que conforma “estándares” regionais e nacionais latino-americanos.

Na Espanha, a produção gramatical se desenvolveu e resultou em obras como as quatro primeiras edições da *Gramática de la lengua castellana*, da RAE (1771, 1772, 1781, 1796), o *Curso de humanidades castellanias* (1795), de Gaspar Melchor de Jovellanos, os *Elementos de gramática castellana* (1818), de Juan Manuel Calleja, os *Princípios de gramática geral* (1835), de José Gómez Hermozilla, a *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla*, obra publicada em Paris, de Vicente Salvá (1830), este muito citado na *Gramática* (1847) por Bello e apontado como uma de suas principais fontes de diálogo e referência (conforme Quadro 4), e a *Análisis lógica y gramatical de la lengua española* (1843), de Juan Calderón.

Foco a atenção nas ideias linguísticas de duas delas, as da RAE e a de Salvá, por causa da importância dada a elas por Bello, no *Prólogo* da *Gramática* (1847). Primeiramente, as referidas gramáticas tiveram influência das ideias linguísticas de seu tempo, porém, de lugares diferentes. Trata-se de ideias de uma instituição, que tinha o aval real, e de um autor, que esteve exiliado em Londres e depois em Paris. Salvá, ao propor uma gramática, mostrava pensar diferente das gramáticas da RAE, oficiais no Império espanhol, mas não teria o impacto delas. Conforme González (2009, p. 48): “La gramática académica, concebida para estudiar la lengua,

¹²⁹ Policentrismo é um conceito usado na Sociolinguística, e, conforme Fanjul (2011, p. 302, grifo do autor), “[...] alude à inexistência de um centro único de padronização” da língua. Trata-se de uma era que, segundo o autor, se configura na segunda metade do século XIX, no período da consolidação dos Estados nacionais latino-americanos.

propuso una norma apoyada en el uso culto y literario, gozó de la protección real y ostentó el monopolio de la enseñanza durante muchos años”¹³⁰. Na América Latina, a de Salvá foi muito usada no ensino. (LLITERAS, 2000).

As primeiras gramáticas acadêmicas adotaram como modelo linguístico a variante usada por aqueles que falavam “bem”, ou seja, as pessoas instruídas, cultas, os autores da literatura, principalmente, do Século de Ouro, às vezes, também eram citados monarcas. A RAE partia do princípio de que a língua, nesse período literário, havia alcançado a sua plenitude e teria assim se “estabilizado”. Por causa disso, poderia ser fixada nas gramáticas, cumprindo assim uma das funções do seu lema. (GÓMEZ ASENCIO, 2008). Esse modelo configurou a norma linguística. Na opinião de Sarmiento (1981, p. 73), “la doctrina gramatical de la RAE (1771) se inscribe en la línea de las gramáticas filológicas del Renacimiento, con modelo latino, en las cuales la lógica se aplica a la solución de los problemas idiomáticos concretos”¹³¹. Essas características não se modificaram tanto até a quarta edição.

A gramática de Salvá, de 1830, é do século XIX e se difundiu muito na América Latina. O autor propôs uma gramática que considerava o estado presente da língua espanhola da época, e esta ideia fora enunciada no fragmento do título “*según ahora se habla*”. O estado atual da língua (sincronia) englobava registros da escrita e da fala, ideia desconsiderada na tradição gramatical espanhola que se importava com a língua escrita ou a variedade literária dos melhores falantes, não interessando o período temporal. Evidentemente que o uso oral que considerava era o registro culto. A desconsideração da língua, na sua parte oral, era uma lacuna da gramática da época, a qual Salvá apontou, revelando o nascimento

¹³⁰ Tradução: A gramática acadêmica, concebida para estudar a língua, propôs uma norma apoiada no uso culto e literário, gozou da proteção real e ostentou o monopólio do ensino durante muitos anos.

¹³¹ Tradução: A doutrina gramatical da RAE (1771) se inscreve na linha das gramáticas filológicas do Renacimiento, com modelo latino, nas quais a lógica se aplica à solução dos problemas idiomáticos concretos.

de uma tendência descritiva dentro da gramática prescritiva. Essa forma de pensar a língua e de especificá-la revelou um gesto de ruptura com a gramática acadêmica, de base lógica, e anunciou um novo tipo de tratado gramatical, a “gramática descriptiva y sincrónica”. (LLITERAS, 2000, p. 101).

Quanto ao método, Salvá usou o indutivo, o que, naquele período, também representou uma descontinuação com a tradição gramatical espanhola que, sob a influência dos ideólogos franceses, desenvolvia o método dedutivo. Segundo Unger (2003), o indutivo seria o mais adequado para descrever uma língua em particular porque o gramático parte dos usos que podem ser contrastados e deles extrai as regras que exemplificam os fenômenos. No *prólogo* de sua gramática, Salvá (1830) afirmou que as regras deviam adequar-se à evolução, às mudanças que ditavam os usos da língua. Por isso, em sua função, ele descreveu os usos atuais, “el estado presente del idioma”¹³². (*Prólogo*, p. XX).

No trabalho gramatical de Salvá, não são encontradas somente rupturas, mas também continuidades com os saberes já existentes. No verbo, por exemplo, há uma declaração de Salvá, em que assume seguir ideias da gramática filosófica, embora apresente uma descrição com algumas diferenças.

Solo respecto de los modos y tiempos del verbo, me he inclinado ahora á abrazar la senda ideológica, he seguido una, tan racional á mi parecer como nueva. Con esta alteración he adelantado mucho para explicar en la Sintáxis, con cuanta claridad y sencillez me ha sido posible, el verdadero significado y fuerza de los tiempos. (SALVÁ, 1830, p. XXXV-XXXVI)¹³³.

Segundo Unger (2003), essa não seria a única influência da gramática geral e filosófica na gramática de Salvá, apontando ainda o tratamento dado aos artigos. Além disso, ao estruturar a obra, o

¹³² Tradução: o estado presente do idioma.

¹³³ Tradução: Somente, no que diz respeito aos modos e tempos do verbo, inclinei-me agora a abraçar a senda ideológica, segui uma, ao meu parecer, tão racional como nova. Com esta alteração, adiantei muito para explicar, na Sintaxe, com a maior clareza e simplicidade possíveis, o verdadeiro significado e força dos tempos.

gramático adotou um critério conservador, seguindo o esquema tradicional, da primeira gramática do espanhol, de Nebrija, cujo modelo era oriundo da clássica divisão medieval: Etimologia (analogia), Sintaxe, Ortografia e Prosódia, sendo a segunda parte considerada como principal em sua gramática. Classificou como partes da oração, três elementos, o nome, o verbo e as partículas, porém depois admitiu que seriam nove: artigo, pronome, particípio, preposição, advérbio, interjeição e conjunção.

Com relação ao *corpus* de exemplos da sua obra, Salvá trouxe autores como Jovellanos, Iriarte, Moratín, Rojas Clemente, Martínez de la Rosa, entre outros, os quais também se encontram na *Gramática* (1847) de Bello. Unger (2003, p. 398, grifo da autora) afirma que: “La *Gramática* de Salvá tuvo un gran éxito de ediciones y también de refundiciones y resúmenes. Fue el modelo de otras gramáticas que se publicaron tanto en España como en Hispanoamérica y preparó el camino intelectual de A. Bello (1771-1865)”¹³⁴.

Nas nações latino-americanas, também foram produzidas e publicadas gramáticas sobre o espanhol, mas Bello não fez menção a elas na sua, de modo que não parece ter estabelecido um diálogo ou um vínculo explícito com trabalhos publicados aqui. A partir de leituras e pesquisas em estudos anteriores, entre eles os de Esparza Torres e Niederehe, (2012), Danna (2014) e em bibliotecas, não é possível apontar, de modo exaustivo, o elenco dessas produções, que são anteriores à *Gramática* (1847), de Bello, mas alguns exemplos com os quais poderia ter guardado relação. Entre elas, cito: *Gramática española o Principios de la gramática general aplicados a la lengua española* (1817, Argentina, de Felipe Senillosa, um espanhol); *Gramática y ortografía de la lengua nacional* (1817, de Antonio J. Valdés, um argentino); *Compendio de la gramática y ortografía castellanas: dispuesto con arreglo a*

¹³⁴ Tradução: A *Gramática* de Salvá teve um grande êxito de edições e de refundições e resumos. Foi o modelo de outras gramáticas que se publicaram tanto na Espanha como na América Latina e preparou o caminho intelectual de A. Bello (1771-1865).

las de la Real Academia Española de la lengua: par el uso de las escuelas de primeras letras (1820, por Juan Bautista de Arizpe, México); *Compendio gramatical de la lengua nacional, llamada castellana* (1821, na Argentina, por José Catalá y Codina, argentino); *Compendio de la gramática castellana: ortografía, etimología, sintaxis, prosodia* (1825, na Argentina, de F. J. Molina, argentino); *Gramática y ortografía de la lengua castellana: Para uso de los niños en las escuelas de primeras letras del departamento del Cauca* (1826, por Santiago Arroyo, Bogotá); *Elementos de la gramática y la ortografía castellana, adoptados por el alto gobierno en su plan de estudios para la enseñanza de la juventud* (1831, em Cuba, de Álvarez Rosa, cubano); *Compendio de la gramática castellana, dispuesto en diálogo con arreglo a la de la Academia Española, para el uso de las señoritas del colegio de educandas de esta ciudad del Cuzco* (1832, por Pedro Celestino Flórez, Cuzco); *De la preposicion i sus complementos i ortografía* (1853, em Valparaíso, por Francisco De la Puente, Valparaíso); *Gramática: principios analíticos de gramática general, aplicados a la lengua castellana* (1838, em Cuba, de Juan Justo Reyes, cubano); *Elementos de gramática castellana para el uso de las escuelas* (1843, no México, de Manuel Esteban); *Tratado de gramática castellana, dedicado a la juventud americana de los pueblos que hablan la lengua española* (1844, no Chile, de Fernando Zegers); *Lecciones de gramática castellana recopiladas de los mejores autores* (1846, por Manuel Cortés, Santiago de Chile).

Apesar de não haver menção a tais obras na *Gramática* (1847), elas poderiam estar no seu “horizonte de retrospecto” (AUROUX, 2004). No entanto, em consonância com Danna (2014), pelo motivo de Bello não ter feito referência a elas, não parece relevante desenvolver mais sobre esse aspecto.

É possível que, no universo de E/LE, pouco se saiba sobre essas obras. Além disso, pode ser que existam outras produções que não tenham sido mencionadas nesse período de corte temporal, que marca a retrospecto da *Gramática* (1847). De qualquer forma,

entre todas as publicadas no século XIX, no continente latino-americano, destacou-se a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847, no Chile), de Andrés Bello. O alcance que essa obra teve nesse lugar será abordado na seção seguinte.

Em síntese, a estruturação do horizonte de retrospectiva da *Gramática* (1847) permitiu ter uma ideia do pensamento gramatical, do conjunto de conhecimentos e produtos antecedentes e coincidentes desse saber, na espessura temporal orientada em torno do surgimento da obra em estudo. Há gramáticas, tratados e outros gêneros que tematizam as ideias gramaticais, sendo que algumas sofreram influências de correntes filosóficas, outras afastaram-se de modo a ser uma gramática didática. Quanto ao tipo de análise gramatical, coexistiram as de tipo “gramatical”, “lógico” ou “funcional”.

Portanto, olhando panoramicamente para o período recortado, é possível dizer que Bello teve conhecimento das gramáticas grega e latina, inglesa e espanhola, das filosóficas francesas, e, conseqüentemente, dos pensamentos organizadores delas. No entanto, ter conhecido e estudado tais gramáticas não é suficiente para afirmar que a *Gramática* (1847) em questão tenha seguido uma delas, tampouco basta para apontar a noção de língua que ela abriga em suas páginas. Para isso, faz-se necessário olhar a obra em si, com critérios determinados, trabalho a ser feito na Parte II deste estudo.

2.4 A recepção da *Gramática* (1847) na América Latina

Neste trabalho, a *Gramática* (1847) é tomada enquanto um “instrumento linguístico”, no sentido proposto por Auroux (2014), e enquanto um “acontecimento enunciativo”, ao modo de Guimarães (2002, 2018). Isso significa compreendê-la inscrita na história, como parte de um processo de gramatização de uma língua, no caso o espanhol na/da América, como um elemento que

estabelece relação com a língua e a nação e como um produto tecnológico que traz algo novo.

Na concepção do autor, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. (AUROUX, 2014, p. 65, grifos do autor). Ou ainda, “gramatizar é construir um instrumento linguístico”, o que não significa ser uma representação da prática linguística dos falantes, mas fazer uma gramática consiste em “construir protocolos que os sujeitos linguísticos podiam utilizar na sua atividade de produção linguística”. Assim sendo, nenhuma gramática esgota essa prática. Nesse sentido, para Auroux (2014, p. 126, grifo do autor), “uma língua “gramatizada” é uma língua instrumentada que dispõe de referência e normas”.

Segundo o teórico, as línguas do mundo teriam passado por um processo massivo de gramatização, determinado pelo evento do Renascimento europeu. Esse processo teria ocasionado o que chamou de “segunda revolução tecno-linguística” (a primeira foi a da escrita), iniciado no século VII, com auge no século XV, e terminado no século XX, quando vernáculos como o italiano, o espanhol, o português, o francês, o alemão e o inglês passaram a ser dominantes na Europa.

Num primeiro momento, a gramatização dos vernáculos foi à base do latim, mas não se limitou a ele ou à tradução da gramática latina. Na verdade, também foi ponto de partida para outra língua, que recebe a “latinidade”, processo que Auroux (2014, p. 46) chamou de “gramática latina estendida”. Ele cita, como exemplos, o caso da gramática do castelhano (espanhol) (1492), de Antonio de Nebrija, e a gramática do português (1540), de João de Barros.

Para o pesquisador francês (2014), duas teriam sido as causas do processo generalizado de gramatização dos vernáculos a partir do século XVI. A primeira foi a necessidade ou a vontade humana de aprender uma língua estrangeira, o que atenderia a um leque de interesses de cunho prático, a saber: “acesso a uma língua da administração; a um *corpus* de textos sagrados; a uma língua de

cultura; relações comerciais e políticas; viagens; implantação/exportação de uma doutrina religiosa; colonização”. (AUROUX, 2014, p. 50). Por exemplo, o fenômeno da gramatização das línguas espanhola e portuguesa veio suprir visivelmente as necessidades imperialistas de Espanha e Portugal. A segunda causa diz respeito à política de uma língua dada e se reduzia a dois interesses: “organizar e regular a língua literária; desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo”. (AUROUX, 2014, p. 50).

A gramatização dos vernáculos aconteceu junto aos grandes acontecimentos que levaram à constituição das nações europeias no século XVI, responsável pela mudança social. Destacaram-se, entre esses eventos, a exploração dos continentes asiático, americano e africano e a colonização de seus territórios. O latim ainda tinha o prestígio, mas, com a configuração dos Estados-Nação, surgiu a necessidade de se ter uma língua nacional e oficial que devia ser usada e aprendida por todos os cidadãos. É “a velha correspondência uma língua, uma nação, tomando valor não mais pelo passado, mas pelo futuro”. (AUROUX, 2014, p. 53).

Um exemplo disso é o aparecimento da primeira gramática do castelhano (espanhol) em 1492, de Antonio de Nebrija. Ela surgiu simultânea a acontecimentos decisivos da história espanhola: a junção dos reinos de Castela e Aragão, devido ao casamento de seus reis Isabel e Fernando, os reis católicos; a queda de Granada, que representou a expulsão dos árabes da Espanha e a Reconquista; a viagem de navegação de Colombo, que resultou na descoberta de um novo continente, o americano. Em função disso, a Espanha passou por um processo de unificação e recuperação do território e o início da colonização do continente descoberto.

No *Prólogo* da *Gramática castellana*, Nebrija (1992, p. 99) se dirigiu à rainha e defendeu a tese de que “siempre la lengua fue compañera del imperio”. Para isso, argumentou que língua e império nascem e morrem juntos, apresentando exemplos de civilizações anteriores em que isso teria ocorrido. Esse enunciado, em específico, permite pensar que o gramático produziu uma obra

que poderia ser um instrumento de intervenção real sobre a língua, cujo resultado seria a permanência da língua e do império.

Além disso, no texto inicial, Nebrija trata de explicar outro objetivo de sua obra, o pedagógico. Segundo ele, a gramática precisava regram, fixar a língua castelhana (espanhola), porque, “anduvo suelta y fuera de regla”. (NEBRIJA, 1992, p. 105). Quer dizer, era necessário apresentar uma norma que a tornasse estável e regular, e a gramática faria essa representação imaginária da estabilidade pela escrita. Nasceria, com esse instrumento linguístico, a norma do espanhol da época. Também apontou três “proveitos” da sua gramática: unir os dispersos, os dominados, facilitar o acesso mais rápido ao latim e ensinar o espanhol a quem não o tinha como língua materna. Nesse sentido, conforme Esparza e Sarmiento (1992, p. 64), o gramático escreveu a obra para três tipos de pessoas: “1. Para los estudiantes nativos. 2. Para los estudiantes que desde el conocimiento de la lengua castellana quieren alcanzar el de latina. 3. Para los estudiantes extranjeros”¹³⁵.

O gramático espanhol defendia que a língua deveria servir ao homem e à sociedade e, para que isso se cumprisse, a variedade de língua apresentada como ideal precisava ser clara e estável, a fim de que pudesse ser compreendida e utilizada. Essa característica remete ao pensamento clássico, renascentista.

Para Auroux (2014), a gramatização das línguas foi impulsionada pela invenção da imprensa, no século XV, porque permitiu multiplicar o mesmo texto, reproduzi-lo fielmente, expandir sua circulação e cuidar da sua permanência, preservando o saber construído. A gramatização massiva das línguas muito deve ao surgimento da imprensa, sendo que juntas são responsáveis pelo que chamou de segunda revolução tecno-linguística.

As primeiras tentativas de instrumentalização foram na ortografia, com lista de palavras e glossários, só depois é que

¹³⁵ Tradução: 1. Para os estudantes nativos. 2. Para os estudantes que, a partir do conocimiento da língua castelhana, querem alcançar o da latina. 3. Para os estudantes estrangeiros.

surgiram obras maiores, como as gramáticas e os dicionários, sendo estes dois últimos os instrumentos linguísticos reconhecidos por Auroux (2014), e seus rudimentos teriam surgido com os acádios. São entendidos como produtos tecnológicos, que funcionam como ferramentas para sistematizar, divulgar e fazer circular uma língua. Além disso, Orlandi (2013, p. 9) defende que “representam a língua para seus falantes, em seu conjunto”, sendo fundamentais para o processo da gramatização de qualquer língua.

A gramática e o dicionário são os objetos de base, mas, para a realidade de hoje, reconhece-se que não dão conta totalmente do processo, pensamento que faz admitir outros instrumentos. Por exemplo, Orlandi (2001) acrescenta manuais, manifestações literárias, instituições de ensino, entre outros; Petri (2012) insere livros didáticos, dicionários de especialidades e ou de regionalismos, sites da internet, museus, por exemplo, o Museu da Língua Portuguesa, diferentes materiais publicitários, etc.; Petri e Medeiros (2013) consideram, além de vocabulários, livros de dialetologia, como os de Amaral e Nascentes. Há ainda pesquisadores que agregam outros surgidos da internet, como buscadores e dicionários do *Google*, enciclopédias *on-line* e outros recursos educacionais, que estariam ligados à “terceira revolução tecnolinguística”. (AUROUX, 1998).

Em seus espaços, os instrumentos linguísticos auxiliariam na constituição e na consolidação de uma língua nacional, imaginariamente construída, a partir dos critérios de unidade e homogeneidade (no caso, Bello desempenha seu papel de gramático, seguindo esses requisitos, mas não deixa de reconhecer a diversidade existente no espanhol americano). A língua, apresentada dessa forma, é essencial para a formação de um Estado-Nação bem como para a constituição de uma identidade nacional. Além disso, tais instrumentos ajudam no combate ao desaparecimento de uma língua, porque uma vez não instrumentalizada, tende a morrer.

Auroux (2014, p. 70) explica mais sobre os instrumentos de que fala, afirmando que:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues.

Nas pesquisas feitas em HIL, alinhadas a Auroux (2014), os instrumentos linguísticos são vistos não somente como códigos normativos da língua ou como uma ferramenta pedagógica para aprendizagem de línguas, já que não têm apenas a função de regulamentar, mas como objetos históricos, o que permite que sejam estudados de um outro ponto de vista, pois são sim produtos da ciência, o que é uma grande contribuição desse domínio aos estudos da linguagem. O dicionário, por exemplo, não fazia parte da tradição linguística, sendo que primeiramente o léxico foi representado em listas de palavras, glossários, e, só no século XVI, surgiram os dicionários. Hoje, são vistos e estudados com produto científico.

Para este trabalho, interessa o instrumento linguístico gramática. Recorrendo à etimologia da palavra “gramática”, podemos começar a entender suas origens e propósitos. Em latim, é *grammatica*, oriunda de *grammatiké*, do grego, e esta, por sua vez, deriva de *gramma*, palavra que significa “letra”. O significado da palavra grega era a “arte de ler e escrever” (séc. V-VI), mais tarde, esse sentido se atualizou para “a arte de falar e escrever corretamente”. Ou seja, a finalidade mostrou-se mais normativa que descritiva. Na *Gramática*, está “la GRAMÁTICA de una lengua es el arte de hablarla correctamente [...]”¹³⁶. (BELLO, 1847, p. 1, grifo do autor).

No Ocidente, os gregos foram os que produziram as primeiras gramáticas no formato tradicional conhecido, porém, estudos realizados sobre a língua na antiguidade, desde perspectivas diferentes, religiosas, filosóficas ou estéticas, ajudam a

¹³⁶ Tradução: A GRAMÁTICA de uma língua é a arte de falá-la corretamente [...].

compreender a sua formação. Panini, o gramático hindu mais conhecido, em meados do século V a.C., dedicou-se ao estudo do sânscrito, por um viés religioso, e fez uma gramática dessa língua. Entre os gregos e romanos, Platão (428 a.C.) e Aristóteles (384 a.C.) fazem suas reflexões filosóficas sobre a língua/linguagem, concebendo-as como temas da Filosofia. O primeiro, no **Crátilo**, discute a questão da origem da linguagem e defende que as palavras refletem a realidade. O segundo, discípulo do primeiro, pensa que o significado das palavras é resultado de um acordo entre os homens, ou seja, é algo convencional.

A gramática, propriamente dita, segundo Auroux (2014, p. 29), nasce mais tarde na “atmosfera filológica da Escola de Alexandria”. A primeira gramática surgiu entre os gregos e foi elaborada por Dionísio da Trácia (170 - 90 a.C.), no século I a.C. e serviu de base para as gramáticas gregas, latinas e de outras línguas europeias até o Renascimento. Na *Tékhne grammatiké*, o autor abordou os sons, a estrutura e as classes de palavras do grego, expondo, conforme Auroux (2014, p. 105-106), “a teoria clássica ocidental das oito partes do discurso”, denominadas por “nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção”. Após, no século II d.C., temos conhecimento da gramática de Apolônio Díscolo, que já tratava da sintaxe.

Entre as primeiras gramáticas latinas, herdeiras da grega, estão as gramáticas de Varrão (116 - 27 a.C.) e de Quintiliano (35 - 100 d.C.), no século I. Na Idade Média, destacaram-se as obras de Donato (310-363 d.C.), no século IV e Prisciano, no século VI d.C. No final desse período, especialmente no Renascimento europeu, o ocidente passou pelo processo de gramatização. Línguas vernáculas se gramatizaram e, a partir delas, outras do mundo, surgindo então muitas gramáticas e alguns dicionários.

As línguas de origem latina que primeiro tiveram gramáticas foram o francês (J. Barton, 1409) e o espanhol (Antonio de Nebrija, 1492), conforme lista das primeiras gramáticas dos vernáculos da Europa Moderna, apresentada por Auroux (2014) em um apêndice da obra **Revolução tecnológica da gramatização**. De grande

importância também foi a francesa **Gramática de Port Royal** (1660), a qual se filiaram muitas outras que lhe sucederam.

Na América Latina, na língua espanhola, segundo a crítica, a gramática que mais se destacou foi a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, de Andrés Bello, publicada em 1847. Já a primeira gramática do português surgiu em 1536, **Grammatica da lingoagem portuguesa**, de autoria de Fernão de Oliveira. No Brasil, a primeira é uma gramática da língua geral, escrita por José de Anchieta, em 1595, **A arte de grammatica la língoa mais usada na costa do Brasil**. No século XIX, surgiram gramáticas que ganharam destaque, citando como exemplo a de Júlio Ribeiro, apresentada em 1881.

Com o passar do tempo, os saberes metalinguísticos foram sendo estabelecidos e organizados, resultando em um conjunto de conhecimentos que deveriam estar presentes na gramática. Hoje, os falantes de uma língua, que passaram pela escola, têm uma ideia de quais seriam eles, devido ao contato com obras e com essa tradição consolidada, mas, no seu limiar, não era tão evidente e consensual (embora ainda se discuta o que deve estar reunido nesse instrumento).

A gramática latina serviu de base e de fonte ao fazer de muitos gramáticos no começo, mas, após o século XV, principalmente, surgiram outros paradigmas. Bello, por exemplo, não considerou a base latina ao elaborar a *Gramática* (1847) e trata dessa questão em toda a obra, conforme mostram os recortes do *Prólogo* e de outras partes do texto analisadas aqui.

Para Auroux (2014, p. 66-67), uma gramática deve conter, pelo menos, “a) uma categorização das unidades; b) exemplos; c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados” e apresentar um conjunto de conteúdos estáveis: “ortografia/fonética (parte opcional), partes do discurso, morfologia, sintaxe, figuras de construção”. Se observadas as gramáticas de nosso tempo, é possível verificar que ainda mantêm essa estrutura de organização e alguns conteúdos, evidenciando as filiações e corroborando que o saber tem

história e memória. A *Gramática* (1847) em estudo está constituída desses conhecimentos, o que se busca mostrar também na Parte II.

Os exemplos, como parte constitutiva de uma gramática, merecem atenção, porque sem eles esse livro não existiria. As demais partes de tal instrumento ficariam incompletas, uma vez que as categorias e as regras não poderiam ser explicitadas e compreendidas sem a exemplificação. Os exemplos podem ser considerados como a representação “prática” da língua. Por causa disso, Auroux (2014, p. 67) vai afirmar que “a constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização”. Eles revelam uma realidade linguística, mostram qual uso é contemplado na codificação, além de gozar da estabilidade no tempo, pelo fato de estarem materializados na gramática e por constituírem o repertório de gramáticas de mais de uma língua. Os exemplos literários são uma mostra disso.

Para selecionar, reunir e organizar um *corpus* de usos a serem codificados, os gramáticos estabelecem um critério. Geralmente, na época de Bello e nas anteriores, os exemplos tomados eram os do “bom uso”, em sua maior parte, oriundos da escrita, porque os ajudava a lidar com a espantosa variação que uma língua apresenta. Essa noção de “bom uso” não tem a mesma configuração para todas as gramáticas, modificando-se com o tempo e conforme o paradigma seguido. Os exemplos utilizados por Bello interessam como recortes da análise porque podem indicar sua (não)filiação, sua noção de língua, de norma, de identidade, de educação, de nação, de crítica e quiçá de autoria.

Sendo assim, de acordo com a HIL, e, principalmente, com o proposto por Auroux (2014), a *Gramática* (1847) pode ser concebida como um instrumento linguístico, isto é, uma tecnologia, na medida que é um discurso metalinguístico que representa saberes, apresentados e construídos via metalinguagem por alguém, em um determinado momento histórico. Nesse sentido, entre língua e falantes, há interferências, pois identifica-se, no agenciamento do falante, a presença do gramático, do filólogo, do professor, do falante nativo culto, ou seja, do falante especializado na língua espanhola,

no caso, Andrés Bello, e também da história. Isso porque ela surge não apenas como mais uma publicação gramatical de um autor, mas como uma demanda pedagógica, política, social (ensino da língua, contribuição para unidade linguística dos países hispanos recém-independentes, na América Latina, como um instrumento da política linguística estatal chilena) e como uma proposta diferente de concepção de gramática (sem as bases latina e lógico-racionalista) e de língua (língua e nação; norma e usos).

A proposta diferenciada que a *Gramática* (1847) traz se apresenta também por um modo enunciativo diferente das gramáticas espanholas anteriores, o que ajuda a validar a ideia de tratá-la também como um acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2002, 2018), pois seu aparecimento é um acontecimento que faz a diferença, ao instaurar uma temporalidade própria, o que significa dizer que, ao acontecer, a obra constitui seu presente e seu passado, que juntos projetam a possibilidade do futuro, dos sentidos, da interpretação.

Considerando que “[...] la actividad gramaticográfica es, como toda actividad metalingüística, una intervención en última instancia (gloto)política”¹³⁷. (ASENCIO e ROJAS, 2019, p. 105), para finalizar esta parte, é necessário tratar da recepção da *Gramática* (1847), no Chile, na América Latina¹³⁸, em geral, bem como ponderar seu alcance, seus enfrentamentos, em diferentes períodos e visões. Essa tarefa se baseia em leituras bibliográficas da crítica especializada e não em pesquisa documental em instituições. A princípio, da leitura geral, é possível observar que, na maior parte das vezes, em que há referência ao autor, isso se faz por causa da *Gramática* (1847).

¹³⁷ Tradução: [...] a atividade gramaticográfica é, como toda atividade metalingüística, uma intervenção, em última instância, (gloto)política.

¹³⁸ O reconhecimento do fazer gramatical de Bello também foi tardio por parte da maior instituição “cuidadora” da língua espanhola, a RAE, de modo que, para Velleman (2001), a incorporação de observações feitas por Bello na gramática acadêmica de 1920 representou um grande progresso. Quanto aos gramáticos, em geral, muitos posteriores a Bello, lhe citaram ou lhe fizeram referência, outros não.

Para Velleman (2001), um dos pesquisadores que se dedicou a estudar a recepção das ideias linguísticas de Bello no Chile, a influência da sua obra linguística é notável na América Latina, sobretudo no Chile e na Colômbia. Ainda as críticas e as defesas das suas ideias gramaticais, por exemplo, mesmo as mais tardias feitas por linguistas deste continente, vieram acompanhadas de admiração.

Velleman (2001) apontou algumas críticas negativas feitas no Chile sobre a obra gramatical de Bello. Entre elas estão: o forte ataque do presbítero chileno José Ramón Saavedra (1821-1907), quem viu, na *Gramática* (1847), a volta da gramática racionalista no Chile; a censura do jornalista chileno Zorobabel Rodríguez (1839-1901) da obra, considerando-a carente de utilidade pedagógica; a defesa do colombiano Marco Fidel Suárez (1855-1927), que contra-argumentou afirmando o contrário de Rodríguez; as observações de José María Díaz vão na direção de assinalar as limitações de Bello diante da tendência histórico-comparativa; as análises pontuais e gerais do alemão Rodolfo Lenz (1863-1937)¹³⁹, destacando a definição de gramática, que, para ele, não era a mesma do caraquenho. Para Bello, a gramática de uma língua era “el arte de hablarla correctamente” (1847, p. 1), ao passo que, para Lenz, “no es arte sino ciencia” (VELLEMAN, 2001, p. 727). Segundo esse estudioso, a definição de gramática do professor alemão pode ser influência tanto da pedagogia alemã quanto da Linguística histórico-comparativa.

Asencio e Rojas (2019) apresentaram um estudo mais aprofundado sobre as discrepâncias entre Lenz e Bello, estabelecidas a partir do confronto entre duas de suas obras gramaticais mais importantes, a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847) e *La oración y sus partes* (1920), respectivamente. As críticas de Lenz a Bello foram reunidas

¹³⁹ Rodolfo Lenz foi um professor alemão, que chegou ao Chile, em 1890, para trabalhar no Instituto Pedagógico de Santiago e ali propôs reformas no ensino de línguas. (VELLEMAN, 2001).

pelos autores do artigo em quatro grupos: emendas de natureza teórica, desacordos terminológicos, correções de caráter descritivo e discordâncias de cunho ideológico e político em relação à posição diante da língua e da norma.

Tanto Velleman (2001) quanto Asencio e Rojas (2019) afirmam que as críticas positivas e negativas à obra gramatical de Bello por parte dos autores foram acompanhadas da reconhecida admiração por suas ideias bem como pelo enfrentamento ao peso da sua hegemonia na educação e cultura chilenas, depois de 1850. Em consonância com Jaksić (2010), Asencio e Rojas (2019, p. 107) presumem que “la tremenda influencia y prestigio de la obra gramatical de Bello probablemente fue amplificada por el gigantesco prestigio de su figura política y por su rol como agente principal en la conformación de un campo cultural y político en el Chile independiente”¹⁴⁰.

Ao fazer uma consulta a textos canônicos¹⁴¹ da historiografia moderna geral da Linguística, Pérez (2016) constatou que o nome de Bello não aparece e que a crítica de sua obra não é desenvolvida.

¹⁴⁰ Tradução: a tamanha influência e o prestígio da obra gramatical de Bello provavelmente foram amplificados pelo prestígio gigantesco de sua figura política e pelo seu papel como agente principal na configuração de um campo cultural e político no Chile independente.

¹⁴¹ As fontes citadas por Pérez (2016, p. 23-4) são as seguintes: Wilhelm Thomsen (*Historia de la lingüística*, 1902), Holger Pedersen (*Linguistic Science in the 19th Century*, 1931), Iorgu Jordan (*La lingüística románica*, 1932), Maurice Leroy (*Les grand courants de la linguistique moderne*, 1963), Tristano Bolelli (*Per una storia della ricerca linguistica*, 1965), Demetrio Gazdaru (*¿Qué es la lingüística?*, 1966), Georges Mounin (*Histoire de la linguistique dès origines au XXe siècle*, 1967), Bertil Malmberg (*Los nuevos caminos de la lingüística*, 1967; “Breve compendio de la historia de la lingüística” na *Introducción a la lingüística*, 1982), John Lyons (*Introduction to theoretical linguistics*, 1968), Hans Arens (*Sprachwissenschaft. Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur gegenwart*, 1969), Mario Pei (*Invitación a la lingüística*, 1970), R.H. Robins (*A Short History of Linguistics*, 1974), Peter Schmitter (*Untersuchungen zur Historiographie der Linguistik*, 1982), Herbert Ernst Brekle (*Einführung in die Geschichte der Sprachwissenschaft*, 1985), E.F.K. Koerner e R.E. Asher (*Concise History of the Languages Sciences from the Sumerians to the Cognitivists*, 1995) e Jíří Černý (*Historia de la lingüística*, 1998).

Essa falta ou pouca consideração também pode ser notada na pesquisa e leitura bibliográficas sobre a história da língua espanhola ou do espanhol americano realizadas para este estudo. Por exemplo, a obra *El español de América*, de John Lipski (1996), que descreve e analisa o espanhol da América, de país a país, confirma isso. Ali, Bello é citado somente quando trata do espanhol no Chile, especificamente, no fenômeno do “voseo” (fenômeno que consiste em tratar alguém pelo pronome “vos” e não por “tú”), em que o autor chama a atenção do leitor para a visão negativa que o gramático tinha sobre a prática linguística. É sabido que condenava esse uso (conforme o recorte 19), mas essa citação dá uma ideia muito reduzida da atuação de Bello, pois sabe-se que, para a história linguística do Chile, ele foi muito mais. Lipski (1996) não fez menção as suas obras maiores, sendo o texto apontado nas referências bibliográficas, ao final do seu livro, *“Advertencias sobre el uso de la lengua castellana a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuela...”* (1834).

Caso diferente é o da *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES): desde el año 1801 hasta el año 1860 y desde el año 1861 hasta el año 1899*, obra de Miguel Ángel Esparza Torres e Hans-Josef Niederehe, reunida em dois tomos e publicada em 2012 e 2015. Nela, os autores fazem menção às obras de Andrés Bello, inclusive indicando o local onde podem ser encontradas, o que é um auxílio aos pesquisadores.

O linguista romeno Coseriu (1977), em alguns de seus trabalhos historiográficos, compilados em um livro, cita cinco vezes o nome de Bello. Em um deles, afirma o seguinte:

La tradición científica de la lingüística hispanoamericana puede, en efecto, reducirse a cuatro grandes nombres: el genial gramático venezolano Andrés Bello (t 1865), que desarrolló su actividad filológica sobre todo en Chile; el notable filólogo hispanista colombiano Rufino José Cuervo (t 1911); el hispanista Federico [Friedrich] Hanssen (t 1919), Y el lingüista y gramático

Rodolfo [Rudolf] Lenz (t 1938), ambos alemanes que actuaron en Chile (el primero, desde 1889; el segundo, desde 1890). (COSERIU, 1977, p. 269)¹⁴².

Pelas palavras do linguista, é possível observar que há um reconhecimento do fazer filológico (linguístico) de Bello, ainda que, em outras passagens dessa mesma obra, venha a dizer que as contribuições de Amado Alonso podem ter alcançado e até mesmo superado as de Bello e Cuervo, na história latino-americana dos estudos da linguagem. (COSERIU, 1977, p. 261-2).

Quanto à recepção científica da obra de Bello e aos seus expoentes na América Latina, o pesquisador venezuelano Pérez (2016) elenca um grupo de estudiosos venezuelanos e colombianos inicialmente. Entre os venezuelanos estão: Juan Vicente González (1810-1866), Bartolomé Milá de la Roca, Gerónimo Eusebio Blanco, Jorge González Rodil, Pedro Castillo, Ramón Isidro Montes, José Ramón Camejo, José Luis Ramos, Juan Vicente González, Rafael María Baralt, Cecilio Acosta, Pedro Grases, este destacando-se por ter se dedicado a estudar possíveis relações do pensamento de Condillac e Bello e, por fim, Ángel Rosemblat (1902-1984), que se ateve a estudar as ideias ortográficas de Bello. No grupo colombiano, aponta os seguintes nomes: Miguel Antonio Caro, que foi discípulo de Bello, Rufino José Cuervo, que realizou trabalhos com as notas da *Gramática* (1847) e elaborou um índice alfabético da obra, em 1881, e Marco Fidel Suárez.

Pérez (2016, p. 32) também destaca o trabalho do filólogo espanhol, que residiu na Argentina, Amado Alonso (1896-1952) como um dos expoentes da obra gramatical de Bello, porque, ao redigir a *“Introducción a los estudios gramaticales de Andrés Bello”*, para a edição

¹⁴² Tradução: A tradição científica da linguística hispano-americana pode, de fato, reduzir-se a quatro grandes nomes: o genial gramático venezuelano Andrés Bello (t 1865), que desenvolveu sua atividade filológica sobretudo no Chile; o notável filólogo hispanista colombiano Rufino José Cuervo (t 1911); o hispanista Federico [Friedrich] Hanssen (t 1919), e o linguista e gramático Rodolfo [Rudolf] Lenz (t 1938), ambos alemães que atuaram no Chile (o primeiro, desde 1889; o segundo, desde 1890).

das *Obras completas*, publicadas em 1951, “ubica, ya definitivamente, a Bello en los espacios de la historia de la lingüística”¹⁴³.

Pérez (2016) faz ainda uma referência a uma corrente denominada “*neobellismo*”, seguida por investigadores espanhóis, em que se destacam Francisco Abad Nebot e Ramón Trujillo. Este teve a ideia e o árduo trabalho de organizar em uma única obra, apresentada em 1981, as cinco edições da gramática de Andrés Bello, isto é, uma edição das variantes de todas as cinco edições cuidadas pelo autor. Essa obra é uma fonte importante para estudos que ainda venham a se realizar sobre essa gramática, pois permite observação detalhada e conjunta de uma obra, cujo autor complementou até a sua quinta edição. Nebot, por sua vez, é autor do prefácio da gramática, publicada pela EDAF, em 1984.

Segundo Pérez (2016), a situação atual dos estudos bellistas abarca, além dos congressos de homenagem, trabalhos desenvolvidos por Barry Velleman (Universidade de Wisconsin), Arturo Ardao, Alicia Yllera, Juan David García Bacca, Emma Gregores, Iván Jaksić, Beatriz González Stephan, entre outros. Caberia acrescentar às citações de Pérez (2016) trabalhos de outros pesquisadores que se dedicam a estudar Andrés Bello e sua obra e, conseqüentemente, promovem sua circulação na comunidade científica e sua recepção nos dias de hoje.

Conforme o estudioso venezuelano (2016), o fato de Bello não ser citado e de sua obra não ser avaliada é uma injustiça, uma vez que, no século XIX, na América Hispânica, ele é o intelectual mais saliente. Ainda que tenha sido citado pela historiografia da língua espanhola em alguns momentos e tenha sido tema de estudos recentes, Bello ficou, durante muito tempo, invisível na historiografia canônica sobre a Linguística, “esquecimento” talvez explicado pelo descuido, pelo desconhecimento do papel que o estudioso venezuelano-chileno desempenhou naquele século. Em consonância com Pérez (2016, p. 44), “es de lamentar que Bello y su obra de científico de la lengua sigan siendo ignorados o

¹⁴³ Tradução: situa definitivamente a Bello nos espaços da história da linguística.

inadvertidos para la generalidad de los historiadores de la lingüística en la Europa no española y en los Estados Unidos”¹⁴⁴.

No contexto de E/LE, no Brasil, por exemplo, a pesquisa desenvolvida por Danna (2019)¹⁴⁵ apontou sua presença em alguns materiais linguísticos produzidos entre 1919 e 1961, dado que traz à tona a recepção da obra gramatical, de Andrés Bello, inclusive, neste país, naquele intervalo, e que desafia para estudos futuros. Ainda assim, hoje, a gramática de Bello e outros textos seus sobre a língua bem como suas ideias linguísticas têm rara presença nos currículos de Letras-Espanhol, fazendo aparecer uma lacuna no conhecimento sobre a língua e na formação profissional, realidade que merece atenção.

Por fim, cabe pensar sobre os efeitos da *Gramática* (1847) nos falantes. Dimensionar os impactos que ela possa ter causado na comunidade linguística chilena ou latino-americana não é tarefa simples, mas a observação empírica da realização da língua ainda hoje, no Chile, por exemplo, permite identificar eventos linguísticos e ortográficos, reprovados por Bello em sua obra, como, por exemplo, usos de diminutivos, artigo antes de nomes próprios, *yeísmo* (fenômeno que consiste na não distinção, na pronúncia, da consoante lateral palatal da fricativa palatal sonora, ou seja, <ll> e <y>, e que ocorre em países hispano-americanos e em regiões espanholas), aspiração de /s/ final e debilitamento de /d/ final, o *h* mudo, *seseo* (fenômeno que consiste na perda distintiva entre o

¹⁴⁴ Tradução: É lamentável que Bello e sua obra de cientista da língua sigam sendo ignorados ou despercebidos para os historiadores da linguística, em geral, na Europa não espanhola e nos Estados Unidos.

¹⁴⁵ Em sua tese, **A Língua espanhola no Brasil: história de sua presença em materiais linguísticos produzidos entre 1919 e 1961**, a autora analisou 9 materiais, sendo 3 manuais de espanhol para fins escolares (Antenor Nascentes, Idle Becker e José Ramón Calleja Álvarez) e 6 materiais filológicos do português (Antenor Nascentes (2), João Ribeiro, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo e Theodoro Henriuqe Maurer Jr.), publicados no Brasil, no referido período. Ela constatou a forte presença de autores espanhóis e da RAE, mas também a significativa menção a outras três autoridades do espanhol: Andrés Bello (venezuelano-chileno), Rufino José Cuervo (colombiano) e Ramon Menéndez Pidal (espanhol).

fonema /θ/ fricativo interdental surdo e o fonema /s/ fricativo alveolar surdo, nas letras <s>, <c> e <z>), vocabulários, entre outras ocorrências. Isso mostra uma resistência à norma proposta por ele e o quanto é difícil para um gramático lidar com a língua em funcionamento. Já o *voseo* era uso estendido na época, que hoje quase não se registra.

Essa obra foi referência para o ensino no século XIX, no Chile, principalmente, pois foi a gramática em/da língua espanhola de maior destaque nesse período. Ainda hoje continua presente nas principais bibliotecas, nos currículos de cursos de Letras e em temas de reflexão nas aulas e em eventos, revelando-se como objeto de estudo e consulta para estudantes e pesquisadores da língua e da gramática espanhola. Quanto ao seu alcance em âmbito global, tomando como parâmetro o número de edições, em torno de 90, segundo Jaksic (2019, Apêndice A), é possível afirmar que teve amplo alcance e está acessível.

PARTE II

ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA NOÇÃO DE LÍNGUA NA *GRAMÁTICA* (1847), DE ANDRÉS BELLO

Esta parte do livro se desenvolve em três capítulos. O Capítulo 3 apresentará detalhadamente a *Gramática* (1847) como um texto constituído de enunciados, alguns dos quais conformam o *corpus* de análise.

O Capítulo 4 abordará a Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2018) como teoria que dá suporte teórico, metodológico e analítico ao estudo proposto. A maneira de conceber conceitos como os de língua, sujeito, história e enunciação possibilitam tomar a obra como um “acontecimento enunciativo”, e, em função disso, abre-se a potencialidade de compreender a ideia de língua ali presente e de buscar a resposta para o objetivo principal desta investigação: analisar a noção de língua apresentada na *Gramática* (1847), de Andrés Bello. Nessa direção, os conceitos de designação e de político da SA são fundamentais.

O Capítulo 5 trará a análise dos recortes selecionados, estudados a partir da designação do nome da língua no título e do funcionamento de algumas de suas reescrituras no corpo da obra. Além disso, apresentará um gesto de interpretação dos sentidos dessas enunciações, considerando o funcionamento do político na constituição da língua.

Antes de adentrar nos temas específicos de cada capítulo, é necessário discorrer sobre a compreensão da noção de língua para a SA. Esta teoria considera elementos excluídos da linguística saussureana, o sujeito (e suas relações), a fala e a história como constitutivos da língua, do sentido, do que é e não é dito. Esse pensamento requer pensar no sentido, no sujeito, na língua como elementos em relação com a história, com o social, como elementos

que se constroem entre si. Em suma, demanda uma outra concepção de língua, que inclui. Os estudos semânticos, enunciativos, discursivos têm buscado caminhos na direção da inclusão, nos estudos linguísticos, do que ficou de fora no corte saussuriano¹⁴⁶. No que concerne aos estudos semânticos e enunciativos, Bréal (2008) dá os primeiros passos, conforme apontado na seção 1.2, seguido por Bally, Benveniste, Jakobson, Ducrot, Bakhtin, e outros, chegando aos dias de hoje com autores como Authier-Revuz, Guimarães, dentre outros, em seus diferentes modos.

Guimarães (2002) esclarece que a semântica praticada por ele se filia a Bréal, Bally, Benveniste, Ducrot, fazendo diálogo com a Análise de Discurso (AD), em trabalhos de Pêcheux, Authier, Henry e Orlandi. Então, para compreender a noção de língua da SA, é importante saber de onde ela vem e com quem dialoga.

Inscrito no historicismo no século XIX, Bréal (2008) se ocupou em estudar como o sentido é atribuído às palavras da língua e como ele muda ao longo do tempo. Opôs-se à ideia da língua como um organismo natural, à hipótese genealógica dos estudos comparatistas, ou seja, a relação de parentesco entre as línguas e sua possível origem comum, tema de estudo da linguística de sua época. Para ele, as mudanças na língua são provocadas pela ação coletiva dos falantes, isto é, suas vontades e inteligência. Nesse sentido, “o histórico diz respeito à intervenção do sujeito na linguagem, da vontade na linguagem, que é inclusive uma intervenção da vontade na inteligência”. (GUIMARÃES, 2008, p. 18). Se as ações do homem são orientadas pelo que já existe na língua, podemos chegar à concepção de língua brealina: ela tem um sistema próprio, tem autonomia, em relação ao sujeito que a toma.

Bréal (2008) insere o homem no modo de compreensão do processo de significação, e isso só é possível porque concebe o

¹⁴⁶ O corte estabelecido por Saussure (2012) instituiu a Linguística como ciência, determinando a língua como objeto. Ao fazer isso, separou-a da fala e do que se estabelecesse em torno dela. Esse corte epistemológico é ponto de partida para os estudos semânticos, enunciativos e discursivos referidos nesta seção do trabalho, na medida que compreendem as exclusões como constitutivas da língua.

funcionamento da linguagem de modo diferente de estudiosos de seu tempo dado que “fora do nosso espírito, a linguagem não tem vida nem realidade” ou ainda “a linguagem é um ato do homem: ela não tem realidade fora da atividade humana [...] Tudo, na linguagem, vem do homem e se endereça ao homem”. (BRÉAL, 2008, p. 181-195). Essa concepção compreende que toda língua tem marcas da presença da subjetividade (“elemento subjetivo”), ideia que pode ter inspirado Benveniste.

Nos diversos trabalhos de Benveniste, reunidos nos **Problemas de linguística geral** (PLG) I (1966) e II (1977), é possível encontrar algumas definições para língua, que parecem ir mostrando o afinamento do conceito no interior do processo teórico que empreende. Eis algumas de suas formulações:

[...] a linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são dadas. (PLG I, 1995, p. 31, grifo do autor).

[...] uma língua não tem outra função a não ser significar. (PLG I, 1995, p. 69).

[...] é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação. (PLG I, 1995, p. 293).

[...] a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos. (PLG II, 1989, p. 61).

[...] porque somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. Poder-se-á dizer que, nesse caso, que é a língua que contém a sociedade. [...] A língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento:

1º. ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar é sempre falar-de; 2º. ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo; 3º. ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade; 4º. ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. (PLG II, 1989, p. 63).

De modo geral, pelas definições, a noção de língua benvenistiana está colada a de enunciação e a de subjetividade, no

sentido de que, para o autor, enunciar é colocar a língua em funcionamento pelo falante, que o faz através de um ato individual de utilização, apropriação. (BENVENISTE, 1970). Além disso, sua apreensão passa pela reinterpretação do conceito de signo saussuriano e de seu modo de significar. Nesse sentido, o autor repensa o conceito de língua a partir do postulado de Saussure (1916). Para o suíço, ela é vista como um sistema de signos solidários entre si, formados por significante (imagem acústica) e significado (conceito), através de uma relação arbitrária, cujo funcionamento se dá nas relações de valor entre esses signos, ou seja, numa relação interna, isto é, seu valor no sistema. Embora parta da noção de língua saussuriana, Benveniste não se limita a ela.

O linguista sírio (1967, 1969) acredita no fundamento relacional de dois modos de significar que a língua combina e articula, os quais denominou semiótico (forma) e semântico (sentido). O primeiro corresponderia ao entendimento de língua proposto por Saussure, ou seja, o sistema linguístico e suas relações internas, o reconhecimento dos signos como unidades do sistema. O segundo se refere à língua como geradora de mensagens, a língua como atividade, posta em uso pelo locutor, a compreensão delas (o discurso). Nesse segundo modo, a referência ao contexto e aos interlocutores está presente e define o sentido. É ali onde têm lugar os elementos excluídos no corte epistemológico feito por Saussure.

Em vista disso, a língua teria duplo funcionamento, dois modos de significar, que os estudos realizados nesse viés precisam considerar. Normand (2006, p. 20) alerta para “não esquecer que o sentido passa sempre pelas formas”. O estabelecimento dos dois domínios responde ao que é a significação na perspectiva teórica benvenistiana; também promove um alargamento do entendimento do signo e da língua em relação a Saussure. Esse pensamento revela à concepção da língua como discurso, entendendo-a desde o ponto de vista da significação. Então a língua, que significa, é um sistema de signos e é atividade humana, é palavra (signos) e é frase (unidade do discurso). Segundo Benveniste (1964, p. 139), admitir a frase significa transpor um

limite e entrar em um novo domínio, pois “se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento da comunicação, cuja expressão é o discurso”.

Tal concepção de língua e de linguagem permitem a Benveniste (1958) pensar na subjetividade, numa teoria do sujeito. Ele considera que a língua (aliás todas as línguas) tem marcas formais da subjetividade de quem fala (enuncia), seguindo a hipótese já delineada por Bréal. Ou seja, parafraseando Guimarães (2002, p. 46) a questão da subjetividade, para ambos, é uma questão linguística. O sujeito faz uma atividade que é colocar a língua em uso, ideia que leva ao conceito de “língua-discurso”. Segundo Flores *et al* (2009, p. 151), “Émile Benveniste cria o termo língua-discurso para referir-se à relação do sistema de signos como propriedade coletiva, utilizado individualmente em uma situação própria de uso da língua”, que relaciona os sistemas semiótico e semântico nesse uso.

Já Ducrot (1987) se dedicou à elaboração da Teoria da Argumentação na Língua, Semântica Argumentativa, que surge como uma teoria enunciativa, pois considera a enunciação como um elemento fundamental para o sentido. Para Ducrot (1987, p. 168), ela “é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação””. A partir disso, é possível compreender que o acontecimento adquire, pela enunciação, um lugar na história.

A tese que Ducrot buscava provar, através de diferentes fases de desenvolvimento de seu pensamento teórico (*standard*; Teoria do *Topoi* argumentativos e Teoria Polifônica da Enunciação; Teoria dos Blocos Semânticos), é a de que a argumentação está inscrita na língua e não em fatos, o que significa admitir a existência de marcas (linguísticas da enunciação/argumentação) pertencentes à própria organização da língua. A Semântica Argumentativa de Ducrot estuda

o sentido construído pelo linguístico. É, por isso, uma *Semântica Linguística*. Pretende mostrar que é possível explicar o significado do signo sem fazer intervir o extralinguístico, ou seja, sem fazer intervir um domínio diferente do domínio da língua. [...] seu objeto de estudo é o sentido linguístico que se produz, não na língua, mas no discurso, ou seja, no emprego da língua. (BARBISAN, 2013, p. 21, grifo da autora).

O teórico empreende estudos tentando explicar o funcionamento linguístico da argumentação, que defende estar na base da significação. Desse modo, a ideia de língua ducrotiana passa pela ideia de argumentação, esta que é construída como um modo de enunciação do locutor, que assume diferentes vozes ou “lugares de argumentação” (GUIMARÃES, 2002, p. 54) e, dessa forma, emite um enunciado para um interlocutor. Ducrot conclui que o modo de enunciação, da relação argumentativa, está na língua enquanto sistema. Ou seja, “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentações”. (DUCROT, 2009, p. 23).

Se assim for considerado, há de se reconhecer o papel importante do falante no discurso, pois põe em funcionamento a frase no enunciado, argumentando e desenvolvendo sentido. Além disso, nesse jogo argumentativo, a língua, entidade abstrata, parece ser uma ferramenta que está a serviço da argumentação. Na *Semântica Argumentativa* de Ducrot, “argumentar é levar o Outro, o alocutário, a determinada continuação”. (BARBISAN, 2013, p. 21).

Ainda assim, conforme Guimarães (2002, p. 65-66),

[...] a reintrodução da exterioridade saussureana se dá como questão linguística em abordagens como as de Benveniste e Ducrot, por exemplo, na linha prenunciada por Bréal ao tratar o elemento subjetivo. Mas estas posições mantêm a exclusão da história. Para nós, interessa, exatamente, a inclusão da história.

Ou seja, a *Semântica Histórica da Enunciação* (SHE), praticada por Guimarães (2002) na *Semântica do Acontecimento* (SA), trabalha

com a “reinclusão da história”, porque busca a “historicidade do sentido”. (GUIMARÃES, 2002, p. 65). A concepção de língua(gem) como não transparente, cuja relação com o real é histórica, com sentidos constituídos historicamente, situa essa semântica na posição materialista, na qual a AD também se inscreve.

Para os estudos discursivos, especificamente de linha francesa, a partir dos teóricos apontados por Guimarães (2002), principalmente de Michel Pêcheux (1938-1983), em sua obra **Semântica e discurso** (1975), em que há uma teoria materialista do discurso, a língua é a base material do discurso, ou seja, a possibilidade do discurso. Ele afirma que:

[...] o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados [...]. Ao opor *base lingüística* e *processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística. (PÊCHEUX, 2014, p. 81, grifos do autor).

A AD parte da dicotomia língua/fala de Saussure, mas apresenta uma concepção discursiva da língua, que convoca a exterioridade (sujeito, a história, a ideologia, o inconsciente) e que admite a fala, a falha, a incompletude. Suas características mostram que não é transparente, não pressupõe sentido único nem literal nem prévio. Em síntese, a língua é concebida como um elemento que está em constante relação com a história e com a ideologia. A AD, segundo Orlandi (2015), tem como objeto de estudo o discurso, pois

não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. [...] não se trabalha, como na Linguística, com a língua fechada nela mesma mas com o

discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. (ORLANDI, 2015, p. 13-14).

O discurso vem a ser onde se observa a relação entre língua e ideologia. Então, conforme Orlandi (2015, p. 15), a AD trabalha a relação “língua-discurso-ideologia”. O objeto discursivo é constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica, simultaneamente, ou seja, é língua mais história, e o sentido está ligado às condições de produção do discurso.

Por fim, vamos à concepção de língua que perpassa a SA, que é seguida neste estudo. Guimarães (2018) explica que o conceito de língua deve ser formulado a partir da sua relação com outros dois conceitos dessa teoria (a serem explanados na seção 4.2), que são o “espaço de enunciação” e o de “falante”, porque a “língua não é algo abstrato, é algo histórico, se apresenta pela prática humana, por relações que fundamentam o funcionamento desta prática, cuja característica é a de produzir significações [...]”. (p. 23). Ainda, para o autor,

considerar a linguagem pela análise do acontecimento da enunciação coloca para mim, no centro das atenções, a relação entre a língua e o falante, pois só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas. E esta relação não pode ser tomada como uma relação empírica [...]. Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. (GUIMARÃES, 2003, p. 22).

Dito isso, o semanticista define a língua como um “[...] conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. A língua é um conjunto de elementos (sons, palavras, sintagmas, todo tipo de expressão) cujas relações constituem este conjunto de regularidades”. (GUIMARÃES, 2018, p. 14-15). E essas regularidades são constituídas sócio-historicamente.

Nessa orientação, pensar sobre a noção de língua da **Gramática** (1847), pela perspectiva de como é designada e redita, e dos sentidos políticos desses gestos de enunciação, requer

considerar quem a enunciou de tal modo, o falante, no caso, Andrés Bello, e os lugares sociais assumidos por ele ao dizer, num espaço de enunciação marcado pela construção dos Estados nacionais, na América Latina.

Cabe pontuar sobre as mudanças na definição do objeto ou unidade de análise dos estudos linguísticos nas perspectivas semânticas retomadas, sejam elas enunciativa, argumentativa, discursiva, histórica, que passa pelo signo, pela palavra, pela frase, pela proposição, pelo discurso, pelo enunciado. Na investida metodológica e analítica sobre os recortes selecionados para este estudo, a fim de buscar as possíveis respostas para a questão proposta inicialmente, tomaram-se enunciados como unidade de análise, observando-os na relação integrativa com o texto de que fazem parte e considerando indispensável a relação existente entre a língua, o sujeito falante da *Gramática* (1847) e o espaço de enunciação, estabelecido pelo conflito enunciativo, ou seja, pelo político.

CAPÍTULO 3

APRESENTAÇÃO DA GRAMÁTICA (1847)

A finalidade do Capítulo 3 é apresentar a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, do venezuelano-chileno Andrés Bello, que é uma gramática, cuja publicação se deu na América Latina, especificamente no Chile, no século XIX, em 1847. A redação deste capítulo é acompanhada por perguntas sobre o conceito e a identificação dessa gramática, entre as quais: Seria Normativa? Expositiva? Do funcionamento da língua (uso)? Escolar? Particular? Geral? Racional? Filosófica? Histórica? Sincrônica? Metódica? Ou seria a “*gramática de la emancipación*”, segundo Jaksić (1999)? Ou ainda a “*gramática de la libertad*” como escreveram Jaksić, Lolas e Olivier (2013), numa compilação de textos linguísticos e literários de Bello? Espera-se que, não só este capítulo, mas o conjunto desta obra produza elementos suficientes para a identificação, a particularização da gramática de Bello.

3.1 As edições: processo de elaboração

Na primeira edição, o pensador não identificou sua gramática, mesmo anunciando seu gesto de ruptura com a tradição gramatical em língua espanhola, no parágrafo introdutório do *Prólogo*, da obra. Posteriormente, no apêndice do *Prólogo* da 3ª edição (1854), constituído de um parágrafo que se incorporou aos prólogos das edições seguintes, especifica-a “*gramática nacional*” em: “He creído (i esta observacion es igualmente aplicable a las dos ediciones) que en una gramática nacional no debian pasarse por alto ciertas formas

i locuciones que han desaparecido de la lengua corriente [...]”¹⁴⁷. (BELLO, 1854, p. XV). Mas, a especificação “nacional” seria referente ao Chile ou a algo mais amplo, a “*patria grande común*” (e, nesse sentido, “transnacional”)?

Embora não tenha designado a *Gramática* por “gramática nacional” na sua 1ª edição, 1847, Bello já havia usado essa expressão no artigo “*Gramática castellana*”, publicado em 1832, no jornal *El Araucano*, ao expor o objetivo de uma obra desse porte: “[...] el objeto esencial y primario de una gramática nacional es dar a conocer la lengua materna, presentádola con sus caracteres y facciones naturales, y no bajo formas ajenas”. (BELLO, 1832, p. 4, itálicos meus).

Essa designação expressa um forte gesto político de distinção das gramáticas da RAE e de outras da língua espanhola já existentes, pois inaugura uma outra identificação, que Bello só considerou ser necessário dizer mais tarde. Com isso, ele aponta para o papel que a gramática e a língua têm em relação à nação. Se ela é uma gramática nacional, contemplaria a “*lengua patria*”, a “*lengua materna*” (BELLO, 1832), que, para ele, coincide com a língua nacional, a que deveria ser ensinada nas instituições de ensino e a que deveria ser usada pelos cidadãos. Logo, esse instrumento, como uma política linguística de Estado a ser usado no ensino, passaria a cumprir uma função no projeto maior que estava em execução no período pós-independência, no Chile. Talvez, a *Gramática* (1847) tenha sido concebida como uma “gramática nacional” por seu autor porque fora elaborada alinhada a um projeto do governo e da elite intelectual de conformação do Estado-Nação.

Retirado das *Nociones Preliminares*, o seguinte fragmento dá uma ideia do posicionamento de Bello sobre a utilidade da *Gramática* naquela conjuntura e, atrelada a ela, uma concepção

¹⁴⁷ Tradução: Pensei (e esta observação é igualmente aplicável às duas edições) que, em uma gramática nacional, não deviam passar por alto certas formas e locuções que desapareceram da língua corrente [...].

utilitarista de língua, no sentido de servir como um instrumento de comunicação e de exercício da cidadania:

Siendo la lengua el médio de que se valen los hombres para comunicarse unos a otros cuantos saben, piensan i sienten, no puede ménos de ser grande la utilidad de la Gramática, ya para hablar de manera que se comprenda bien lo que decimos (sea viva voz o por escrito), ya para fijar con exactitud el sentido de lo que otros han dicho; lo cual abraza nada ménos que la acertada enunciacion i la jenuina interpretacion de las leyes, de los contratos, de los testamentos, de los libros, de la correspondencia escrita; objetos en que se interesa cuanto hai de mas precioso, mas importante en la vida social. (BELLO, 1847, p. 1)¹⁴⁸.

Arnoux (2008) vê, nesse enunciado, uma “concepção estatal da língua”, com a qual pontualmente é possível concordar, mas são necessários mais elementos para responder aos questionamentos que introduzem este capítulo.

Há quatro edições posteriores da *Gramática* de 1847, revisadas por Bello. Todas elas estão disponíveis na *Biblioteca Nacional*, que também possui a 1ª edição na forma digital¹⁴⁹, na seção “*Memoria Chilena*”. Além disso, a *Biblioteca de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la UCHILE* tem a 1ª e a 4ª edições, e o *Archivo Central Andrés Bello*, a 3ª e a 5ª edições.

A primeira edição (1847) foi impressa em Santiago de Chile, enquanto que as demais – (2ª, 1853), (3ª, 1854), (4ª, 1857) e (5ª, 1860) – foram impressas em Valparaíso. A partir da segunda, há um encurtamento do título (supressão do destinatário da obra) e a

¹⁴⁸ Tradução: Sendo a língua o meio de que se valem os homens para comunicarem uns aos outros o quanto sabem, pensam e sentem, a utilidade da Gramática não pode ser menor, seja para falar de maneira que se compreenda bem o que dizemos (seja viva voz ou por escrito), seja para fixar, com exatidão, o sentido do que outros têm dito; o qual abraça nada menos que a acertada enunciação e a genuína interpretação das leis, dos contratos, dos testamentos, dos livros, da correspondência escrita; objetos em que se interessa quanto há de mais precioso, mais importante na vida social.

¹⁴⁹ Neste livro, utilizo a primeira edição (cópia de digitalização própria) disponível na *Biblioteca de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la UCHILE*. Em função disso, as citações conservam a ortografia original.

retirada do capítulo LI. Nessa edição, o *Prólogo* sofreu alterações, e isso é avisado pelo autor na seção intitulada “*Febrero de 1853*”. Ali Bello explica revisões e correções na edição anterior (por exemplo, declarou a supressão do capítulo III). Além disso, as notas de fim foram ampliadas, passando de 12 na 1ª edição a 13, na 2ª. Ao olhar a 3ª edição, há parágrafos acrescentados (em torno de 3), que passaram a integrar as edições posteriores, mas também foi retirado o último parágrafo da 1ª edição.

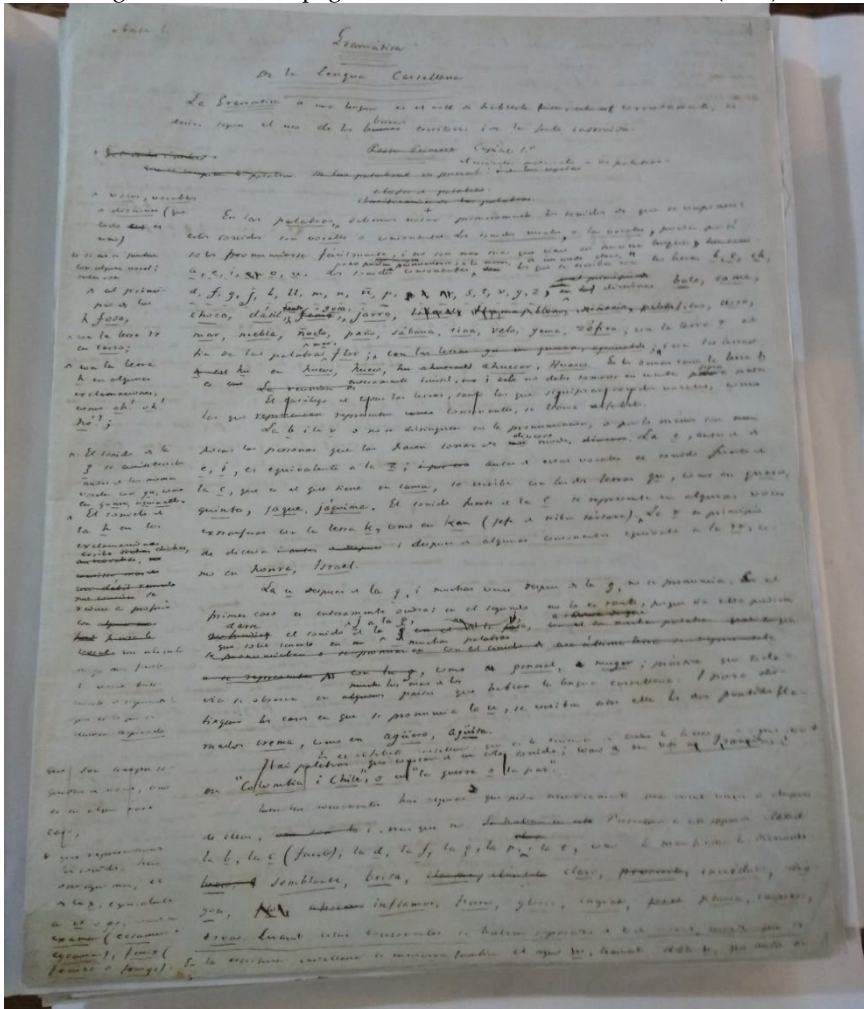
As modificações se mostram em toda a gramática, desde o título, contracapa, descrições do autor, cidade e ano de publicação, editora, prólogo, capítulos, notas de rodapé e de fim, índice, organização e numeração dos capítulos, identificação das notas até o tipo de letra. Nas últimas edições cuidadas pelo autor, há uma melhoria na organização dos capítulos, constando, além do número de identificação, numerais que os subdividem, cada parágrafo com um número (numeração dos parágrafos aparece a partir da 4ª edição). As notas de rodapé aumentam e já não aparecem com letras minúsculas entre parênteses, mas com asterisco. Enfim, vai aprimorando, principalmente, a forma de organização e apresentação da sua obra assim como vai afinando terminologias e o léxico. O cuidado do autor em aperfeiçoar sua obra parece mostrar sua preocupação com os destinatários, o que faz pensar que ela vai além de uma gramática nacional, mas também se mostra uma gramática pedagógica. Enfim, o labor de Bello com as edições permite pensar em processo de gestação da gramática, que começou bem antes de 1847, data da sua publicação, e foi até 1860.

Na atualidade, segundo Jaksic (2019, Apêndice A), existem em torno de 90 edições da gramática de Bello. Destacam-se entre essas tantas edições, a publicada no ano de 1951, *Obras completas*, volume IV, em Caracas, com estudos críticos de Amado Alonso, a publicada em 1874, pelo filólogo colombiano Rufino José Cuervo, com notas abundantes, e a publicada em 1988, pela Arco/Libros, em Madri, em dois tomos, com estudo das variantes das diferentes edições da *Gramática* de 1847, edição crítica de Ramón Trujillo e notas de Rufino José Cuervo. Essa última é o resultado de um árduo

trabalho com as cinco edições da gramática, um estudo muito importante das variantes do texto original, que indica o caráter aberto do modo de organização dessa obra.

A 1ª edição tem manuscritos preservados, e eles estão disponíveis no *Archivo Central Andrés Bello* para consulta. Seu estudo não é tarefa fácil, uma vez que a letra pequena escrita em papel fino (parece papel manteiga) e já com os sinais do tempo, com texto ocupando quase a totalidade das páginas, sem numeração, comprometem a leitura. Os biógrafos de Bello e estudiosos de seus manuscritos comentaram sobre sua letra, como, por exemplo, Amunátegui (1882), quem escreveu que, às vezes, nem Bello decifrava o que havia escrito, fato que o levava a reescrever. A Figura 5 representa a primeira página do manuscrito, da *Gramática* (1847):

Figura 5 – Primeira página dos manuscritos da *Gramática* (1847)



Fonte: (BELLO, Manuscritos da *Gramática* (1847); foto da autora)

A *Gramática* (1847), livro de formato médio, está organizada em título, *Prólogo* de 9 páginas (dividido em números romanos de V a XII), 1 página de *Erratas*, 1 página com as *Nociones Preliminares*, 51 capítulos (conforme Quadro 2), complementados por muitas notas de rodapé e, às vezes, com uma seção intitulada “*Advertencia*” ou “*Apéndice*”, 19 de notas de fim e 2 páginas de *Índice* (sumário).

Quadro 2 – Capítulos da *Gramática* (1847)

| CAP. | TÍTULO | CAP. | TÍTULO |
|-------|---|---------|--|
| I | <i>Estructura material de las palabras</i> | XXVII | <i>Arcaísmos en la conjugacion</i> |
| II | <i>Clasificaciones de las palabras por sus varios oficios</i> | XXVIII | <i>Significado de los tiempos</i> |
| III | <i>División de las palabras en primitivas i derivadas, simples i compuestas</i> | XXIX | <i>Clasificacion de las proposiciones</i> |
| IV | <i>Varias especies de nombres</i> | XXX | <i>Concordancia</i> |
| V | <i>Del número de los nombres</i> | XXXI | <i>Uso de los artículos</i> |
| VI | <i>Inflexiones que significan nación o país</i> | XXXII | <i>Uso de la preposicion A en el acusativo de los nombres indeclinables</i> |
| VII | <i>De la terminación femenina de los sustantivos</i> | XXXIII | <i>Del acusativo i dativo en los pronombres declinables</i> |
| VIII | <i>De la terminación femenina de los adjetivos</i> | XXXIV | <i>Casos terminales MÍ, TÍ, SÍ</i> |
| IX | <i>De la apócope de los nombres</i> | XXXV | <i>Ambigüedad que debe evitarse en el uso de varios pronombres</i> |
| X | <i>Del jénero de los sustantivos</i> | XXXVI | <i>Observaciones sobre el uso de varias frases en las cuales entra el relativo QUE</i> |
| XI | <i>De los nombres numerales</i> | XXXVII | <i>Grados de comparación</i> |
| XII | <i>De los aumentativos i diminutivos</i> | XXXVIII | <i>Construcciones del relativo QUE</i> |
| XIII | <i>De los pronombres</i> | XXXIX | <i>Uso del relativo CUYO</i> |
| XIV | <i>Del artículo definido</i> | XL | <i>Construcciones de los demostrativos TAL, i TANTO i de los relativos CUAL i CUANDO</i> |
| XV | <i>Del jénero neutro</i> | XLI | <i>De las oraciones negativas</i> |
| XVI | <i>De los pronombres relativos, i primeramente del relativo QUE</i> | XLII | <i>Oraciones interrogativas</i> |
| XVII | <i>De los determinativos TAL, TANTO, i de los relativos CUAL, CUANTO;</i> | XLIII | <i>De las cláusulas distributivas</i> |
| XVIII | <i>De los sustantivos neutros</i> | XLIV | <i>Cláusulas absolutas</i> |
| XIX | <i>De los adverbios</i> | XLV | <i>Compuestos de relativo con la terminacion QUIERA o QUIER</i> |

| | | | |
|-------|---------------------------------------|--------|--|
| XX | <i>De los derivados verbales</i> | XLVI | <i>Observaciones sobre algunos verbos de uso frecuente</i> |
| XXI | <i>Estructura de la oración</i> | XLVII | <i>Usos notables de los derivados verbales;</i> |
| XXII | <i>De los modos del verbo</i> | XLVIII | <i>De los complementos directos anormales</i> |
| XXIII | <i>De la conjugación</i> | XLIX | <i>Preposiciones</i> |
| XXIV | <i>De los verbos irregulares</i> | L | <i>De algunos adverbios, preposiciones i conjunciones</i> |
| XXV | <i>De los verbos defectivos</i> | LI | <i>Proposiciones subordinadas.</i> |
| XXVI | <i>De los participios irregulares</i> | | |

Fonte: Elaboração da autora a partir de Bello (1847).

Analisando panoramicamente o Quadro 2, vê-se a separação em Morfologia (capítulos 1 a 38) e Sintaxe (capítulos 39 a 51) e uma forma diferente de apresentação da obra, porque não segue a forma de estruturação e divisão dos conteúdos das gramáticas anteriores do espanhol. Tal estruturação indica um *descontinuum*¹⁵⁰ gramatical, por exemplo, com a organização de Nebrija, já apresentada na seção 2.3, da Parte I. Também se observa que não dedica nenhum capítulo à ortografia. Esse gesto acompanha as gramáticas da RAE, que não apresentavam a ortografia, o que se direciona para um *continuum* com essa tradição¹⁵¹. Havia diferentes pensamentos em torno das questões ortográficas, assim como usos variados. Bello, enquanto gramático, precisava descrever e representar a língua estável. Com base em Arnoux (1999, p. 44),

Esto es resultado, por un lado, de la concepción de Bello acerca de los espacios en los cuales debe desplegarse el análisis lingüístico y, por el otro, recorta la ortografía como el ámbito irresuelto del conflicto y la polémica, donde pueden desplegarse las distintas representaciones sobre la lengua, la

¹⁵⁰ Aqui são adotadas palavras como *continuum* e *descontinuum* (SILVA, 2014), manutenção e atualização, memória e atualização. No entanto, há quem prefira tradição e inovação como foi o caso de Barros (1998).

¹⁵¹ Importa dizer que os estudos de Barros (1998) e Danna (2014) trazem contribuições sobre os diálogos do gramático com a tradição, fazendo análises detalhadas de alguns elementos do interior da *Gramática* (1847), que lhes permitem afirmar em que aspectos há uma postura continuísta ou rupturista.

política y la educación sin afectar el cuerpo gramatical, que debe ser la representación estable de la lengua nacional¹⁵².

No que concerne à apresentação formal de seu discurso gramatical, ou seja, a letra, o tamanho e a disposição nas páginas da obra, fez uso de diferentes recursos. Podem ser vistos enunciados em letras maiores e menores no corpo das páginas, além de destaques (itálico, maiúsculas) e notas de rodapé iniciadas por letras minúsculas, seguidas de parênteses, como em (a). Tal diferenciação é justificada por Bello¹⁵³, no *Prólogo* da obra:

Hai en la gramática muchos puntos que no son accesibles a la intelijencia de la primera edad; y por eso he juzgado conveniente dividirla en dos cursos, reducido el primero a las nociones ménos difíciles i mas indispensables, i extensivo el segundo a aquellas partes del idioma que piden un entendimiento algo ejercitado. Los he señalado con diverso tipo, i comprendido los dos en un solo tratado, no solo para evitar repeticiones, sino para proporcionar a los profesores del primer curso el auxilio de las explicaciones destinadas al segundo, si alguna vez la necesitaren. (BELLO, 1847, p. X)¹⁵⁴.

A diferenciação do tamanho da letra corresponde à diferenciação que o gramático fez dos interlocutores e sua relação

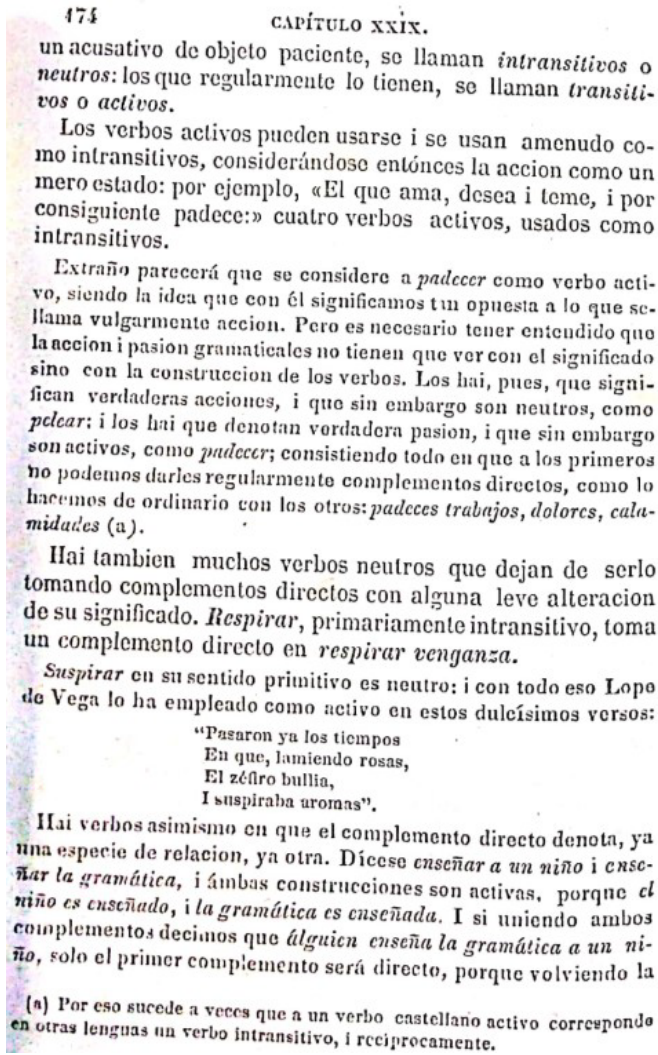
¹⁵² Tradução: Por um lado, isso é resultado da concepção de Bello sobre os espaços nos quais deve desdobrar-se a análise linguística, e, por outro, recorta a ortografia como o âmbito não resolvido do conflito e a polêmica em que podem desdobrar-se as diferentes representações sobre a língua, a política e a educação, sem afetar o corpo gramatical, que deve ser a representação estável da língua nacional.

¹⁵³ Bello não foi o editor da obra, mas aprovou o trabalho do editor, que reproduziu a diferenciação no tamanho das letras, que ele, enquanto autor, já havia feito nos manuscritos.

¹⁵⁴ Tradução: Há, na gramática, muitos pontos que não são acessíveis à inteligência da primeira idade; e, por isso, julguei conveniente dividi-la em dois cursos, reduzido o primeiro às noções menos difíceis e mais indispensáveis, e extensivo o segundo àquelas partes do idioma que pedem um entendimento algo exercitado. Assinalei-os com letra diferente, compreendidos os dois em um só tratado, não somente para evitar repetições, mas sim para proporcionar aos professores do primeiro curso o auxílio das explicações destinadas ao segundo, se alguma vez as necessitarem.

com os níveis de ensino da língua espanhola. Para Arnoux (2008), os enunciados em letra maior estariam destinados aos iniciantes no estudo da língua, os em letra menor, aos avançados e, nas notas de fim, aos especialistas, designados por "*lectores instruidos*". Nesse espaço, o gramático, em sua enunciação, especifica o destinatário amplo, anunciado no título da *Gramática* (1847), "*americanos*", subdividindo-o. Os tipos de letras diferentes, representativos de diferentes destinatários, apontam para a divisão social no tangente aos níveis de instrução, resultante em uma hierarquia, as quais, conforme Arnoux (2008) parecem corresponder as diferenças sociais admitidas pelo Estado. A Figura 6 ilustra o aspecto da distribuição gráfica em uma das páginas da obra.

Figura 6 – Distribuição gráfica na Gramática (1847)



Fonte: (BELLO, 1847, p. 174; foto da autora)

Para vincular-se ou aproximar-se dos alunos do primeiro nível (destinatário iniciante), o Locutor utilizou-se de um “nosotros” que, às vezes, se exclui e, em outras, se inclui (ARNOUX, 2008), movendo-se pelos lugares de alocutor-falante e alocutor-gramático: “Pronombres *demonstrativos* son aquellos de que **nos servimos** para mostrar los objetos, señalando su situacion respecto

de determinada persona". (BELLO, 1847, p. 63, itálico do autor e negritos meus)¹⁵⁵.

Ao tratar com os professores ou destinatários adiantados, não se marcou tanto em primeira pessoa no corpo do texto, assumindo um discurso reflexivo, conforme o exemplo: "**Extraño parecerá** que **se considere** a *padecer* como verbo activo, siendo la idea de que con él significamos tan opuesta a la que vulgarmente se llama accion. Pero **es necesario tener entendido** que la accion i pasion gramaticales no tienen que ver con el significado sino con la construccion de los verbos". (BELLO, 1847, p. 174, itálico do autor e negritos meus)¹⁵⁶.

Já, nas notas de fim, predomina a primeira pessoa do singular "yo", de modo enfático, acompanhada de expressões avaliativas, interrogativas, prescritivas, como "a mi juicio", "yo miro", "he omitido", "creo que", entre outras. Ali se apresenta o gramático que se manifesta sobre fenômenos da língua espanhola para alocutários-instruídos, confrontando suas posições com seus pares. A transcrição seguinte do primeiro período da nota de fim sobre o "Jénero neutro" exemplifica o funcionamento desse modo de enunciar: "**Creo suficientemente probada** la identidad de *él* i *el*, *ello* i *lo*; i no **me parece** que pueda disputarse el carácter sustantivo de *ello*, *esto*, *eso*, *aquello*, *algo*, *nada*, etc., reconocido ya por Clemencin". (BELLO, 1847, p. 325, itálicos do autor e negritos meus)¹⁵⁷.

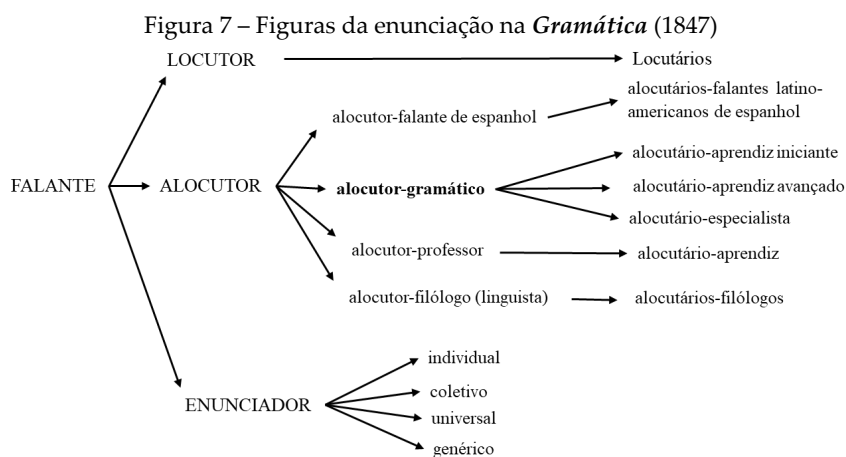
Concluindo, a diferença nos tipos gráficos na página e o modo de enunciar e se relacionar com os alocutários vão reiterando o objetivo pedagógico da gramática. Também vão mostrando que a

¹⁵⁵ Tradução: Pronomes *demonstrativos* são aqueles de que nos servimos para mostrar os objetos, assinalando sua situação em relação a uma determinada pessoa.

¹⁵⁶ Tradução: Pode parecer estranho considerar *padecer* como verbo ativo, sendo que com ele significamos ideia oposta do que comumente se chama ação. Porém, é necessário entender que ação e paixão gramaticais não têm a ver com o significado, mas sim com a construção dos verbos.

¹⁵⁷ Tradução: Acredito que a identidade de *él* e *el*, *ello* e *lo* foi suficientemente provada e não me parece que se possa discutir o caráter substantivo de *ello*, *esto*, *eso*, *aquello*, *algo*, *nada*, etc., já reconhecido por Clemencin.

subjetividade está marcada nos enunciados, desde o lugar social de gramático. Além disso, dão a conhecer o pensamento desse sujeito em relação aos destinatários bem como sua posição política em relação à língua que sabem e “devem” saber. Por fim, confirmam que esse espaço de enunciação é hierárquico, dividido, tenso, conforme mostra a Figura 7, que representa as figuras da enunciação, na cena enunciativa¹⁵⁸.



Fonte: Autora.

A cena enunciativa se constitui pelo falante que é agenciado em Locutor que fala no papel social do alocutor-gramático e assina o texto: Andrés Bello. Ele escreve para um alocutário, os latino-americanos. Como já anuncia o *Prólogo*, essa relação entre alocutor

¹⁵⁸ Cena enunciativa, figuras da enunciação (falante, Locutor/Locutário, alocutor/alocutário, enunciator) e espaço de enunciação são conceitos de Guimarães (2018) a serem tratados no Capítulo 4. Ainda, cabe justificar que o grifo foi usado na posição predominante do sujeito na *Gramática* (1847) e que a terminologia “alocutor-filólogo (linguista)” foi usada, pois, na época, a função social de linguista, enquanto cientista, não estava instituída, de modo que quem realizava estudos sobre a língua era conhecido como filólogo. Por fim, foi identificado outro alocutor na obra, o alocutor-prefaciador que enuncia o *Prólogo*, que coincide com o alocutor-gramático, pois fica subentendido que foi escrito por Andrés Bello, embora não tenha a assinatura do autor no final do texto. Então, foi considerada apenas uma delas.

e alocutários é desigual. O espaço de enunciação é o Chile/América Latina, não enquanto lugares físicos, mas como espaços de nações recém-independentes, com falantes de espanhol.

A observação da história pessoal e intelectual, o exame da obra em foco e a análise dos recortes, considerando o agenciamento enunciativo, permitem identificar os lugares sociais de dizer apresentados na Figura 7, os quais autorizam o falante Bello a enunciar. Assim, a primeira relação que ele tem com a língua espanhola é a de falante dessa língua como LM, a segunda, é a de professor dessa língua, e as outras duas, em que teorizou e produziu conhecimento linguístico nessa língua, vieram depois e passaram a conviver com as anteriores e a negociar seus lugares na enunciação. Essa Figura representa um sujeito com diferentes facetas, cuja relação com a língua não se efetiva de um único lugar e modo. Embora haja uma hierarquia entre os lugares, isso não impede a interferência de um no outro, mostrando que o sujeito não tem controle sobre isso, uma vez que é fruto do agenciamento enunciativo, que é de natureza política. O político, enquanto disputa, está na constituição do sujeito falante.

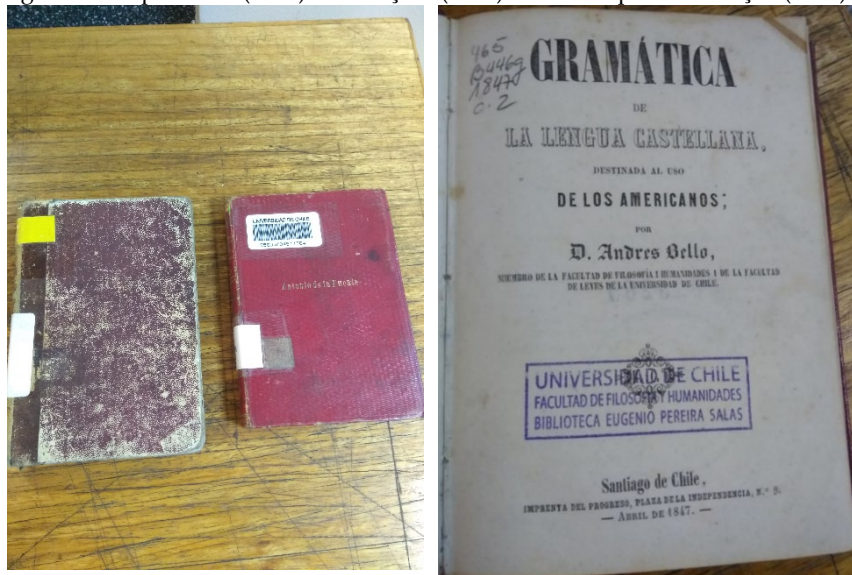
3.2 A estrutura: texto e paratextos

3.2.1 O título: o nome da gramática

A textualização original do título da obra de Andrés Bello é *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, um enunciado composto por onze palavras, e não se encontra na capa (dura, de cor escura e sem escrita), como de costume. Em todas as cinco edições consultadas em Santiago, apresenta-se na contracapa (e na folha de rosto), que também contém outras informações como autor e suas funções¹⁵⁹, edição, lugar de impressão, editor/a, ano e data, como mostra a Figura 8.

¹⁵⁹ Observemos a descrição de Andrés Bello, logo após o título. Assim está escrito: “Miembro de la Facultad de Filosofía i Humanidades i de la Facultad de leyes de

Figura 8 – Capas da 1ª (1847) e 4ª edições (1857) e contracapa da 1ª edição (1847)



Fonte: (BELLO, 1847/1857; fotos da autora)

Em uma gramática, o título é um enunciado que se configura em um espaço delimitado por uma ou duas linhas na capa e contracapa, mas com potencial de circulação de sentidos de designações, já que as palavras selecionadas se dão dentro de uma conjuntura que guarda relações com outras anteriores. É o nome dado à obra do gramático, sendo, portanto, um enunciado singular, pois tem a função de nomear, de representar o conhecimento apresentado na obra. Com base em Guimarães (2017), nomear é o processo que consiste em dar um nome, identificar, dar existência a algo ou alguém no mundo. Também significa distinguir, marcar,

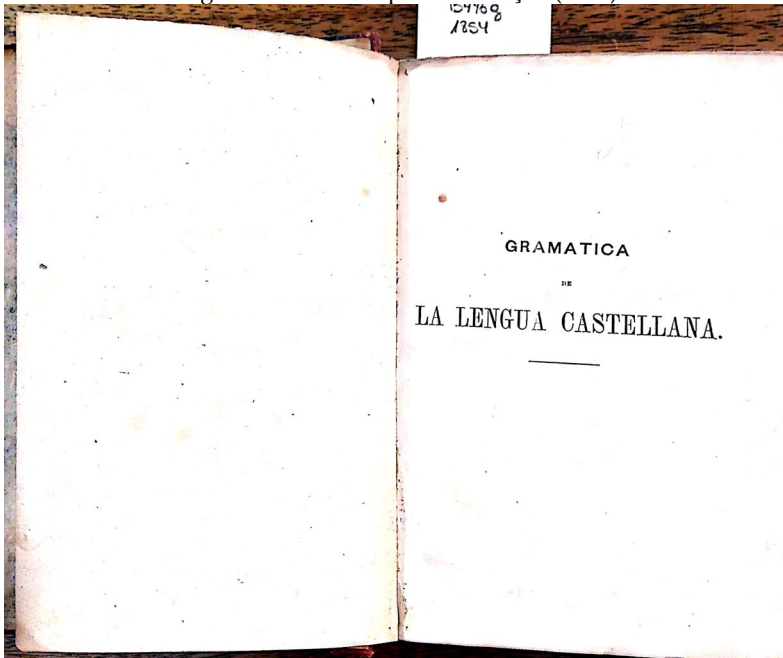
la Universidad de Chile". Esse enunciado se mantém na 2ª edição, mas à 3ª (1854) é acrescentado o encargo de "Miembro Honorario de la Real Academia Española, etc.", o que se mantém na 4ª edição (1857). Já na 5ª edição (1960) está escrito: "Miembro de la Facultad de Filosofía i Humanidades i de la Facultad de leyes de la Universidad de Chile, Miembro Honorario de la Real Academia Española i de Corporaciones Literarias i Científicas en Europa i América." Ou seja, foram sendo adicionadas condecorações ao autor, resultando em uma espécie de currículo resumido.

rotular, etiquetar. Na obra enfocada, o enunciado chamado de título dá existência (nome) a uma gramática, produzida fora do eixo da RAE, por um sul-americano, em terras chilenas.

No entanto, o ato de nomear e o produto disso (o enunciado: o título) não significa nada além, se analisado isoladamente. Agora, se considerado como um dito no mundo, passa a ser afetado pela historicidade e a funcionar em relação a outros ditos de mesma ordem, ou seja, com outros títulos de outras gramáticas. Passa a significar, a designar, porque configura “uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Desse modo, a relação linguística é uma relação tomada na história”. (GUIMARÃES, 2017, p. 81). A partir desse pensamento do autor, a designação é a significação de um nome em relação a outros, à história, que está ligada ao que o nome significa no acontecimento, na enunciação.

O título está sujeito ao movimento das edições em uma gramática, podendo ou não ser alterado (conforme a Figura 9).

Figura 9 – Contracapa da 3ª edição (1854)



Fonte: (BELLO, 1854; foto da autora)

No caso analisado, o título sofreu modificação a partir da 3ª edição (1854), isto é, uma repetição reduzida, em que o destinatário foi suprimido, resultando em *Gramática de la lengua castellana*. O título mais curto aparece na contracapa, sendo que, na folha interna, retorna o título original, junto a outras informações. Essa alteração na forma provoca também mudança no sentido, pois significa diferente do título original, já que a designação do nome da gramática muda porque é determinada de modo diferente.

O título original não segue o que se costumava ver nas gramáticas da sua época, tanto nas oriundas da RAE como nas de outros gramáticos da língua espanhola, porque é um título longo e aponta um destinatário. Asencio (2009) aponta dois autores hispano-americanos que já haviam feito algo parecido: Santiago Arroyo com a *Gramática y ortografía de la lengua castellana para el uso de los niños de las escuelas de primeras letras del Departamento de Cauca* (Bogotá, 1826) e Fernando Zegers com o *Tratado de gramática castellana, dedicado a la juventud americana de los pueblos que hablan la lengua española* (Santiago de Chile, 1844). No entanto, das gramáticas mais conhecidas, aproxima-se mais da obra de Salvá, intitulada *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla* (1830), ao apresentar uma certa compatibilidade em extensão e em termos de conteúdo, ao repetir o nome da língua ("*lengua castellana*") e ao fazer referência ao uso.

O destinatário declarado no título de uma gramática não era (e talvez não seja ainda hoje) algo comum assim como não expunha as relações norma e uso da língua nem língua e nação. Nesse aspecto, é possível ver a atualização promovida por Bello no discurso de nomeação da gramática de língua espanhola. Esse modo de enunciar que atualiza permite pensar a gramática como um evento que vem a se configurar como um acontecimento enunciativo, pois designa, de um modo diferente, tais relações, implícitas no título.

O gramático, ao declarar o destinatário, por meio de um adjetivo amplo como "*americanos*", que funciona, especificando "*falantes*", está também projetando o alcance da sua obra, pois não

abarcava somente os chilenos, mas os latino-americanos, seus irmãos, seus compatriotas, falantes nativos como ele ou não dessa língua, que se tornará símbolo de identidade e unidade das nações latino-americanas. Também demonstra uma preocupação com a educação linguística e com as necessidades dos cidadãos dessas jovens nações, algo que, na época, era bem mais importante do que criar polêmicas com os espanhóis ou incitar um separatismo linguístico. O destinatário geral, apresentado no título, é especificado em três (iniciantes, avançados e especialistas) no *Prólogo* e, no interior da obra, com discursos em diferentes tipos de letras e modo de enunciação, conforme revelou a seção 3.1.

Em resumo, o enunciado-título (recorte 0), que é o nome da gramática em foco, revela uma tomada de posição diante de temas relevantes na época e no lugar de seu aparecimento: a designação do nome da língua, a norma linguística, o uso e o destinatário dessa obra, a língua e a nação. Ou seja, era tempo de litígio sobre o nome da língua e sobre qual variedade seria promovida à norma nas recentes nações e tempo de apontar quais falantes dessa língua precisavam aprimorar-se. Cria, então, o espaço da diferença no título, em relação a outras gramáticas da língua espanhola existentes e aos falantes. Esse enunciado chama atenção para a disputa pelo dizer, configurando-se na primeira mostra do funcionamento do político na gramática em estudo.

3.2.2 O *prólogo*: o discurso de apresentação gramatical

A *Gramática* (1847) tem um texto introdutório e longo, denominado "*Prólogo*". Compõe-se de 9 páginas, identificadas por números romanos (V a XIII), com 14 parágrafos e 1 nota de rodapé, indicada por letra do alfabeto entre parênteses. Sofreu algumas variações entre as edições, conforme mostrou a seção 3.1 deste capítulo, com mais alterações na 2ª e 3ª edições, sendo a maior delas o acréscimo de três parágrafos.

O *Prólogo* é um paratexto que antecipa o texto principal, apresentando-o. Em uma obra dessa natureza, serve para conhecer

as fontes e filiações, as condições sócio-históricas de sua produção, as posições e o discurso metalinguístico do gramático, a orientação de uso. Nesse caso, caracteriza-se por se apresentar como um texto marcado pelas justificativas e explicações. Normalmente, esse discurso pré-textual vem assinado por seu autor, porém isso não ocorreu na *Gramática* (1847), o que não lhe retira a responsabilidade autoral.

O *Prólogo* inicia com um parágrafo em que o gramático expõe e explica seu gesto de ruptura com a tradição gramatical vigente. Segundo Bello, as práticas da língua poderiam ser representadas de outro modo, e, na sua obra, seriam em três eixos: as definições inadequadas, as classificações malfeitas e os conceitos falsos. Do 2º ao 5º parágrafo, apresenta sua definição de língua e defende que cada uma delas tem uma teoria, uma gramática particular, elaborando uma crítica as gramáticas gerais, de base latina, e ao comparativismo vigente. Reconhece ser natural para a época que a base latina fosse a usada nas gramáticas, na Espanha e na Europa, porém, já vai anunciando aos leitores que seu trabalho e sua gramática apontarão para outra direção. Então, há uma crítica e um anúncio. Provavelmente, essa postura vai se refletir no modo de organizar, classificar os componentes, (re) nomear os elementos, designar a língua na *Gramática* (1847).

Nos parágrafos 6º, 7º e 8º, trata das fontes da sua obra e da proposição do seu modelo. Afirma não querer se apoiar em autoridades porque não acreditava que elas tivessem poder sobre a língua, mas sim no fato de que ela seria a autoridade em si mesma. Nesse sentido, aponta seus “auxílios”, quando se refere às obras da RAE, de Salvá, Garcés e Puigblanch, parecendo mais obras de consulta de usos, de exemplos do que de reconhecível diálogo filológico ou de descrição da língua. Também declara que a gramática de Salvá foi seu trabalho de partida, isto é, Bello se incumbe a tarefa de propor uma teoria nova, tarefa que aquele, apesar de seu esforço, não teria logrado. Esse novo modelo deveria descartar a base latina para a representação da língua espanhola na gramática. Para isso, o gramático venezuelano apresenta nova

forma que passava pela análise e descrição da língua, por seu funcionamento. Para Bello, cada língua teria a sua estrutura e o seu funcionamento, quer dizer, a sua teoria interna.

No 9º parágrafo, apresenta a organização da obra, alertando, inclusive, para pontos não acessíveis ao público infantil, dividindo-a em dois cursos, e explica o conteúdo e a finalidade das notas de rodapé e de fim. Esse posicionamento mostra a preocupação do autor com a adoção da gramática no ensino e sinaliza sua característica pedagógica.

No 10º parágrafo, trata do destinatário, especificando o já dito no título pela palavra “*americanos*”: seus irmãos latino-americanos. Assim começa esse parágrafo: “No tengo la presuncion de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirijen a mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. (BELLO, 1847, X)¹⁶⁰.”

Usando a palavra “*presunción*”, Bello tenta justificar o público-alvo do seu texto. Ela refere-se à ação e ao efeito de “*presumir*”, do latim “*praesumere*”, cujas acepções, nos dicionários de uso ou acadêmico do espanhol, são: “*suponer; considerar; juzgar; mostrarse muy orgulloso, preocuparse del aspecto físico*”. Em edições posteriores da *Gramática* (1847), é possível encontrar “*pretensión*”¹⁶¹ no lugar de “*presunción*”. Se consultados dicionários da língua, encontram-se entre as acepções para “*pretensión*”: “*solicitudión para conseguir algo que se desea*” e “*aspiración ambiciosa o desmedida*” (DLE, CLAVE, SEÑAS). Vê-se que “*pretensión*” não está entre os sinônimos ou significados de “*presunción*”. Ou seja, “*pretensión*” carrega uma carga semântica de ousadia, de ambição que “*presunción*” não tem.

Considerando isso, é possível formular hipóteses sobre a utilização dessa palavra pelo gramático. Seria por “*modéstia*”, como defendeu Cuervo (1988) ou seria ironia, como disse Trujillo (1988)? Talvez, mais importante do que isso seja refletir sobre o

¹⁶⁰ Tradução: Não tenho a presunção de escrever para os castelhanos. Minhas lições se dirigem aos meus irmãos, os habitantes da América hispânica.

¹⁶¹ A edição publicada pela EDAF, de autoaprendizagem, de 1984, é um exemplo disso.

motivo pelo qual Bello sentiu necessidade de dizer qual era o seu destinatário e de justificá-lo. Conforme a seção 2.1, da sua história de vida, Bello era moderado, conciliador e conservador, e, nesse caso, fez uso de uma palavra que não provocaria cisão entre todos os falantes da língua espanhola e que atenderia aos ideais das nações recém-independentes. Passava por uma estratégia política que atendia a necessidade local e não provocava o orgulho espanhol e, com isso, quiçá tivesse mais chances da sua gramática ser aceita, adotada e reconhecida e de manter a língua como elemento de unidade e identidade. Resumindo, *“presunción”* é uma palavra que carrega um sentido menos polêmico, mas nem por isso deixa de estabelecer um conflito.

Além do destinatário, nesse parágrafo, Bello discute sobre a necessidade da manutenção da língua comum como sustentação da nação, criticando os fatores ameaçadores da unidade e pureza do espanhol: os neologismos, outras línguas, práticas viciosas. Em um primeiro momento, dá para pensar que essas ameaças partiam da fala popular porque já estava cristalizada a ideia de que quem corrompia a língua era o povo não educado, no entanto, Bello ataca a todos. Em outro texto, resultante de um debate filológico, ocorrido em 1842, *“Ejercicios populares de la lengua castellana”*, o autor aponta os letrados como responsáveis pelo uso de neologismos e de palavras de outras línguas no espanhol, pois, para ele, o vulgo não poderia introduzir ou dizer o que desconhecia.

No 11º parágrafo, explica a motivação da escrita de sua gramática, apontando o receio da fragmentação do espanhol na América, da mesma forma como aconteceu com o latim. Já no 12º parágrafo, aborda o direito linguístico dos falantes das nações que têm o espanhol como sua língua, colocando-os em posição de igualdade. Nesse sentido, um falante de Aragão teria o mesmo direito linguístico de um falante de Santiago de Chile, com uma ressalva: desde que o uso fosse *“patrocinado”* pela *“gente educada”*. Ele estabelece, portanto, um filtro. Nessa parte, reconhece os usos locais, inclusive afirmando que não havia porque envergonhar-se

deles, mas, desde que se originassem do falante culto ou tivessem-no como modelo linguístico.

O exemplo seguinte, recorte 31 da análise, é um dos poucos casos em que o uso do vulgo é promovido: “Es señor, como una perla / La Hipólita.” (Calderon). (b.)” (BELLO, 1847, p. 200, grifos do autor). A letra (b) remete à nota de rodapé em que o gramático emite a seguinte explicação: “No creo que haya motivo de reprobar el artículo definido que se junta casi siempre con los nombres propios de mujer en algunas partes de América: *La Juanita, la Isabel, la Dolores*¹⁶²”. O verso-exemplo utilizado para tratar do conteúdo dos artigos definidos é de um escritor da literatura espanhola do Século de Ouro, Calderón de la Barca (1600-1681). Então a correlação é: se Calderón usava o artigo diante do nome próprio feminino, na América Latina, também se poderia usar. O uso popular já estava no registro escrito literário e, possivelmente, por isso, é reconhecido por Bello.

No 13º parágrafo, trata do reconhecimento do seu trabalho pelos seus pares, esperando ter dado conta do seu propósito, que, em parte, era que sua gramática contribuisse para o ensino, pois, isso era uma necessidade daquele tempo, naquele lugar. No último parágrafo, 14º, adverte sobre a ortografia usada na obra.

Por fim, é possível visualizar, no *Prólogo*, da *Gramática* (1847), um discurso de posição marcada sobre a língua espanhola, de caráter pedagógico e político. Não é absurdo considerá-lo como um texto de política linguística, assim como o *Prólogo* da *Gramática castellana* (1492), de Nebrija, embora tenham sido escritos em momentos muito diferentes da história dos continentes americano e europeu e de suas nações.

Para Arnoux (2008), Nebrija produziu uma “gramática de Estado”. As gramáticas dessa natureza, segundo ela, têm característica normativa forte, buscam homogeneizar a língua,

¹⁶² Tradução: Não acredito que haja motivo para reprovar o artigo definido que se junta quase sempre com os nomes próprios de mulher em algumas partes da América: *La Juanita, la Isabel, la Dolores*.

baseando-se em formas consolidadas que não suscitem polêmica, diferentemente, da postura das “*gramáticas particulares*”, que prezam pelo reconhecimento das variedades. No prefácio, o gramático associa língua e política, ao dirigir-se à Rainha como primeira destinatária de seu texto, ao asseverar que “*la lengua siempre fue compañera del imperio*” e ao recomendar a necessidade de “*reducir en artificio la lengua castellana*” porque, segundo ele, estava “*suelta y fuera de regla*”. Além disso, expõe as utilidades da obra se for adotada como um instrumento político pela realeza. Por fim, no seu diálogo com a monarca, sugeriu-lhe uma tarefa:

Que despues que vuestra alteza metiese debaxo de su iugo muchos pueblos i naciones de pregrinas lenguas: i con el vencimiento a aquellos ternian necesidad de recibir las leyes: quel vencedor pone al vencido i con ellas nuestra lengua: entonces por esta mi arte podrían venir en enel conocimiento della como agora nos otros deprendemos el arte dela gramatica latina para deprender el latin. (NEBRIJA, 1992, p. 109)¹⁶³.

Há uma espécie de incumbência dupla nessa relação língua-Estado: Nebrija, o gramático, havia realizado a sua, depois, era a vez da Rainha, em sua posição oficial real. A história conhece a posição assumida por ela e suas consequências.

Por sua parte, Bello elaborou um modelo de gramática, designando-a “*gramática nacional*”. Esse modelo consagra a autonomia das línguas, deixando as referências a outras línguas no espaço marginal das notas. (ARNOUX, 2008). A norma é reconhecida pela expressão do falante culto e não por um centro regulador. Diferentemente de Nebrija, Bello conta com lugares privilegiados de enunciação, ao trabalhar no Estado-Nação chileno, como senador, reitor, entre outros papéis, podendo ser proponente e agente de ideias e políticas linguísticas.

¹⁶³ Tradução: Depois que Vossa Alteza colocar debaixo do seu jugo muitos povos e nações de línguas peregrinas, e, com a vitória, aqueles teriam necessidade de receber as leis, que o vencedor põe ao vencido e, com elas, nossa língua. Então, por esta minha arte, poderiam vir ao conhecimento dela como agora nós aprendemos a arte da gramática latina para aprender o latim.

3.2.3 As notas: as enunciações paralelas

O gramático Bello apresentou notas na obra de 1847, divididas em notas de rodapé e de fim. No *Prólogo* (p. X), explicou o conteúdo e a finalidade de cada uma delas bem como estabeleceu diferentes destinatários da gramática desses dois subgêneros. As notas de rodapé foram destinadas aos leitores comuns e as de fim aos leitores especializados, instruídos. Nas notas de rodapé, trouxe “arcaísmos, chamou atenção para as práticas viciosas da fala popular dos latino-americanos e esclareceu doutrinas de outras línguas”, que podiam ser desconhecidas do destinatário previsto, o falante “comum”. A observação delas mostra que, ocasionalmente, seus conteúdos escapam às três finalidades.

O Apêndice B traz informações sobre as notas de rodapé que somam 121, identificadas por letras minúsculas entre parênteses, tais como (a), (b), (c), e reiniciadas a cada capítulo. Bello se referiu à variedade de espanhol americano 9 vezes, sendo 4 delas de forma geral (a maior parte censurando o uso) e 5 vezes de forma específica, ou seja, à variedade chilena (todas as vezes desaprovando-a). Também aludiu ao espanhol da Espanha 11 vezes e, em apenas 1 dessas citações, recomendou a utilização feita. Nesse sentido, as notas de rodapé cumprem com as funções declaradas no *Prólogo*.

Sobre as línguas estrangeiras, cinco foram as citadas: latim (21 menções), inglês (5), francês (8), italiano (2) e grego (1)¹⁶⁴. Diante

¹⁶⁴ A ausência das línguas indígenas na *Gramática* de Bello causa estranheza. No entanto, ao se levar em conta a conjuntura da época de seu aparecimento, é possível compreender esse apagamento. Conforme a seção 1.4, as línguas indígenas não figuravam nas reflexões linguísticas feitas pela elite intelectual da época, da qual fazia parte o gramático venezuelano-chileno, e dificilmente estariam nos textos produzidos. Conforme Rojas (2015), por serem consideradas línguas “primitivas” ou “bárbaras” não seriam instrumentos compatíveis à ideologia do progresso, presente naquele tempo. Na gramática em estudo, que se propõe ser uma gramática da língua espanhola (e não das línguas da América Latina), cuja norma se forma a partir do uso linguístico do falante culto, em seu registro escrito, literário, as línguas indígenas não têm lugar.

desse registro, é possível ter uma ideia do motivo da recusa por parte de Bello do critério etimológico, adotado pela RAE, para descrever a língua numa gramática ou elaborar normas ortográficas. Ora, se o vulgo desconhecia a língua-base, seria muito mais difícil ensinar-lhe a língua materna, usando esse critério ou método, já que não funcionava para o falante daquele lugar (Chile – América Latina).

Quanto ao tema das notas de rodapé, o verbo é o mais abordado, com 42 notas. Na obra de Bello, esse tema esteve muito presente em seus estudos (conforme atestou a seção 2.2) e provavelmente tenha sido o de maior enfoque em seu labor de estudioso da língua. Outros quatro temas, entre os mais citados, foram: pronome (16), advérbio (11), nome e artigo (7 vezes cada). Em síntese, a quantidade de notas sobre o verbo confirma que é o conteúdo predominante.

Nas notas de fim, em número menor do que as de rodapé, porém de maior extensão, Bello se propôs a corrigir as “inexatidões, as falhas e desenvolver pontos controversos”, dirigindo-se aos falantes cultos, os especialistas. Elas totalizam 12, dispostas em 19 páginas (da p. 316 à p. 334), no final da obra, com título e página a que remetem, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 – Notas de fim na *Gramática* (1847)

| | |
|--|---|
| <i>Nociones Preliminares, páj. 1</i> | <i>Jénero neutro, páj. 75</i> |
| <i>Estrucutura material de las palabras, páj. 2</i> | <i><LO> predicado, páj. 79</i> |
| <i>Clasificacion de las palabras, páj. 7</i> | <i>De los derivados verbales, páj. 104</i> |
| <i>Proposicion: diferencia entre predicado i atributo, páj. 7, 8</i> | <i>Verbos irregulares, páj. 119</i> |
| <i>Jénero, páj. 42</i> | <i>Concordancia, páj. 187</i> |
| <i>Declinacion, páj. 57, 66</i> | <i>Del acusativo i dativo en los pronombres declinables, páj. 210</i> |

Fonte: Elaboração da autora a partir de Bello (1847).

Na última edição cuidada por Bello (5ª ed., 1860), as notas de fim foram ampliadas para 15 e são intituladas como, no exemplo, “Nota I – Clasificación de las palabras”, o que revela um aprimoramento na sua forma de apresentação.

3.2.4 Os exemplos: a representação da língua

Os exemplos são o centro do texto da gramática porque representam a língua e os falantes, ou seja, a língua no uso, no seu funcionamento. Na *Gramática* (1847), há vasto número de exemplos, de diferentes autores, textos e instituições e foi elaborado a partir da observação e análise cuidadosas de cada página dessa obra. O critério utilizado na sistematização foi a citação explícita dos nomes ou sobrenomes dos autores¹⁶⁵ e da expressão “*el mismo*” por Bello. Também há uma gama de exemplos sem indicação da autoria, apresentados entre aspas ou não. O Quadro 4 traz um resumo dos autores mais citados e a quantidade de ocorrências:

¹⁶⁵ Anteriormente, outros pesquisadores fizeram estudos dos autores citados nessa obra. Um deles é Rufino José Cuervo (1988), que elaborou um Índice de autores (p. 1007 a 1016), apresentando-o como um apêndice à edição crítica, proposta por Ramón Trujillo. A análise comparativa desse índice com os aspectos levantados aqui mostra que há discrepâncias. Para explicar isso, é preciso conhecer os critérios utilizados pelo crítico, qual foi a edição tomada e como fez o apontamento dos nomes dos autores (se foi só os com nome declarado ou se reconheceu exemplos mesmo quando o autor não foi citado). Isso não está explícito no estudo de Cuervo (1988). Manuel Alvar (1982) e Ramón González Sarmiento (2002) também se dedicaram ao tema, mas a limitação de não ter acesso aos textos me impediu fazer uma relação.

Quadro 4 – Síntese dos autores na *Gramática* (1847)

| Ordem | Autores | Nº de citações |
|-------|--|----------------|
| 1º | Miguel de Cervantes | 159 |
| 2º | Fray Luis de Granada | 42 |
| 3º | Vicente Salvá | 32 |
| 4º | Francisco Martínez de la Rosa | 26 |
| 5º | Pe. Juan de Mariana | 25 |
| 6º | Carlos Coloma, Antonio Gil de Zárate | 17 |
| 7º | Juan Díaz de Solís | 16 |
| 8º | Gaspar M. de Jovellanos, Leandro F. Moratín | 15 |
| 9º | Manuel de Ribadeneira, | 13 |
| 10º | Félix Lope de Veja | 14 |
| 11º | Santa Teresa | 11 |
| 12º | Alonso de Ercilla, Juan M. Valdés, Diego de Clemencín | 10 |
| 13º | Fray Luis de León, | 9 |
| 14º | Calderón de la Barca, Juan Maury, Antonio Puigblanch, Francisco de Rioja | 8 |
| 15º | Gonzalo de Berceo, Felipe Scío, Rafael Baralt / Ramón Díaz | 7 |
| 16º | Félix Samaniego, Pe. José Isla, Tomás de Iriarte, Bartolomé Argensola | 6 |
| 17º | Manuel Quintana, Antonio Montpalau, Garcilaso de la Vega | 5 |
| 18º | Francisco de Quevedo, Ángel de Saavedra, Juan de Jáuregui | 4 |
| 19º | José Mora, Bernardo de Balbuena, Antonio Mendoza, Gregorio Garcés, Diego Mendoza | 3 |
| 20º | Hugo Celso, José G. Hermosilla, Abate Marchena, Antonio de Nebrija, Juan Arriaza, Arzobispo de Granada, Alonso Selvago, Francisco de Figueroa | 2 |
| 21º | Homero, Nicasio Cienfuegos, Vicente García de la Huerta, Prisciano, Cícero, Lupercio Argensola, Jorge de Montemayor, Madame de Sevigné, Arcipreste de Hita, Alberto Lista y Aragón, Javier de Burgos, Horácio, Tirso de Molina, Gaspar Carvajal, Fernando, <i>el Católico</i> , José White, John Milton, Francisco de la Torre, Francisco Brozas, Luís de Góngora, Pedro Olive, Jorge Manrique, Ramón Fernández, Cienfuegos y Meléndez, Anónimo. | 1 |

Fonte: Elaboração da autora a partir de Bello (1847).

Seguindo o critério adotado, é possível contar 73 autores, sendo 60 deles espanhóis, 2 venezuelanos, 2 franceses, 2 italianos, 1 argelino, 1 grego, 1 português, 1 inglês e 3 de desconhecida nacionalidade, informações que revelam o predomínio de autoridades idiomáticas espanholas. Os dois autores latino-americanos são historiadores, Rafael María Baralt e Ramón Díaz, citados 7 vezes na obra. O mais citado por Bello é Miguel de Cervantes, com 159 menções (150 fragmentos de prosa, 2 de versos e 7 de seu nome), distribuídas no texto (151) e em notas de rodapé (8). Tais números podem ser maiores porque há exemplos sem autor especificado.

Estudos feitos das cinco edições verificaram o aumento dessas menções, uma vez que o autor empreendeu um trabalho de aprimoramento de sua obra, descrevendo usos, dando-lhes crédito e explicando os tópicos descritos. Por isso, os elementos aqui levantados podem diferir dos coletados de outras edições ou das cinco conjuntamente.

Os resultados da pesquisa dos autores citados por Bello apontam para o predomínio de ícones da literatura/poetas/dramaturgos/escritores/eruditos/compositores/religiosos/jesuítas (48), seguidos de excertos de historiador/navegador (8), gramáticos/filólogos (6), jornalistas (4), pedagogos (2), rei/vice-rei (2), militar (1), advogado (1), tradutor (1) e anônimo (1). Essa discriminação mostra que, embora preponderem exemplos da literatura na *Gramática* (1847), eles não são os únicos, pois há também de estudos da língua e da história. Os exemplos, com autores citados explicitamente somam um total de 602, sendo que 389 são em prosa, 140 em verso e 73 são apenas citação do nome do autor, elementos que mostram preponderância dos textos em prosa. Essas citações aparecem 532 vezes no corpo da obra e 70 nas notas de rodapé.

Quanto ao período em que viveram os autores citados, há 13 de antes de 1500, entre eles, Cícero, Homero, Horário, Elio de Antonio de Nebrija, *Fernando, el católico* e outros. Na sequência, têm-se: 25 autores do séc. XVI, tais como: Cervantes, Fray Luis de

Granada; Pe. Juan de Mariana, Tirso de Molina, Santa Teresa, Luís Góngora, Garcilaso de la Veja. Fray Luís de León, Francisco de Quevedo, etcétera; 3 do séc. XVII, Madame Sevigné, Calderón de la Barca e John Milton; 26 do séc. XVIII, sendo alguns Vicente Salvá, Antonio Puigblanch, Gregorio Garcés, Gaspar Jovellanos, Diego de Clemencín e outros; 3 do séc. XIX: Rafael María Baralt, Ramón Díaz e Ramón de Navarrete y Fernández; e, por fim, 4 autores de data não encontrada. Esse levantamento permite concluir que os autores nascidos nos séculos XVI e XVIII são os preferidos. Ainda que o maior número de citações remeta ao período do Século de Ouro espanhol, há um número expressivo de autores do século XVIII, alguns deles contemporâneos de Bello.

Sobre as referências gramaticais na obra, que compõem o seu universo de retrospectão, Bello citou textualmente 6 autores, entre gramáticos e estudiosos de temas gramaticais ou filológicos: Vicente Salvá, Juan Antonio Puigblanch, Gregorio Garcés, RAE, Prisciano e Elio Antonio de Nebrija, bem mais do que declarou no *Prólogo*.

No referente as obras e instituições citadas por Bello, as informações reunidas no Quadro 5, mostram que a RAE e a Bíblia são as mais mencionadas, sendo 7 vezes cada uma. Em relação à primeira, apenas faz uma citação do nome da instituição; já, em relação à segunda, traz um recorte de exemplos textuais (6 vezes) e apenas 1 citação do título do livro. Há ainda outras referências, como fragmentos dos poemas *Alejandro* (3), *Siete Partidas* (2)¹⁶⁶, trecho de *La Celestina* (2), *El Cid*, *Lazarillo de Tormes* e o *Diccionario* de Manuel de Valbuena (1).

¹⁶⁶ *Siete Partidas* foi escrito no dialeto romance castelhano por Alfonso X e é “un libro de derecho, para que los súbditos de su reino comprendan y practiquen los consejos expuestos allí”. (QUIRÓS R.,1985, p. 18).

Quadro 5 – Referências explícitas a obras e instituições na *Gramática* (1847)

| CAP. | p. | OBRA INSTITUIÇÃO | LUGAR | DATA | CITAÇÃO O (-) PROSA (P) VERSO (V) | TEXTO (T) RODAPÉ (R) |
|---------|------|---|---------|------------------------------|--|-------------------------------|
| Prólogo | VIII | RAE | Espanha | 1713 | 1- | 1T |
| V | 31 | RAE | Espanha | 1713 | 1- | 1R |
| X | 43 | RAE | Espanha | 1713 | 1- | 1T |
| XI | 50 | RAE | Espanha | 1713 | 1- | 1T |
| XXXIII | 216 | RAE | Espanha | 1713 | 1- | 1R |
| XXXIII | 217 | RAE | Espanha | 1713 | 1- | 1R |
| XLVII | 279 | RAE | Espanha | 1713 | 1- | 1T |
| XLIX | 291 | Diccionario de Manuel de Valbuena | Espanha | 1822 | 1P | 1T |
| X | 41 | (Novo Testamento) | | | 1- | 1T |
| XIII | 62 | (Gênesis) | | | 1P | 1R |
| XIII | 63 | (Ester) | | | 1P | 1R |
| XIII | 64 | (Evangelho) | | | 1P | 1T |
| XXXII | 223 | (Evangelho São Mateus) | | | 1P | 1R |
| XXXII | 223 | (Evangelho São Marcos) | | | 1P | 1R |
| XXXII | 223 | (Evangelho São Lucas) | | | 1P | 1R |
| XIV | 68 | Poema de Alejandro | | | 1V | 1R |
| XIX | 98 | Poema de Alejandro | | | 2V | 2R |
| XIV | 69 | <i>El Cantar de Mío Cid</i> | Espanha | 1207 | 1P | 1T |
| XXXI | 206 | <i>Lazarillo de Tormes</i> | Espanha | 1554 | 1- | 1R |
| XXVIII | 165 | <i>La Celestina</i> | Espanha | 1499 | 2P | 2T |
| XIX | 98 | <i>Las Partidas</i> | Espanha | Alfonso X (1252- 1284) | 1P | 1R |
| XXIV | 132 | <i>Las Partidas</i> | Espanha | Alfonso X (1252- 1284) | 1- | 1R |

Fonte: Elaboração da autora a partir de Bello (1847).

Em síntese, os exemplos citados são constituídos principalmente de fontes escritas em paralelo com algumas orais, tais como: gramáticas, obras da instituição máxima da língua espanhola, a RAE, textos de escritores antigos como Prisciano, Horácio, Cícero, trecho do testamento do rei Fernando, *el católico*, poesia e prosa da literatura do Século de Ouro espanhol, dramas e peças teatrais, textos de religiosos, historiadores e navegadores, passagens bíblicas, trechos de obras clássicas da literatura espanhola como *El Cantar de Mio Cid*, *Poema Alejandro*, *Siete Partidas* e novelas como *La Celestina* e *Lazarillo de Tormes*, obras de autores de outras línguas, trechos citados como anônimos, fragmentos de obras sem autor citado, amostras de alguns usos orais do Chile, da América Latina e também de autores latino-americanos (2 apenas). Trujillo (1988) chamou a atenção para as muitas “*infidelidades textuales*” presentes na obra, ou seja, exemplos alterados da sua forma original, fato que, segundo o crítico, não foi descuido dos editores, mas do próprio Bello, que não teria sido rigoroso na cópia.

A reunião desses exemplos da língua na obra de Bello (Quadros 4 e 5) revela uma predominância de uso que vem a servir de base para a variante elegida para ser a norma, mas também é justo afirmar que eles não são unicamente da literatura canônica ou da “melhor literatura espanhola”. Os citados não somam a totalidade deles, pois há uma lacuna grande nos exemplos “sem autoria”. Trata-se de: um ou outro caso em que ele próprio escreveu que o exemplo é de autor anônimo ou desconhecido; outros casos em que disse serem de um autor conhecido, mas não revelou seu nome (5 vezes); e, por fim, outros sem autor mencionado, colocados entre aspas ou não (ver o recorte 30). Entre os exemplos que foram apresentados sem indicação de autoria ou com manipulação do original, estão os seguintes:

“Yo pienso, luego existo” (p. 18); “Cuando oprima / Nuestro cuerpo la tierra, diga alguno: / Blanda sea, al derramarla encima” (p. 113); “Lo mandó que allí le aguardase tres días, i que si al cabo de ellos no hubiese vuelto, tuviese

por cierto que Dios habia sido servido de que en aquella peligrosa aventura se le acabasen vida” (p. 154)¹⁶⁷.

O motivo da omissão da autoria ou fonte desses fragmentos, versos, enunciados suscita questionamentos, da seguinte ordem: Seria por descuido? Seriam formulações próprias de Bello enquanto gramático, poeta, jurista, falante culto? O fato é que tais exemplos são muitos. Ainda que apresentem dificuldades de categorização, esse aspecto abre possibilidades para estudos futuros.

Fazendo uma leitura breve de alguns dos exemplos citados na obra, com o intuito de explicitar seus temas, é possível observar um atravessamento do discurso religioso, patriótico e virtuoso. Eis algumas citações:

“Servir a Dios, de que depende nuestra felicidad” eterna, debe ser el fin que nos propongamos en toda la conducta de nuestra vida.” (p. 84)

“Para destruir una ciudad o provincia no hai tal como sembrarla de pecados e vicios.” (Ribadeneira, p. 89); “La luz do el saber llueve.” (Frai Luis de León, p. 101)

“Cuando no se respeta la ley, cuando la violacion de los derechos del mas humilde ciudadano no excita la alarma i la indignación de todos los otros, entónces puede decirse que las instituciones liberales contienen un principio de disolucion que las mina i corroe...” (p. 102).

Os exemplos não parecem ter sido apresentados apenas como modelo de língua a ser seguido, mas também com o intuito de ensinar o cidadão a se comportar socialmente, o que se alinha ao encontrado por Arnoux (1998) nas gramáticas escolares de Bello. Nessas obras, escritas depois de 1847, o autor também trazia usos linguísticos onde se cruzavam o discurso da gramática e princípios

¹⁶⁷ Nos originais: “*Cogito ergo sum*” (Descartes); “Adonde, por lo menos, quando oprima/nuestro cuerpo la tierra, dirá alguno: “Blanda le sea”, al derramarla encima;” (*Epístola a Fabio* (séc. XVI), Andrés Fernández de Andrade); “y así, sin más detenerse, hizo sentir las espuelas a Rocinante, y, tornando a despedirse de Sancho, le mandó que allí le aguardase tres días, a lo más largo, como ya otra vez se lo había dicho, y que si al cabo de ellos no hubiese vuelto, tuviese por cierto que Dios había sido servido de que en aquella peligrosa aventura se le acabasen sus días.” (Cap. XX, *Don Quijote de la Mancha*, Miguel de Cervantes).

religiosos (cristianismo), morais, políticos e jurídicos, o que levou a pesquisadora a entender que a presença dos exemplos nesses livros tem dupla função: norma de uso linguístico e norma de conduta social. Ou seja, ensinam a língua e a conduta social, como expressar-se bem e como ser um cidadão virtuoso, ético, útil, entendimentos que fazem ressoar resquícios do pensamento político do século XVIII e ainda mais do século XIX. Os fragmentos transcritos indicam que essa ideia estava operando na *Gramática* (1847) e estão em consonância com a Figura 3 (seção 2.2).

3.3 As fontes: saberes em relação

Com base no arcabouço teórico que dá suporte a esta pesquisa – SA – e sua interlocução com a HIL, um texto, um saber gramatical ou lexicográfico não se constroem isolados. Auroux (2014, p. 12) vai defender que “todo o conhecimento é uma realidade histórica [...] porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão assim como um de projeção”. De sua parte, Guimarães (2012, p. 36) também vai afirmar que “há no acontecimento do texto sempre o dizer de outros”. Baseando-se nessa ideia, é possível sustentar que o saber metalinguístico reunido na *Gramática* (1847), por Andrés Bello, dialoga com outros saberes, ativando uma rede de memória, de modo que ele não se desenvolve sem filiação e sem relação.

Apesar de Bello citar explicitamente os seus “*auxílios*”, no *Prólogo*, estudiosos de sua obra notaram lacunas nesse aspecto. Por isso, foram feitos estudos criteriosos de manuscritos, de anotações, de obras anteriores e posteriores, de textos publicados em jornais e discursos proferidos, que passam pela busca das fontes, das ideias expostas, do modo de sua organização, dos exemplos usados, das referências a outras línguas, enfim das pistas que pudessem ajudar a reconstituir um percurso imaginário de formação do intelectual, do gramático bem como de suas filiações.

Pela sua história de vida, sabe-se que Bello teve contato com a tradição latina e a espanhola no seu período de formação escolar e

universitária, em instituições de orientação clássica e religiosa, em Caracas. Mas também se sabe que, ainda nesse lugar, ele realizava estudos e pesquisas por conta própria, como, por exemplo, ter aprendido francês e inglês para ter acesso a obras nessas línguas, atividades autodidatas intensificadas em Londres. Isso, junto ao seu círculo de amizades e relações, lhe possibilitou o contato com outras correntes de pensamento como a dos racionalistas, enciclopedistas, sensualistas, dos ilustrados franceses, dos empiristas ingleses e escoceses, ideólogos franceses e espanhóis, da recente Linguística histórica, que se desenvolveram no período de vida desse gramático.

Ao estudar a *Gramática* (1847), o leitor especializado de hoje, na Linguística, poderia ver também referências modernas, ainda não instituídas naquela época, como, por exemplo, a linguística estrutural de Saussure (visão de língua, noção de sistema, princípio de imanência, relações sintagmáticas e paradigmáticas), a aproximação com a linguística gerativa de Chomsky, com a teoria da enunciação de Benveniste (tempo linguístico, ato da enunciação, noção de pessoa), entre outros.

Há pesquisadores que encontraram noções da Linguística Moderna na obra do referido autor, fazendo estudos aproximativos. Por exemplo, Torres Quintero (1966) observou traços da modernidade na gramática de Bello assim como Barros (1998) também apontou ideias estruturalistas e gerativistas. Wagner (1981) encontrou características saussurianas na obra de Bello, a ponto de designá-la “gramática saussuriana”. Cartagena (2014), por sua vez, vê Bello como precursor de importantes correntes linguísticas do século XX, o Estruturalismo europeu, o norte-americano, a Gramática Gerativa e a Pragmática.

Na HIL, essas constatações sinalizam para o horizonte de projeção da *Gramática* (1847), de Bello. Há fontes citadas por ele nessa obra, outras não, outras ainda inferidas e outras ainda não instituídas. Diante disso, cabe pontuar o que perpassa nessa gramática, quais bases teóricas estão presentes e a qual(is) corrente(s) gramaticais Bello teria se filiado.

Um caminho inicial para identificar as possíveis filiações é observar o que Bello reconheceu explicitamente no *Prólogo* de sua obra. O recorte 4 da análise contém a passagem em que o autor revela seus quatro “*auxilios*”:

En cuanto a los auxilios de que he procurado aprovecharme, debo citar especialmente las obras de la Academia española i la gramática de D. Vicente Salva. He mirado esta última como el depósito mas copioso de los modos de decir castellanos; como un libro, que ninguno de los que aspiran a hablar i escribir correctamente nuestra lengua nativa debe dispensarse de leer i consultar amenudo. Soi tambien deudor de algunas ideas al ingenioso i docto D. Juan Antonio Puigblanch en las materias filológicas que toca por incidencia en sus *Opúsculos*. Ni fuera justo olvidar a Garcés, cuyo libro, aunque solo se considere como un glosario de voces i frases castellanas de los mejores tiempos, ilustradas con oportunos ejemplos, no creo que merezca el desden con que hoi se le trata. (BELLO, 1847, p. VIII-IX)¹⁶⁸.

Ou seja, as fontes a quem Bello (1781-1865) reconheceu sua dívida são: obras da RAE (instituição fundada em 1713), a gramática de Vicente Salvá (1786-1849), jesuíta valenciano e gramático, os *Opúsculos gramaticales* de Juan Antonio Puigblanch (1775-1840), filólogo catalão, e um livro de Gregorio Garcés (1733-1805), jesuíta e filólogo aragonês. Então essas seriam as fontes hispânicas expostas, reconhecidas e justificadas pelo gramático latino-americano, ou seja, uma instituição e três autores de obras gramaticais ou filológicas, seus contemporâneos ou imediatamente anteriores.

¹⁶⁸ Tradução: Quanto aos auxílios dos quais procurei me aproveitar, devo citar especialmente as obras de Real Academia Espanhola e a gramática de D. Vicente Salvá. Olhei esta última como o depósito mais copioso dos modos de dizer castelhanos como um livro que nenhum dos que aspiram a falar e a escrever nossa língua nativa corretamente deve dispensar de ler e consultar frequentemente. Sou também devedor de algumas ideias do engenhoso e douto D. Juan Antonio Puigblanch nas matérias filológicas que toca por incidência em seus *Opúsculos*. Nem seria justo esquecer a Garcés, cujo livro, ainda que somente se considere como um glossário de palavras e frases castelhanas dos melhores tempos, ilustradas com exemplos oportunos, não acredito que mereça o desdém com que hoje é tratada.

Em relação a Salvá, Bello (1847, p. VIII) afirmou ser a *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla* (1830) o “deposito mas copioso de los modos de decir castellanos”. Sobre Garcés, Bello também qualificou o livro *Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana* (1852) como “un glosario de voces i frases castellanas de los mejores tiempos, ilustradas con oportunos ejemplos” (1847, p. IX), o que permite pensar que tenham sido fontes de consulta de exemplos, dos usos da língua de que precisava saber e representar na sua gramática.

No referente a Puigblanch, Bello fez referência aos *Opúsculos gramático-satíricos del Dr. D. Antonio Puigblanch contra el Dr. D. Joaquín Villanueva* (1828-34), declarando ser devedor de algumas ideias filológicas, as quais caberia reconhecer e determinar no corpo da obra. Quanto à RAE, mencionou obras, que são, na verdade, para aquele período, dicionários e gramáticas. Quando Bello publicou sua gramática de 1847, conforme consta na seção 2.3, a RAE contava com quatro edições de gramática, a saber: 1ª *Gramática de la lengua castellana* (1771); 2ª *Gramática de la lengua castellana* (1772); 3ª *Gramática de la lengua castellana* (1781); 4ª *Gramática de la lengua castellana* (1796). Quanto aos dicionários, havia o *Diccionario de autoridades* (1726), em seis tomos, e o *Diccionario de la lengua española* (1780). Obviamente, Bello conhecia essas obras, elas faziam parte da sua formação intelectual e de seu trabalho filológico e gramatical.

Ainda no *Prólogo*, Bello sintetizou em um enunciado a ideia da necessidade de reconhecimento de suas fontes e de trabalhos anteriores: “He dado cuenta de mis principios, de mi plan i de mi objeto, i he reconocido, i como era justo, mis obligaciones a los que me han precedido” (BELLO, 1847, XII)¹⁶⁹. Também é possível inferir dali a alusão à ideia de continuidade da tradição, porque evoca uma memória, atitude que corrobora o pensamento de Aurox

¹⁶⁹ Tradução: Dei conta de meus princípios, de meu plano e de meu objeto, e reconheci, como era justo, minhas obrigações aos que me precederam.

(1992) de que todo saber tem memória. Enfim, o dito no *Prólogo* permite ao pesquisador chegar até aqui no que concerne às fontes.

Outra investida conveniente é avançar para o corpo da gramática, ativando saberes extratextuais, se necessário, para apontar referências. Por exemplo, em leituras sobre o período de vida londrino do autor, sabe-se que ele e Salvá se conheceram e se tornaram amigos, inclusive depois da mudança de Bello ao Chile. Há registros dessa amizade em cartas, inclusive, com elogios do venezuelano à gramática do espanhol e seu uso e repercussão na América Latina (AMUNÁTEGUI, 1882). Já Puigblanch estava exiliado em Londres e integrava um grupo de eruditos espanhóis na mesma condição, no período compreendido entre 1810 e 1829. Ou seja, o período coincide com a estadia de Bello em Londres, e, possivelmente, tenham se conhecido e trocado ideias.

Todos as quatro fontes são citadas no interior da gramática, seja como referência ao modo de descrição da língua apresentado em seus textos, seja como cópia de algum exemplo, conforme mostrou a seção anterior (3.2.4), dedicada aos exemplos, onde são expostas as quantidades de citações explícitas de cada uma dessas fontes. O Quadro 4 da referida seção traz Salvá como o terceiro autor mais citado (32 vezes) entre todos e entre os que Bello diz “dever” crédito no *Prólogo*, é o mais referido. As obras da RAE são mencionadas 7 vezes e as de Garcés e Puigblanch são citadas 3 e 8 vezes, respectivamente.

A análise da obra em detalhe, seja sua estrutura, seu modo de organização, de descrição e de entendimento das questões linguísticas, possibilita encontrar também algumas “contradições”, pois há diferentes teorias e correntes da tradição linguística, filosófica e gramatical. Por exemplo, Bello declara, no *Prólogo*, que cada língua tem a sua própria característica e sua própria gramática, questionando a ideia de que se fizessem gramáticas romances, tomando por base a gramática latina. Isso é uma crítica à gramática latina, à gramática geral e universal, ao comparativismo.

No entanto, ao apresentar o sistema verbal castelhano, vale-se dos princípios lógicos, possível influência da gramática de Port-Royal (1660). É preciso lembrar que o verbo é uma parte da gramática escrita em Caracas, por volta de 1811, e publicada, no Chile, trinta anos depois, em 1841, sob o título de *Análisis ideológica de los tempos de la conjugación castellana*, cuja base de pensamento pendeu para o logicismo gramatical e para a gramática filosófica. Cabe pontuar que este é o primeiro produto do conhecimento linguístico de um jovem filólogo. A *Gramática* (1847), por sua vez, é um trabalho que foi sendo elaborado em outro tempo, desde Londres, de um intelectual mais maduro, que viu outras possibilidades de orientação para seu fazer. Claro que Bello poderia ter revisado a parte do verbo para a gramática, mas não o fez.

Além disso, existem fontes não citadas explicitamente como referência no *Prólogo* ou nos exemplos na obra. Uma ilustração disso está no recorte 15 da análise, que contém a definição de gramática, apresentada por Bello: “La GRAMÁTICA de una lengua es el arte de hablarla correctamente, esto es, conforme al buen uso, que es el uso de la jente educada”. (BELLO, 1847, p. 1, grifo do autor)¹⁷⁰. A palavra “arte” atrelada à palavra “gramática” revela um *continuum* gramatical com a tradição greco-latina, e Bello não declara esse saber. No entanto, o que vem depois, escrito sobretudo nas expressões “buen uso” e “uso de la jente educada”, mostra a descontinuidade com esse pensamento gramatical e também com a tradição gramatical espanhola anterior e vigente (ilustrando o gesto político 2 a ser explicitado na subseção 5.2.2).

O gesto de leitura sobre a *Gramática* (1847) aqui realizado possibilitou observar que não há uma única teoria ou corrente que conduza o trabalho do gramático Bello na obra, já que se veem funcionando correntes de pensamento diferentes. Consequentemente, não se pode dizer que tenha se filiado a uma corrente gramatical definida, pois não seguiu a uma apenas.

¹⁷⁰ Tradução: A Gramática de uma língua é a arte de falar corretamente, isto é, conforme o bom uso, que é o da gente educada.

Possivelmente, o princípio descritivo e a tese da teoria interna de cada língua possam tê-lo conduzido a pensar que uma corrente ou doutrina somente seria insuficiente para explicar o caráter multiforme e complexo de uma língua.

Outro percurso no rastreamento das fontes é conhecer o que outros estudiosos, comentadores e críticos bellistas encontraram sobre elas. Para este momento, cabe citar a Amado Alonso, Barry Velleman, Ramón Trujillo e à Margarita Lliteras.

Amado Alonso tratou do tema das bases teóricas e doutrinárias da gramática de Bello em um texto intitulado “*Introducción a los estudios gramaticales de Andrés Bello*” (1951), que é o *Prólogo* da edição de 1995, da *Gramática* do venezuelano. Nesse estudo, o filólogo e linguista navarro observou que “Y es que Bello, no solamente seleccionó y organizó las ideas más válidas y consistentes en la primera mitad del siglo XIX, sino que tuvo admirables vislumbres de otras que sólo el siglo XX habría de desarrollar con rigor de sistema”¹⁷¹. (ALONSO, 1951, p. IX-X).

Bello não somente se valeu de teorias e correntes vigentes na época para apresentar cada parte de sua obra, o que faria ver a gramática como o lugar de encontro entre elas, mas também buscou construir uma teoria do uso, rementando ao que chamou no *Prólogo* da mesma de “*teoría particular*”, teoria interna, de cada língua. Não se trata da teoria gramatical de Bello, e sim da língua espanhola, da qual ele, enquanto gramático é o organizador, o estruturador. “No elabora, pues, Bello una teoría del idioma, sino que la da por existente...”¹⁷² ou ainda essa “teoría particular” “[...] representa la forma misma de los hechos idiomáticos, y no la hipótesis particular de ningún gramático”. (TRUJILLO, 1988, p. 19-20)¹⁷³.

¹⁷¹ Tradução: Bello não somente selecionou e organizou as ideias mais válidas e consistentes na primeira metade do século XIX, mas sim teve vislumbres admiráveis de outras que somente o século XX haveria de desenvolver com rigor de sistema.

¹⁷² Tradução: Bello não elabora uma teoria do idioma, mas sim a dá por existente...

¹⁷³ Tradução: [...] representa a forma mesma dos fatos idiomáticos, e não a hipótese particular de algum gramático.

Diante disso, seu fazer intelectual e gramatical se resumem em encontrar essa teoria, colocando-se na função de um mediador entre o falante da língua e a própria língua. Ela é a regente, ou melhor, os usos compreendem a teoria, pois são as autoridades idiomáticas. E, nesse sentido, o gramático e a gramática, produto de seu fazer, enquanto instrumento linguístico, configuram-se em vetores que estão a serviço. As palavras de Zubiri (1984) corroboram essas ideias:

Bello, que acepta las autoridades del habla, no acepta las autoridades en gramática. Ese amor respetuoso por los buenos hablantes, por los buenos escritores, es su único criterio: la lengua es la norma absoluta y única. La función de la gramática es subsidiaria, dependiente; es servir, reflejar, adecuarse a la lengua, ayudar a conocerla mejor. También aquí el servir es triunfar. Aquella gramática que sirva mejor y se adecue al idioma, tal como éste se usa, esa será la mejor; la autoridad de una gramática no viene de otras gramáticas, sino de la lengua misma. (ZUBIRI, 1984, p. 7)¹⁷⁴.

A *Gramática* (1847), designada “*gramática nacional*”, por seu autor, tinha uma missão pedagógica e política naquela conjuntura sócio-histórica, refletida no discurso didático e no seu modo de estruturação. Seria de se esperar que qualquer produto do conhecimento linguístico na época, tivesse um compromisso social, pois havia um empenho na construção da jovem nação chilena e de outras do continente. A obra de Bello não se furtara disso e devia também ser útil àquela sociedade. Provavelmente, esse seja o motivo que leva Alonso (1951) a dizer que, nas notas, é que podemos encontrar breves exposições das ideias linguísticas de Bello.

Segundo o filólogo navarro, Bello aproveita muito o material idiomático, recolhido por Salvá (1830), soube explicar e descrever

¹⁷⁴ Tradução: Bello, que aceita as autoridades da fala, não aceita as autoridades em gramática. Esse amor respeitoso pelos bons falantes, pelos bons escritores, é seu único critério: a língua é a norma absoluta e única. A função da gramática é subsidiária, dependente; é servir, refletir, adequar-se à língua, ajudar a conhecê-la melhor. Também aqui servir é triunfar. Aquela gramática que sirva melhor e se adeque ao idioma, tal como ele é usado, essa será a melhor; a autoridade de uma gramática não vem de outras gramáticas, mas sim da língua em si mesma.

o valor interno das formas gramaticais e lhe acrescentou uma doutrina gramatical para dar sustentação ao seu fazer. No entanto, para Alonso (1951), a grande “*hazaña intelectual*” de Bello foi liberar a gramática castelhana da gramática geral lógica e racional e latina.

Velleman (1976), em um de seus textos, relacionou as influências no pensamento de Bello aos seus três períodos de vida, apontando o seguinte: período caraquenho (1781-1810) – influências dos gramáticos franceses e interesse pelo método empírico experimental; período londrino (1810-1829) – ampliação da base empírica e influência da gramática e filosofia inglesas; período santiaguino (1829-1865) – aplicação, isto é, o homem de letras, o intelectual, se transformou em professor, educador, gramático, filólogo, divulgador de textos e jurista.

Além disso, o autor (1976) chamou a atenção para a influência do empirismo inglês no pensamento gramatical de Andrés Bello. Afirmou ser exagerado o impacto dos gramáticos franceses na *Gramática* (1847), porque ela é mais pedagógica do que filosófica, e os que assim pensam tiram tal conclusão pela obra *Análisis* (1841). O pesquisador acredita que, em Londres, o pensamento de Bello mudou, desenvolvendo-se devido ao contato com filósofos e gramáticos ingleses e escoceses e ao impacto do método científico descritivo. Segundo Velleman (1976), Bello se relacionou com filósofos ingleses como John Stuart Mill, Jeremy Bentham, Thomas Reid e o escocês Dugald Stewart, o que vai na direção do que já foi dito na seção 2.1.

Trujillo (1988), em seu estudo preliminar à edição da gramática de Bello feita por Cuervo (1988), não se ateve muito às fontes por acreditar que já se sabe a quem Bello recorreu e por quem fora influenciado, além de revalidar o trabalho realizado por Amado Alonso. Em síntese, afirmou que Bello seguiu a tradição, mas não a uma corrente gramatical específica e que algumas marcas de certas teorias na *Gramática* (1847) como a influência da gramática filosófica, do logicismo, da gramática latina foram atenuadas, mas que ainda persistem. Em obras anteriores, tais influências seriam mais fortes. Possivelmente, essa transformação do pensamento de

Bello no sentido de resistir ou de opor-se a tais teorias aconteceu no início do século XIX, no período vivido em Londres. Seu pensamento nesse campo sofreu modificações, assim como em outros (caso da forma de governo para as novas nações americanas, que passou da defesa da Monarquia à República).

Por fim, o crítico (1988) também apontou a inclinação de Bello ao formalismo, alertando que não se deve entender o conceito da forma do mesmo modo que a ciência Linguística de hoje o compreende. Na verdade, significa fazer qualquer raciocínio possível de ser provado pela estrutura (forma) material da língua, evitando o critério semântico.

Lliteras (2000), por sua vez, ainda que considere o estudo das fontes na *Gramática* (1847) quase esgotado, desenvolveu estudos mais detalhados sobre as suas fontes hispânicas e sobre os nomes e obras citadas como fontes no *Prólogo*, porque compreendia que ainda não se conhecia, com clareza, quais aspectos das obras de Garcés e Puigblanch, principalmente, Bello teria aproveitado. Já de Salvá, sabe-se mais. Nesse sentido, ocupou-se de ler e analisar as referidas fontes para ter condições de determinar, nessa obra, as possíveis influências ou continuidades da tradição espanhola, representadas por esses três autores.

Quanto a Garcés, a autora concluiu que o corpo de autoridades da língua que reuniu passou à obra de Bello, assim como a ideia de defesa da unidade e pureza da língua, o que permitiria dizer que compartilhavam um mesmo ideal de língua ou de quem eram as autoridades idiomáticas da época. Além disso, Lliteras (2000) encontrou semelhança na metodologia usada na apresentação do capítulo 50 da *Gramática* (1847), sobre os usos adverbiais, prepositivos e conjuntivos, e em alguns aspectos teóricos com a obra de Garcés.

Em relação a Puigblanch, a autora (2000) considerou que Bello lhe fez uma “deferência”, devido à sua admiração filológica e à compatibilidade das ideias sobre a independência e sobre a conservação do espanhol como um objetivo político, meta que poderia ser alcançada através da difusão de boas obras impressas

no novo continente. Segundo ela, Bello já tinha feito menção a Puigblanch também em textos publicados no jornal *El Araucano*, em 1831. Sobre a doutrina gramatical, a estudiosa encontrou casos isolados como a concordância da palavra “*misma*”.

No referente a Salvá, Lliteras (2000) verificou que foi o mais próximo de Bello, não somente da obra, mas da pessoa. O levantamento de exemplos citados na *Gramática* (1847) e apresentado na subseção 3.2.4 vêm a corroborar a tese da autora. Além disso, a gramática de Salvá (1830), que atingiu oito edições, difundiu-se muito mais na América Latina do que na Espanha, sendo que, por ela, estudaram os cidadãos das jovens repúblicas, uma vez que era a única acessível entre 1831 e 1847. (LLITERAS, 2000). Ela servia de modelo, mas, depois de publicada a de Bello, foi perdendo lugar. A autora concluiu que há uma relação de continuidade estabelecida por Bello com Salvá ao constatar muitos aspectos comuns mantidos, desenvolvidos, a saber: o conceito de disciplina descritiva, imanentista e sincrônica; a tarefa do gramático; o método empírico e indutivo; o uso do *corpus* de autoridades da língua; a sintaxe mais desenvolvida que a analogia.

Em síntese, os caminhos percorridos para apontar as fontes e as filiações da *Gramática* (1847) de Bello mostram duas ideias comuns: a constatação de não seguir uma única corrente de pensamento ou teoria gramatical, escapando de uma filiação gramatical determinada; e a relação de continuidade com a tradição hispânica, sobretudo, com a gramática de Salvá (1830), “fornecedora” de material idiomático, ainda que proponha atualizações relevantes e importantes.

Além disso, suas fontes não são unicamente de trabalhos filológicos ou gramaticais. As declaradas no *Prólogo* de sua obra são fontes hispânicas que partem do institucional (RAE) em direção a uma gramática e às obras de três autores, sendo a de Salvá a mais referenciada. Ao adentrar pela *Gramática* (1847), analisando os exemplos e considerando-os também como fontes, há uma ampliação. Constituem-se de fontes escritas predominantemente, dispostas em paralelo com fontes orais, apontadas empiricamente,

no corpo do texto e em espaços marginais como as notas de rodapé. Essa estratégia enunciativa diferente, utilizada no discurso metalinguístico para designar e redizer a língua, traz à tona, portanto, norma e uso (as variantes do espanhol ou “espanhóis diferentes”) de modo que leitores-estudiosos da língua conseguiriam ter, através da reunião desse repertório, uma visão panorâmica da língua vigente no Chile do século XIX e na América Latina, ao lado do registro da atualização da norma vigente.

CAPÍTULO 4

A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Este capítulo apresenta a metodologia empregada nesta pesquisa. Ela envolveu três etapas principais: 1) seleção e delimitação do *corpus*; 2) organização do *corpus*; 3) análise do *corpus*. Todas essas etapas seguiram os preceitos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002, 2018), teoria que dá suporte a este trabalho, uma vez que fornece não só conceitos, mas também uma metodologia para delimitar um *corpus* e fazer análises, e, nesse sentido, poderia ser compreendida como uma teoria completa.

4.1 O tratamento do *corpus* e perspectivas de análise

Para realizar esta investigação, conforme já demonstrado, busquei tomar conhecimento do conjunto de textos que compõe a produção de Andrés Bello, construindo um “arquivo”, ou seja, “os documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57), por meio de um gesto de leitura, organizado em torno dos materiais de natureza gramatical e linguística. Entre esses materiais, selecionei um deles, que é a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, de Andrés Bello, na sua primeira edição, 1847. Desse texto, separei alguns enunciados que constituem o *corpus* de análise, seguindo um critério da SA de Guimarães (2018).

Para delimitar o *corpus*, foi necessário fazer recortes. Essa ação deve ser compreendida como o resultado da relação estabelecida entre a questão de trabalho do analista e o material de análise. Na SA, a noção de recorte é trazida da AD, via Orlandi (1984, p. 14), para quem “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva, entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-

e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Isso permite tratar o recorte não apenas como uma forma linguística, uma “sequência”, mas também como algo que mostra como as condições externas da linguagem afetam os enunciados e constituem os sentidos. Guimarães (2018, p. 76) desloca essa noção da AD para os estudos semânticos, redefinindo-a: “o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação”.

Seguindo nesse pensamento, o semanticista (2018) ensina que fazer recortes é efetuar um procedimento para encontrar enunciados que tenham consistência interna e independência relativa¹⁷⁵ e que representem fragmentos de um acontecimento enunciativo, no caso aqui, a *Gramática* (1847). Para isso, o autor sugere o critério da “sondagem”, explicando que:

A sistematicidade do procedimento da sondagem se caracteriza por ser um modo de “eleger” enunciados decisivos a serem estudados a partir de uma pergunta, de uma questão, e, em seguida, proceder a uma descrição e análise de seu funcionamento, lançando mão de categorias semântico-enunciativas. (GUIMARÃES, 2018, p. 76).

Com essa orientação, o critério para fazer os recortes, delimitando assim o *corpus*, foi o procedimento da sondagem. O modo de eleger os enunciados adequados e decisivos se deu por meio de duas perguntas, alinhadas à questão principal deste estudo: Como Bello designa e rediz a língua utilizada na *Gramática* (1847)? e A partir de que lugar de enunciação faz isso? A sondagem feita por essas duas perguntas permitiu selecionar 36 recortes, na referida obra. Identifiquei cada um deles com a expressão “Sequência

¹⁷⁵ Segundo Guimarães (2012, p. 170-171), consistência interna diz respeito a “aspectos como a relação gramatical entre sujeito e predicado, as relações de determinação do sintagma nominal, os modos de desenvolver no enunciado funcionamentos apositivos, as relações entre enunciados através de procedimentos conhecidos como coordenação e subordinação sintática, etc.”, que permitem o funcionamento gramatical (fonológico, morfológico, sintático). A independência relativa corresponde à existência de “elementos do texto que mostram como se dá a articulação dos enunciados com o texto”, que possibilitam o funcionamento semântico da produção de sentido.

Enunciativa” (SE)¹⁷⁶, e os enumerei em ordem crescente (SE 0, SE 1, SE 2...SE 36), sendo que, doravante, serão referidos dessa forma.

A delimitação remeteu diretamente para o título da obra, um enunciado que contém a designação do nome da língua na *Gramática* (1847), *lengua castellana*, expressão que é uma formação nominal (FN), conforme Dias (2013, 2015). Embora o conceito de “Formação Nominal” (FN) não tenha sido cunhado por Guimarães, mas sim por Dias desde seus estudos de 2010, me utilizo dele predominantemente, na descrição linguística do conjunto de fragmentos recortados para análise, pois me parece apropriado, considerando o ponto de vista da Semântica da Enunciação em que este estudo se filia, porque admite deslocamento de sentidos.

Para Dias (2015), a FN se compõe obrigatoriamente de um elemento nuclear, o substantivo, mas também pode se apresentar com elementos agregados ao núcleo, tais como adjetivos, adjuntos adnominais e complementos nominais, orações adjetivas, pronomes com valor de adjetivo e/ou de substantivo. Nas análises, predominam reescrituras que são FNs, como, por exemplo, “*castellano*”; “*lengua castellana*”; “*en castellano*”; “*lengua de la gente educada*”; “*conforme al buen uso, que es el uso de la jente educada*”. Dependendo da composição, o autor classifica as FNs:

Quando uma formação nominal é constituída apenas por um substantivo, temos uma FN de primeira ordem. Nas FNs de segunda ordem, os substantivos recebem determinações internas. Há também as FNs extensivas, de terceira ordem, formadas por sentenças que ocupam o mesmo lugar de um nome nas articulações sintáticas. Por fim, de quarta ordem, temos as FNs pronominais. [...] as formações nominais “conformam” palavras com valores nominais, e podem estar associadas a três tipos de lugares: lugar sujeito, lugar objeto e lugares direcionais. (DIAS, 2015, p. 120-1, grifo do autor).

¹⁷⁶ Em leituras de trabalhos cuja base é a SA, encontram-se oscilações terminológicas em torno da nomeação dos enunciados a serem analisados, como: recorte, seqüência, uso de número arábicos, seqüência enunciativa. Aqui, nomeei Sequência Enunciativa (SE), embora, nos estudos de Guimarães, não tenha localizado essa expressão.

Resumindo, na concepção enunciativa de Dias (2012, 2011), a FN se caracteriza por ser um “virtual suporte de predicação” e um “centro de referência no enunciado”. Conforme Dias (2013), “Sintagma Nominal” (SN), “Grupo Nominal” (GN) são terminologias usadas, principalmente, pela Semântica Formal. Nos trabalhos de Guimarães, encontram-se GN, SN, mas, na obra de 2018, também fez uso de FN.

No corpo da gramática em análise, a designação *lengua castellana* é reedita de várias formas, ou seja, ela tem reescrituras. Isso significa que está ligada a outros enunciados, a outras FNs que auxiliam no alcance do objetivo desta investigação. Tal característica da designação nesse recorte fez com que o entendesse como um guia dos demais recortes efetuados. Por isso, denominei o primeiro recorte “Sequência Enunciativa zero” (SE 0), que contém a designação. Os demais recortes, 35, são enunciados presentes em outras partes da obra (*Prólogo, Nociones preliminares, ejemplos, notas*) e referem-se a reescrituras da designação, ou seja, formas em que *lengua castellana* se reescreve, se rediz. Para fins de distinção na visualização, destaquei em negrito a designação e as reescrituras nos recortes.

Em resumo, a delimitação do *corpus* desta pesquisa ocorreu em duas partes complementares e interligadas: a primeira que consistiu em encontrar a designação do nome da língua e a segunda que se limitou a identificar as formas de retomadas dessa designação (reescrituras). Essa remissão é um exemplo de duas ideias de Guimarães (2008): a de que um enunciado só existe em relação a outros e a de que a língua é um conjunto de relações.

Delimitado o *corpus*, os recortes foram organizados. Esta etapa foi determinada pela categoria analítica (designação) e pelo procedimento analítico (reescritura), que melhor se adequam aos recortes operados, e disso resultam as seções 5.1 e 5.2. Ainda assim, há a necessidade de reunir as reescrituras, uma vez que são em maior número e com regularidades de diferentes ordens enunciativas. Nesse caso, o critério utilizado foi o conceito do

político¹⁷⁷, aqui tomado como um modo de interpretação. Observei que o modo de enunciar as reescriturações de *lengua castellana* mostravam regularidades, por meio de formas linguísticas explícitas, implícitas, metonímicas ou aludidas, em torno de dois gestos políticos do autor frente à língua. Tais gestos expõem modos de funcionamento semântico diferentes, que revelam dois conflitos enunciativos, da ordem do político (conforme seção 5.3).

Em função disso, reuni as reescriturações em dois grupos, identificando-os da seguinte forma: a) Reescriturações da língua pelo gesto político 1 e b) Reescriturações da língua pelo gesto político 2. No primeiro grupo, são apresentadas 14 SEs, e, no segundo, 21 SEs. Os recortes em torno das retomadas foram apresentados um a um na seção 5.2 e também agrupados em quadros, dispostos nos Apêndices D e E, respectivamente.

Cabe expressar que a forma de delimitar e organizar o *corpus* é um modo de leitura particular, ancorado na SA, entre outros possíveis. Tal forma também influenciou na última etapa metodológica, a da descrição de como foi feita a análise. O gesto analítico se desenvolveu em dois movimentos, sendo que o primeiro recaiu sobre a designação (SE 0), apresentado na seção 5.1, e o segundo recaiu sobre as reescriturações (SEs 1 a 35), desenvolvido na seção 5.2.

O trabalho de descrição do funcionamento das SEs e interpretação dos seus sentidos configura-se em uma proposta de leitura análítica de natureza semântico-enunciativa. Para isso, mobilizei uma das categorias analíticas, da SA (GUIMARÃES, 2002; 2018), a designação, fazendo primeiramente a descrição linguística e, após, a análise enunciativa, para chegar ao funcionamento semântico dessa categoria e ao sentido. Também fiz interlocução com a categoria analítica da SE (BENVENISTE, 1970)

¹⁷⁷ O conceito de político é compreendido conforme Guimarães (2002) e será abordado em 5.3. O autor o concebe como um “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. (GUIMARÃES, 2002, p. 6).

– o aparelho formal da enunciação. Tomei um dos procedimentos analíticos da SA, a reescrituração, em seus modos de funcionamento e sentidos, para a constituição do sentido de língua. Em síntese, a designação é a categoria analítica e a reescrituração é o procedimento analítico. Além disso, a análise empreendida nesses movimentos analíticos é feita na relação com o agenciamento enunciativo do falante. A interpretação está no Capítulo 5 (seção 5.3), sendo desenvolvida a partir do conceito do “político” (GUIMARÃES, 2002), tomado como um modo que torna possível compreender como se configura e significa a noção de língua na *Gramática* (1847).

4.2 A Semântica do Acontecimento como suporte teórico e analítico

A Semântica do Acontecimento (SA), também conhecida como Semântica Histórica da Enunciação (SHE), é uma das correntes da semântica praticada no Brasil por pesquisadores como Luiz Francisco Dias, Taisir Mahmudo Karim, Sheila Elias de Oliveira, Soeli Maria Schreiber da Silva, Débora Massmann, entre outros, e tem em Eduardo Guimarães um de seus maiores expoentes. Ela foi apresentada em 2002, na obra **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**, e vem sendo desenvolvida nas produções bibliográficas do autor e de outros pesquisadores, que conjugam estudos teóricos e analíticos. Em 2018, Guimarães publicou **Semântica, enunciação e sentido**, obra que traz melhor estruturação e organização da teoria, sendo notável o desenvolvimento da reflexão teórica.

Para o semanticista (2002, p. 85), “uma semântica histórica da enunciação se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia”. Ou ainda é “uma semântica que analisa enunciados e expressões no acontecimento da enunciação”. (GUIMARÃES, 2018, p. 9). Esse pensamento permite afirmar que a enunciação é determinada socialmente.

Entre suas filiações estão a semântica de Michel Bréal, principalmente no seu **Ensaio de semântica: ciência das significações** (1897), a posição estruturalista de estudos semânticos de Emile Benveniste, com textos que configuram a Teoria da Enunciação, e de Oswald Ducrot, na Semântica Linguística e Teoria Polifônica da Enunciação. Além disso, também estabeleceu uma relação com os estudos materialistas da linguagem, especificamente com a AD Francesa, motivada pelo seu conceito de enunciação, que admite a presença do social e do histórico na análise linguística. Dos estudos dos referidos teóricos e correntes, Guimarães (2002, 2018) absorveu e reformulou noções, havendo aproximações e distanciamentos entre eles.

Certas concepções da SA como compreender a enunciação como um acontecimento de linguagem que estabelece a temporalidade, o sujeito como não sendo o responsável pela enunciação, pelo tempo e pela significação, a relação da língua com a história, fazem com que essa semântica se coloque na posição materialista, sem negar sua filiação a algumas noções da semântica estruturalista.

Pensar desde a posição materialista é entender a forma material como algo em que o linguístico e o histórico são constitutivos. A história não está ali por acaso, mas ela é inerente. Nessa posição, não se pensa a história cronologicamente, mas como historicidade, ou seja, algo determinado pelas condições sociais, o modo como a história se inscreve na enunciação, no discurso. A significação é considerada histórica, não no sentido historiográfico, cronológico, mas como constituída no acontecimento enunciativo, como memória que constitui sentidos.

O deslocamento teórico configura uma nova perspectiva científica de estudo semântico porque a significação passa a ser pensada como “uma questão enunciativa, em que a enunciação é vista historicamente” (GUIMARÃES, 2002, p. 66), um processo que ocorre entre língua e história, o que quer dizer que, para significar, é necessário que “haja um fora” da língua. Por isso, diferencia-se da posição estruturalista de pensar a significação, como algo que

está na língua, no sistema, ou seja, na relação estabelecida unicamente entre palavras (signos), assim como se afasta da ideia de pensar a significação como produto da intenção do falante.

Na Semântica empreendida por Guimarães, alguns conceitos das teorias da enunciação de Benveniste e Ducrot são retomados, outros reformulados, como as noções de enunciação, de sujeito e de significação. Para compreender como a SA se configura, vale revisitar esses conceitos nessas duas teorias as quais se filiou.

Benveniste, em seus trabalhos reunidos nos conhecidos **PGL I** (1966) e **II** (1977), propôs a reintegração do sujeito nos estudos linguísticos, categoria excluída pelo corte saussuriano, possibilidade decorrente do seu entendimento da relação do homem com a linguagem. A enunciação foi compreendida como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970, p. 82), isto é, uma ideia que considera o ato de produção de um enunciado por um locutor e coloca o sujeito como centro desse ato. Ela é uma relação do locutor com a língua, sendo uma ação individual, cuja natureza é de apropriação.

Essa reinserção também permitiu um avanço em direção aos estudos do discurso. Benveniste devolveu ao sujeito seu lugar, a partir do momento em que concebera a linguagem de modo diferente do que se vinha pensando na época, estabelecendo, por exemplo, um corte com Saussure (2012). Isso significa admitir a (inter) subjetividade como algo que lhe é constitutivo. Ou dizendo de outra forma, requer acolher a dimensão subjetiva da linguagem. Sendo assim, o sujeito passa de elemento excluído a elemento essencial. Essa ideia está no artigo “Da subjetividade na linguagem” (1958): “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego”. (BENVENISTE, 1958, p. 286). Para o autor (1958), a definição de subjetividade é a capacidade do locutor se propor como sujeito, ou seja, assumir a palavra e dizer *ego* (eu).

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (BENVENISTE, 1958, p. 285).

O “eu” é o locutor, e este se enuncia como sujeito e implanta diante de si um “tu”, o alocutário, que pode, pela propriedade da reversibilidade, ser um “eu”. E é a linguagem que viabiliza a existência de “eu-tu”, enquanto sujeitos, mediante o respeito à condição de diálogo. Ou seja, a subjetividade, pensada por Benveniste (1958), não é projetada no “eu”, mas sim na relação de intersubjetividade do par “eu-tu”, acontecida em um aqui-agora. Desse modo, esse vínculo dos sujeitos é dialógico por natureza, ideia que possibilita o autor (1958, p. 287) conceber que “é numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade”.

Esse fundamento repousa representativamente na noção de personalidade e se dá por contraste. A categoria de pessoa existe em qualquer língua e, por isso, a possibilidade da subjetividade na linguagem também. Benveniste reconheceu como pessoa, “eu” e “tu”, e como não pessoa, o “ele”¹⁷⁸. Nela (personalidade) se ancoram as outras categorias que indicam o sujeito, a espacialidade e a temporalidade, ou seja, categorias de espaço e tempo, formando a tríade eu/tu-aqui-agora.

Isso quer dizer que, para Benveniste (1956), a subjetividade pode ser identificada materialmente em um enunciado através de

¹⁷⁸ Na **Gramática** (1847), ao apresentar o verbo e o pronome, Bello (1791-1865) reconheceu que “yo, tú, nosotros, vosotros” têm estatutos diferentes de “él/ella, ellos/ellas”, isto é, pessoa e não pessoa, respectivamente, só que muito tempo antes de Benveniste (1902-1976). O fragmento seguinte traz essa ideia: “Llamamos *pronombres* los nombres que significan primera, segunda o tercera persona, ya expresen esta sola idea, ya la asocien con otra. Hay pronombres de varias especies, y la primera es la de los estrictamente *personales*, que significan la idea de persona por sí sola; tales son: Yo, primera persona de singular, masculino y femenino. Nosotros, nosotras, primera de plural. Tú, segunda de singular, masculino y femenino. Vosotros, vosotras, segunda de plural”. (BELLO, 1847, p. 57-8. Cap. XIII. Corpo).

algumas formas que a língua empresta ao locutor - a dêixis (as funções sintáticas também¹⁷⁹). Em o fazendo, transforma-se em sujeito. Tais marcas seriam pronomes pessoais, verbos e advérbios. Assim, a língua comporta índices especiais, em seu interior, os “reveladores da subjetividade” (PIRES e WERNER, 2006, p. 146), que se encontram à disposição de todo locutor que os deseje assumir e falar.

Nessa perspectiva teórica, a existência da subjetividade se dá na/pela linguagem, mas é a atitude do locutor diante da língua que ativa essa propriedade e assim deve ser porque não haveria possibilidade de dispor, para cada indivíduo, signos específicos para marcar a sua subjetividade. Todos usam os mesmos. Depois da enunciação, estão livres e vazios, de sentido e referência, novamente, para novo locutor. De acordo com Benveniste (1958, p. 288, grifo do autor), “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*”. Para o autor (1958), não há outra forma de o indivíduo legitimar sua subjetividade senão pelo testemunho dado por ele mesmo (enunciação) para um outro. Então, o sujeito se apropria da língua e a atualiza, o que lhe dá posição central na teoria benvenistiana.

Para entender como o sujeito se constitui e faz sentido em um estudo que tem por base a teoria da enunciação de Benveniste, parte-se da análise da enunciação, que é uma categoria cuja configuração é triádica, na medida em que é formada por outras categorias, a de pessoa, de tempo (1965) e de espaço, sendo a primeira, o parâmetro para as demais. Isto é, buscam-se as marcas do sujeito na enunciação. Essa é a primeira possibilidade de entrada analítica nos recortes deste estudo, ou seja, ver que Bello,

¹⁷⁹ Em “O Aparelho formal da enunciação” (1970), Benveniste sintetiza a teoria da enunciação, mostrando o que seria, de fato, esse aparelho formal, isto é, “um dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso”. (Flores *et al*, 2009, p. 48). Apreende-se que é um conjunto de elementos da língua, formado pelos “índices específicos” (categorias de pessoa, espaço e tempo, a dêixis) e os “procedimentos acessórios” (as funções sintáticas, interrogação, intimação e asserção), que sinalizam o locutor na enunciação.

antes de se constituir como gramático, se constitui em falante no mundo (falante de espanhol), e dessa posição (e de outras também) (re)nomeia, designa, rediz, define, especifica a língua e constitui uma relação intersubjetiva com os “tus” (chilenos, latino-americanos), mediada pela linguagem, pela língua espanhola que lhes era comum, enquanto língua materna ou nacional.

Não faltaram/faltam críticas à noção de sujeito proposta por Benveniste. Entre elas estão as oriundas de pesquisadores que seguem a linha teórica da AD, que vê o sujeito como posições-sujeito. Petri (2004), por exemplo, afirma que o sujeito benvenistiano é um “sujeito egocêntrico”, seria dono do seu dizer, na medida em que *ego* é sinônimo de eu. Ou seja, é o pronome “eu”. Ducrot (1987), como veremos mais adiante, ao apresentar a Teoria Polifônica da Enunciação, também fez uma crítica à concepção da unicidade do sujeito falante, negando haver apenas um falante no enunciado. Guimarães (2002, 2018), na SA, também avança o pensamento sobre o conceito de sujeito, vendo-o da perspectiva do agenciamento enunciativo, como um falante que se divide em lugares de enunciação no enunciado, não sendo livre nem responsável pelo dizer. Por isso, penso que, na SA, é mais apropriado pensar em “lugares enunciativos”, em “falante” que, ao enunciar, divide-se, ou ainda, segundo Steigenberger *et al* (2011, p. 71), em “disparidade do sujeito” (um único personagem disparizado em três faces: L, l e E)”, do que na palavra “sujeito”.

Em Benveniste (1970), enquanto locutor, o sujeito pode ser pensado como fonte da enunciação, mas o sentido de sua mensagem, a natureza do dizer é heterogênea porque necessita do outro (alocutário) para enunciar. Talvez haja uma ilusão de ser o centro do dizer e do sentido, mas isso é necessário à enunciação. A partir dessas ideias sobre o sujeito, a linguagem, enunciação e significação podemos observar em Benveniste uma teoria (inter)subjetiva da linguagem (a subjetividade é intersubjetiva e está na língua, na sua estrutura), com um entendimento de que o sentido deve ser estudado na enunciação (a significação está limitada à enunciação).

Outra filiação da SA, admitida por Guimarães (2002), refere-se ao pensamento de Ducrot. Este se constrói em diferentes fases, em torno da seguinte tese: a argumentação está na língua, na medida em que se inscreve na língua como produto das relações linguísticas. Partindo de Saussure, ao qual afirma “manter-se fiel” (DUCROT, 1998), e da enunciação, já que foi aluno de Benveniste, com influências também da Pragmática e da Filosofia analítica, propõe uma teoria de cunho estruturalista, a Teoria da Argumentação na língua. Ela pode ser tratada como uma Semântica Argumentativa, pois, ao analisar a representação do sentido, considera diferentes vozes presentes na enunciação, que se utilizam de recursos argumentativos para orientar a interpretação.

Ducrot, no texto “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” (1984), tem o objetivo de contestar a concepção da unicidade do sujeito no enunciado, sendo o conceito de enunciação uma noção-chave para a confirmação de sua tese. O autor (1987, p. 168) a define como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”, cuja realização se dá como um acontecimento histórico momentâneo, que apresenta diferentes vozes formadoras do sentido dos enunciados. Ao compreender a enunciação dessa forma, o autor não remete ao sujeito a responsabilidade da enunciação. E, ao admitir mais de uma voz no enunciado, ele (1987) configura a tese da polifonia na enunciação, pois ali estão atuando personagens, pessoas do discurso (locutor e enunciatador), com papéis enunciativos determinados, vozes sobrepostas. Sendo assim, o sujeito excluído pelo corte saussuriano retorna nesta teoria “enquanto figura do acontecimento, figura de um presente que constitui o sentido” (GUIMARÃES, 2002, p. 61) ou ainda, não como sujeito, mas como sujeitos.

A respeito da questão da subjetividade como uma representação que os enunciados fazem da enunciação, Ducrot (1987) diferenciou três categorias, sendo os seguintes pares correlativos: sujeito falante e sujeito ouvinte, locutor e alocutário e enunciatador e destinatário. A primeira dupla corresponde aos agentes da ação de falar e ouvir, categorias linguísticas

responsáveis pela voz, articulação, produção, intenção dos enunciados que não interessam a esses estudos semânticos. Já as outras duplas, que também são categorias linguísticas construídas na e pela enunciação para representar papéis, são parte do objeto da semântica de Ducrot.

O autor (1987) apresentou análises que o levaram a entender que a figura do locutor nem sempre coincide com o ser designado por “eu”, que é o sujeito falante, o autor empírico, o produtor do enunciado. O exemplo dado pelo linguista para comprovar sua tese é o do abaixo-assinado trazido pelo filho da escola, que está organizado como um texto a ser preenchido pelo pai. O “eu” produtor do texto não é o mesmo ser que vai assinar. A partir da assinatura, o locutor, que não era o autor empírico, assume a responsabilidade por aquele enunciado. Segundo Ducrot (1987), essa é primeira função da assinatura; a segunda, é assegurar a identidade de ambos os seres.

Feita essa diferenciação, o autor apresenta as figuras da enunciação: o locutor e o enunciador. Ducrot (1987, p. 182) entende por locutor “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado”. O pronome “eu” e as demais marcas de primeira pessoa se referem ao locutor, que, nessa teoria, pode ser diferente do autor empírico. Além disso, o teórico propôs uma distinção no interior dessa noção de locutor, apresentando a seguinte divisão: L, “locutor enquanto tal” e λ “locutor enquanto ser do mundo”. L é o responsável pela enunciação e só tem essa propriedade. Já λ , “é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado [...]”. (DUCROT, 1987, p. 188). Com o reconhecimento da existência de dois locutores distintos (L e λ), o autor aponta a primeira forma de polifonia na enunciação. A segunda forma de polifonia admitida por ele vem com a noção de enunciador:

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam

palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 192, grifos do autor).

Dessa definição, é possível inferir que o enunciador não é uma pessoa, mas um ponto de vista, uma perspectiva abstrata, e, em assim sendo, é um argumentador, já que dá uma orientação sobre algo, sobre aspectos da realidade. Ducrot (1987) faz uma relação entre o enunciador e o Locutor, defendendo que este, na condição de responsável pelo enunciado, dá existência aos enunciadores (E₁, E₂...) na medida que é o organizador dos pontos de vistas e das atitudes. O enunciador, por sua vez, provoca a polifonia, que não é apenas a aparição de outras vozes no enunciado, mas sim a presença de outros pontos de vista, ideia que parece propor uma multiplicação dessa figura. Ele é a figura ou a representação de sujeito que estabelece a perspectiva enunciativa, e isso, para Ducrot (1987), é a questão principal de sua teoria polifônica.

O sentido, conforme já explicitado no texto introdutório da Parte I, para Ducrot (1987), corresponde ao valor semântico do enunciado, diferindo do valor semântico da frase, a significação. Nessa posição teórica, o sentido se desenvolve a partir das indicações que a frase (a significação) dá para sua compreensão. Assim, para interpretar o sentido de um enunciado, basta descrever sua enunciação, fazer uma leitura em que se admita que o enunciado pode conter outros enunciados. Essa orientação proposta pelo autor para a compreensão do sentido impede que frase e enunciado possam ser pensados separadamente.

Os sentidos advêm de um conjunto de encadeamentos argumentativos (conectores/operadores) que a língua propicia, sendo da ordem do linguístico e não dos fatos externos à linguagem. Se a argumentação se inscreve na língua e orienta a interpretação do sentido, a história fica de fora. É nesse ponto que a SA se afasta da ideia ducrotiana, passando a considerar a história e a memória como constitutivas da enunciação. Na verdade, o

sentido de um enunciado é o efeito de sua enunciação, e, nisso, a SA se aproxima da AD.

A Semântica da Enunciação delineada por Guimarães (2002, 2018) como uma SA, propõe reintroduzir os elementos excluídos pelo corte saussureano não apenas como uma questão linguística como fizeram suas influências teóricas, Benveniste e Ducrot, mas como uma questão linguístico-histórica. Para isso, desloca o conceito de enunciação desses dois autores, considerando a história como um elemento que participa da linguagem e da constituição dos sentidos. Essa posição faz com que a SA se configure como uma teoria semântica que se move dessas correntes semânticas estruturalistas para uma semântica materialista.

Guimarães (2002, p. 11), na SA, traz uma definição de enunciação, que vai afetar a noção de sujeito e de tempo, já que ela inclui a história, não como sequência cronológica de fatos no tempo, mas como historicidade, isto é, como memória que constitui os sentidos. Sendo assim, a enunciação é constituída historicamente, e, por isso, fala-se em Semântica Histórica da Enunciação. O autor define a Semântica como um “acontecimento que produz enunciados” (2008, p. 78), como um “acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua [...] sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito”, ou seja, não é um ato individual do “sujeito”. É um acontecimento porque algo ocorre ao dizer o que se diz. Essa constatação leva a pensar que a enunciação é “um acontecimento que produz sentidos”. (GUIMARÃES, 2018, p. 22). Essa visão lhe possibilita chamar sua teoria de Semântica do Acontecimento (SA). Esse acontecimento se produz “pelo funcionamento da língua nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p. 8) e se caracteriza por ser de natureza sócio-histórica. Nesse sentido, o enunciar é determinado socialmente por um agenciamento do falante.

Para o autor, a SA deve ser “tomada como uma semântica que analisa enunciados e expressões no acontecimento da enunciação” (2018, p. 9). Ou seja, busca compreender o que dizem os enunciados e seu funcionamento no texto, a partir das relações que as formas

linguísticas estabelecem ali, de modo que resulta também em uma Semântica linguística. Nessa perspectiva teórica, o texto é compreendido como um acontecimento enunciativo, que ocorre em tempo e lugar particulares.

O acontecimento não é compreendido como um fato no tempo, mas deve ser pensado considerando a temporalidade. A definição dada por Guimarães (2002) traz essa relação entre acontecimento e temporalidade:

Algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa é sua diferença. (GUIMARÃES, 2002, p. 11-12, grifos do autor).

Para o autor, a temporalidade se constitui por duas relações, em que, de um lado, se ligam um agora (presente) e uma latência de futuro (futuridade), sem a qual não haveria acontecimento, possibilidade de interpretação, e de outro, o presente e o futuro só funcionam via um passado que trabalha para que eles signifiquem. Parafraseando Guimarães (2002, p. 12), a potencialidade de futuro projeta sentidos porque o acontecimento pode recortar um passado, como “memorável”. Em conformidade com Steigenberger *et al* (2011, p. 63), o memorável pode ser definido como “um passado aqui”, ou seja, um passado que está no presente do acontecimento enunciativo. Essa noção possibilita ao semanticista encontrar um passado no enunciado e analisar os efeitos de sentido que projeta.

Nessa linha teórica, cada acontecimento não se dá dentro de uma temporalidade, mas produz e recorta sua temporalidade de sentidos na medida que instaura as três instâncias de tempo de modo simbólico. Tal característica impede tomar o acontecimento como um fato ocorrido no tempo ou como algo empírico porque não se dá no tempo cronológico nem no tempo de quem enuncia (locutor). Guimarães (2002) explica que a temporalidade se atualiza

a cada acontecimento, propriedade que se torna necessária para haver sentido, acontecimento e enunciação. É nessa linha que tenho entendido a *Gramática* (1847) como um acontecimento enunciativo, porque faz a diferença ao existir, instalando uma temporalidade específica em torno de sua publicação.

Para que um acontecimento de linguagem se produza, são necessários quatro elementos decisivos, “a língua, o sujeito, a temporalidade e a materialidade histórica do real”. (GUIMARÃES, 2002, p. 11). Se a concepção de enunciação do semanticista “enquanto um acontecimento de linguagem”, que se faz pelo funcionamento da língua, for aliada aos componentes do acontecimento, é possível ver que o sujeito não pode ser o responsável pela instauração do tempo nem ser o centro da enunciação, tal como era para Benveniste (1958, 1965, 1970), e sim o acontecimento. Ou seja, para a SA, a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua, que ocorre devido ao movimento que ela própria faz, não sendo, portanto, o locutor.

Guimarães (2018) explica que a configuração do acontecimento, da forma apresentada, coloca em relação a língua e o falante, e, em função disso, compreende que o acontecimento se dá em um espaço de enunciação, que

é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste modo da mesma maneira. O espaço de enunciação é, então, um espaço político do funcionamento das línguas. O agenciamento dos falantes, enquanto tal, pelas línguas, é político, pois é necessariamente desigual. (GUIMARÃES, 2018, p. 23-4).

Nesse sentido, para o autor, os espaços de enunciação não são espaços materiais, não dizem respeito necessariamente a lugares fixos (embora possam coincidir em algum caso com os espaços geográficos), tampouco são cronológicos. Na verdade, são afetados pelas condições sócio-históricas de produção do dizer, de modo

que o autor defende que se constituem a cada enunciação. Por isso, caracteriza-os como “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, se redividem, se misturam, se desfazem, se transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

Por exemplo, quando um “eu” escreve (Bello, por exemplo), o espaço de enunciação o determina a dizer, configurando a cena enunciativa e as figuras da enunciação porque, segundo a SA, tal espaço é um espaço político, de disputa pelas palavras, onde se configuram os conflitos e as negociações entre os falantes. O espaço de enunciação da *Gramática* (1847) é o da língua espanhola enquanto língua nacional e oficial do Chile, das demais nações latino-americanas e da Espanha. É o de uma língua que se divide entre o pertencimento ao Estado-Nação e às classes sociais e intelectuais a que os falantes pertencem. Esse espaço se caracteriza então pela relação entre falantes e línguas.

Guimarães (2003, p. 23) não trata os falantes como figuras empíricas, pessoas físicas, indivíduos, mas como entidades de discurso afetadas pelas línguas que falam, são figuras da língua, na medida que “são figuras políticas constituídas pelos espaços de enunciação”. Sofrem um agenciamento enunciativo, isto é, uma determinação de natureza política (a questão do político será retomada na seção 5.3), em um espaço de enunciação específico, marcado pela luta enunciativa, pela não estabilidade. O falante passa a fazer parte da cena enunciativa, ou seja, da configuração dos lugares de dizer. Essa ideia de falante permite conceber essa noção como uma categoria linguística e enunciativa, um lugar de enunciação, tomada de posição que se diferencia de Ducrot e de Beneveniste.

A enunciação ou a assunção de uma palavra ocorre em cenas enunciativas, que o autor define como “um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento”. (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Elas se caracterizam por “constituir modos específicos de acesso à palavra

dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2017, p. 31) e são configuradas pelo agenciamento político do falante na enunciação, de modo que mudam a cada acontecimento. Nessa medida, a cena enunciativa é considerada pela SA uma categoria metodológica e descritiva.

Quando se fala em figuras da enunciação, admite-se que há diferentes formas de assumir a palavra e enunciar. Isso porque o falante, ao ser tomado pelo espaço político de enunciação, passa a fazer parte da cena enunciativa e ali sofre uma divisão que distribui lugares de dizer. Novamente essa ideia revela um alargamento dos quadros propostos por Benveniste, locutor-alocutário (1958), e por Ducrot (1987), locutor e enunciador, subdivididos de acordo com as funções assumidas no discurso.

Guimarães (2018), remetendo à noção de polifonia da enunciação de Ducrot (1987), mas considerando a sua concepção de sujeito enquanto um lugar de dizer, constituído no e pelo espaço de enunciação, apresenta as figuras da enunciação, que também são figuras políticas produzidas no espaço de enunciação, de um modo diferente. Segundo o autor da SA, para o falante ser considerado uma categoria linguística e enunciativa, precisa assumir um lugar de enunciação na cena enunciativa, isto é, precisa ser agenciado em um lugar enunciativo. Nesse sentido, o falante, ao ser tomado pelo espaço político do dizer, pode se dividir em três lugares de enunciação, que originam três figuras: o Locutor (L), o alocutor (al-x ou -x) e o enunciador (E). Cabe lembrar que, na obra de 2002, a nomenclatura era diferente. O alocutor (al-x) era chamado de locutor (l-x), escrito com letra minúscula, para distinguir de Locutor (L), com maiúscula.

O semanticista (2018, p. 44) compreende que “o Locutor é o lugar que diz [...] é o falante agenciado em Locutor”. É aquele que se põe no lugar de quem enuncia, ou seja, quem “assina” o discurso, representa a “origem” do dizer. Na *Gramática* (1847) em estudo, Andrés Bello é quem assina a obra. Ainda que tenha a ilusão de ser a fonte do dizer, o L não é uma figura homogênea, precisando, para existir, dividir-se, isto é, ocupar um papel social

que o autorize a enunciar. Nesse sentido, o L só se constitui na medida que divide seu lugar de enunciação com o “lugar social de dizer”, denominado “alocutor” e representado por al-x. A notação x é uma variável usada para representar os lugares sociais, os papéis enunciativos. Por exemplo, neste estudo, vem a ser o lugar do múltiplo, podendo o falante Bello ser agenciado em L, e, este para ser L, assume os lugares sociais de: falante nativo, falante de língua estrangeira, intelectual, filólogo, gramático, professor, educador. Em síntese, “[...] para o Locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor”. (GUIMARÃES, 2002, p. 24). Falar a partir de lugares sociais de dizer, ou seja, da ocupação de papéis na sociedade em que se vive, faz com que o dizer não seja neutro.

O terceiro lugar de enunciação é chamado de Enunciador (E), este reporta aos lugares de dizer, onde estão os pontos de vista que sustentam o dizer, ou seja, representam diferentes perspectivas dos lugares de dizer. Guimarães (2018) entende que o enunciador pode se apresentar de quatro formas, “individual, coletivo, genérico e universal”, gerando outra divisão na cena enunciativa.

O enunciador individual “é a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer da circunstancialidade. E, ao fazer isso, representa a linguagem como independente da história”. (Guimarães, 2002, p. 25). Ou seja, se coloca como um “eu” (em derivados e em marcas avaliativas), inscrevendo seu dizer na singularidade, esquecendo-se de que fala de algum lugar autorizado socialmente, tendo com isso a ilusão da origem enunciativa (é o caso da SE 31).

Para Guimarães (2002, p. 38), o enunciador coletivo é “este lugar de dizer que se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz”. Nessa situação, a perspectiva enunciativa se marca em um conjunto, em um dizer compartilhado, em uma representação de um grupo, podendo ser identificado por um “nós” (é o caso da SE 3).

O enunciador genérico é caracterizado pelo semanticista quando pensa nos ditos populares, como “Quem semeia vento, colhe tempestade”:

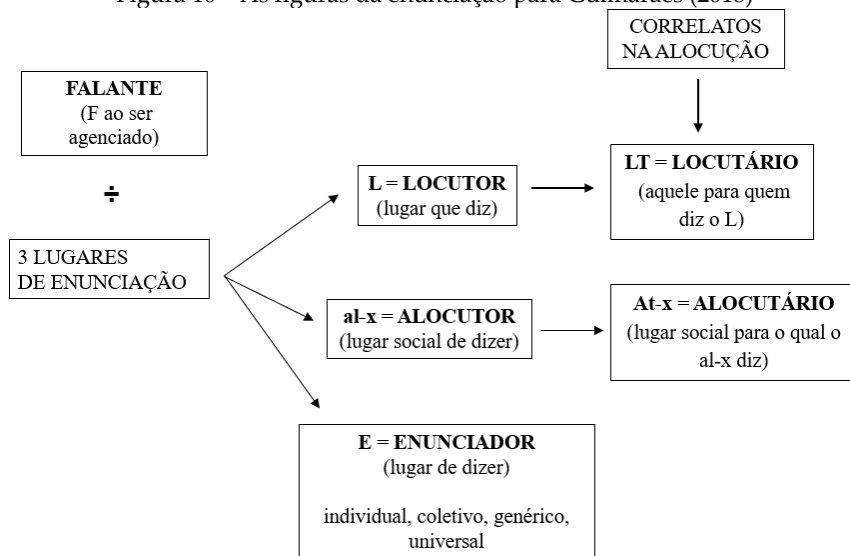
Neste caso, o enunciador também simula ser a origem do que aqui se diz. Mas o que aí se diz é dito, não de um lugar individual, independente de qualquer contexto, mas é dito do lugar e de um acordo sobre o sentido de repetir o dito popular. O que se diz é dito como aquilo que todos dizem. Um todos que se apresenta como diluído numa indefinição de fronteiras para o conjunto desse todos. O enunciador se mostra como dizendo com todos os outros: se mostra como um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar como *independente* da história. (GUIMARÃES, 2002, p. 25, grifo do autor).

Nesse tipo de E ressoa um “todos” difuso nos ditos populares, nos provérbios, na medida que fazem parte do discurso do senso comum. Tal E relaciona o dizer a todos que conhecem esses ditos, provocando o apagamento do lugar social. Guimarães (2002) ilustra esse E com os ditos populares, mas a definição apresentada possibilita que se apresente em outros textos, que contenham enunciados cuja ideia todos dizem, repetem. Por exemplo, na análise da SE 16, foi possível identificar, além do E individual, o genérico, no discurso sobre o nome da língua, espanhola ou castelhana, pois são nomes que todos dizem. Nesse exemplo, o dizer se inscreve na repetibilidade sem uma autoria.

Por fim, há o enunciador universal. Guimarães (2002, p. 26) o apresenta ao analisar o enunciado “Todas as pessoas morrem”. Nesse caso, o E se coloca como quem diz algo verdadeiro em relação à realidade, o que significa que fala do lugar do universal. Nessa perspectiva, “o enunciador-universal é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso”. À vista disso, é o lugar de dizer próprio do discurso científico, mas, não exclusivo dele, como mostra a afirmação examinada por Guimarães, já que o E traz uma máxima incontestável, que dá o efeito de verdade universal. Nas análises feitas aqui, a SE 6 contém esse lugar de dizer (E), ao lado de outros, o E individual e o coletivo, quando há um discurso definitório da língua, que alude a uma conceituação da língua presente no pensamento científico do século XIX (biologismo, naturalismo).

O agenciamento das figuras da enunciação instaura correlatos necessários. A determinação do falante em Locutor (L) instaura a alocação, o Locutário (LT); o alocutor-x (al-x) corresponde ao alocutário-x (at-x); e o Enunciador (E) não apresenta correlato, pois, conforme ensina Guimarães (2018, p. 62), “não projeta um tu, é um modo de o eu se apresentar na sua relação com o que se diz (o que se diz por quem diz)”. Nas análises realizadas, identifiquei figuras da enunciação constituídas pelo funcionamento da língua e as aponte na Figura 7 (seção 3.1). Para sintetizar o discorrido sobre as figuras da enunciação, propostas por Guimarães (2018), em sua teoria, apresento a Figura 10.

Figura 10 – As figuras da enunciação para Guimarães (2018)



Fonte: Elaboração da autora a partir de Guimarães (2018).

Neste panorama, o falante (sujeito) não é pessoa dona de seu dizer, mas figuras da enunciação, estabelecidas enquanto lugares de dizer, enquanto representações da enunciação. É sujeito no acontecimento, constituído pelo agenciamento enunciativo de natureza política-histórica, na cena enunciativa. Tais lugares de dizer são marcados pela disparidade, pelo conflito, já que são

espaços políticos. Diante disso, Guimarães (2018, p. 58) conclui que “a enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação”. Haveria um jogo de subjetividades em cada cena enunciativa, lutando pelo dizer. Em conformidade com a compreensão de Steigenberger *et al* (2011), pensamos que:

o sujeito é uma questão linguística e enunciativa, que é agenciado politicamente pelo espaço de enunciação e que mais cabe falar em “lugares enunciativos” ou em “posição” ou em “falante” que, ao enunciar, torna-se três: Locutor (L), alocutor (al-x) e Enunciador (E)”, ou em “figuras da cena enunciativa” do que em “sujeito” propriamente. Esse entendimento mostra que ele não é pensado como uma figura una, homogênea e com intenções, mas como a tripla noção. (WERNER e STURZA, 2021, p. 66, grifo das autoras).

Em relação ao sentido, para essa semântica, constitui-se historicamente. Assim escreveu Guimarães (2002, p. 65-66), em **Os limites do sentido**:

Para nós, interessa, exatamente, a inclusão da história [...]. Ou seja, tratar a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente. Este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade. A construção desta concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo.

Esse entendimento, abriu um diálogo com a AD, principalmente, fazendo relação com um de seus conceitos, o de interdiscurso, que, para Orlandi (2015, p. 29), pode ser definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Esse conceito migra para a SA, ao compreender que “o

sentido em um acontecimento são efeitos da presença do interdiscurso. Ou melhor, são efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento”. (GUIMARÃES, 2002, p. 67).

A enunciação de um texto se relaciona com a enunciação de outros textos, seja para repetir, para alterar, para omitir seja para qualquer outro mecanismo. Isso faz com que o sentido de um enunciado não esteja na sua forma, na sua estrutura, embora façam parte de sua constituição, mas esteja no seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Ou ainda, conforme o autor (1996, p. 101), “o sentido de um enunciado são os efeitos de sua enunciação” ou ainda “a relação de integração” (2012, p. 30).

O fato é que “Guimarães não trabalha com um conceito discursivo; trata do passado de maneira enunciativa e de acordo com o tempo do acontecimento. A questão é que o presente abre uma latência de futuro, uma projeção, um interpretável”. (SCHREIBER DA SILVA, 2012, [s. p.]). Em consonância com Steigenberger *et al* (2011), tenho observado que o autor usou a noção de interdiscurso ao lado da de memorável na obra de 2002, e que, na de 2018, passa a utilizar apenas a de “memorável” como fundamento do sentido, na medida em que possibilita acessar a história, norteadando a interpretação.

Ao possibilitar que o semanticista trace uma rota para a compreensão do sentido, através do acesso à espessura da historicidade, pode-se entender porque Steigenberger *et al* (2011, p. 62-3) afirmam que o trabalho analítico se dê através de um “processo catafórico”, que consiste em olhar para “um passado aqui”, que produz um “efeito catafórico posterior” (diferença metodológica com a AD, em que o “processo é anafórico” e consistiria em olhar um antes, “um passado lá”, que produz um “efeito anafórico anterior”). Isto é, o analista foca sua atenção no que a formulação tem de latência de futuro, tratando “o sentido como um já futuro”.

Na SA, Guimarães (2002) apresenta outra maneira de analisar um texto, que requer considerar o sentido como algo proveniente do acontecimento de linguagem, não sendo apenas o resultado de

uma relação interna de elementos em uma estrutura da língua, e os processos enunciativos (reescrituração, articulação) ocorridos com uma palavra, integrante de um enunciado que integra um texto. Ou seja, é preciso compreender o modo como os sentidos operam, passando do enunciado para o texto, para o acontecimento. Nessa perspectiva teórica, o sentido é social, é histórico, é compartilhado, ainda que seja formulado pelo falante na enunciação, o qual obedece à disciplina social. Portanto, não é nem pode ser estático.

Por exemplo, a formação nominal "*lengua castellana*", enquanto forma linguística, no título, significa na integração do enunciado onde está e do texto de que faz parte, significa na relação entre a história de sentidos que circulam sobre ela que o passado faz estar no presente do acontecimento e o que projeta, os efeitos de sentido, permitindo a interpretação. Nesse caso, nos recortes das SEs selecionadas, o agenciamento enunciativo do falante permite fazer o passado aparecer no presente da enunciação, através de formas que redizem a designação do nome da língua e que projetam sentidos para ela.

O semanticista toma o enunciado como unidade de análise da SA (2002, 2018) e o define como "unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma independência relativa" (GUIMARÃES, 2018, p. 15), duas características apresentadas como inseparáveis. Ele deve ser considerado como pertencente a um texto, de modo que o autor (2018) defende que não é possível pensar em um enunciado e no que significa, sem considerar essa unidade como integrativa do texto. Conhecer o significado de uma expressão envolve saber como ela se integra num enunciado que integra texto, processo que se realiza de dois modos, ou por retomada (reescrituração) ou por articulação (contiguidade) a outros elementos. Parafraseando o autor (2018), há de se tratar e analisar as palavras ou os enunciados nas relações que suas enunciações constroem.

Portanto, na SA, não são analisadas palavras na língua, mas palavras no acontecimento da enunciação, isto é, no funcionamento da língua. Diferentemente do que pensara Ducrot (1987), para essa

teoria semântica, a significação não está em marcas da língua, mas no funcionamento da língua.

4.2.1 A designação como categoria analítica

Guimarães propôs, em 2002, a diferenciação da tríade – nomeação, referência e designação – ao buscar compreender o funcionamento semântico dos nomes na enunciação. Ou seja, a diferenciação entre ambas é vista se observada a correlação, e, nesse sentido, é preciso olhar para o ato de nomear em correlação com o de designar e o de referenciar. Embora as três palavras possam ser tratadas como sinônimas pelo senso comum ou pelos dicionários, o autor as compreende como conceitos que significam diferente. A este estudo interessa a categoria analítica da designação, uma vez que busca compreender a noção de língua presente no discurso da *Gramática* (1847), de Bello, e isso passa pelo modo designar o nome da língua.

Guimarães (2002, p. 21) define a nomeação como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. Consiste em dar um nome ao que e a quem ainda não tinha, identificar, dar existência histórica a algo ou a alguém no mundo e, por isso, é anterior à designação. O autor considera o entendimento dos nomes da mesma forma como Rancière (1994, p. 43), isto é, “um nome identifica, ele não classifica”, os nomes identificam objetos do mundo, construídos simbolicamente. Também significa distinguir, marcar, rotular, etiquetar, fazer existir pelo simbólico, “inserir alguém num espaço de enunciação específico”. (GUIMARÃES, 2002, p. 93). O nome é uma marca de existência na história.

A designação, por sua vez, é a significação de um nome em relação a outros, à história, ao acontecimento, não sendo sinônimo de denotação nem de referência. (GUIMARÃES, 2018). Ou ainda, é a significação de um nome na língua e na história, a “significação da palavra no funcionamento enunciativo”. (SILVA e MACHADO, 2015, p. 81). Nesse sentido, tampouco é o conjunto de possibilidades de significado que o dicionário atribui às palavras,

mas está sim ligada ao que o nome significa no acontecimento, na enunciação. Ou, nas palavras de Guimarães (2017, p. 81), “é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo, a relação linguística é uma relação tomada na história” e, em função disso, a designação pode ser tomada para análise, como um procedimento, uma categoria, um método.

Por exemplo, “o enunciado-título, enunciado-nome” (expressões tomadas de Guimarães, 2018), que é o nome da gramática estudada tem um sentido, em relação aos outros nomes de gramática da língua espanhola, à história das nomeações (para lembrar, naquela época, por exemplo, o nome das gramáticas acadêmicas era *Gramática de la lengua castellana*), das renomeações e referências. Nessa medida, o nome de uma gramática significa uma enunciação a partir de outras enunciações e, fora disso, é apenas mais uma forma linguística escrita e vazia nessa língua.

Considero que a textualização do título da obra *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* é um exemplo de nomeação porque o título é o nome da gramática e dentro desse enunciado está também a designação do nome da língua e a designação da gramática. Ou seja, o enunciado contém a nomeação (identificação) da obra e duas designações (significações), a da língua e a da obra. O falante, ao nomear essa obra, precisa lidar com o já significado, no sentido de que esse nome é dito e atribuído a partir do que já se disse, mas também do que se dirá.

Por fim, a referência é “um procedimento linguístico pelo qual se particulariza algo na e pela enunciação”. (GUIMARÃES, 2003, p. 20). Ou seja, é um elemento de localização, de sinalização no texto. Ela não é a significação do nome, mas a indicação do que ele refere. Nesse sentido, o “enunciado-nome” da gramática indica a que obra (texto) ele se refere, sendo a relação estabelecida, uma relação de natureza auto-referencial. Ou seja, *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* aponta o texto de que é título.

Guimarães (2009) propôs dois funcionamentos básicos da enunciação – a articulação¹⁸⁰ e a reescrituração – entendendo-os como modos de relação enunciativa e de produção de sentido na língua. Aqui, apenas a reescrituração será acionada como procedimento de análise da categoria analítica aqui tomada: a designação.

4.2.2 A reescrituração como procedimento analítico

A reescrituração é o modo de relação enunciativa que consiste em redizer algo já dito, e o redito, o reescriturado não significa mais o mesmo. Recuperando as palavras de Guimarães (2002, p. 28),

a reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. E ao reescriturar, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Àquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável.

Esse modo de relação enunciativa a que o autor se refere pode se dar no interior do texto e entre textos, através de modos diversos, colocando em funcionamento o que chama de “operação enunciativa de atribuição de sentido (determinação semântica)”. Através dessa operação, uma expressão pode retomar outra, negá-la, confirmá-la, redizê-la com outras formas linguísticas, caracterizando-se por apresentar independência relativa ao enunciado. Guimarães (2018) considera que a reescrituração pode ocorrer por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação.

Cabe pontuar o fato de Guimarães (2007, 2009) considerar a definição como um dos modos de reescrituração ao passo que, em sua obra de 2018, conforme mostra o Quadro 6, não a considera

¹⁸⁰ Para Guimarães (2009), a articulação é um procedimento que diz respeito às relações (locais) de contiguidade linguística, significada pela enunciação. Ela pode se dar por dependência, coordenação e incidência. Não será desenvolvida aqui porque não foi tomada como procedimento analítico.

como um modo, mas sim como um sentido decorrente de um dos modos. Neste trabalho, sigo a proposta de 2018, embora compreenda que os modos de reescrituração e seus sentidos não são estanques ao disposto no Quadro 6, podendo surgir outros modos bem como haver deslocamentos entre eles. A reescrituração por substituição metonímica, encontrada na análise dos enunciados, comprova essa possibilidade que a língua oferece ao falante. Isso quer dizer que todo o modo de reescrever tem modo(s) de significar, cabendo ao analista identificar o que tem de diferente no que parece o mesmo. O Quadro 6 traz os modos de retomada e os sentidos decorrentes, conforme a proposição de Guimarães (2018).

Quadro 6 – Modos de reescrituração e sentidos

| Modos de reescrituração | Sentido |
|-------------------------|--|
| Repetição | sinonímia /hiperonímia |
| Substituição/Elipse | especificação /definição |
| Expansão | desenvolvimento /generalização/ enumeração |
| Condensação | totalização/generalização |

Fonte: (GUIMARÃES, 2018, p. 93)

A repetição acontece quando se reproduz a mesma forma linguística, de modo que “repetir é redizer”. (GUIMARÃES, 2018, p. 87). Ela pode ser integral (*la lengua castellana*, na SE 1) ou reduzida (*la lengua*, nas SEs 14 e 30 ou *la castellana*, na SE 2); a substituição se dá quando uma palavra ou expressão é substituída, trocada por outra, retomada, em alguma parte do texto (*lengua castellana* por *nuestro romance*, na SE 3). Elas são formas diferentes, mas possuem alguma aproximação semântica entre si; a elipse é uma omissão de uma palavra/expressão já mencionadas em alguma parte do texto, perceptíveis na materialidade linguístico-enunciativa por alguma outra pista, seja pela pontuação, por parênteses, reticências, implícitos, silêncios (SE 5); a expansão consiste em reescrever o já dito através de expressão que o amplia, de modo a desenvolver, enumerar, generalizar o sentido do reescriturado; a condensação é o oposto da expansão, consistindo em uma concisão, uma síntese da

expressão retomada, sendo expressada em palavras como, por exemplo, “tudo”, “todos” (SE 11).

A reescrituração sinaliza a presença de um Locutor e sua relação com o dizer, funcionando, portanto, como marca da enunciação. Será tomada como procedimento enunciativo analítico porque é possível analisar a enunciação do gramático na língua, observando, nas materialidades linguístico-enunciativas recortadas, como designa e rediz essa língua e os efeitos de sentido que se desenvolvem.

CAPÍTULO 5

A NOÇÃO DE LÍNGUA EM ANÁLISE NA *GRAMÁTICA (1847)*

Este capítulo apresenta a análise e a interpretação das 36 SEs recortadas do acontecimento de enunciação *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847). É preciso ter em mente que essa gramática foi elaborada de um lugar social de enunciação (alocutor-gramático), agenciado pela conjuntura do período pós-independência, que demandava ações e produções comprometidas com a conformação dos Estados nacionais. Tomando os recortes, o trabalho analítico começa no plano da materialidade linguística (forma, enunciado), com a descrição de seu funcionamento, e vai para o plano enunciativo (sentido, enunciação), com a interpretação, considerando a noção do político e reconhecendo que, para chegar a este plano, é necessário partir daquele.

O gesto de interpretação se desenvolve em dois movimentos analíticos. O primeiro deles recai sobre a designação (categoria analítica) do nome da língua (SE 0), no título, da obra *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, e está exposto na seção 5.1. Já o segundo movimento acontece sobre as reescrituras (procedimentos analíticos) dessa designação no corpo da obra (SEs 1 a 35) e está apresentado na seção 5.2. Defendo que analisar a designação e as reescrituras do nome da língua, a partir da perspectiva semântico-enunciativa adotada, ajuda a compreender a noção de língua que perpassa a gramática em foco.

5.1 Designação do nome da língua e seus sentidos

Esta seção está dedicada à análise da designação do nome da língua na *Gramática* (1847), de Andrés Bello. Ela aparece pela primeira vez já no “enunciado-título” e, por isso, é o primeiro recorte, com a identificação **SE 0**.

SE 0 – Gramática de la **lengua castellana**, destinada al uso de los americanos (BELLO, 1847. Título).

Antes de analisar a designação, faz-se necessário compreender o título da obra e o nome dado à língua, sua significação linguístico-histórica. Para Guimarães (2018), o enunciado-título pode caracterizar-se por ser um enunciado nominal, que se forma de nome(s) ou de FN(s). Nesse caso, é constituído de três FNs, sendo uma delas estruturada por um nome genérico (*gramática*), e as demais, coordenadas, por especificações (*de la lengua castellana; destinada al uso de los americanos*). À primeira vista, é possível considerar que o título é o nome (próprio) da obra, ou seja, desse objeto no mundo. Em sendo assim, o título – o nome do texto – estabelecerá com ele uma relação “auto-referencial, pois indica o texto de que é título”. (GUIMARÃES, 2018, p. 133). Pode significar uma síntese, mas também pode expressar uma relação metonímica entre a parte (título) e o todo (obra). Nessa linha de interpretação, pode ser considerado um “enunciado-nome”.

Guimarães (2002), ao analisar o fato de dar um nome a uma criança, além de uma obrigação paterna, exigida pela lei, afirma que isso se faz do lugar da paternidade. Por analogia, permite pensar que atribuir um nome à gramática é colocar-se no lugar social da paternidade, da autoria, ou seja, o alocutor-gramático (pai, autor) batiza a obra, desde um ponto de vista de um enunciador-individual, em língua espanhola, no espaço enunciativo chileno, latino-americano. Ou ainda, através desse ato (aliado ao da assinatura da obra), tal sujeito se auto-insere no espaço de enunciação da história da gramática espanhola.

Olhando detalhadamente as partes constitutivas do enunciado-título, vê-se que as FNs são um nome próprio e um aposto. Ou seja, "*Gramática de la lengua castellana*" funciona como nome próprio da obra e "*destinada al uso de los americanos*" como aposto, uma especificação, da mesma forma como ocorre no enunciado "*Isabel, la católica*", em que há o nome próprio da mulher, da rainha (*Isabel*) e o aposto especificativo (*la católica*). Avançando o raciocínio sobre o título da pelo viés da SA, podemos considerar "*Gramática de la lengua castellana*", uma nomeação, e "*destinada al uso de los americanos*", uma designação. Se prosseguirmos com a analogia, com o enunciado sobre a rainha de Castela, tem-se que "*Isabel*" é a nomeação e "*la católica*" é a designação.

Essa compreensão é possível porque a designação significa algo na história, vinda depois da nomeação. O que dá esse caráter de especificação, singularização da *Gramática* (1847), enquanto algo na história em relação a outras gramáticas, é o que o aposto contém em seu sentido, que é a finalidade dela (o uso) e o público-alvo (os americanos). Diante disso, o nome próprio (nome da gramática) significa porque recebe atribuição de sentido na relação positiva, isto é, de sua designação.

A designação é que a torna única entre as gramáticas do espanhol, pois mostra algo que é só dela. Na história da gramática espanhola, não é algo comum haver uma designação que revela finalidade e destinatário, por meio de um aposto, no título. Nesse sentido, é possível identificar algo novo, diferente, nesse enunciado-título, que leva a pensar na *Gramática* (1847) como um acontecimento enunciativo. A diferença que constitui a especificidade dessa gramática como acontecimento enunciativo "é uma temporalidade de sentidos: um passado, um presente e um futuro. Nesta medida, o acontecimento não está no tempo, o acontecimento constitui sua temporalidade". (GUIMARÃES, 2018, p. 38). O histórico, tratado como acontecimento, por esse autor, está na relação: passado e presente com o futuro. A obra faz a diferença, de sua posição específica, na história da língua espanhola, que diz

respeito ao modo de designar diferente, próprio da relação norma-uso, representada na relação nome-aposto, nomeação-designação.

A nomeação da obra, com a presença do aposto na sua constituição morfossintática, revela que ela também contém sua designação, implicada nesse funcionamento enunciativo uma relação com a história. Respeitando essa formação, vou tomar o enunciado-título, ou seja, nome + designação, nome + significação. A designação da gramática interessa muito aqui, porque ela aporta a diferença que a obra vai trazer como um produto do conhecimento linguístico, a partir de sua publicação.

Para a SA, a designação se inscreve num acontecimento enunciativo, ou, nas palavras de Guimarães (2018, p. 171), “a constituição da designação se dá nos acontecimentos enunciativos e movimenta lugares de enunciação envolvidos, segundo uma dinâmica própria do funcionamento dos enunciados”. Mas, diante do título *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, proponho pensar a designação como acontecimento porque ambos se instauram simultaneamente nesse caso.

No interior da designação da obra, cabe observar a palavra “*americanos*”. A enunciação do título é feita por um alocutor-gramático, responsável por seu dizer, que agencia os alocutários-falantes americanos em seus destinatários, e estes integram uma coletividade. Quem faz parte do conjunto “*americanos*”? Essa pergunta é respondida no *Prólogo*, onde Andrés Bello especifica quem são eles, em: “No tengo la presuncion de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirigen a mis hermanos, los habitantes de Hispano-América”. (1847, p. X)¹⁸¹. Ou seja, “*americanos*” são “*los habitantes de Hispano-América*”, são seus irmãos de lugar de procedência e de LM. Esse enunciado declara algo comum entre Bello e os destinatários. Logo, a cena enunciativa se dá entre latino-americanos, sendo que “*americanos*” são “*latinoamericanos*”, na conjuntura sócio-histórica da conformação dos Estados nacionais.

¹⁸¹ Tradução feita na página 146.

Cabe pontuar que o gramático não promete fazer uma gramática do uso dos “*americanos*” nem é a representação da “praxis lingüística concreta” dos falantes como afirma Moré (2017, p. 59), mas se trata de apresentar um conjunto de regras – a norma – que aplicarão depois na comunicação. Ao dizer para que e para quem é a gramática fica implícito que os referidos destinatários não sabem usar gramaticalmente a língua espanhola (tomada como a LN) e necessitam de uma gramática para “saber usar”. Precisam saber uma língua mormatizada que venha a ser de uso de todos (normalizada). Isso permite pensar que usam a língua livremente e que ela apresenta variedades. Não são somente os falantes chilenos que teriam tal necessidade, mas os falantes das nações recém-independentes da Espanha, já que “*americanos*” abrange esse grupo de falantes.

Logo, o destinatário, representado pela palavra “*americanos*”, aponta que a *Gramática* (1847) é de abrangência transnacional, a pátria comum, a “*patria grande*”. Essa ideia vai se mostrar principalmente nas reescrituras da designação de “*lengua castellana*” no conjunto de enunciados recortados, quando ela é tomada metonimicamente (falante pela língua, espaço de enunciação pela língua). Além disso, possibilita entender que, ao dizer “*destinada al uso de los americanos*”, busca não relacionar com o Estado espanhol e com seus cidadãos. Ainda é preciso considerar que, na época da publicação da obra, a designação “*América/americanos*” era de uso corrente, conforme já foi desenvolvido na introdução, da Parte I.

Em síntese, o título se configura como a primeira enunciação de Bello enquanto gramático na obra, e o faz desde uma perspectiva individual (E). Esse enunciado abriga o nome e a designação da gramática bem como a designação do nome da língua. Então, uma parte do título é uma identificação de um objeto no mundo, no caso, a obra perante outras, e outra parte é sua designação, porque singulariza essa obra no mundo, na medida em que a diferencia das já existentes. O surgimento desse objeto no mundo ressoa e projeta sentidos, entre eles, a demonstração de realizações diferentes do

espanhol no continente e a posição de autoria de Andrés Bello. Ou seja, ao dizer, ao publicar, algo ocorre e significa.

A interpretação do título da obra como um nome que contém sua designação permite defender que é ali que a gramática se torna um acontecimento enunciativo. E isso vai sendo confirmado e reiterado no seu corpo com a forma de enunciar, de designar, de definir, de apresentar a língua e as partes do instrumento (sendo exemplos a forma de classificação das classes de palavras, vista na seção 2.3, e a (re) nomeação dos verbos, tratada na seção 2.2), de posicionar-se politicamente sobre a “*lengua castellana*”. O acontecimento enunciativo é pensado como o modo de designar diferente a gramática (como apresenta, como designa a norma e o uso), uma designação por especificação, em que: “*Gramática de la lengua castellana*” representaria a norma; e “*destinada al uso de los americanos*” representaria as variedades da língua no espaço latino-americano (uso). E porque há variação surge a necessidade da regra, da unidade, da norma. Tudo isso vai sinalizando a noção de língua que perpassa essa gramática, que se conforma na relação norma e uso, na relação língua e nação.

Ainda é necessário considerar como surgiu a nomenclatura dessa língua, a polêmica que suscita e como marcar posição diante desse conflito terminológico e designativo. A história das denominações “castelhano” e “espanhol” é marcada por controvérsias, que se deram e se dão no interior do mundo hispânico (Espanha e América Latina) e pouco fora dele. Conforme Alonso (1943), no século XVI, os dois nomes coexistiram, com predominância de *castellano* sobre *español*. Este teria surgido com caráter de neologismo frente a *castellano*, junto com a Espanha como Estado, como nação, no sentido mais atual, como Estado-Nação, como país, que descobriu outros territórios como foi o caso do continente americano. A nova palavra passa a ter sentido alargado e mais adequado à nova ordem político-social, a ideia de instrumento nacional, de “idioma de la nación”. (ALONSO, 1943, p. 18).

Para Andión (2006, p. 9), *español* é a denominação que atenderia a função necessária, assim como fariam o francês e o

italiano, por exemplo, na França e na Itália, outras nações europeias em constituição. Nas palavras da autora:

Si observamos comparativamente los dialectos del norte y el sur de España y si prestamos atención a la realidad americana de la lengua, la división de variedades internas es innegable, como consecuencia se precisa de una denominación supradialectal: español cumple perfectamente esa función¹⁸².

Diante disso, *castellano* teria um sentido local, regional, enquanto *español* teria âmbito nacional, internacional, representando, portanto, a língua da nação recém-unificada frente a outras nações e suas línguas nacionais. Conforme Alonso (1943, p. 88), o neologismo *español* passa a ser a denominação mais usada, impulsionada pela perspectiva internacional que abarca (ALONSO, 1943), embora o conflito nacional com a outra denominação continuasse: “Durante el siglo XVII, aunque castellano nunca es nombre abandonado, español es el más frecuente”¹⁸³. No mundo hispânico atual, a questão do nome da língua é uma questão linguística de menos debate do que em séculos anteriores, o que muito se deve à política linguística da Espanha sobre o mundo hispano.

Instaura-se uma polêmica terminológica, inscrita num processo histórico de cunho político e religioso uma vez que, conforme Andión (2006), os falantes nativos de espanhol sabem de que língua falam, suas características e onde se fala, mas a dificuldade está na forma de chamar essa língua, evidenciando a associação da língua à nacionalidade. Esse é o ponto de divergência.

Em função da conjuntura sócio-histórica e política da interlocução que aqui se estabelece, consideram-se *castellano* e

¹⁸² Tradução: Se observarmos comparativamente os dialetos do norte e do sul da Espanha e se prestarmos atenção à realidade americana da língua, a divisão de variedades internas é inegável, e, como consequência, precisa-se de uma denominação supradialetoal: espanhol cumpre perfeitamente essa função.

¹⁸³ Tradução: Durante o século XVII, ainda que castelhano nunca seja nome abandonado, espanhol é o mais frequente.

español como dois nomes para o mesmo objeto, uma língua. No entanto, há diferentes perspectivas semânticas e políticas que envolvem a história dessas nomeações e determinam seus usos, que precisam ser tocadas para compreender minimamente o tema. De onde procedem esses nomes? O que está escrito nos documentos políticos oficiais e reguladores da língua, como a RAE, as constituições latino-americanas e espanhola sobre esse assunto? Quais as razões da utilização de um ou de outro?

A palavra *castellano* vem do latim *castellanus*, *a*, *u* e significa “pertencente ao castelo”. Remete primeiramente ao habitante da região de Castela e, num segundo momento, à forma de falar nascida nesse lugar, a qual foi inicialmente denominada *romance castellano*, em que *castellano* funcionava como um adjetivo determinante do tipo de romance (nome da língua) falado na época, diferenciando-o de outros como o *romance leonés*, *romance aragonés*, *romance ovetense*, por exemplo, também utilizados. Mais tarde, foi denominada somente *castellano*, em que a palavra se transforma em substantivo, ou seja, no nome da língua. Em resumo, esse nome se origina da identificação com o reino de Castela e funciona como a designação do povo e da língua desse lugar. Alonso (1943, p. 11-2, grifo do autor) nos explica isso, fazendo uma analogia: “[...] así como hoy se habla del castellano de América o del español americano sin que por eso se sienta “americano” como nombre del idioma”¹⁸⁴. Ainda segundo o autor, a preponderância que o romance castelhano adquire frente aos outros romances se dá pelo cultivo literário e auge da cultura geral.

Conforme Lagares (2013, p. 385-388), o extenso espaço político da língua espanhola no mundo “começou a se constituir já no século XVI, com a expansão política dos reinos ibéricos” e deve ser compreendida “como produto de processos históricos de expansão política e/ou religiosa”, que se formou antes das outras línguas

¹⁸⁴ Tradução: [...] assim como hoje se fala de castelhano da América ou do espanhol americano sem que por isso se considere “americano” como o nome do idioma.

européias. Para o autor, a ideia do hispânico, como um produto da hibridação, é antiga:

O termo “Espanha” é formado a partir de uma série sucessiva de apagamentos, que começa pela identificação exclusiva entre um dos Estados constituídos na Península Ibérica e o nome que todo esse território havia recebido dos colonizadores romanos: *Hispania*. Além disso, na Idade Média, depois mesmo da formação do reino de Portugal, todos os habitantes eram denominados “espanhóis”. [...] Sem dúvida, a apropriação castelhana dos termos “Espanha” e “espanhol” explica-se pelo poder que adquirem, nos séculos XVI e XVII, os reinos de Castela e Aragão, sobretudo após a unificação ibérica, que acontece sob o comando de Castela. Nesse período histórico, as elites portuguesas são também bilíngues, o que permite entender que se identifique o castelhano como “língua vulgar da Espanha” [...]. (LAGARES, 2013, p. 391-2, grifos do autor).

Castellano é o nome mais antigo da língua, seu nome “real”, e remete à língua falada no antigo reino de Castela. Este se expandiu, originando, no século XV, em 1492, a Espanha, quando aconteceu sua unificação aos reinos de Leão, Navarra e Aragão, consequência do casamento de seus monarcas, Fernando II e Isabel I. O novo império requeria uma única língua e, em vista disso, no mesmo ano, a língua de Castela aparece sistematizada em uma gramática, a *Gramática castellana*, de Antonio de Nebrija, que viria a se tornar um acontecimento na história, por ser a primeira da língua espanhola e entre as primeiras dos vernáculos europeus.

No período da Reconquista (sécs. IX-XV), marcado pela recuperação dos territórios ocupados pelos muçulmanos, por parte desse novo império, a nação começou a se consolidar, sua língua foi adquirindo prestígio, até ser adotada em todo o território, como a língua do Estado unificado internamente e como símbolo diante dos Estados-Nação que se formavam. Foi nesse período histórico e político que surgiu a nomeação “*español*” para a língua, mas é um nome inventado e imposto pelo Estado que se formava. A partir disso, passou a significar como nome da língua. Já a palavra “*español*”, em si, vem de antes, do latim medieval “*hispaniolus*”, de “*Hispania*” e se incorpora à língua através do provençal espanhol.

Segundo Alonso (1943, p. 25), o espanhol era “el idioma como instrumento de la nación y, en cierto modo como su símbolo, y visto en parangón con los otros idiomas nacionales”¹⁸⁵.

Rosa (2006), em sua análise semântica das duas palavras, considera *español* e *castellano*, como palavras monossêmica e polissêmica, respectivamente. Ou seja, a primeira nunca resulta ambígua; já a segunda sim, pois é o nome próprio da língua e de uma de suas variedades dialetais de uma determinada região da Espanha, Castela e zonas próximas. A autora também chama a atenção para a forma escrita do nome da língua. Raciocina dizendo que a língua deve ser chamada por seu nome, que, no seu entender, é um nome próprio, e, em acordo com as regras ortográficas vigentes, deveria ser escrito com letra inicial maiúscula, atitude que raramente é tomada pelo falante. Assim se manifesta: “El nombre propio es individualizador y designante, y con eso basta. [...] Lo que distingue al nombre propio del común no es su origen ni sus condicionamientos, que existen sin duda, sino su carácter, insisto, individualizador”. (ROSA, 2006, p. 140)¹⁸⁶.

A RAE, fundada no século XVIII (1713), usou primeiramente a denominação *castellano* para referir-se à língua nacional, com a justificativa de que “en Castilla se formó y porque en Castilla es donde, por lo general, se habla mejor”. (ALONSO, 1943, p. 91)¹⁸⁷. Há, portanto, uma ressignificação do nome centrada em dois critérios: o berço e o modelo. A instituição passa a publicar gramáticas e dicionários (*Diccionario de la lengua castellana* (1726-1739), o *Diccionario de autoridades* é o primeiro),

¹⁸⁵ Tradução: O idioma como instrumento da nação e, em certa medida, como símbolo dela, e visto em comparação com outros idiomas nacionais.

¹⁸⁶ Tradução: O nome próprio é individualizador e designante e isso basta. [...] O que distingue o nome próprio do comum não é sua origem nem seus condicionamentos, que existem sem dúvida, mas sim seu caráter, insisto, individualizador.

¹⁸⁷ Tradução: em Castela se formou e porque, em Castela, é onde, geralmente, se fala melhor.

principalmente, fazendo uso dessa nomeação, que ganha força novamente frente a *español*.

Para o filólogo espanhol, a preferência por *castellano* se baseia no ideal de “uso cortesano de la lengua”, em que é concebida como um instrumento concluído e pronto, sendo o período em que teria alcançado a perfeição o Século de Ouro. Isso não é um fato isolado, uma vez que “ésta es la doctrina ortodoxa académica que en el siglo XVIII orienta concordemente los intentos normativos en Francia, en España y en Italia”. (ALONSO, 1943, p. 94)¹⁸⁸.

O vulgo corromperia a língua com seus usos e a missão da Academia seria conter essa corrupção, entre elas, os estrangeirismos, como o galicismo, adotando, como política linguística, o purismo, refletido também em seu lema: “*Limpia, fija y da esplendor*”. Essa instituição começa a recomendar que o falante imite a língua modelo, a do período da sua perfeição, ou seja, o Século de Ouro da literatura espanhola. Esse ideal de língua foi seguido por Andrés Bello e ressoa não somente na *Gramática* (1847), como poderemos ver mais adiante.

As obras da RAE, publicadas no século XVIII, seguem nomeando a língua por *lengua castellana*. Isso se modificou significativamente no século XX, na 32ª edição da gramática, que, no título, passou a chamar a língua de *española*: *Gramática de la lengua española* (1924). Na atualidade, a RAE aceita as duas nomeações, recomendando que *castellano* seja reservado à língua do antigo reino de Castela e *español* às demais situações.

Espanha teve até o momento sete constituições¹⁸⁹, sendo algumas conservadoras, outras progressistas, mas faço referência, neste estudo, à de 1931, artigo 4º e à atual, de 1978, artigo 3º. Ambas determinam o *castellano* como o idioma oficial da Espanha, sendo a primeira como o idioma da República, e a outra como o idioma

¹⁸⁸ Tradução: Esta é a doutrina ortodoxa académica que, no século XVIII, orienta conforme às tentativas normativas na França, Espanha e Itália.

¹⁸⁹ Todas as constituições espanholas estão acessíveis em:

http://www.congreso.es/portal/page/portal/Congreso/Congreso/Hist_Normas/ConstEsp1812_1978

oficial do Estado. Também na constituição de 1978, apresentada após a ditadura franquista, há o reconhecimento de outras línguas como também oficiais em suas respectivas comunidades autônomas (vasco, catalão e galego). Houve reações às essas duas constituições no que diz respeito à determinação da língua nacional.

Hoje, embora algumas constituições não o nomeiem como “espanhol”, em seus textos, ele é a língua oficial de 21 países (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela), é a quarta língua mais falada do mundo (534.335.730 total de falantes) e a segunda pelo número de falantes nativos (460.093.030), segundo dados de pesquisa do Ipol (Instituto de Investivação e Desenvolvimento de Política Linguística – SC – Brasil), de 2020.

Quanto à utilização de um nome ou outro na comunidade de falantes da língua, Andiön (2006) aponta algumas preferências de uso: há os que consideram as palavras sinônimas, utilizando as duas; outros que preferem *español*, de uso mais moderno e internacional; no âmbito do ensino de línguas (como estrangeira, segunda, adicional) é unânime a preferência por *español*; nas comunidades autônomas da Espanha, por exemplo, os falantes bilíngues preferem chamar a língua oficial do Estado de *castellano* porque entendem que *español* inclui outras línguas e variedades como o vasco, o catalão, o galego, as quais são cooficiais nessas regiões; na América Latina, alternam-se os dois nomes para a língua¹⁹⁰, por diferentes motivos, entre eles: o uso de *castellano* se daria para evitar a subordinação cultural ao Estado espanhol; já o uso de *español* se faria para manter viva a responsabilidade da Espanha na conquista do continente americano. Ou seja, o nome

¹⁹⁰ O estudo feito por Rojas (2012) ilustra essa questão. Ele detectou a propensão dos chilenos em relação aos nomes usados para a língua. Os resultados mostraram que as denominações *español* (50,5%) e *castellano* (47,8%) são as mais usadas pelos falantes entre outras formas, o que reitera a alternância consciente dos usos.

español carrega o estigma da época colonial, que alguns falantes querem ou não fazer ressoar. A autora sintetiza, afirmando que:

Ahora bien, en cuanto al uso de los hablantes, puede denominársele como se quiera, ya sea español o castellano, pero quienes utilicen este último término se están refiriendo al concepto de 'español' (siempre y cuando no hagan alusión exclusiva al dialecto histórico o a la variedad propia de Castilla)¹⁹¹. (ANDIÓN, 2006, p. 20, grifo da autora).

Rosa (2006, p. 146), por sua vez, orienta que “vale, en función del contexto y los interlocutores, alternar español, castellano, lengua española o lengua castellana, pero oficialmente nuestro común idioma tendría que llamarse español o lengua española”¹⁹². Já, para Alonso (1943, p. 102-3, grifo do autor), “español designa nuestra lengua general, aunque las demás regionales sean también españolas [...] el nombre castellano lleva dentro de sí el de español ('español de Castilla')”¹⁹³.

Rosa (2006) tem razão em parte, quando afirma que, para os estrangeiros, as expressões “*castellano*”, “*lengua castellana*” não dizem nada, ao passo que “*español*”, “*lengua española*” sim. Quem vive em um Estado brasileiro fronteiriço, como o Rio Grande do Sul (RS), que faz divisa com Uruguai e Argentina, não concorda totalmente com essa ideia porque, nesse lugar, é comum os gaúchos se referirem a esses vizinhos como “castelhanos”.

Sturza (2006, p. 130), em seu estudo sobre as línguas da fronteira do Brasil com o Uruguai, explica que, nesse espaço de enunciação, “castelhano” é um modo de designar dos próprios

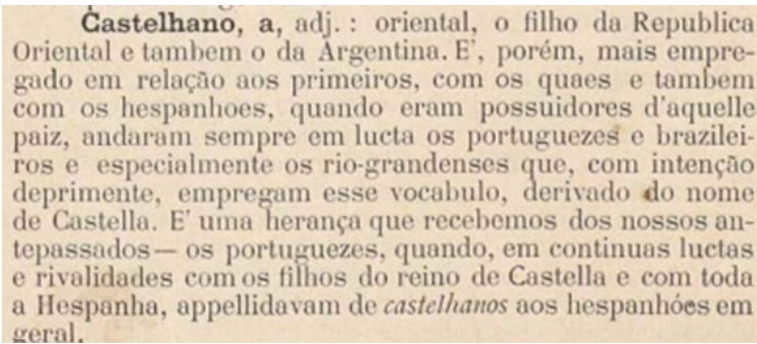
¹⁹¹ Tradução: Contudo, quanto ao uso dos falantes, pode-se denominá-lo como se quer, seja espanhol ou seja castelhano, mas quem utilizar este último termo está se referindo ao conceito de 'espanhol' (sempre e quando não faça alusão exclusiva ao dialeto histórico ou à variedade própria de Castela).

¹⁹² Tradução: vale, em função do contexto e dos interlocutores, alternar espanhol, castelhano, língua espanhola ou língua castelhana, porém, oficialmente, nosso idioma comum teria que se chamar espanhol ou língua espanhola.

¹⁹³ Tradução: espanhol designa nossa língua geral, embora as demais línguas regionais sejam também espanholas [...] o nome castelhano contém dentro de si o nome espanhol ('espanhol de Castela').

falantes: “Castelhano é sabidamente uma designação que os sul-rio-grandenses atribuem tanto para a procedência, ou seja, para identificar uruguaios e argentinos indistintamente, como também por ser um sinônimo de espanhol, da língua falada por eles [...]”. Segundo a autora, ao dizer “castelhano” ou “castelhanos” estariam se referindo aos indivíduos do outro lado da fronteira brasileira, significando também o inimigo.

Em consonância com Sturza (20016), compreendo que o **Vocabulário sul-rio-grandense**, de Romaguera Córrea (1898, p. 6), traz, no verbete “castelhano”, um exemplo dos sentidos que essa palavra ganha nesse “Espaço de Enunciação Fronteiriço¹⁹⁴”:



Castelhano, a, adj. : oriental, o filho da Republica Oriental e tambem o da Argentina. E', porém, mais empregado em relação aos primeiros, com os quaes e tambem com os hespanhoes, quando eram possuidores d'aquelle paiz, andaram sempre em lucta os portuguezes e brasileiros e especialmente os rio-grandenses que, com intenção deprimente, empregam esse vocabulo, derivado do nome de Castella. E' uma herança que recebemos dos nossos antepassados — os portuguezes, quando, em continuas luctas e rivalidades com os filhos do reino de Castella e com toda a Hespanha, appellidavam de *castelhanos* aos hespanhões em geral.

A definição construída na articulação com “espanhol” retrata a circulação dos dois sentidos na enunciação do português do RS e reflete “memórias de litígio” e também de identidade nacional. Segundo Sturza (2006, p. 131),

A definição do verbete é uma síntese histórica não da palavra, mas da sua memória. Embora mantenha uma relação com o passado europeu, o uso de “Castelhano” como sinônimo de Espanhol é bem mais para marcar as

¹⁹⁴ Conceito cunhado por Sturza (2006, p. 74), em sua tese doutoral, e assim definido: “é um espaço constituído por um conjunto de línguas, no qual se inclui o cruzamento de línguas. E o cruzamento é significado de dois modos: pela presença concomitante das duas línguas nacionais, em um mesmo enunciado, ou pelo resultado da mistura dessas línguas que se materializa em uma outra prática linguística”.

nacionalidades portuguesa e espanhola na América. Nesse sentido, “Castelhano” não remete ao nome original do vernáculo romance que se oficializou como língua de um país. Nas fronteiras persistiu o sentido político da nacionalidade.

Para sintetizar esse percurso sobre as duas palavras que se tornaram nomeações e designações da língua, pode-se afirmar que *español* é uma nomeação que faz alusão ao nome do país Espanha, nome “fictício” da língua criado pelo Estado. Portanto, é nome político, internacional da língua já *castellano* é o seu nome histórico, seu nome original, diretamente relacionado ao seu berço, Castela. No mundo hispânico atual, estão em funcionamento os dois pares de nomes “*español/lengua española*” e “*castellano/lengua castellana*”, sendo este menos frequente do que aquele, no espaço global. Em sendo uma pesquisadora estrangeira, me utilizo aqui do nome *español/lengua española*, já que, no âmbito internacional, a nomeação é essa. Na posição materialista de entendimento da enunciação em que este estudo se insere, o uso de um nome ou de outro configura uma posição política sobre a língua.

Feitas as considerações em torno do título da obra em foco e da história das denominações da língua, analiso a construção enunciativa da designação do nome da língua na SE 0: “*lengua castellana*”. Essa sequência norteia a separação das demais SEs para análise, ao remeter para suas reescrituras. Seguindo a metodologia de Guimarães (2003, p. 25-26), primeiramente faço a descrição linguística de seu funcionamento e depois a compreensão do sentido. O segmento enunciativo destacado é a designação do nome da língua em sua forma analítica (“*castellano*” é a sua forma sintética), e ela se encontra no interior de um enunciado maior que é o título do texto, ou seja, a nomeação da gramática (enquanto livro, texto), que comporta uma designação de língua e também uma designação da gramática.

A designação apresenta-se em uma FN, composta por justaposição, pelo nome genérico “*lengua*”, que é caracterizado pelo adjetivo “*castellana*”, de modo que tal constituição morfossintática assegura uma relação de determinado-determinante,

respectivamente. A descrição das características gráficas da capa da *Gramática* (1847), conforme a Figura 8, mostra que se apresenta em tamanho grande, em preto e branco, com letra diferente das demais partes do título (negrito, letra menor, maior). O modo de grafar o título provoca um efeito de sentido que deixa à mostra uma hierarquia entre os sintagmas componentes desse enunciado, onde o que está em negrito se destaca entre os demais, independentemente do fato de ter sido o gramático ou o editor o responsável por essa apresentação (não localizei o manuscrito da capa/contracapa, o que impede a responsabilização).

Na cena enunciativa produzida pelo agenciamento enunciativo, a designação é dita por um Locutor (L), agenciado a enunciar em língua espanhola, do lugar social de enunciação que é o de alocutor-gramático, para um alocutário plural, coletivo, “*los americanos*”, em um espaço de enunciação que é o início do século XIX, marcado pela independência recente das nações latino-americanas da Espanha. O L que enuncia a SE 0 designa a língua, e essa designação implica em uma tomada de posição diante dessa língua, que não é livre, é fruto do agenciamento a que o falante está exposto.

Sua enunciação é individual (E), mas está tomada por uma temporalidade que recorta como memorável a língua falada na região de Castela, na Espanha. Nessa interpretação, o gramático não dá um nome à língua pela primeira vez, porque ela já tinha esse nome antes do surgimento da *Gramática* (1847), porém, ao repetir, a designação significa diferente. Mas o que poderia explicar a adoção de “*lengua castellana*” na obra? Na visão da Semântica da Enunciação (BENVENISTE, 1958), é sua condição de falante, e, na da SA, é o agenciamento enunciativo.

Há uma sobreposição de lugar social de enunciação. Em primeiro lugar, Bello fala em/sobre a *lengua castellana* e não em/sobre outra língua. O L, que assina como Andrés Bello, toma a palavra e designa a língua da sua condição inicial, da sua relação primeira com a língua, que é a de homem falando no mundo. (BENVENISTE, 1958). Isso quer dizer que, desde o lugar social de enunciação (al-x) que é o de falante nativo de espanhol, constituído

pela relação com o espaço de enunciação latino-americano, expressa-se em sua LM.

Em segundo lugar, é agenciado a designar a língua, desde o lugar social de gramático, em um instrumento linguístico alinhado ao um projeto político e cultural dos novos Estados nacionais latino-americanos, sobretudo ao chileno, que lhe exige uma tomada de posição sobre a língua nacional e oficial, sobre o nome dessa língua, a qual se identifica com a língua falada no reino de Castela, com a designação dada no momento.

O gramático adota a língua de dominância no espaço de enunciação em que está inserido. Essa é uma ideia concluída a partir da observação das relações das línguas em funcionamento no momento na América Latina. Guimarães (2018) fez uma análise das relações entre línguas (portuguesa e indígenas) e falantes na história do Brasil e verificou que tais relações eram políticas, litigiosas naquele espaço de enunciação. Ele observou uma situação de certa dominância das línguas indígenas, inicialmente, sobre a língua portuguesa, porque tinham maior quantidade de falantes, e depois o inverso.

Fazendo uma analogia com a situação das línguas nos países da América Latina, de língua espanhola, há algo semelhante. Por exemplo, no caso da obra em análise, o falante enuncia do lugar social de gramático, num espaço de distribuição de línguas (espanhola e indígenas), cada uma com seus falantes e influências. Esse L diz num momento da história em que a língua espanhola inverte a situação original (em que as línguas indígenas dominaram a língua espanhola no espaço de enunciação chileno, venezuelano e da maior parte da América Latina, devido ao maior número de falantes), ou seja, passa a prevalecer sobre as indígenas, pois se torna a língua oficial. Esse fato vai confirmando que o espaço de enunciação distribui as línguas de modo desigual, que ele é político e que os falantes são afetados pelas línguas.

Diante disso, tudo o que é dito está de acordo com um agenciamento enunciativo específico e o texto, ao ser escrito, é tomado por um determinado espaço de enunciação. Neste sentido,

um texto trará “as línguas” que o espaço de enunciação mobilizar”. (GUIMARÃES, 2012, p. 173, grifo do autor). No caso do texto da *Gramática* (1847), o alocutor-gramático enuncia na língua dominante naquele período no continente, na língua oficial e nacional do(s) país(es) e que também é a sua língua materna enquanto alocutor-falante: a língua castelhana, sendo este o nome que mais predominava para essa língua, naquela época, seguindo a tradição gramatical, como vimos na seção 2.3.

O conflito na forma de designar o nome da língua na obra não é o único. As análises das reescriturações desenvolvidas na seção 5.2 vão mostrar que há outros conflitos envolvendo a divisão entre línguas e dentro da própria língua a ser normatizada, como, nos casos: o embate entre o espanhol e os estrangeirismos do francês, do inglês e do latim (há exemplos no discurso do *Prólogo*, nas notas de rodapé, no corpo gramatical e em outros textos de Bello); a relação conflitiva dentro da língua espanhola, entre a variedade da “gente educada” e a da “gente ignorante” e entre a norma estabilizada e a emergente, restauradora. O espaço de enunciação em que esse discurso gramatical se produz é múltiplo porque há línguas em relação e há uma língua que se subdivide desigualmente. O discurso gramatical em foco se fecha para as línguas indígenas, ao não dizer nelas ou sobre elas. Devido as minhas limitações sobre as línguas indígenas da América Latina, localizei apenas uma palavra na *Gramática* (1847), *tlascalteca* (p. 4, capítulo I – *Estructura material de las palabras*), que é citada em uma passagem sobre as consoantes líquidas.

O gramático Bello é determinado pela designação “*lengua castellana/castellano*” descartando, logo na apresentação de sua obra, outra possível, “*lengua española/español*”, marcando seu posicionamento sobre essa questão linguística polêmica. Ele designou a língua em que/sobre a qual enuncia “*lengua castellana*” e manteve essa designação no corpo da obra e nas edições posteriores do texto, variando apenas para a forma sintética “*castellano*”, de modo que, nesse aspecto, não há flutuação

terminológica. Isso resulta num indício de que não considerava as designações como sinônimas. Ele reconhece “*española*”, nas *Nociones Preliminares*, como outra designação possível, fazendo apenas uma menção a ela. Apresenta-a entre parênteses e a caracteriza como “menos apropriada”, conforme a SE 16.

A questão da nomeação da língua nacional na América Latina está relacionada ao processo de independência. Usar *castellano* e não *español* como nome da língua é uma forma de se distanciar do nome do Estado espanhol, colonizador, além de manter o nome original da língua (Castela). Nesse sentido, estabelece-se uma relação de pertencimento a uma nação de falantes de castelhano e não de pertencer a um Estado, no caso, o Estado espanhol. O gramático Bello, estrategicamente, usa *castellano* para não produzir o efeito de identificação com a língua do Estado (espanhol), e sim da nação de falantes (Castela). Nesse caso, a nação é compreendida conforme seu conceito inicial (conjunto de compatriotas latinoamericanos) e não conforme o significado político que ganha pós-Revolução Francesa.

O historiador Hobsbawm (1990), na obra **Nações e nacionalismos desde 1780**, ajuda a compreender os sentidos da palavra “nação”. Ele inicia suas reflexões sobre o tema a partir da definição, feita pelo DLE, o dicionário da RAE. Segundo o autor (1990, p. 28), nesse dicionário, a inclusão da palavra ocorre na edição de 1884, mas a “versão final de nação” não é encontrada antes de 1925, quando é conceituada como “a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e, em geral, falam a mesma língua e possuem uma tradição comum”. O autor conclui que, a palavra, no seu sentido moderno, é muito recente e é político, “‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBSBAWM, 2004, p. 31, grifo do autor).

Seguindo a teoria de Guimarães (2002), na designação “*lengua castelhana*” opera o memorável da origem da língua, a língua do antigo reino de Castela. Ao mencionar “*española*”, faz funcionar a língua do Estado colonizador, de modo que “língua espanhola” é

parte da história de “língua castelhana”. Ciente disso, o alocutor-gramático sentiu necessidade de fazer alusão as duas designações do nome da língua na primeira página das “*Nociones preliminares*” da *Gramática* (1847), sustentando a primeira.

No papel de gramático, Bello não é o primeiro a “descrever e instrumentar” (AUROUX, 2014, p. 65,) essa língua em uma gramática, o que significa que escreve a *Gramática* (1847) numa história de enunciações que “direcionam” sua tomada de posição diante da designação do nome da língua e de outras questões. Esse posicionamento não é livre, confirmando que o sujeito não é o centro, deixando emergir outras posições de gramáticos de tempos anteriores e/ou concomitantes que já a designavam dessa forma, com os quais pode se identificar ou não.

A designação assumida por Bello acompanha as designações da língua presente em gramáticas anteriores, como a de Nebrija, a de Salvá e as da RAE (recordemos que essa instituição passou a chamar a língua de *Lengua Española*, só depois de 1924, conforme já abordado na seção 2.3).

. Esses acontecimentos anteriores que se presentificam na SE 0 revelam uma continuidade do pensamento bellista com a tradição gramatical espanhola, que, conforme Alonso (1943), via, no uso da língua na corte de Castela e região, como o melhor e como a origem. Esse uso teria alcançado a “perfeição” ou a completude no Século de Ouro, principalmente, no seu registro escrito literário. Novamente, é possível ver operando o retorno do passado. Além disso, faz uso da designação habitual e oficial no contexto histórico do séc. XIX, evitando variações designativas de cunho separatista como “*lengua española*”, “*español americano*”, “*español de América*”, “*lengua hispanoamericana*”. Logo, apoiar-se na designação do nome histórico (do reino de Castela) e não na designação política da língua (do Estado espanhol) é menos polêmico.

Por fim, a adoção da designação *lengua castellana*, articulada à designação da gramática, parece sinalizar uma necessidade dos “*americanos*”. Considerando isso, de que careciam? Saber a língua? Por que não sabiam? Não havia meio de saber? Para que

precisavam saber/instruir-se? A designação remete para a utilidade da língua como meio de comunicação e, por consequência, da utilidade da *Gramática* (1847), como um instrumento linguístico, uma ferramenta disponível aos Estados Nacionais em suas políticas linguísticas, e, nessa posição, ela serviria para suprir essas necessidades locais, conforme revela o discurso gramatical nas *Nociones Preliminares* já citado na seção 3.1.

Em síntese, após a análise da SE 0, é possível compreender a designação do nome da língua, resumida no Quadro 7. Ela é enunciada em uma FN, no enunciado-título, desde o lugar de enunciação de alocutor-gramático, cujos efeitos de sentido da designação nesse enunciado são: a língua castelhana remete à falada no reino de Castela, numa relação de identificação com a nação, no sentido primeiro, ou seja, enquanto grupo de seus falantes e lugar de onde ela veio; a língua castelhana é a língua nacional das jovens nações independentes da Espanha, por isso, domina o espaço de enunciação; a língua castelhana é a língua a ser sistematizada na gramática para ser usada pelos latino-americanos como meio de exercer a cidadania. Esse último sentido de língua como algo a ser organizado, posto em ordem, em regra para ser aprendida pelos falantes, os quais, a partir disso, seriam mais bem-sucedidos, e, conseqüentemente, a sociedade de que fazem parte, é uma ideia afim ao positivismo do século XIX. Tudo isso reitera a compreensão da designação, por Guimarães (2002), que remete à significação de um nome na língua e na história, em relação com outros nomes.

Quadro 7 – Designação do nome da língua

| SE | Enunciado | Lugar social de dizer (al-x) | Lugar de dizer (E) | Forma | Sentidos |
|----|-----------|--------------------------------------|--------------------|------------------------------|--|
| 0 | Título | al-gramático al-falante nativo | E individual | <i>lengua castellana</i> | língua do reino de Castela língua nacional língua a ser sistematizada língua a ser aprendida – língua como instrumento |

Fonte: Autora.

5.2 Reescrituras de *lengua castellana* e seus sentidos

Nesta seção, apresento 35 SEs, que podem ser articuladas à SE 0, buscando, inicialmente, apontar e descrever as formas linguísticas através das quais a designação “*lengua castellana*” (SE 0) é reescriturada e, após, atribuir os sentidos que evocam, considerando sua relação com o agenciamento enunciativo do falante. A subseção 5.2.1 tratará das reescriturações da língua no referente ao gesto político 1, e a 5.2.2 examinará as reescriturações da língua no tocante ao gesto político 2.

5.2.1 Reescriturações da designação do nome da língua pelo gesto político 1

Esse conjunto traz os recortes de enunciados pelo gesto político 1, que se dá entre a norma da língua estabilizada (RAE e outros gramáticos) e a proposta de Andrés Bello, ocasionando modos de funcionamento semântico específicos. São 14 SEs (reunidas no Apêndice C¹⁹⁵), que redizem “*lengua castellana*”, na relação entre o que Bello propõe e o que já existe de norma na

¹⁹⁵ Nas SEs e no Apêndice C, os destaques em negrito são meus, e os em itálico são do gramático.

língua espanhola. Isso gera um conflito, da ordem do político, que o percurso descritivo e analítico das SEs vai mostrando, sendo que as reescrituras serão analisadas, considerando a referida disputa.

SE 1 – Aunque en esta *Gramática* he procurado no desviarme de la nomenclatura i explicaciones usuales, hay puntos en que me ha parecido que las prácticas de **la lengua castellana** podían representarse de un modo mas completo o mas simple. Lectores habrá que califiquen de caprichosas las alteraciones que en esos puntos he introducido, o que las imputen a una pretension extravagante de decir cosas nuevas; las razones que alego probarán, a lo menos, que no las he adoptado sino despues de un maduro exámen. (BELLO, 1847, p. V. *Prólogo*).

Na **SE 1**, a designação do nome da língua (SE 0) está reescriturada na FN “*lengua castellana*” pelo modo de repetição, e o sentido é de sinonímia em um enunciado em que a cena enunciativa apresenta um Locutor (L) que fala em língua espanhola do lugar do alocutor-gramático (al-x), enquanto alguém especializado na língua. Este mobiliza um enunciador individual (materializado nas formas linguísticas de 1ª pessoa do singular “*he procurado desviarme*”, “*me ha parecido*”, “*alego*”, “*he introducido*”, “*he adoptado*”) para tratar de justificar a nova nomenclatura e explicações (referência ao sistema verbal, classificação das palavras, ortografia, gramática particular, entre outros aspectos já apontados nos Capítulos 2 e 3) que dá em sua gramática em relação a outras. O enunciado está articulado a outros, que desenvolvem a ideia e mostram um enunciador (E) que se responsabiliza sozinho pelo que diz sobre a língua.

Repete a forma “*lengua castellana*” do título, reforçando que a língua deve ser assim designada pelos seus falantes e não de outro modo. Repetir a designação reafirma a ideia da manutenção do elemento de unidade entre as nações que a falam. Há diferenças, como mostra o uso, mas isso não deve romper o vínculo linguístico que também é identitário porque o instrumento linguístico trabalha nesse âmbito.

SE 2 – **El habla** de un pueblo **es un sistema artificial de signos**, que bajo muchos respectos se diferencia de los otros sistemas de la misma especie; de que se sigue que **cada lengua** tiene **su teoría particular, su gramática**. No debemos pues aplicar indistintamente a **un idioma** los principios, los términos, las analogías en que se resumen bien o mal las prácticas de otro. Esa misma palabra *idioma* (*a*) está diciendo que **cada lengua** tiene **su** genio, **su** fisonomía, **sus** jiros; i mal desempeñaría su oficio el gramático que explicando **la suya** se limitara a lo que **ella** tuviese de comun con otra, (o todavía peor) que supusiera semejanzas donde no hubiese mas que diferencias, i diferencias importantes, radicales. Una cosa es la gramática general, i otra la gramática de **un idioma dado**: una cosa comparar entre sí dos idiomas, i otra considerar **un idioma** como es en sí mismo. ¿Se trata, por ejemplo, de la conjugación del verbo castellano? Es preciso enumerar las formas que toma, i los significados i usos de cada forma, como si no hubiese en el mundo **otra lengua** que **la castellana**; posición forzada respecto del niño, a quien se exponen las reglas de **la sola lengua** que está a su alcance, **la lengua nativa**. Este es el punto de vista en que he procurado colocarme, i en el que ruego a las personas inteligentes, a cuyo juicio someto mi trabajo, que procuren tambien colocarse, descartando, sobre todo, las reminiscencias del idioma latino. (BELLO, 1847, p. VI. *Prólogo. (a) En griego propiedad; índole; costumbres propias*).

Na SE 2, “*lengua castellana*” se reescritura muitas vezes e de diferentes formas e sentidos. As retomadas, a princípio, revelam modos enunciativos de substituição e repetição que vão do geral ao específico, predominantemente em FNs, cujos núcleos são os nomes “*lengua*” e “*idioma*”, os quais parecem ser tomados um pelo outro pelo Locutor. Primeiramente, ocorrem duas reescrituras, sendo uma por substituição metonímica, com sentido de especificação em “*habla*”, e a outra por definição marcada na forma verbal “*es*”. O resultado seria “*habla = sistema artificial de signos = lengua castellana*”. Depois, ocorre “*cada lengua*”, redizendo por substituição especificadora “*lengua castellana*” e aquela é substituída anaforicamente por “*su*” (2x).

Ao redizer desse modo, o L apresenta o conceito de língua, desde o lugar do filólogo, por meio de um E individual. A definição se constitui no lugar ocupado entre o gramatical e o linguístico porque está numa gramática, um instrumento linguístico normativo. O fato de compreender a língua como uma

construção social (produto não natural), de caráter sistêmico e cultural permite pensar numa relação de aproximação do pensamento do gramático com saberes próprios de uma ciência futura, a Linguística. Essas ideias modernas de língua para os estudos linguísticos da época se projetaram, revelando mais que uma atitude de gramático, mas a atitude científica, remetendo seu pensamento, à visão estruturalista da língua, especificamente a defendida por Saussure, no **Curso de linguística geral** (1916). A postura filológica de Bello se apresenta também na SE 6, mas mais alinhada aos estudos comparatistas do seu tempo.

Saussure (2012) compreende a língua como um conjunto/um sistema de convenções e um produto social, que evolui, sessenta e nove anos mais tarde. Recordemos algumas definições de língua nessa obra:

É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos; [...] é um todo por si e um princípio de classificação (p. 43);

[...] é de natureza homogênea; constitui-se de um sistema de signos em que, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e em que as duas partes do signo são igualmente psíquicas (p. 46);

[...] constitui uma instituição social; [...] é um sistema de signos que exprimem ideias (p. 47);

[...] é um sistema que conhece somente sua própria ordem (p. 55);

[...] é produto social depositado no cérebro de cada um [...] (p. 57).

Logo, seria possível dizer que há uma concepção de língua nessa parte da SE 2 que guarda relação com uma definição estruturalista, por fazer referência à noção de “sistema” e sua especificação “artificial de signos” que é basilar no pensamento estruturalista saussuriano.

A seguir, vemos que “*lengua castellana*” aparece reescriturada por “*un idioma*”, “*idioma*”, “*cada lengua*”, “*su, su, sus*”, “*la suya*”, “*ella*”, “*un idioma dado*”, “*otra lengua*”, “*la castellana*”, “*la sola lengua*” e “*la lengua nativa*”.

Analisando as FNs “*un idioma*” (2x), “*cada lengua*” e “*un idioma dado*”, é possível identificar um sentido distributivo aportado pelos elementos “*cada*” (pronome indefinido), “*un*” (pronome indefinido) e “*dado*” (adjetivo) aos nomes-núcleos das formas em que estão articulados, principalmente, se observados em correlação com o elemento “*otro/a*” (pronome indefinido). Nessa linha de raciocínio, tem-se: “*lengua castellana*” é uma língua entre outras línguas, um elemento particular do conjunto das línguas do mundo, com características próprias. Diante disso, essas FNs reescrevem “*lengua castellana*”, da SE 0, por substituição com sentido de especificação. Por exemplo, o adjetivo “*dado*” significa “estabelecido, determinado”, remetendo à particularização, que será explicitada, de forma catafórica, em “*verbo castellano*”, “*otra lengua que la castellana*”, no final da SE 2.

A FN “*cada lengua*” é reescrita por substituição anafórica pelos adjetivos possessivos “*su/sus*”, “*la suya*”, “*la suya*” (especificação) e “*ella*” (sinonímia). Se “*cada lengua*” substitui “*lengua castellana*”, logo todas as retomadas de “*cada lengua*” são também retomadas de “*lengua castellana*”.

Depois, “*lengua castellana*” é reescrita por repetição por redução duas vezes, em “*otra lengua que la castellana*” e “*la sola lengua*”, sendo que, na primeira, não está a palavra “*lengua*” e, na segunda, a palavra “*castellana*”. O sentido desse funcionamento é de sinonímia. Também é preciso observar a FN “*la lengua nativa*”, materializada em um enunciado que se configura em um aposto. A gramática atribui ao aposto, que é isolado por sinais (vírgula como é o caso e do título, parênteses como ocorre na SE 16, travessão), sentidos de acréscimo a uma outra palavra ou expressão, seja explicando-a, seja restringindo-a, seja qualificando-a. Nessa situação em particular, o enunciado apositivo, formado por um nome-núcleo (*lengua*) e outras duas palavras especificadoras (*la*, determinante definido, e *nativa*, adjetivo), que estão em uma relação de articulação por dependência, reescreve por substituição especificadora (ou por condensação) o enunciado anterior. Ou seja,

a língua que está ao alcance da criança citada no enunciado é "*lengua castellana*", sua língua nativa (materna).

Na SE 2, a dinâmica da enunciação mostra o falante do enunciado dividido. Na primeira parcela da SE (dois primeiros enunciados), o L Bello toma a palavra como alocutor-filólogo. Depois, fala como alocutor-gramático até o final. Em um primeiro momento, esse alocutor se apresenta via um E individual; depois mobiliza um E coletivo, o grupo de gramáticos, evidenciado pela 1ª pessoa do plural na forma linguística "*no debemos*", que o inclui nesse grupo; e termina como um E individual, reconhecido pela 1ª pessoa do singular, nas formas "*he procurado colocarme, ruego, someto mi trabajo*". O L estrategicamente se serve de diferentes alocutários e enunciadores para enunciar e assume prioritariamente o discurso normativo, gramatical para redizer a língua.

A dispersão ou distribuição do sujeito na SE 2 permite ver um discurso sobre a língua, ora pelo lugar do filólogo, ora pelo lugar do gramático, lugares sociais que autorizam esse discurso, que se dá na definição metonímica da língua no primeiro enunciado, na menção sobre o papel do gramático e sobre os tipos de gramática (geral e particular), além de apontar qual deles pretende produzir, com explicações.

Ao se colocar no lugar social ainda não constituído de linguista, se diferencia em parte do pensamento dos estudiosos da língua de sua época e, hoje, é possível visualizar sua aproximação da Linguística do século XX. Essa posição permite a alguns estudiosos do autor considerá-lo como um intelectual com ideias adiantadas para seu tempo, um precursor, ou ainda alguém que se desloca do lugar social de gramático para o de filólogo/linguista, mobilizando enunciadores que vão do individual ao coletivo e retornam ao individual, cindidos entre a tradição e a modernidade. Para Wagner (1981, p. 88), a atitude científica que Bello assumia

diante do objeto de reflexão e a sua preocupação pelo ensino “[...] hicieron de él un gran lingüista y no sólo un gran gramático”¹⁹⁶.

Embora pareça um discurso generalista, já que não há a designação explícita do nome da língua na maior parte da SE (algo que só é feito no final), existe um posicionamento sobre a língua, sobre a gramática e sobre seu fazer enquanto gramático de uma língua que se mantém como língua nacional de nações recém-emancipadas. Ele anuncia que produziu uma gramática de uma língua particular, expressado gradativamente em: “*un sistema artificial de signos ...particular...un idioma dado, cada lengua, lengua castellana, lengua nativa*”. Ou seja, a “*lengua castellana*” é a língua particular da sua gramática.

Mostra-se ali o princípio da imanência, que é outra ideia do Estruturalismo saussuriano, em que propõe estudar o interno do funcionamento do espanhol por ele mesmo e não mais pelo Latim e, a partir disso, estruturar o instrumento linguístico. Conforme Zubiri (1984, p. 9) significa que vai pensar a gramática em “*castellano*” (metalinguagem) para o “*castellano*” (objeto). Essa proposta anuncia uma descontinuidade com o pensamento gramatical vigente. Logo, as reescrituras da língua emergem nesse discurso atualizado de concepção de língua, de gramática e do fazer gramatical.

A FN “*lengua castellana*”, que aparece repetida ou substituída nas SEs 1 e 2, por “*habla*”, “*lengua*”, “*idioma*”, “*lengua nativa*” e outras FNs, funcionando semanticamente como sinônimos ou como especificações, na SE 3, é reescrita pela FN “*nuestro romance*”, por substituição especificadora. “*Nuestro romance*” que dizer “*nuestra lengua romance*”, de modo que tanto “*nuestro*” como “*romance*” particularizam a língua, já sabida que é a “*lengua castellana*”. Em um movimento de paráfrase¹⁹⁷, podemos dizer: SE 3’ – *Lengua castellana*

¹⁹⁶ Tradução: Fizeram dele um grande linguista e não somente um grande gramático.

¹⁹⁷ A paráfrase tem sido utilizada nas análises na SA, mas não é definida nem descrita pelo autor, sendo uma categoria que merece ser desenvolvida na teoria.

es nuestro romance.” “*Nuestro romance*” determina (atribui sentido a) “*lengua castellana*”.

SE 3 – En España como en otros países de Europa, una admiración excesiva a la lengua i a la literatura de los romanos dió un tipo latino a casi todas las producciones del ingenio. [...] No era pues de estrañar que se sacasen del latín la nomenclatura i los cánones gramaticales de **nuestro romance**. (BELLO, 1847, p. VI-VII. *Prólogo*).

A palavra “*romance*” (adjetivo) recorta o memorável da raiz da língua que aponta sua origem, ou seja, do latim (“A língua castelhana, nossa língua romance, é uma língua latina”). Segundo o enunciador, a “*admiración excesiva*” da Espanha e de outros países europeus pela língua-mãe não deve causar estranhamento no leitor ou no estudante da língua espanhola sobre a origem da nomenclatura e das suas regras. Na posição teórica aqui assumida, é o memorável que justificaria isso. Essa forma de apresentar o que dizer como próprio se justifica porque o gramático se propõe a fazer uma gramática particular da língua espanhola, que teria uma teoria própria, aproximando-se mais ao produzido por Salvá (1830) e distanciando-se das demais gramáticas da língua elaboradas anteriormente, como a de Nebrija (1492) e as da RAE.

O uso de “*nuestro*” suscita questionamentos em torno da pertinência, da apropriação que esse elemento linguístico expressa: de quem é esse romance (língua espanhola)? É nosso. Mas quem integra esse “*nuestro*”? Se o adjetivo possessivo precisa aparecer, na designação da língua, de modo a especificá-la, é porque há outras línguas romances que não são a língua dos envolvidos na alocução e no espaço de enunciação e também porque o “*eu*” que diz deseja aproximar-se dos “*tus*” e o faz servindo-se do fato de ter a mesma língua materna. “*La lengua castellana es nuestro romance*”, ou seja, do “*eu*” (gramático e falante dessa língua como LM) e dos “*tus*” (os destinatários da obra). Além disso, a determinação da língua pelo possessivo trabalha o imaginário da unidade linguística no discurso gramatical, isto é, a “*língua nossa*” é uma, una e

homogênea, fazendo circular o efeito de sentido que vai em direção ao monolinguismo (uma única língua para todos).

Nessa SE, o Locutor toma a palavra como alocutor-gramático que também é alocutor-falante. Para enunciar, coloca-se em dois lugares diferentes na cena enunciativa: um enunciador individual, na medida que traz léxico de avaliação (*excesiva, no era de estrañar*), para apresentar um discurso de contrariedade à posição tomada pelos que produziam conhecimento em língua espanhola até aquele momento; um enunciador coletivo, garantido pela condição de compartilhar a mesma língua de seus alocutários. Este se mostra na marca linguístico-enunciativa de um “nós-inclusivo” (BENVENISTE, 1970) ou um “nós coletivo”, que atesta a inscrição do sujeito no dizer e provoca um efeito de identificação e inclusão no plano enunciativo com o grupo de falantes.

Apesar da coletividade expressa na palavra “*nuestro*”, na cena enunciativa, o individual se sobrepõe ao coletivo, pois os julgamentos indicam a posição individual sobre a língua não só pelo que disse antes na SE 3, mas nas SE 1 e 2, em que se propõe a fazer diferente. Em síntese, entendo que a reescrituração “*nuestro romance*” atribui sentidos de modalização do discurso metalinguístico, um jogo entre particularização e generalização à “*lengua castellana*” e a divisão do sujeito falante, mostrada na relação nós-eu, que é uma relação de autoridade, mas que também comporta os diferentes lugares de dizer que esse falante pode ocupar na língua (de falante a gramático).

SE 4 – No he querido, sin embargo, apoyarme en autoridades, porque para mí la sola irrecusable en lo tocante a **una lengua es la lengua misma**. Yo no me creo autorizado para dividir lo que **ella** constantemente une, ni para identificar lo que **ella** distingue. No miro las analogías de otros idiomas sino como pruebas accesorias. Acepto las prácticas como **la lengua** las presenta; sin imaginarias élipsis, sin otras explicaciones que las que se reducen a ilustrar el uso por el uso. [...] Tal ha sido mi lójica. En cuanto a los auxilios de que he procurado aprovecharme, debo citar especialmente las obras de la Academia española i la gramática de D. Vicente Salvá. He mirado esta última como el depósito mas copioso de los modos de decir castellanos; como un libro, que ninguno de los que aspiran a hablar i escribir correctamente

nuestra lengua nativa debe dispensarse de leer i consultar amenudo. Soi tambien deudor de algunas ideas al ingenioso i docto D. Juan Antonio Puigblanch en las materias filológicas que toca por incidencia en sus Opúsculos. Ni fuera justo olvidar a Garcés, cuyo libro, aunque solo se considere como un glosario de voces i frases castellanas de los mejores tiempos, ilustradas con oportunos ejemplos, no creo que merezca el desden con que hoy se le trata. (BELLO, 1847, p. VIII-IX. *Prólogo*).

Na SE 4, predomina o alocutor-gramático, que mobiliza um enunciador individual, marcado pela 1ª pessoa do singular (*No he querido apoyarme, para mí, Yo no me creo autorizado, No miro, Acepto, mi lógica, he procurado aprovecharme, debo citar, He mirado, Soi tambien deudor, no creo*) e pelo léxico avaliativo (*irrecusable, especialmente, depósito más copioso, ingenioso, ni fuera justo olvidar, mejores tempos...*) para tratar do assunto dessa sequência: as fontes citadas na *Gramática* (1847). Elas são poucas e se resumem à RAE, a Garcés, a Salvá e a Puigblanc porque sustenta que a língua em si mesma é a maior autoridade, dando continuidade ao pensamento desenvolvido na SE 3 em que faz uma crítica ao fato de se tomar do latim o modelo para produções gramaticais em língua espanhola. O fato de assinalar essas fontes mostra que o gramático reconhece o trabalho de alguns antecedentes, que estão no “horizonte de retrospectação” (AUROUX, 2014), da gramática (conforme abordado nas seções 2.4 e 3.3), mas também reafirma o princípio do estudo imanente da língua.

A voz individual apresenta “*una lengua, la lengua misma, ella, la lengua*” como reescrituras de “*lengua castellana*”. As duas primeiras retomadas se dão por substituição por definição, já “*ella*” (2x) também rediz por substituição só que anafórica, e o sentido é de sinonímia. “*La lengua*” retoma por repetição reduzida, em que o adjetivo “*castellana*” é suprimido, com o sentido de sinonímia. Essas reescrituras da designação estão em enunciados que parecem indefinir de que língua o enunciador fala, mas, se observada a relação apontada com “*otros idiomas*”, é possível ver que está indicado que “*una lengua, la lengua misma, ella, la lengua*” remetem à “*lengua castellana*”. O artigo definido “*la*” determina a língua de

que trata, no sentido de sinalizar que já é conhecida na **Gramática** (1847), por enunciados anteriores.

Além disso, "*lengua castellana*" é retomada pela FN "*nuestra lengua nativa*", em um enunciado que o enunciador muda para uma voz coletiva, identificada explicitamente em "*nuestra*". Nesse caso, o alocutor-gramático e o alocutor-falante nativo dessa língua se diluem em uma reescrituração da designação que alude a língua comum entre o alocutor (gramático) e os alocutários (falantes latino-americanos). Em vista disso, aqui aparece uma reescritura da língua por substituição, com sentido de especificação. Ou seja, ela é particularizada por duas palavras, o possessivo (*nuestra*) e o adjetivo (*nativa*), pois ambas especificam que língua é essa de que o E coletivo está falando, é a língua materna dos envolvidos na alocação.

A palavra "*nuestra*", ao especificar "*lengua nativa*", permite ver uma sobreposição de alocutores (gramático que também é falante) em um "nós inclusivo" (eu+tus). Essa estratégia enunciativa provoca modalização do discurso metalinguístico, na medida em que traz aproximação do coletivo (os destinatários), e uma divisão do falante.

O elemento "*nuestra*" atribui sentido de posse, especificando os falantes nativos da língua aludida, um nós coletivo. Além disso, explicita a ideia de que a língua nativa é uma só para todos no espaço em que ocorre, apagando a possibilidade de haver outras línguas maternas. Enfim, fortalece o imaginário do monolingüismo e da homogeneidade da língua, nesse espaço de enunciação. A seguinte paráfrase é possível: SE 4' – *La lengua castellana, que es la lengua nativa, es la lengua de todos, de la colectividad.*

SE 5 – No se crea que recomendando la conservacion **del castellano** sea mi ánimo tachar de vicioso i espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hai locuciones castizas que en la Península pasan hoi por anticuadas, i que subsisten tradicionalmente en Hispano-América: ¿por qué proscibir las? Si segun la practica jeneral de los americanos es mas analójica la conjugacion de algun verbo, ¿por qué razon hemos de preferir la que caprichosamente haya prevalecido en Castilla? Si de raices castellanas hemos formado vocablos nuevos, segun los procederes ordinarios de

derivación, que **el castellano** reconoce, i de que se ha servido i se sirve continuamente para aumentar **su caudal de voces**, ¿qué motivo hai para que nos avergoncemos de usarlos? Chile i Venezuela tienen tanto derecho como Aragon i Andalucía para que se toleren sus accidentales diverjencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme i auténtica de la jente educada. (BELLO, 1847, p. XII. *Prólogo*).

A SE 5 contém cinco reescrituras de “*lengua castellana*”. As FNs “(d)el castellano” e “el castellano” redizem-na por substituição sinonímica, na sua forma sintética. Há duas elipses que retomam “el castellano” pelo mesmo funcionamento em dois enunciados articulados por coordenação, através do sinal de pontuação (,) e do conector aditivo (i). Também ocorre uma substituição sinonímica anafórica pelo possessivo “su”, em “su caudal de voces”.

Nessa SE, a dinâmica dos lugares sociais de dizer e dos lugares de dizer na cena enunciativa se dá assim: primeiro, o Locutor (L) toma a palavra como alocutor-gramático. Este inicia atribuindo o dizer a um E individual em “no sea mi ánimo tachar de vicioso i espúrio ...” e nas perguntas retóricas que emite “Por qué proscribirlas?...”. Depois, o L fala como um dos alocutores-falantes latino-americanos de espanhol, mobilizando um E coletivo, identificado por um nós-inclusivo em “hemos de preferir; hemos formado; nos avergoncemos” e por perguntas retóricas; e, por fim, o L reassume a palavra como alocutor-gramático, fazendo retornar o E individual, no último enunciado, que é uma resposta às questões levantadas: “Chile i Venezuela tienen tanto derecho como Aragon i Andalucía para que se toleren sus accidentales diverjencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme i auténtica de la jente educada”.

O alocutor-gramático, ao apresentar o dizer de um E individual, predominante na SE 5, deslocando sua voz para o coletivo latino-americano de falantes cultos da língua espanhola e retornando a sua voz inicial, parece usar dessa estratégia argumentativa em direção à aceitação de sua gramática, de sua noção de língua e de sua proposta à norma (a qual dá sinais de qual será), ao convencimento de seu fazer. O enunciado final reivindica o direito de aceitação da diversidade linguística latino-americana

do espanhol sempre que respeite a norma de uso da “*gente educada*”. Aceitar significa incluir, poder participar da constituição e elaboração da norma.

No entanto, o operador argumentativo “*cuando*”, na parte final do enunciado, funciona na direção da conclusão do argumento: o direito é garantido se estiver amparado no uso “culto”. Vê-se, portanto, que a responsabilidade pelo enunciado final dessa SE é do E individual, do gramático, que, por um lado, se identifica com o falante culto e, por outro, não se identifica com os gramáticos do momento, a partir do instante em que promove a variedade culta da classe letrada chilena como a norma da língua (ou integrante dela), uma atualização. Uma norma centrada no uso do falante culto. É nesse universo discursivo que “*lengua castellana*” se reescritura e significa.

A SE 6 é proferida por um Locutor, que fala desde o lugar social de alocutor-filólogo. Este apresenta um E individual que define a língua como um organismo vivo e explica sua vitalidade. “*Una lengua*” reescreve sinonimicamente “*lengua castellana*”; “*una lengua*” é reescrita por definição por “*cuero vivo*”, marcada pelo verbo ser (*es*). É possível compreender que “*cuero vivo*” determina “*una lengua*” e “*lengua castellana*”. Há uma fusão de reescrituras, e isso faz sentido de comparação metafórica, pois comparece, no enunciado, o conectivo “*como*” entre as entidades aproximadas.

SE 6 – **Una lengua es como un cuerpo viviente**: su vitalidad no consiste en la constante identidad de elementos, sino en la regular uniformidad de las funciones que estos ejercen, i de que proceden la forma i la índole que distinguen al todo. (BELLO, 1847, p. IX-X. *Prólogo*).

A comparação metafórica recorta o memorável do biologismo na concepção de língua(gem), presente no pensamento científico do século XIX, em que a Biologia era a ciência-base, ao comparar uma língua a um ser vivo, conforme o discorrido no Capítulo 1. Ou seja, ela passaria pelos estágios da evolução: nasce, cresce e morre. Esse memorável funde dois lugares de enunciação: o individual e o coletivo. Ou seja, a relação que se dá faz conviver dois

enunciadores. O enunciado pode levar a interpretações, pelas possíveis paráfrases: SE 6' – *Yo digo que una lengua es como un cuerpo viviente ...* (alocutor-filólogo assume a comparação metafórica de alguém em particular, ou seja, um lugar pessoal, o E individual); SE 6'' – *Nosotros (los filólogos/los científicos/los gramáticos) entendemos que una lengua es como un cuerpo viviente...* (o E coletivo, do lugar do conhecimento, da gramática, da ciência). Esses dois movimentos parafrásticos, o segundo, principalmente, deixa entrever outro Enunciador, o universal.

Logo, a dinâmica da cena enunciativa se configura na medida em que o alocutor-filólogo apresenta o E individual e, este alude a outros enunciadores, o coletivo e o universal. O passado recortado se apresenta como um lugar de dizer universal, pois é a ciência que sabe. O sentido da SE, portanto, é apresentado como verdade. Diante disso, podemos dizer que o alocutor-filólogo assume o discurso naturalista dos estudos linguísticos da época, principalmente os realizados por August Schleicher, ao usar, em sua enunciação, a forma linguística “cuerpo viviente”, que se apresenta, na *Gramática* (1847), no sentido de “língua como organismo, como um organismo vivo”.

Além disso, a “*lengua castellana*” (que é “*una lengua*”) é reescriturada por substituição anafórica pelo possessivo “*su*” em um enunciado antecedido de dois pontos, que se configura enunciativamente como expansão, com sentido de desenvolvimento da ideia expressa anteriormente: a explicação do fundamento da vitalidade da língua.

A SE 7 tem a reescrituração por substituição com sentido de especificação na expressão “*la lengua de nuestros padres*”, que é constituída de duas FNs. A primeira tem um nome genérico (*lengua*) e um artigo definido (*la*) que a especifica e está vinculada por uma relação de articulação por dependência com a FN “*de nuestros padres*”, esta composta por sintagma preposicionado. Diante disso, admite a seguinte paráfrase: SE 7' – *La lengua castellana es la lengua de nuestros padres.*

SE 7 – No tengo la presuncion de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirijen a mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación **la lengua de nuestros padres** en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación i un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de orijen español derramadas sobre los dos continentes. Pero no es un purismo supersticioso que me atrevo a recomendarles. (BELLO, 1847, p. X-XI. *Prólogo*).

Na SE 7, o falante agenciado em Locutor (L) apresenta-se dividido, marcado pela contradição, a partir do momento em que se identificam dois lugares sociais de dizer. Cabe analisar a palavra “*lecciones*” no segmento “*mis lecciones*”. No dicionário da RAE, ela tem oito acepções. Duas delas poderiam funcionar aqui: a) conjunto de ensinamentos e instruções que um professor ensina a seus alunos; b) cada uma das partes (capítulos) de um escrito (gramática). Se for considerada a primeira acepção, o L teria tomado a palavra como alocutor-professor, o que não causa estranheza o aparecimento da atividade de educador em sua enunciação conforme sua história de vida, apresentada no Capítulo 2. Se for levado em conta o segundo significado, o L tomaria a palavra como alocutor-gramático.

No restante da SE, o L se coloca como alocutor-gramático, acionando um E que começa com “*no tengo la presuncion de escribir...*” passa por “*juzgo importante la conservacion...*” e finaliza com “*me atrevo a recomendarles*”, com verbos de ação, de sentido normativo, que partem de uma autoridade linguística.

Logo, o L assume predominantemente o lugar social de dizer de gramático, mas há um deslocamento para o lugar de professor em determinado momento de sua enunciação. Em ambas as posições, coloca-se num lugar dominante em relação aos seus discípulos, que são seus irmãos latino-americanos, pois se põe no lugar de normatizador ou de educador, que ensina a língua na regra e na pureza como era a “*lengua de nuestros padres*”. Nessa SE, o L especifica ainda mais o destinatário do título da obra, dizendo quem são os “*americanos*”. Ao redizer “*lengua castellana*” por “*lengua de nuestros padres*”, apela para o memorável da origem e, por um

instante, inclui-se nesse “*nuestros*”, deslocando-se do E individual para o coletivo para sustentar o que diz. Isso significa mostrar que quem escreve as “lições” é um dos habitantes de “*Hispano-América*” e um falante dessa língua, mas um falante instruído, um representante da classe letrada, da elite intelectual latino-americana.

Também é importante observar a concepção de língua sustentada: é a língua como instrumento comunicativo e como elemento de unidade, de identidade das nações hispano-falantes. Se ela assim é compreendida, precisa ser conservada, estabilizada, sistematizada, homogeneizada na escrita, numa gramática para que possa continuar com suas duas finalidades. O L acredita que a conservação da língua em sua pureza inicial asseguraria seus dois propósitos: instrumento e elo.

SE 8 – La mutacion de z en c es de mera **ortografía** (b) [...] Esta es una concesion que todavia hacemos uso, o por mejor decir, a un abuso que no puede justificarse. Para escribir *capaces, raices, cruces*, no es suficiente escusa la jeneralidad de esa práctica, una vez que Academia misma no se paró en esta consideracion para sustituir en infinidad de vocablos la c a la q, i la g a la x, escribiendo, por ejemplo, *elocuencia, egército*, donde ántes todos *eloqüencia, exército*. Ni se hable de antigüedad; pues ántes del siglo XVIII se escribia frecuentemente *capazes, luzes, felizes*. Ni se apele a la etimolojia, que es mas bien una razon a favor de la z; *luzes* nace inmediatamente de *luz*; i no parece razonable preferir la derivacion remota que pocos conocen, a la derivacion inmediata que está a vista de todos. (BELLO, 1847, p. 31. Cap. V. Corpo + N. rodapé b).

Na SE 8, o tema é a ortografia: “*mutación de z en c*”. Nessa sequência, a designação do nome da língua não é reescriturada explicitamente por alguma FN como as identificadas anteriormente. Entendo que nem por isso, deixa-se de redizer. Essa SE (e outras) tem reescrituração que funciona metonimicamente, ou seja, por substituição, em que há um sentido de especificação da parte pelo todo, em que se tem a ortografia como parte, redizendo “*lengua castellana*”, o todo.

A metonímia é uma figura de linguagem que se caracteriza pela substituição de um nome ou expressão por outro/a, podendo

ocorrer de diferentes formas, seja empregando a parte pelo todo, o efeito pela causa, o autor pela obra, indivíduo pela classe, falante pela língua, entre outras possibilidades. Mas, para que isso aconteça, os elementos envolvidos devem ter uma ligação. Por exemplo, na análise proposta, há um elo entre língua espanhola e seus falantes, seu espaço de funcionamento, suas particularidades e sua gramática. Esse pensamento afasta a ideia de não designação ou de não reescritura da língua só porque não comparecem FNs explícitas ou elípticas de “*lengua castellana*”. Se for feito movimento parafrástico, a partir da SE 8, é possível confirmar o funcionamento metonímico e comprovar a ocorrência da designação do nome da língua e de sua reescritura, já que há alusão a ela, no plano enunciativo, expressada na substituição. O enunciado pode ser parafraseado por: SE 8’ – *La mutación de z en c es de mera ortografía de la lengua castellana.*

Nesse caso, o alocutor-gramático, ainda que, em um momento, mobilize o E coletivo (*hacemos uso*) também deixa falar um E individual, que predomina em suas avaliações negativas diante do tema (*mera ortografía; un abuso; no es excusa suficiente; ni se hable de; ni se apele a*) e seus argumentos (*Academia, antigüedad, etimologia, uso de pocos*). Aqui o Locutor Bello reafirma seu pensamento sobre esse aspecto ortográfico, pois já o defendia nas “*Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar y uniformar la ortografía en América*”, que propôs em 1823, junto a García del Río, aspecto que abordei no Capítulo 2.

A SE reflete esse ambicioso projeto ortográfico, fazendo ressoar duas ideias como memoráveis. A primeira delas é a defesa do critério da pronúncia e do uso (uma letra para cada som, conforme Nebrija, Quintiliano), em vez do fator etimológico usado pela RAE para a ortografia. A outra é alusão a um princípio evolucionista e positivista do século XIX, em que sua proposta ortográfica mais simplificada, visando à aprendizagem pelos falantes, faria com que eles pudessem alcançar um estágio superior na língua e na sociedade. Jaksic (1999, p. 514, grifo do autor) nos conta que “Bello redactó su *Gramática* de acuerdo a la misma

ortografia que había defendido”¹⁹⁸ no texto de 1823. Ao discordar da norma existente, que procedia da RAE, lançou sua proposta, a qual um falante de espanhol de hoje é capaz de reconhecer que não se consolidou. No entanto, alguns aspectos desse texto ainda ressoam no universo hispano-falante, como é o caso da letra *h*.

As **SEs 9, 12 e 13**, apresentam regularidades que justificam ser analisadas em conjunto.

SE 9 – No puedo ménos de hacer alto sobre una práctica introducida poco há en **castellano**, e imitada, como tantas otras, de los idiomas extranjeros. Dícese *Su Majestad el Rei de los Franceses, Su Santidad Benedicto XIV, Su Excelencia el Ministro de Estado*, en lugar de *la Majestad del Rei, la Santidad de Benedicto, el Excelentísimo Señor Ministro*. En Cervántes hallamos, si mal no me acuerdo, *la Majestad del Emperador Carlos V, i su merced la Señora Lucinda*. Jovellanos escribia: *La Santidad de Clemente VIII expidió un breve... Este breve i el de la Santidad de Paulo V*. Pero la práctica extranjera parece ya irrevocablemente adoptada. (BELLO, 1847, p. 63; Cap. XIII. N. rodapé).

SE 12 – ¿Por qué no hai en nuestros nombres indeclinables tantos casos diversos como preposiciones podemos juntarles? La respuesta es obvia: porque como a todas las combinaciones castellanas de preposicion i nombre no corresponden mas que cuatro desinencias en los nombres latinos, la del jenitivo, la del dativo, la del acusativo i la del ablativo, no puede concebirse que las combinaciones de preposicion i nombre dejen de formar los mismos cuatro casos precisamente en **castellano**. Yo a lo ménos no acierto a columbrar otra lójica en la mente de los que así han latinizado **nuestra lengua**, en vez de explicarla por sus hechos, **sus** formas, **sus** accidentes peculiares. (BELLO, 1847, p. 325; “Declinacion, paj. 57, 66. N. fim).

SE 13 – Así, cuando yo digo que ciertos sustantivos, ciertas palabras ciertas, ciertas frases son masculinas en la concordancia i neutras en la representacion, no hago mas que exponer sencillamente lo que pasa en **castellano**; contra lo cual no debe valer la práctica de otra lengua alguna. En latin es cierto que lo masculino i lo neutro se excluyen mutuamente; pero en **nuestra lengua** no ha querido el uso, *Quem penes arbitrium est es jus et norma loquendi*. (BELLO, 1847, p. 327; “Jenero neutro, paj. 75. N. fim).

¹⁹⁸ Tradução: Bello redigiu sua *Gramática* de acordo com a mesma ortografia que tinha defendido.

As SEs apresentam as reescrituras de “*lengua castellana*” nas FNs “*castellano*”, “*nuestra lengua (la, sus)*” e “*nuestra lengua*”, através do funcionamento semântico da substituição por especificação. A FN “*castellano*” é uma construção nucleada pelo substantivo “*castellano*” e determinada pela preposição “*en*” que o especifica, configurando o que a gramática tradicional chama de adjunto adverbial. Essas duas palavras estão articuladas entre si por uma relação de dependência.

A forma “*en*” tem significações fixadas no dicionário de língua espanhola, de modo geral, podendo denotar “tempo, modo e lugar”. Nas reescrituras com a FN “*castellano*”, um desses sentidos funcionam. É o de modo (adjunto adverbial de modo), no sentido de instrumento de comunicação, ou seja, o elemento “*en*” particulariza a língua que será usada como meio para os falantes expressarem-se entre si. Falarão, escreverão “*en castellano*” e não em outra língua. Nessas SEs, há a diferenciação entre essa língua e outras línguas estrangeiras, principalmente o latim, que é assegurada também pela referida preposição. O uso dessa FN é bastante recorrente em outros enunciados da *Gramática* (1847), trazendo para o plano enunciativo uma concepção de língua presente na obra, a de instrumento de comunicação. Essa ideia estava nas SEs 0, 7 e 8.

Na SE 9, há um Locutor, que toma a palavra como alocutor-gramático, e este mobiliza um E individual, que pode ser identificado pela primeira pessoa do *singular em*: “*no puedo menos; no me acuerdo*” e também no último enunciado da SE – “*Pero la práctica extranjera parece ya irrevocablemente adoptada*” – que faz uma avaliação do que tratou antes. Argumenta, através do recurso da autoridade linguística (autores como Cervantes e Jovellanos, que estão entre os mais citados na obra, conforme demonstra o Quadro 4, no Capítulo 3), sobre o uso da língua espanhola, mas parece convencido da soberania do uso, que retoma e já estaria consolidado.

Nas SEs 12 e 13, que estão alocadas nas notas de fim, o L fala como alocutor-gramático, ora acionando o E individual ora o coletivo. Na SE 12, é possível identificar o E coletivo através das

pistas “*nuestros nombres; podemos; nuestra lengua*”¹⁹⁹ e o E individual através de “*La respuesta es obvia...; yo lo menos no acierto...*”. No interior da SE, eles oscilam assim: coletivo – individual – coletivo. Na SE 13, quem se manifesta primeiro é o E individual, que pode ser reconhecido por “*yo digo; no hago mas que exponer sencillamente...*” e, por último, o E coletivo, evidente na FN “*en nuestra lengua*”. Este E coletivo faz alusão a um E individual, que não é o gramático, mas o escritor Horacio, ao reproduzir versos desse autor em latim para explicar o poder do uso: “*Quem penes arbitrium est es jus et norma loquendi*” (que detém o arbítrio, o direito e a norma de falar). Em ambas SEs, ao dizer em 1ª pessoa do plural (E coletivo), o L se inclui no grupo dos instruídos, dos formados pelas letras na língua espanhola, os quais declarou, no *Prólogo*, serem o público-alvo das notas de fim, diferentemente, das notas de rodapé, que seriam direcionadas aos leitores comuns. Então, nas SEs 12 e 13, o L Bello dialoga com vozes especializadas sobre determinados aspectos da língua espanhola.

Dando sequência à análise, apresento as **SEs 10 e 11**.

SE 10 – Este subjuntivo hipotético es peculiar de **la lengua castellana, entre todos los dialectos romances**. El sustantivo comun presta sus formas al optativo; las que son peculiares del modo hipotético nunca pasan a optativas. (BELLO, 1847, p. 151; Cap. XXVIII. N. rodapé).

SE 11 – Este uso secundario del indicativo no es de **la lengua castellana** sola, sino de **todos los dialectos romances i del idioma ingles**. (BELLO, 1847, p. 155; Cap. XXVIII. N. rodapé).

Na **SE 10**, a cena enunciativa que se configura em decorrência do agenciamento enunciativo é: o L é determinado pelo espaço de enunciação a dizer do lugar de alocutor-gramático. Este apresenta o dizer e a reescritura da língua da perspectiva de um E individual. A reescritura de “*lengua castellana*” se dá por repetição total, com sentido de sinonímia, em um enunciado que traz novo

¹⁹⁹ “*Nuestra lengua*” é retomada por substituição anafórica por “*la*” e “*sus*” (3x), com sentido de sinonímia. Ambas são reescrituras de “*lengua castellana*”.

modo verbal, o “*subjuntivo hipotético*”, que seria próprio dessa língua. Além disso, tem outra reescrituração em que a retomada ocorre por substituição especificadora em “*entre todos los dialectos romances*” porque ocorre uma particularização dada pelo “*entre*”. Ou seja, esse modo verbal é somente dessa língua no conjunto dos dialetos romances. Em vista disso, admite as seguintes paráfrases: SE 10’ – *La lengua castellana es uno de los dialectos romances* e SE 10” – *La lengua castellana, entre todos los dialectos romances, posee algo propio, el subjuntivo hipotético.*

Na SE 11, o L toma a palavra como alocutor-gramático. Este mobiliza um E individual que rediz “*lengua castellana*” por repetição, e o sentido é de sinonímia, em um enunciado que apresenta o modo “*subjuntivo comun*”, mas ele ocorre em todas as línguas romances e no inglês. Além disso, “*lengua castellana*” é retomada por condensação em “*todos los dialectos romances i (d)el idioma inglés*”, sendo que o pronome “*todos*” aporta a ideia de totalização, generalização. Resumidamente, as reescrituras usadas pelo L fazem retornar o passado da origem da língua espanhola como memorável para dizer o que é e o que não lhe é particular.

Para terminar a análise desse conjunto, examino a SE 14.

SE 14 – *LO* aparece de dos modos en **la lengua**: ya limitado, determinado por alguna modificacion (*lo blanco, lo negro, lo de quer, lo del siglo pasado, lo que nos agrada, lo que aborrecemos*), i entonces es indeclinable; ya absoluto, sin determinacion ni limitacion alguna expresa (*lo creo, lo ví, lo pensaré*), i entonces *lo* es *ello* en acusativo o complemento directo. ¿Por qué se ha de mirar el *lo* absoluto que modifica a *ser* i *estar*, como algo diferente del *lo* absoluto en toda las demas circunstancias, sin excepcion alguna? Aceptemos las prácticas de **la lengua** en su simplicidad, i no las encojamos i estirémos para ajustarlas al *lecho de Procútes* de la lengua latina. (BELLO, 1847, p. 329; “<LO> Predicado paj. 70. N. fim).

Aqui o L toma a palavra como alocutor-gramático, movimentando um E coletivo que rediz “*lengua castellana*” na FN “*la lengua*”, e ela funciona semanticamente através da substituição por especificação, esta atribuída pela preposição “*en*” e pelo artigo definido “*la*”. Segundo a voz enunciativa, não é qualquer língua

que serve de instrumento comunicativo para seus falantes e que deve aceitar suas características, ou, no caso, os seus dois usos para a forma “lo”. Essa língua é a língua espanhola.

Além disso, há outra reescrituração na SE em “*la lengua*”. Aqui o E não diz a forma inteira porque considera que os envolvidos na alocação já saibam de que língua se trata. Logo, “*las prácticas de la lengua*” rediz por repetição reduzida, “*lengua castellana*”, com sentido de sinonímia.

É importante ter em conta que a SE 14 é uma nota de fim, destinada a especialistas, conforme discurso do *Prólogo*. O alocutor-gramático apresenta o E coletivo, que pode ser reconhecido ao fazer pergunta e propor resposta sobre determinado aspecto da língua e através de formas linguísticas como “*se ha de mirar; aceptemos; no encojamos; estiremos*”. Ele é uma voz (Bello, gramático, especialista, instruído) entre as vozes dos instruídos na língua espanhola, estando representado nessas formas em 1ª pessoa do plural. Assim se assume e se representa: como membro do coletivo dos instruídos, condição que lhe autoriza a dizer sobre a língua. O memorável da tradição gramatical espanhola de base latina está presente nessa sequência enunciativa e permite compreender o efeito de sentido do dizer que é, mais uma vez, uma crítica ao seguimento do modelo latino, demonstrado pelo exemplo do uso da forma linguística “*Lo*”.

Em síntese, as 14 SEs, que ilustram o gesto político 1, apresentam sentidos que reescrevem e ressignificam em cada novo movimento de retomada da designação do nome da língua, do título, no interior da obra, a qual ele nomeia. Para Guimarães (2018, p. 85), o modo de relação enunciativa da reescrituração tem a função de “redizer aquilo que já foi dito”, e isso funciona de diferentes maneiras.

O gesto enunciativo do gramático Bello se movimenta entre designar e redizer com outras formas o nome da língua, ocorrendo na relação entre uma norma existente e consolidada e outra emergente, que traz contribuições para atualizar aquela. Isso é posto no plano enunciativo pelo agenciamento político do falante,

que tem como pano de fundo o período de formação e consolidação dos Estados nacionais latino-americanos, através de expressões, na sua maioria FNs, identificáveis para o analista da enunciação.

O agenciamento do falante se dá predominantemente em um Locutor que fala do lugar social de gramático. Este, em alguns momentos, se inclui no lugar de falante nativo da língua espanhola, em outros é alocutor-filólogo ou alocutor-professor. A perspectiva de dizer que adota, na maioria das vezes, está dividida entre a individual e a coletiva, ou seja, um Locutor que apresenta o dizer nas cenas enunciativas, distribuído no movimento de dois enunciadores, o individual que se dilui, às vezes, no coletivo, estrategicamente.

As FNs que mais aparecem nas SEs analisadas nesse conjunto são: *(en/de) el castellano* (5x), *lengua castellana*, *(un) idioma (dado)* (4x), *(en) la lengua* (3x), *(en) nuestra lengua*, *la/nuestra lengua nativa*, *dialecto romance*, *una lengua* (2x), *la lengua de nuestros padres*, *nuestro romance*, *el habla* (1x), entre outras formas anafóricas e metonímicas de substituição. O modo de reescrituração mais recorrente é a substituição com sentido de especificação, seguida da substituição com sentidos de sinonímia ou de definição. Também ocorre o funcionamento de reescritura através da repetição sinonímica, mas é menos frequente.

Há sentidos que se mantêm em relação à norma consolidada (conservação da língua dos pais em sua pureza (romance), língua nativa, valorização da variedade culta presente na literatura do Século de Ouro), mas há outros que se movem na direção da reconfiguração da norma que Bello acredita ser a ideal para os falantes de espanhol latino-americanos (língua como uso, com destaque à variedade do falante culto, como instrumento de comunicação e exercício da cidadania, como elemento de identidade, como língua comum e homogênea, como um sistema artificial de signos e um organismo vivo, com uma teoria particular, que se liberta do modelo latino, como idioma). Esses efeitos de sentido que as FNs têm, ao reescrever a designação do nome da língua, evidenciam os pensamentos de língua que compõem o

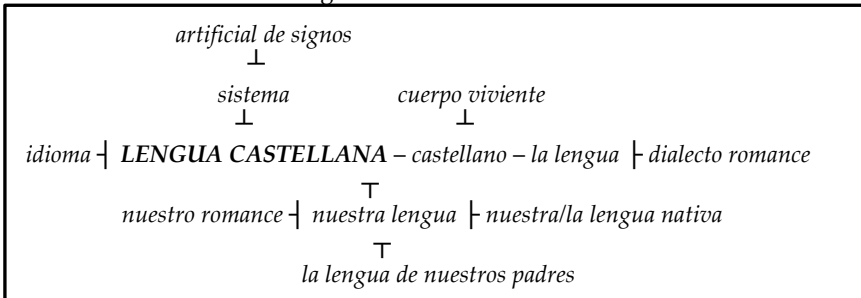
imaginário do gramático Bello, que é atravessado pelas ideias racionalistas do século XVIII, biologistas e positivistas do século XIX e por concepções como a estruturalista, no século XX.

Unicamente para fins de melhor compreensão do movimento analítico, uma vez que possibilita uma leitura panorâmica das reescrituras do nome da língua em torno do gesto político 1, sintetizei a análise realizada em um quadro, no Apêndice D. Também, elaborei o “Domínio Semântico de Determinação” (DSD), conceito cunhado Guimarães (2007), que possibilita apresentar a designação na forma de um gráfico para visualização da análise designativa:

um DSD é constituído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam em textos em que funciona” e tais relações são apresentadas por uma escrita própria. Esta escrita estabelece as relações graficamente com os sinais: “ \vdash ou \dashv ou \top ou \perp (que significam determina, por exemplo, $y \vdash x$ significa x determina y , ou $x \dashv y$ significa igualmente x determina y); $_$ que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia”. (GUIMARÃES, 2007, p. 80-81).

Então, esse gráfico é uma outra possibilidade de representar sinteticamente o encontrado e de compreender as relações de sentido que o nome da língua designa, e, com isso, a noção de língua nesse gesto político, considerando que o DSD resulta em um procedimento semântico de representação do sentido das palavras, que se constitui linguisticamente pela enunciação. Tem-se o DSD – síntese das reescrituras da designação *lengua castellana* pelo gesto político 1, na Figura 11:

Figura 11 – DSD-síntese 1



Fonte: Autora.

(Onde se lê: A expressão *lengua castellana* é apresentada como sinônima de *castellano* e *la lengua*. Ela é determinada pelas FNs *un sistema* (e este é determinado por *artificial de signos*) (ideia estruturalista), *un cuerpo viviente* (ideia biologista), *idioma*, *dialecto romance* e *nuestra lengua* (esta, por sua vez, vem determinada pelas expressões *la lengua de nuestros padres*, *nuestralla lengua nativa* e *nuestro romance*)

5.2.2 Reescriturações da designação do nome da língua pelo gesto político 2

Nesta subseção, examino reescriturações da língua a partir do gesto político 2, que se dá entre a proposta de norma de Bello e a diversidade do espanhol na América Latina, ou seja, analiso regularidades nas formas de redizer a designação “*lengua castellana*”, em torno da ideia de norma e uso. Este conjunto é formado por 21 SEs, que estão agrupadas no Apêndice D²⁰⁰. Começo com a SE 15, que é o primeiro parágrafo das *Nociones Preliminares*.

SE 15 – La GRAMÁTICA de **una lengua** es el arte de hablarla correctamente, esto es, conforme al buen uso, que es el uso de la jente educada. Se prefiere este uso porque es el mas uniforme en las varias provincias i pueblos que hablan **una misma lengua**, i por lo tanto el que mas fácil i jeneralmente se entiende; al paso que las palabras i frases propias de la jente ignorante, varían mucho de unos pueblos i provincias a otros, i no son fácilmente

²⁰⁰ Relembrando que, nas SEs e no Apêndice D, os destaques em negrito são meus, e os em itálico são do gramático.

entendidas fuera de aquel estrecho recinto en que las usa el vulgo. (BELLO, 1847, p. 1. N. *Preliminares*).

A SE 15 reescritura a FN “*lengua castellana*” pelo modo de substituição, nas formas “*una lengua*” e “*una misma lengua*”, sendo o funcionamento semântico de hiperonímia. Tais formas determinadas pelo artigo indefinido “*una*” têm um significado mais genérico, abrangente na relação hierárquica que estabelece com a língua espanhola, por exemplo, englobando o sentido do hipônimo, que é mais restrito. Por sua vez, a forma “*la*” em “*hablarla*” é uma reescrituração por substituição anafórica de “*una lengua*”, cujo sentido é de sinonímia.

O Locutor, que assina o texto como Andrés Bello, toma a palavra, nessa SE, como alocutor-gramático. Embora não marque sua subjetividade pela “categoria de pessoa” (BENVENISTE, 1958), do eu que fala, este alocutor mobiliza um enunciador individual, à medida que apresenta léxico de avaliação sobre os usos e argumentação em que se coloca com posicionamento individual sobre a língua. As marcas linguístico-enunciativas de sua inscrição estão em: “*buen uso; uso de la jente educada; mas uniforme; mas fácil se entiende; jente ignorante; varian mucho; vulgo*”. Esse posicionamento é feito já neste que é o primeiro parágrafo da *Gramática* (1847), antecedendo a explicação sobre a designação do nome da língua sobre a qual pretende tratar (SE 16).

O E individual se apresenta na reescrituração da designação do nome da língua em um enunciado que é uma definição, retomando um conceito clássico de gramática (memorável), o da gramática greco-latina (sobre o qual se abordou na seção 2.4), e revelando sua filiação a ela nesse aspecto. Conceitua a gramática, mas não a designa com títulos como normativa, descritiva, histórica, pedagógica, entre outros. É só, na 3ª edição, que está designada como “gramática nacional”.

Essa designação posterior, ajuda a reforçar a ideia de que a designação da *Gramática* (1847) está na segunda parte do título, no aposto, conforme a análise feita da SE 0. Naquele momento, o

enunciado-título foi compreendido da seguinte forma: título (nomeação da gramática) sendo composto pela designação do nome da língua (*lengua castellana*) e da designação da gramática (*destinada al uso de los americanos*). Considerando a designação da obra na 3ª edição (nacional) e os destinatários especificados (*los habitantes de Hispano-América*), o título pode ser parafraseado por: “*Gramática de la lengua castellana nacional*” ou “*Gramática de la lengua castellana para uso nacional*” ou ainda “*Gramática de la lengua castellana para uso de los habitantes de Hispano-América*”. Se a diferença está na designação, então ali está o acontecimento. Nessa linha de pensamento, o surgimento da *Gramática* (1847) é um acontecimento enunciativo porque sua designação assegura isso. Em vista disso, não seria exagero tratar a designação como acontecimento pela sua constituição simultânea, aparecem juntos no momento da enunciação e no enunciado resultante.

A definição na SE 15 é expandida, já que desenvolve a ideia de “*es el arte de hablarla correctamente*”. Ou seja, a arte de falar corretamente a língua é falar conforme o uso do falante educado, expressar-se como esse grupo. Isso quer dizer que este primeiro enunciado contém uma definição de gramática, que comporta uma definição de língua, da língua a ser sistematizada (norma), e esta envolve uma separação entre dois usos da língua, o da “*gente educada*” (falante culto) e o da “*gente ignorante*” (demais falantes), fazendo transparecer a ideia de que há usos linguísticos superiores e usos linguísticos inferiores, polarização que encontra eco no pensamento do século XIX (memorável), formado pelo evento do neocolonialismo, oriundo do capitalismo financeiro e monopolista, do Darwinismo, Determinismo e Positivismo, conforme já tratado no Capítulo 1. Logo, a SE 15 mostra a concepção de gramática e de língua de Andrés Bello.

Para o gramático, “*el buen uso de la lengua es el uso de la gente educada*”. A preferência por um dos usos da língua espanhola vem em enunciados que desenvolvem uma justificativa para os alocutários. “Prefere” o “bom uso” que é o dos falantes cultos, porque, segundo ele, é mais uniforme e, por causa disso, mais fácil de ser entendido do

que o dos demais falantes, que sofreria muitas variações e, por isso, seria mais difícil de ser compreendido por todos. A enunciação ocorre numa comparação que configura uma hierarquia.

A definição da língua, ou melhor, da variedade da língua espanhola tomada como modelo (norma), de um grupo restrito, o dos falantes cultos, é feita no litígio com outra variedade da língua, a dos demais falantes, a do vulgo. A ideia de língua como uso parece romper com a base filosófica da tradição do século XVIII, assim como fez Salvá (1830), só que nem tanto porque não promove diferentes usos, ainda que os reconheça, mas o uso do falante instruído. Isso vai ao encontro do que defende Guimarães (2018) de que o espaço de enunciação é tenso, é político, no sentido de que é lugar de disputas. Na gramática produzida por Bello, não é diferente, distribui-se desigualmente a língua desses dois grupos, numa disputa de espaço do dizer sobre a língua.

Em prol da compreensão da língua por todos devido à sua uniformidade, a *Gramática* (1847) é estruturada por Bello. O registro do uso linguístico que atende a essa finalidade é o uso dos falantes cultos. Em sendo o objetivo alcançado, o fazer e o produto gramatical satisfazem às demandas e às condições sócio-históricas e políticas da sociedade em que surgiu. Isto é, ser um projeto de representação de unidade da língua, da identidade nacional perante o Estado, que atuava na construção das estruturas nacionais. Com uma língua homogênea que os identificasse, os latino-americanos poderiam se comunicar e se compreender entre si, de modo que conseguiriam exercer a cidadania e progredir, pois teriam domínio de sua língua. Isso era bom para cada falante, enquanto cidadão, e para os Estados nacionais em formação (Repúblicas), entendimento que remete às ideias positivistas, que circulavam no século XIX.

A HIL atribui aos instrumentos linguísticos funções como seu papel na constituição e na consolidação de uma língua nacional, imaginariamente construída a partir dos critérios da unidade e da homogeneidade, língua essa fundamental para a organização e consolidação de um Estado-Nação. Nesse sentido, como diz Auroux

(2014, p. 70), tais instrumentos não são “uma simples descrição da linguagem natural”. A gramática em questão busca cumprir seu papel, fazendo parte de uma política linguística estatal.

SE 16 – Se llama **lengua castellana** (i con menos propiedad *española*) **la** que se habla en Castilla, i que con las armas i las leyes de los castellanos pasó a la América, i es hoi **el idioma comun** de los Estados Hispano-Americanos. (BELLO, 1847, p. 1. N. *Preliminares*).

A SE 16 inicia com uma voz genérica que fala através do verbo “*se llama*”, apagando, com isso, o lugar social de dizer. Ela é responsável pelo enunciado “*Se llama lengua castellana*” em que a designação do nome da língua é reescrita por repetição completa, e o sentido é de sinonímia. Essa voz não atribui a alguém a responsabilidade pela nomeação da língua, pois o que se diz é dito como aquilo que todos dizem. O enunciador é um repetidor da nomeação, já existente antes de sua enunciação, a qual todos já sabiam que assim se chamava.

Depois disso, o Locutor enuncia do lugar social de gramático, e este movimentado um E individual até o final da SE, assumindo o que diz e circunscrevendo seu dizer na singularidade, ao colocar entre parênteses o que considera menos importante e ao fazer avaliações sobre a língua (*menos propiedad, armas i leyes*). Ao utilizar o dêitico “*hoy*” e a expressão “*Estados Hispano-Americanos*”, vê-se que o “agenciamento enunciativo é histórico”, conforme Guimarães (2018, p. 65). “*Hoy*”, em seu caráter adverbial temporal, remete ao século XIX, e a FN “*Estados Hispano-Americanos*” também uma denominação que não era usada antes desse período. Isso demonstra o envolvimento do gramático Bello nesse tempo, em que é afetado pela conjuntura sócio-histórica e política do momento da recém-independência, cujas características já foram abordadas na Parte I.

Em um enunciado articulado por coordenação (i) ao anterior e colocado entre parênteses, como um aposto, encontramos “*lengua castellana*” reescrita novamente, agora, por “*española*”. Esta integra uma FN, composta pelo nome omitido “*lengua*” e o adjetivo explícito “*española*”. Ocorre então elipse por especificação. Há

ainda uma restrição expressa pelos parênteses e pelos determinantes “*menos propiedad*”. O que é dito no enunciado seguinte (*la que se habla en Castilla*) pelo enunciador individual é uma espécie de explicação para essa nomenclatura ser menos adequada, menos própria. A forma como é enunciada na materialidade revela que não são compreendidas como sinônimas nem como antônimas, mas são designações que guardam entre si uma hierarquia, uma diferença, sobre a qual já se tratou na SE 0.

O dizer sobre a língua por outrem recupera o conflito entre as designações do nome (conforme o discutido na seção 2.1, na análise da SE 0) e provoca um posicionamento do Locutor. Embora utilize “*lengua castellana*” reconhece a outra “*española*”. Além disso, traz o motivo dessa língua ter chegado à América Latina, revelando ainda mais seu posicionamento político.

Seguindo a análise, “*lengua castellana*”, do enunciado introdutório da SE 16, é substituído anaforicamente por “*la que*”, com sentido de especificação, ou seja, é a língua que se fala em Castela e não outra. Ocorrem duas reescrituras por elipse nos dois enunciados seguintes, que se articulam por coordenação (um acúmulo), marcada na língua pela vírgula e pelo conector aditivo (*i*). Na primeira elipse, há uma particularização e, na segunda, uma definição dessa língua, identificada no verbo ser (*es*) como sendo idioma, língua compartilhada, a língua nacional, que assim é por imposição dos conquistadores (*i que com las armas i las leyes de los castellanos...*).

Na SE 16, as reescrituras por repetição, substituição e elipse estão em enunciados articulados por coordenação e especificação, e, de certa forma, particularizam, enumeram, desenvolvem o sentido de “*lengua castellana*”. A análise aponta para quatro especificações da língua, nos seguintes desdobramentos: SE 16' – *La lengua se llama castellana y con menos propiedad lengua española*; SE 16'' – *La lengua castellana es la lengua que se habla en Castilla*; SE 16''' – *La lengua castellana es la lengua que con armas y leyes pasó a América*; SE 16'''' – *La lengua castellana es el idioma de los Estados Hispanoamericanos*.

Há um passado que retorna. É possível ver funcionando o memorável do berço da língua e o da conquista, da colonização pela Espanha. A relação entre passado e presente no acontecimento projeta o sentido de “*lengua castellana*”, na SE 16, que remete ao nome da língua do Império espanhol, da língua dos conquistadores, da língua comum das recentes nações latino-americanas independentes, aspectos que retornam porque fazem parte da história da designação.

Pode-se interpretar que o Locutor Bello tenha respeitado a tradição gramatical da época, representada pela RAE, que designava a língua por “*lengua castellana*”, com os motivos devidos, mostrando a continuidade desse pensamento. Já se sabe, é, no século XX, que a designação mais comum para o nome da língua muda para “espanhol”. No entanto, ainda hoje as duas formas são legítimas e coexistem na América Latina, de modo que cabe a ideia de Alvar (1992, p. 23) que afirma termos ido “del castellano al español”.

Além disso, é possível que o L tenha usado “*castellano*” porque não está associado ao nome do Estado espanhol, do país Espanha, mas sim ao nome do grupo de falantes da região de onde a língua teria surgido (Castela), distinção que pode justificar a caracterização feita sobre “*español*” como um nome “menos próprio”. Segundo Alonso (1943, p. 123), “castellano no se identifica con ningún estado constituido, español sí”. No entender desse linguista, a palavra “*español*” muito lembrava a metrópole da qual as nações independentes queriam se afastar e, por causa disso, teriam se inclinado por “*castellano*”. Essa ideia também pode ter pesado no posicionamento de Bello.

A seguir, são analisadas conjuntamente as SEs 17, 18, 19, 20, 24 e 27.

SE 17 – En **Chile** se usan impropriamente como masculinos *hambre; chinche; pirámide*. (BELLO, 1847, p. 45. Cap. X. N. rodapé).

SE 18 – En **Chile**, como en **algunos otros países de América**, se abusa de los diminutivos. Se llama *señorita*, no solo a toda señora soltera, de cualquier tamaño i edad, sino a toda señora casada o viuda; i casi nunca se las nombra

sino con los diminutivos *Conchita, Pepita*, por mas ancianas i corpulentas que sean. Esta práctica debiera desterrarse, no solo porque tiene algo de chocante i ridículo, sino porque confunde diferencias esenciales en el trato social. En el abuso de las terminaciones diminutivas hai algo de empalagoso. (BELLO, 1847, p. 53-4. Cap. XII. N. rodapé).

SE 19 – El vos que se hace tanto uso en **Chile en el diálogo familiar** es una vulgaridad que debe evitarse... (BELLO, 1847, p. 59. Cap. XIII. N. rodapé).

SE 20 – En **Chile** suele confundirse viciosamente *despacio* adverbio de tiempo con *paso, quedo* (en voz baja), adverbios de modo. *Hablar despacio* es hablar lentamente: *hablar paso* es hablar en voz baja. No se oponen hablar en voz alta i despacio. (BELLO, 1847, p. 96. Cap. XIX. N. rodapé).

SE 24 – Doldré por doleré (a semejanza de valdré por valeré) es provincialismo en **Chile**. (BELLO, 1847, p. 143. Cap. XXVII. Corpo).

SE 27 – Es preciso corregir el vicio (casi universal en **Chile**) de convertir el complemento directo en sujeto de haber: *hubieron fiestas, habrán alborotos, habíamos allí cuarenta personas*. (BELLO, 1847, p. 179. Cap. XXIX. N. rodapé).

Nesse grupo de SEs, as reescriturações da designação do nome da língua se dão predominantemente no modo de substituição metonímica por especificação (e por definição também nas SEs 19 e 24), uma vez que o sentido de “*lengua castellana*” se particulariza nas FNs “*Chile*” e “*algunos otros países de América*”, que funcionan como adjuntos adverbiais de lugar porque vem acompanhada da preposição “*en*” que expressa espaço determinado, especificando, junto com nome Chile, o lugar onde ocorrem certas realizações da língua.

Em todas as SEs, o L dos enunciados se apresenta como a origem do que enuncia (E individual), autorizado pelo lugar social de gramático. Isso se mostra: no uso da 3ª pessoa do singular (*se usan; se abusa; se llama, se nombra; se hace; suele confundire; es...*), como um modo “impessoal” de enunciar; e no léxico avaliativo referente a aspectos da língua reescriturada (*impropiamente, abuso, empalagoso, viciosamente, algo chocante i ridículo, provincialismo...*), como algo negativo a ser corrigido, reiterando o ilustrado nas Figuras 3 e 4,

apresentadas na seção 2.2. O L fala de uma posição de sujeito que assume o discurso normativo, emitindo juízo negativo sobre certos usos da língua espanhola (o *voseo*, o gênero dos substantivos, os diminutivos, advérbios, verbo, complemento direto), no Chile, majoritariamente, e recomendando a contenção, a correção, o que pode ser feito pela norma que propõe sua *Gramática* (1847).

Exceto a SE 24, os usos e o discurso sobre eles aparecem alocados em notas de rodapé. No *Prólogo*, o Locutor Bello escreveu “En las notas al pié de pájinas menciono los arcaísmos, llamo la atencion a ciertas prácticas viciosas del habla popular de los americanos para que se conozcan i eviten; i dilucido algunas doctrinas con observaciones que requieren el conocimiento de otras lenguas”²⁰¹. (BELLO, 1847, p. X). Relacionando o que disse e o que fez, confirma-se que cumpre a promessa de dar a conhecer, alertar e evitar os “maus usos” do vulgo latino-americano.

Em outras palavras, segundo esse discurso normativo, “*En Chile*” ocorrem algumas realizações populares da “*lengua castellana*” que são “*prácticas viciosas*” e que devem ser evitadas e corrigidas. Elas particularizam a língua nesse lugar de enunciação e mostram o conflito entre norma e uso, entre unidade e variedade.

SE 21 – *Consonar*, segun D. Vicente Salvá, no sigue a *sonar*; pero no creo que deba desaprobarse **el uso americano**, *consueno*, *consuenas*, lo mismo que el de *asueno*, *asuenas*. (BELLO, 1847, p. 127. Cap. XXIV. Corpo).

Conforme as categorias analíticas estabelecidas por Guimarães (2018), a SE 21 reescreve “*lengua castellana*” por substituição metonímica, na FN “*el uso americano*” e move o sentido de especificação. “*El uso americano*” tem o funcionamento semântico de lugar pela língua. A partir disso, é possível parafrasear o enunciado por: SE 21’ – ... *pero no creo que deba desaprobarse el uso*

²⁰¹ Tradução: Nas notas de rodapé, menciono os arcaísmos, chamo atenção para certas práticas viciosas da fala popular dos americanos para que se conheçam e se evitem e elucido algumas doutrinas com observações que requerem o conhecimento de outras línguas.

hispano-americano; SE 21” - ... pero no creo que deba desaprobarse el uso del castellano por los latino-americanos.

A forma enunciativa da reescrituração e seu sentido é tomada por um L que fala como alocutor-gramático. Este mobiliza um E individual (*no creo que deba desaprobarse*) para dizer sobre um uso do espanhol pelos latino-americanos, a conjugação do verbo “consonar”. Coloca-se numa posição que avalia positivamente esse uso, contrapondo-se a outra postura, a do gramático espanhol Salvá. Isto é, dialoga com outra autoridade gramatical, que é uma de suas fontes, seus “auxílios”, conforme explicita a seção 3.3, mas reafirma sua posição. A defesa do uso latino-americano feita pelo gramático não é explicada, mas mostra que nem tudo é reprovado. A análise realizada leva a afirmar que isso ocorra porque esse uso circulava bastante entre os falantes cultos e não cultos da sociedade chilena. Os dois grupos de falantes usavam regularmente a mesma forma linguística. O uso popular é chancelado pela identidade com o uso culto.

SE 22 – Los compuestos de *negar* le imitan, v. gr. *renegar*, yo *reniego*. *Anegar* lo es solo aparentemente [...]. **Los americanos** lo hacemos irregular de esta clase, yo *aniego*, i aun hemos formado el sustantivo *aniego* (inundacion); pero en **los escritores peninsulares** no he visto otras formas que la regulares yo *anego*, tú *anegas*. (BELLO, 1847, p. 126. Cap. XIV. Corpo).

Com base nos procedimentos de reescrituração, a SE 22 apresenta a retomada pelo modo de substituição por metonímia nas FNs “*Los americanos*” e “*los escritores peninsulares*”, e o sentido é de especificação. Isso porque “*lengua castellana*” é particularizada pelo uso dos falantes latino-americanos e peninsulares, que ocupam o seu lugar no plano enunciativo.

O Locutor, desde o lugar de alocutor-gramático, apresenta o dizer sobre determinado uso da língua – verbo *anegar* – por uma voz individual, que divide o lugar de dizer com uma voz coletiva. Inicia o discurso sobre a língua como E individual, no primeiro enunciado (*aparentemente*), depois se coloca como E coletivo, que representa a inclusão do alocutor entre os alocutários, a

comunidade latino-americana falante de espanhol. As marcas formais dessa inclusão são “*los americanos; hacemos; hemos formado*”. Isso significa que o gramático é também um falante dessa língua na América Latina. Finaliza, retornando como E individual, no enunciado final (*pero...no he visto...*).

A movimentação dos E na cena enunciativa mostra um jogo entre o uso da América Latina e o uso escrito da língua espanhola, na Península (Espanha). Há um articulador, o conector “*pero*”, entre os enunciados em que essa relação se dá. Esse conectivo orienta a argumentação em favor da ideia conclusiva que lhe sucede. Sendo assim, é possível interpretar que o L, no papel de gramático, se responsabiliza sozinho pelo que diz, não parecendo favorável ao uso do verbo, no presente, de modo irregular, pelos latino-americanos, quando é tomado como regular na escrita literária dos peninsulares. Nesse caso, a literatura é o modelo.

SE 23 – [...] De aquí la diferencia entre v. gr. *ser pálido* i *estar pálido*, *ser húmeda una casa* i *estar húmeda*, diferencia delicada, i sin embargo de uso universal i uniforme en **todos los países castellanos**. (BELLO, 1847, p. 139. Cap. XXV N. rodapé).

SE 25 – En **varias provincias de España i de Hispano-América** se hace un uso impropio de la forma en *se* (*cantase, hubiese cantado*), en la apódosis de las oraciones condicionales que llevan negacion implícita. Dícese, por ejemplo, “Yo te *hubiese* escrito, si hubiera tenido ocasion”, en lugar de *yo te hubiera* o *te habria* escrito. Esta corrupcion es comunísima en **las Repúblicas Australes**, i debe cuidadosamente evitarse. (BELLO, 1847, p. 169. Apêndice Cap. XXVIII. Corpo).

As SEs 23 e 25 contêm reescrituras da designação do nome da língua em torno de dois usos verbais muito praticados pelos falantes: ser e estar e o subjuntivo em -ra e -se, respectivamente. As reescrituras se dão pelo modo de substituição metonímica, ou seja, o lugar pela língua. Conforme as categorias de Guimarães (2018), o sentido é de especificação para as duas SEs, sendo que a SE 25 também tem sentido de definição. A forma “*en*”, com valor semântico de lugar, particulariza a língua, mostrando que os usos

supracitados ocorrem na língua espanhola usada em “*todos los países castellanos*” (SE 23) e em “*varias provincias de España e Hispano-América*” (SE 25).

Tais usos são condenados pelo Locutor, que se manifesta autorizado pelo lugar social de dizer (al-x), o de gramático. Este apresenta um E individual para fazer uma avaliação negativa dos modos de falar referidos, podendo ser identificado em: “*diferencia delicada, i sin embargo...; uso impropio; esta corrupcion es comunísima en las Repúblicas Australes, i debe cuidadosamente evitarse*”. As SEs mostram que a reprovação dos dois usos linguísticos, por parte do L, independe do lugar em que ocorrem, revelando que as reescrituras movimentam sentidos que se fazem na relação norma-uso.

SE 26 – Estos dos verbos se usan viciosamente en **algunas partes de América**, dándoseles (cuando significan trascurso del tiempo) una preposición *a*, que precede a la preposición incidente *hacia* o *habia catorce años a que la conocia*; i peor aun, *hacian* o *habian diez meses a que estaba ausente*. (BELLO, 1847, p. 179. Cap. XXIX. N. rodapé).

SE 31 – “Es señor, como una perla / La Hipólita.” (Calderon). (b.) No creo que haya motivo de reprobar el artículo definido que se junta casi siempre con los nombres propios de mujer en **algunas partes de América**: *La Juanita, la Isabel, la Dolores*. (BELLO, 1847, p. 200. Cap. XXXI. Corpo + N. rodapé).

SE 34 – Un uso extraño i bárbaro se ha introducido en **algunas partes de América**, relativamente al *se* oblicuo. Cuando este dativo es singular, decimos, como debe decirse, *se le, se la*, etc. Pero cuando es plural se pone en plural el acusativo que sigue, aunque designe un solo objeto: “*aguardaban ellos el libro, i un mensajero se los trajo*”. Es preciso evitar cuidadosamente esta práctica. (BELLO, 1847, p. 223-4. Cap. XXXII. N. rodapé).

As SEs 26, 31 e 34 tratam de diferentes usos da língua reescriturada: verbo *hacer/haber*, artigo definido antes de nomes próprios e pronome oblíquo “*se*”, respectivamente. As realizações acontecem em algumas partes da América Latina. Em ambas as SEs, “*lengua castellana*” é redita por substituição metonímica (espaço pela língua), na FN “*algunas partes de América*”. A

preposição “en” e o nome “América” particularizam a língua, pela determinação do lugar de enunciação daqueles usos.

O L assume o dizer no papel social de gramático, acionando um E individual. Este se responsabiliza sozinho pelo que diz sobre a “*lengua castellana*”, determinado pelo lugar onde diz, e aparece marcado em: “*se usan viciosamente en...; pero aún...; no creo que haya motivo de reprobación...; un uso extraño i bárbaro; es preciso evitar cuidadosamente esta práctica*”.

Nas SEs 26 e 34, há uma reprovação dos usos como expõe o léxico utilizado e a argumentação desenvolvida na enunciação do E individual. Já, na SE 31, ocorre o contrário. A aprovação do uso do artigo definido antes do nome próprio, prática regular da época em algumas partes da América Latina, que, no espanhol atual, não é recomendada, é feita com base no exemplo literário de Calderón, escritor espanhol do Século de Ouro, que está no elenco de autores que Bello toma exemplos, conforme mostrou a seção 3.2.4. O gramático não especifica que falante usa o artigo dessa forma, o que permite inferir que esse uso circulava entre os cultos e não cultos. Se tal uso aparece no registro escrito e literário desse autor que escreve fazendo uso do “melhor” espanhol de todos os tempos, por que razão se rejeitaria sua ocorrência no espanhol latino-americano? Logo, o L Bello recorre ao argumento de autoridade linguística (*gente educada*) para validar o uso. Ou seja, esse uso é aceito como correto pelo gramático, é incluído na sua proposta de norma porque já fora usado nos clássicos literários castelhanos do Século de Ouro. Ainda na SE 34, o E individual predominante divide o lugar de dizer com um E coletivo, marcado em “*décimos*”. Isso revela a inclusão do alocutor-gramático no grupo dos alocutários, dos falantes de espanhol no continente americano.

SE 28 – El régimen peculiar de cada palabra es materia que pertenece al Diccionario; por lo que nos limitaremos a reglas jenerales i a las particularidades mas importantes i de mas frecuente uso en **nuestra lengua**. (BELLO, 1847, p. 187. Cap. XXX. Corpo).

A SE 28 tem a reescrituração no modo de substituição, e a relação de sentido que se faz é de especificação. A FN *“lengua castellana”* é substituída por outra FN *“nuestra lengua”* e traz a particularização do modo de realização, de apresentação, de organização do discurso em língua espanhola. As especificações da língua são aportadas pela preposição *“en”* (valor de modo) e pelo possessivo adjetivo *“nuestra”* (valor de posse).

Em outras palavras, a reescrituração remete novamente ao imaginário de uma língua como meio de comunicação inscrito na palavra *“en”* e ao imaginário da homogeneidade e do monolinguismo linguístico, marcado na palavra *“nuestra”*. Logo, a *“lengua castellana”* é ressignificada como um modo de fazer e como uma língua única para todos os falantes. Esses dois imaginários são retratados na *Gramática* (1847) pelo L Bello, a partir do lugar de gramático, que lhe autoriza a isso como alguém que sabe a língua. Para apresentar esses imaginários da língua, refletidos na norma a implantar, o L aciona um E coletivo, reconhecível nas formas *“en nuestra lengua”* e *“nos limitaremos”*, incluindo-se no grupo dos gramáticos da língua espanhola e reconhecendo-se como tal. Não representa a voz desse grupo, não é um porta-voz, mas faz uso dessa pluralidade para dizer que é um dos gramáticos do espanhol. Seria uma pluralidade fictícia.

É interessante observar que a especificação da língua espanhola, como instrumento homogêneo de comunicação, diz ser construída a partir de regras (norma) e usos (variedades), como expressa: *“nos limitaremos a reglas generales i a las particularidades mas importantes i de mas frecuente uso en nuestra lengua”*. Isso cabe à gramática e não ao dicionário.

A SE 29 trata de um elemento da língua que é a concordância do adjetivo *“mismo”*.

SE 29 – El adjetivo *mismo* es otro de los que pueden usarse de esta manera, como observó D. Juan Antonio Puigblanch; pues en **América**, no ménos que en **la Península**, se dice *el mismo Barcelona*; sin que deje de usarse también la terminacion regular en este caso. (BELLO, 1847, p. 196. Cap. XXX. Corpo).

Aqui a reescrituração de “*lengua castellana*” ocorre nas FNs “*América*” e “*la Península*”, ou seja, pelo modo de substituição metonímica. O sentido que se faz é de especificação pelos lugares de realização do adjetivo, que são dois: “*América*” e “*Península*”. O uso ocorre nos dois lugares, sendo prática comum entre os falantes de espanhol na América Latina e na Espanha.

Segundo os preceitos de Guimarães (2018), a cena enunciativa traz para seu palco (SE 29) um Locutor que se divide em um lugar social (al-x), que o autoriza a enunciar como falante: o alocutor-gramático. Mas, essa cena enunciativa gera outra divisão: a do enunciador (E), que é responsável por produzir os lugares de dizer. Neste caso, o E é individual e pode ser identificado pelas formas enunciativas “*es; se dice; deje de usarse; no menos*”. Esse E faz referência a uma autoridade gramatical da língua espanhola, D. Juan A. Puigblanch, outra de suas fontes (conforme explicitou a seção 3.3), para fundamentar o que diz sobre o modo de fazer a concordância do adjetivo “*mismo*” na Espanha, ao passo que o modo de fazê-la na América Latina, responde Andrés Bello.

SE 30 – Otra particularidad notable, que también está en contradicción con las leyes de la concordancia, es el convertirla en régimen, haciendo del sustantivo un complemento con la preposición de; como cuando decimos *el bribon de fulano, ¡infelices de nosotros!, ¡pobre de tí!* lo que suele hacerse con adjetivos que significan compasión, desprecio, vituperio, i particularmente en los vocativos i las exclamaciones: “Muda, muda de intento, /Simplecilla de ti, que no te entiendes!” (Jáuregui). Esta materia de concordancia es de las mas difíciles para el que se proponga reducir el uso a cánones precisos, que se limiten a representarlo fielmente. En caso de duda debe estarse a las reglas generales. Propender a ellas es contribuir a la mejora de **la lengua** en las cualidades esenciales de conexión lójica, exactitud i claridad. Algunas de sus libertades merecen mas bien el título de licencias: orijinadas del notorio descuido de los escritores castellanos en una época que ha dejado producciones admirables por la fecundidad i la elevacion del ingenio, pero pocos modelos de correccion gramatical. Es necesario tambien hacer diferencia entre las concesiones que exige el poeta, i las leyes severas a que debe sujetarse la prosa. (BELLO, 1847, p. 197. Cap. XXX. Corpo).

A SE 30, cujo tema é a concordância, podemos observar, por meio do procedimento enunciativo da reescrituração, que a FN “*la lengua*” é uma reescritura por repetição reduzida da FN “*lengua castellana*”, o que estabelece uma relação de sentido de sinonímia. Neste caso, o alocutor-gramático da SE a retoma como algo dito de uma perspectiva predominantemente individual, que pode ser confirmada pela tomada do léxico avaliativo e prescritivo (*otra particularidad notable; debe estarse; notorio descuido; producciones admirables; es necesario...*) e também pela argumentação, que faz em direção à contribuição dada à língua espanhola, ao intervir sobre os usos na tentativa de restaurar, de atualizar a norma e manter a língua estável. Traz exemplos que vêm sem autoria (pode ser de Bello ou coletas de uso popular) e outro de um literato espanhol (Jáuregui é uma das fontes na *Gramática* (1847), conforme expôs a seção 3.2.4), para mostrar um equívoco de concordância praticado por eles.

SE 32 – La apócope familiar *a cas de, en cas de*, pasa por anticuada en **la Península**, donde se usó por lo ménos hasta la edad de Calderón, como se ve a cada paso en sus comedias; pero subsiste en **América**. Notarémos como mal sonante i vulgarísima la frase: “Ha ido a *lo de* su amigo”, “Ha estado en *lo de* D. Pedro”; aunque usada por toda clase de personas en **algunas partes de América** [...] Si se trata de persona que esté en un lugar que no sea casa, es preciso decir *fui a ella, estuve con ella*. (BELLO, 1847, p. 203. Cap. XXXI. N. rodapé).

A SE 32 contém reescriturações por substituição metonímica (lugar pela língua) e o sentido movimentado é de especificação pelos espaços de dizer. Esses lugares são “*la Península*” e “*la América*”, ou seja, são dois espaços. O primeiro agrega um sentido de conformação em relação ao uso da apócope familiar (*a cas de, en cas de*), que reconhece ser antiquada. O segundo reforça o sentido de rejeição do uso (*pero subsiste; mal sonante i vulgarísima*), que persiste em algumas partes da América Latina e é utilizada por toda classe de falantes. Logo, esse uso não teria direito de integrar a norma linguística da *Gramática* (1847) porque é uma realização

antiga na língua espanhola, atestada pela citação dos textos de Calderón, autor da literatura espanhola do Século de Ouro.

Tudo isso é dito por um L, via alocutor-gramático, que apresenta seu dizer de dois lugares diferentes: um E individual predominante (*se usó; pero subsiste; mal sonante i vulgaríssima; aunque; si se trata*) e um E coletivo (*notaremos*), em que gramático e falante se diluem, possibilitando sua inclusão no grupo dos alocutários-falantes de espanhol. Ou seja, o ponto de vista adotado pelo L sobre esse aspecto da língua é distribuído na divisão dos lugares de dizer (E).

SE 33– Otras veces redundante **este que**: “Suplico a vuestra merced que, porque no encarguemos nuestra conciencia, confesando una cosa por nosotros jamas vista ni oida, *que* vuestra merced sea servido de mostrarnos algun retrato de esa señora”. (Cervántes) Nada mas comun que este pleonasma en nuestros clásicos; pero segun el uso moderno es una incorreccion que debe evitarse. (BELLO, 1847, p. 234. Cap. XXXVI. Corpo).

A SE 33 trata de um uso do pronome relativo “*que*” em língua espanhola. Nessa SE, a reescrituração se dá por substituição metonímica, por especificação. A FN “*lengua castellana*” é substituída por “*este que*” e traz particularizações “*este pleonasma en nuestros clásicos*” e “*una incorreccion en el uso moderno*”. Elas se reportam a diferentes épocas de uso de “*este que*”, o antigo (*nuestros clásicos*) e o atual (*uso moderno*). Além disso, para cada um desses períodos do uso, há uma definição carregada de avaliação pessoal (*pleonasma, ontem; incorrección, hoje*).

Então, tem-se “*este que*” retomando “*lengua castellana*”, como já foi dito, mas também “*pleonasma en nuestros clásicos*” e “*una incorreccion en el uso moderno*”, funcionando como reescriturações de “*este que*” pelo modo de substituição, com sentido de definição. As paráfrases possíveis são: SE 33’ – *Otras veces redundante este que de la lengua castellana/del castellano es un pleonasma en nuestros clásicos, pero según el uso moderno es una incorrección que debe evitarse*; SE 33” – *Este que del castellano es un pleonasma en nuestros clásicos, pero según el uso moderno es una incorrección que debe evitarse*; SE 33'''

– *Este que es un pleonismo en nuestros clásicos, pero según el uso castellano moderno es una incorrección que debe evitarse.*

Na cena enunciativa, o L fala do lugar social de gramático. Movimenta-se entre o lugar de dizer de um E individual para um coletivo e retorna para um E individual. Isto nos leva a considerar que: todo o início da SE pode ser atribuído ao E individual; “*Nada más comun que este pleonismo en nuestros clásicos*” pode ser atribuído ao E coletivo; e a última parte da SE é de responsabilidade do E individual novamente, que também é o lugar de dizer da conclusão. O movimento enunciativo realizado torna possível ver a sobreposição do E individual.

O L apresenta um E individual, que traz o uso do *que* em um exemplo escrito de Cervantes, autor do Século de Ouro da literatura espanhola mais citado por Bello na *Gramática* (1847), de acordo com o mostrado na seção 3.2.4, para mostrar que era comum até nos clássicos literários. Tal E define tal uso como um pleonismo. Contrapõe esse uso ao moderno, quando diz “*pero*”, um operador adversativo, que orienta a argumentação em favor do que será dito depois dele “*una incorreccion que debe evitarse*”, que funciona como conclusão. Sendo assim, tomando como base o uso moderno, o E individual se posiciona sobre o uso do “*que*”, recomendado que seja evitado, não podendo integrar a norma porque é um uso redundante, incorreto e arcaico.

SE 35 – Una novedad en el uso del *qué* sustantivo neutro interrogativo, es el construirse con artículo; práctica, sin embargo, no tan usada en **América**, como lo es, segun creo, en **los escritos peninsulares**; pero que solo tiene lugar cuando la interrogacion se reduce a las solas palabras *el qué*. (BELLO, 1847, p. 259. Cap. XLII. Corpo).

A SE 35 trata da palavra “*qué*” como substantivo neutro interrogativo associado a artigo. A reescrituração de “*lengua castellana*” se dá por substituição metonímica nas FNs “*América*” e “*los escritos peninsulares*”, e o sentido decorrente é a especificação do lugar de enunciação. Há um contraste de usos nos dois espaços, sendo “*el qué*” não tão usado na “*América*” quanto seria na

“Espanña”. O alocutor-gramático apresenta a enunciação através de um E individual que assume o que diz por formas como “*una novedad del uso; creo; no tan usada*”. Essas e outras formas enunciativas da SE não reprovam esses usos, sendo tratados como práticas novas, modernas.

Mais uma vez fica evidente que a variedade de espanhol peninsular tomada como parâmetro para emitir um juízo sobre o assunto em questão na SE 35 é o registro escrito, o que reforça a tese de Moré (2004) sobre os critérios utilizados por Bello para definir a norma da sua gramática, aspecto já desenvolvido na seção 2.2. Ainda assim, o enunciador singulariza seu dizer sobre isso, modalizando-o.

Em resumo, as 21 SEs que compõem o gesto político 2 apresentam sentidos que reescrivem “*lengua castellana*”, em torno da relação norma e uso, as variedades dessa língua no continente americano. Os sentidos se movimentam entre a recusa e a correção dos usos e sua aceitação, havendo bem poucas aprovações.

A base de uso linguístico tomada para apresentar a norma é o uso culto chileno (cujas bases de formação são textos peninsulares da literatura do Século de Ouro), que funciona como metonímia da América Latina, como se fosse um uso uniforme em toda região, ou seja, um conjunto único. Isso mostra uma visão de língua composta por dois polos, a norma e os usos (ou uso do falante culto e demais usos), que levam à hierarquização entre eles. Um se sobrepõe (norma), mostrando um imaginário de língua homogênea para toda a comunidade falante de espanhol da América Latina. Essa língua seria mais fácil de ser aprendida e compreendida pelos falantes, de modo que teriam mais êxito comunicativo e, conseqüentemente, social. As ideias de evolução e de progresso do pensamento científico do século XIX ressoam nesse imaginário de língua da gramática que também é a concepção de língua para a sociedade chilena e latino-americana da época.

A análise através do percurso enunciativo proposto permite ver que sentidos constituem a designação do nome da língua, de modo que ela é a língua da região de Castela, a língua imposta, a língua

que se torna o idioma comum dos Estados hispano-americanos, a língua nacional e oficial, a língua do uso dos falantes, principalmente o culto, a língua a ser gramatizada, que traz à tona as variedades do espanhol regional e continental, através do discurso metalinguístico gramatical, que compara, avalia, recomenda.

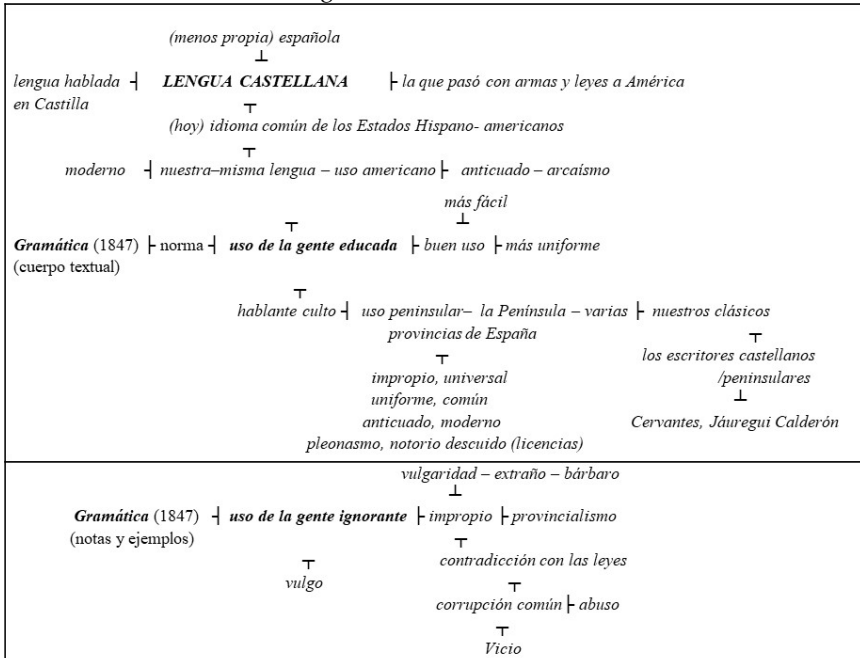
Quanto ao agenciamento do falante, ele se dá predominantemente em um Locutor que fala do lugar social de gramático, e que, em alguns momentos, se inclui no lugar de falante nativo da língua espanhola. Já o ponto de vista que sustenta o dizer (E) que prepondera, ao contrário do gesto político 1, é o individual, o que é compreensível uma vez que almeja apresentar a norma da língua para os falantes latino-americanos de espanhol que ele julga adequada, a norma modificada, restaurada. Nessa direção, a singularidade do dizer insere Bello como um dos gramáticos da língua espanhola, no espaço de enunciação latino-americano, no século XIX.

As FNs mais recorrentes desse conjunto que funcionam como reescrituras são: *Chile* (6x), *los americanos...los escritores peninsulares/ varias provincias de España i de Hispano-América...las Repúblicas Australes/América... la Península/ América...los escritos peninsulares* (4x), *algunas partes de América* (3x), *la lengua, una (misma) lengua* (2x), *lengua castellana, española, idioma comun, el uso americano, nuestra lengua, todos los países castellanos* (1x), entre outras formas anafóricas e metonímicas. O modo de reescrituração mais comum novamente é a substituição com sentido de especificação, nesse caso, substituição metonímica (lugar ou falante pela língua falada).

A título de uma compreensão geral da análise empreendida, sintetizo o movimento de sentidos e os modos de reescrituração em torno do gesto político 2, em um quadro no Apêndice F. Com o mesmo objetivo, componho um Domínio Semântico de Determinação (DSD), Figura 12, dos principais pontos da análise, referente a esse gesto político, que vai traçando um percurso de significação para a designação *lengua castellana*, nos 21 recortes desse grupo.

O DSD 2 mostra que o sentido de “*gente educada*” está constituído na própria gramática, o que vai determinar “*lengua castellana*”. Essa língua, por sua vez, está em antonímia com “*gente ignorante*”. Então essa relação antonímica passa a ser importante porque ela é parte fundamental do sentido de “*lengua castellana*”. Ou seja, essa antonímia é constitutiva dessa relação de sentido, não estando ali apenas como excluída como possa parecer ao ficar aparentemente fora de todas as determinações que atribuem sentido à “*lengua castellana*”. Nem sempre os usos do povo são tratados como erros nem rechaçados pelo gramático. Há situações em que o modo de enunciar de Bello traz de volta essas vozes litigiosas como mostra a SE 31 (cujo tema é o uso do artigo definido antes do nome próprio, prática atualmente não recomendada pela gramática normativa da língua espanhola), quando os usos dos falantes cultos e não cultos se identificam. Dito de outra maneira, há vezes em que ambos faziam uso de certas formas da língua espanhola na América Latina, no Chile, da mesma maneira. A análise desse conjunto de SEs leva a concluir que esse uso coincidente e regular nesses dois grupos de falantes tem legitimidade para o gramático porque já havia sido usado na literatura castelhana do Século de Ouro, este considerado um momento em que a língua teria atingido o seu “melhor” estágio. Por isso, Bello não os reprova. Portanto, nem sempre os usos populares são rejeitados pelo gramático, intervenção que produz um efeito de democracia linguística.

Figura 12 – DSD-síntese 2



Fonte: Autora.

(Onde se lê: *lengua castellana* é determinada por *española* (como designação *menos propia*, já que surgiu depois e não é a dada no lugar de onde a língua veio), por *lengua hablada en Castilla*, por *la que pasó con armas y leyes a América*, por *el idioma común de los Estados Hispano-americanos*. *Idioma* é determinado por *nuestra lengua*, a qual está em relação de sinonímia com: *misma lengua* e *uso americano*. As expressões *anticuado* (sinônimo de *arcaísmos*), *moderno* e *uso de la gente educada* atribuem sentido ao *uso americano*. *El uso de la gente educada* é determinado por *buen uso* (que recebe o sentido de *más fácil* e *más uniforme*), por *norma* (esta determina a língua da **Gramática**) e por *hablante culto*. A língua deste *hablante culto* é determinada (no sentido de ter como base) pelo *uso peninsular* (expressão enunciada como sinônima de *la Península*, *varias provincias de España*), que, por sua vez, vem determinado *nuestros clásicos*, *escritores castellanos/peninsulares* (este último determinado por autores como *Cervantes*, *Calderón* e *Jáuregui*) e por um grupo de palavras que atribuem sentido de caracterização desse uso: *impropio*, *universal*, *uniforme*, *común*, *anticuado*, *moderno*, *pleonasmo*, *notorio descuido (licencias)*. O *uso de la gente educada* com toda a atribuição de sentido que recebe se coloca enunciativamente na **Gramática** (1847) numa relação de antonímia com o DSD específico de *uso de la gente ignorante*, o qual se inclui no DSD de *lengua castellana*, porque, nessa obra, os usos se relacionam assim como é na vida diária do falante, mesmo que um deles tenha sido promovido à norma (uso culto). As palavras *impropio*, *vulgo* e

Gramática (1847), *notas y ejemplos* atribuem sentido ao uso de *la gente ignorante*. Este uso é apresentado como *improprio* porque é determinado por usos avaliados pelo gramático como *vulgaridad – extraño – bárbaro* (que guardam entre si uma relação sinonímica), *provincialismo* e *contradicción con leyes*. Tal contradição é determinada por práticas dos falantes que seriam *corrupciones comunes*, estas recebem o sentido de *vicio e abuso*.)

5.3 O funcionamento do político nas reescrituras

Esta seção busca discutir e interpretar os resultados das análises, da seção anterior. Na SA, interpretar é “atribuir sentidos a um texto, a seus elementos e a seu todo, na base da descrição de recortes do texto, levando em conta as relações que marcam a integração dos elementos ao texto e segundo a posição teórico-metodológica assumida”. (GUIMARÃES, 2017, p. 59). Com base nessa teoria e na análise dos recortes, considero o conceito do político (Guimarães, 2002) como um modo de interpretação que pode contemplar os dois objetivos desta seção. Essa possibilidade decorre do que a categoria analítica da designação e o procedimento analítico da reescritura mostram no plano enunciativo.

No universo teórico em que este estudo se inscreve, a relação entre os eventos linguísticos e as condições sócio-históricas é indispensável. Nessa ótica, toda enunciação é política e toda a não enunciação também, na medida em que os não ditos, os silêncios, os implícitos, os apagamentos, como se queira denominar o que não está na forma, também são modos de se manifestar, de significar e fazer sentidos que operam sobre a realidade de modo desigual, reivindicando um lugar. Isso porque, conforme Guimarães (2001, p. 2), “o político diz respeito ao modo de poder tomar a palavra”, que é determinado sócio-historicamente.

Auroux (2014, p. 12), na perspectiva da HIL, compreende que “todo conhecimento é uma realidade histórica” porque

o ato de saber, possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção, [...] assim como um horizonte de projeção. O

saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

Nesse sentido, é que defende que “o ato de saber (produção de conhecimento) não é ele mesmo algo sem relação com a temporalidade”. (AUROUX, 2008, p. 141). Em relação a isso, Guimarães (2004, p. 16) afirma que “o sujeito da ciência não está fora da história”. Consequentemente, isso quer dizer que as produções são de “sujeitos constituídos ideologicamente em condições históricas específicas”, sendo que “a “produção do conhecimento é uma prática histórica, materialmente determinada”. Portanto, é na relação língua (espanhola) – sujeito-falante (Andrés Bello) – história (conjuntura do séc. XIX, na América Latina) que esta estudo ganha forma, enquanto um estudo da designação do nome da língua e a interpretação do que faz sentido por suas reescrituras no instrumento linguístico – *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847) – a fim de buscar compreender a ideia de língua presente nesse texto.

Conjugando a HIL e a SA em torno do que entendem pelo ato de saber, é possível dizer que ele é histórico e político. A SA, como uma Semântica Histórica da Enunciação que é, considera indispensável a relação entre os eventos linguísticos e as condições sócio-históricas, vendo a inseparabilidade do linguístico e do político.

No livro **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação** (2002), Guimarães explica por que se interessa pelo político e de onde ele vem na sua teoria. Ao se colocar no domínio de posições materialistas, considera o político como “algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (p. 15) e, por isso, lhe interessa para pensar a noção de acontecimento da enunciação. O autor diz que duas posições desenvolvidas no âmbito do materialismo guardam relação com a

sua concepção do político: de um lado, o político compreendido como conflito, apresentada por Eni Orlandi, na obra **Terra à vista** (1990); e de outro, o tratamento do político na Filosofia, feito por Jacques Rancière, que considera a política como dissenso, nos livros *La méésentente* (1995)²⁰² e *Aux bords du politique* (1990)²⁰³.

Guimarães (2002) desloca o conceito de político de Rancière, para o universo da língua, a partir de uma abordagem enunciativa, como algo constitutivo da enunciação. A língua seria também uma prática política na medida que as línguas do mundo se distribuem desigualmente no espaço de dizer e os falantes estão divididos ao dizer e pelo modo de dizer.

No pensamento de Rancière (2007, 2018), o político é um encontro de dois processos heterogêneos, que têm formas distintas de concepção do mundo e representam formas diferentes de percepção e de partilha do real. Não se trata de relações de poder, mas sim de relações entre mundos diferentes. Esse encontro heterogêneo é a condição para que o político exista.

O primeiro processo, denominado de polícia, remete ao governo e consiste em organizar a vida humana em sociedade, distribuindo hierarquicamente os lugares e as funções. Não significa algo negativo porque a ordenação é necessária para a vida em comunidade. Ela é “na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parte ou a essência das “partes”. (RANCIÈRE, 2018, p. 43).

O segundo, chamado de política, se refere às práticas guiadas pelo princípio de igualdade, ou seja, a um processo de emancipação, operado por uma parte da sociedade (subjetivação²⁰⁴) que desafia a divisão feita, que se opõe à ordem

²⁰² Edição brasileira: **O desentendimento: política e filosofia** (1996). Aqui é usada a 2ª edição (2018).

²⁰³ Edição portuguesa: **Nas margens do político** (2014); edição argentina: *En los bordes de lo político* (2007).

²⁰⁴ “Toda subjetivação é uma desidentificação, um arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de sujeito dos incontados, do relacionamento entre uma parte e uma ausência de parte”. (RANCIÈRE, 2018, p. 50).

imposta, à lógica policial porque não se identifica com ela. A política existe porque os excluídos conseguem se somar ao todo e instituem “[...] a contradição de dois mundos alojados num só”. (RANCIÈRE, 2018, p. 40). Nesse sentido, ela inscreve uma nova ordem igualitária na ordem hierarquizada da polícia.

Para que a política se realize, conforme o filósofo, é preciso que se liberte do político, saia de suas bordas. Ao fazer isso, um indivíduo estaria fazendo política. Em contrapartida, aponta que a forma mais eficiente de anular as ações da política é enganar o povo, apresentando a ele direitos e deveres comuns, que simulam o controle do poder (polícia). O sistema de governo democrático cria essa realidade ilusória de igualdade, quando, na verdade, as hierarquias sociais estão ali.

Rancière (2018, p. 79) desenvolve seu pensamento sobre a política, reconhecendo que tem três tipos ou três “figuras do conflito da filosofia e da política”, designadas por ele “arquipolítica” (relacionada ao pensamento de Platão, a política é mentira e cabe anular a falsa política, a democracia), “parapolítica” (formulada por Aristóteles em negação à ideia platônica, a política é aparência e deve ser neutralizada, integrada), e “metapolítica” (a política é manifestação da falsidade e deve ser denunciada). Isso tudo o leva a sustentar o fim da política na Filosofia, já que não a compreende como um meio de administrar o comum, mas um litígio ocasionado pelo desentendimento (as pessoas não têm o mesmo entendimento sobre a mesma coisa) e não pela harmonia.

Portanto, o político tem duas faces: a ordem e a igualdade. A primeira diz respeito à distribuição hierárquica das funções de cada um na sociedade, de modo que o governo trabalha pela convivência harmoniosa das pessoas. Atua aqui a polícia, evitando confrontos, protestos em relação à ordem estabelecida, de modo a garantir o consenso. A segunda se refere ao modo de agir do governo, que institui leis baseadas na ideia de que todos são iguais, pois têm os mesmos direitos e deveres. O objetivo disso é fazer crer na emancipação coletiva dos sujeitos, uma ideia ilusória, porque há o controle operado pela polícia sobre os indivíduos. Para Rancière

(2018), a emancipação é um fato individual e prestada pela política. Nessa ótica, a igualdade pregada pelo político é da ordem da ilusão.

Considerando suas duas faces, a ordem e a igualdade, Rancière (2007) explica que o político se articula sob a base da contradição, pois afirma e nega uma disposição estabelecida, cria e mantém uma realidade distorcida do real, do social. Logo, no pensamento de Rancière, tem-se a tríade político-polícia-política, entendidos como conceitos distintos. O dano inicia o litígio político, a partir do momento em que o pensamento da igualdade se choca com a lógica da polícia. Para o filósofo (2018, p. 53, grifo do autor),

o dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política. A política existe em razão de um único universal, a igualdade, a qual assume a figura do dano. O dano institui um universal singular, um universal polêmico, entrelaçando a apresentação da igualdade, enquanto parte dos sem-parte, o conflito das “partes” sociais.

Partindo do tratamento do político na Filosofia dado por Rancière (2018), Guimarães (2002) propõe o seu conceito dentro da Linguística, especificamente, na SA. Afasta-se das ideias do político como verdadeiro ou falso, como algo negativo, entendendo-o como “fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (p. 21). Considerando isso, Guimarães ressignifica o conceito do político, cunhado por Rancière, definindo-o assim:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. [...] É a contradição que instala este conflito no centro do dizer. (GUIMARÃES, 2002, p. 16-17).

Nessa ótica, o político não é tomado no sentido comum, de governança pública, de ações partidárias, mas como litígio, disputa, conflito que está na base das práticas sociais. Ou ainda de

partilha, de divisão do real e dos sentidos em que os que não têm direitos sintam que têm, como um lugar da contradição. E esta ideia que é tomada de Rancière, entendendo-a como a forma que o político se materializa e opera na língua.

Se o acontecimento ocorre a partir do agenciamento enunciativo que convoca o falante a dizer, determinado pelo espaço de enunciação, compreendido como a relação entre línguas e falantes, uma relação desigual e conflituosa, logo, o político atravessa o espaço de enunciação. Na SA, o acontecimento, o espaço de enunciação, o agenciamento do falante, a constituição da cena enunciativa, os modos de dizer e o dito estão constituídos pelo político, de modo que ali se defende que a enunciação não é uma prática subjetiva centrada no “eu”, mas uma prática política. A concepção do político como constitutivo do espaço de enunciação, que determina os falantes, as línguas e o dizer, faz esse conceito perpassar a teoria proposta por Guimarães. Nessa medida, coloca-se como um conceito central da SA, diferentemente da Filosofia, a que Rancière (2007, p. 21) concluiu ter uma posição “*al borde de lo político*”.

Considerando que o político é constitutivo da enunciação, do acontecimento do dizer, cabe compreender como se materializa e funciona nas reescrituras da designação do nome da língua – *lengua castellana* – analisadas na seção anterior. Na *Gramática* (1847), o político opera divisões porque dizer é disputar a palavra, de modo que o litígio constitui a designação e suas reescrituras.

Uma dessas divisões se dá no funcionamento das línguas no espaço de enunciação em que a obra surge. Coocorrem a língua espanhola e outras línguas, as indígenas, o francês, o inglês, o latim. A primeira é a língua em que Bello diz e sobre a qual diz na sua gramática, sendo, por isso, a dominante, enquanto as línguas originárias são silenciadas e as línguas estrangeiras são rechaçadas.

Outra divisão acontece na enunciação de Bello. Nesse plano, há dois modos de dizer. Um deles afeta a designação do nome da língua, que é determinada mediante duas possibilidades, língua castelhana e língua espanhola. Bello é agenciado a utilizar língua castelhana, por motivos que já foram discutidos. Outro modo se dá

nas reescrituras, ou seja, nas retomadas da designação assumida. Esses modos enunciativos são reflexos da compreensão e concepção da língua e da norma na *Gramática* (1847).

Cada uma dessas divisões determinadas pelo político traz conflitos para o plano linguístico-enunciativo. Em função de que a maior parte das análises recai sobre as reescrituras, doravante, enfocarei nos confrontos enunciativos que ali ocorrem.

Na enunciação das reescrituras, há dois modos de dizer que o gramático adota, que, na verdade, são dois gestos políticos sobre a língua. Tais gestos produzem nessas retomadas dois conflitos, que se estabelecem e funcionam pela utopia da igualdade:

1) entre a norma já existente (oriunda da RAE, como centro regulador espanhol, e de outros gramáticos daquele tempo) e a proposta nova (submetida por Bello, de outro lugar regulador, o Chile/América Latina);

2) entre a proposta bellista (uso culto) e a diversidade de usos vigentes no espanhol americano (usos vulgares, coloquiais, familiares).

As SEs 1 a 14, analisadas na subseção 5.2.1 e reunidas no Apêndice C, evidenciam a primeira forma de conflito estabelecida (1). Essa regularidade entre elas faz com que estejam relacionadas ao gesto político 1. Já as SEs 15 a 35, examinadas na subseção 5.2.2 e agrupadas no Apêndice D, revelam a segunda forma de conflito (2) e, em razão disso, remetem ao gesto político 2.

A análise semântico-enunciativa das formas de redizer a língua em torno do gesto político 1 mostra o dizer de Bello, enquanto um falante culto, que trava um confronto com outro dizer, já estabilizado e vigente, o proposto pela RAE e por outros gramáticos. Nesse caso, a instituição reguladora da língua espanhola no mundo ocupa o lugar de quem propõe a normatividade, e o gramático venezuelano-chileno vem a ser aquele que busca alterar essa ordem, restaurar a norma, a fim de pertencer a ela.

No Gesto político 2, o dizer de Bello se desenvolve enquanto proponente de uma restauração da norma, usando de artifícios próprios para representar aquela modalidade de língua que ele julga ser a melhor para os falantes de espanhol na América Latina. Ela se confronta com as variedades do uso da língua nesse lugar. Nessa situação, Andrés Bello toma o lugar da normatividade e o faz da posição de poder do falante culto, do intelectual, de membro do Estado, do sistema educativo do Chile, ou seja, também de um lugar institucional.

Nessa forma de interpretação, a centralidade do conceito de político se mostra porque “garante” o pertencimento dos “desiguais”, dos diferentes, funcionando pela ilusão de igualdade. No Gesto político 1, ele assegura a proposta de Bello como pertencente ao todo da língua espanhola, e, no Gesto político 2, confirma “os usos da gente ignorante” como parte integrante da língua espanhola, ainda que divididos desigualmente no real e na *Gramática* (1847) pelo gramático, que o faz a partir de um instrumento normativo e do lugar institucional (sistema educativo estatal).

Nesse último caso, embora Bello desaprove esses usos, como atestam as formas das reescriturações usadas, não pode negá-los e ainda precisa deles como a contraparte para propor o “uso da gente educada”, como a norma da gramática, e, portanto, a língua. O modo de apresentação da norma, via um discurso gramatical que dialoga pela confrontação enunciativa (reescriturações em FNs organizadas em torno da dicotomia *uso de la gente educada* e *uso de la gente ignorante*) com o que não fará parte da norma, é sua garantia de existência e seu diferencial. Esse gesto apresenta não só a existência de uma variante culta da língua na América Latina, que julga merecer ser e integrar a norma, mas também a diversidade linguística latino-americana dessa língua, para o universo científico e gramatical do espanhol.

Essas relações enunciativas conflituosas em torno das reescriturações corroboram a tese de Guimarães (2018) de que o político é uma construção que se dá enunciativamente pelas instituições que organizam o real. O fato de os “desiguais”

pertencerem ao todo instala um litígio que provoca outra divisão do real. Em vista disso, o político se caracteriza

pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam: organizam os lugares sociais e suas relações, identificando-os (ou seja, atribuindo-lhes sentido), e recortam o mundo das coisas, significando-as. Por este conflito o real se divide e redivide, se refaz incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos. (GUIMARÃES, 2018, p. 50).

Através das análises realizadas, é possível observar que o político se marca no dizer e no dito de maneiras diversas, mas sempre estabelecendo um movimento de confronto de sentidos. A *Gramática* (1847), tomada enquanto normatividade, divide o real da língua para compor sua unidade, que, no caso, é a unidade da língua enquanto língua de Estado, de língua nacional do Chile e das demais nações latino-americanas independentes e da Espanha.

Andrés Bello enuncia essa divisão sob o modo da disparidade, instaurando a distribuição (desigual) dos lugares dados, no Gesto político 1, nas designações da língua espanhola (castelhano-espanhol), nas suas diferentes normas (RAE – outros gramáticos – gramático Bello), na terminologia e taxonomia de seus elementos na gramática, e, no gesto político 2, na língua escrita e falada, na norma e em seus usos (variedades), na língua e em seus falantes.

Tanto no gesto 1 quanto no 2, o dizer do alocutor-gramático é enunciado da posição de sujeito especialista na língua, sendo que, no primeiro caso, almeja pertencer ao grupo dos especialistas, defendendo a tese de que a América Latina também tem direito de participar da norma da língua espanhola, pois possui uma classe de falantes cultos capazes, e o faz através da elaboração de uma gramática, e, no segundo, quer mostrar que a maior parte dos falantes latino-americanos (o povo) usa mal a língua espanhola, que está cheia de vícios, e que precisa aprender através do instrumento linguístico que elabora a “boa língua”, ou seja, a língua dos falantes cultos. O dizer de Bello, visto através das

reescriturações do nome da língua, mostra o lugar privilegiado que ele dá ao falante letrado e ao seu modo de usar a língua, convertendo-o no sujeito da sociedade republicana que se instaurava no Chile e na América Latina naquele tempo.

O alocutor (falante-cidadão-gramático) enuncia através de um lugar de dizer predominantemente individual, desde um Estado-Nação recém-independente, que está buscando estruturar-se. Os discursos que se evidenciam são: reivindicação do direito linguístico de discutir e de gerir a norma, com base na teoria da língua particular e na defesa do bom uso; e anti-corrupção da língua, no sentido de preservação da unidade, de garantia da comunicação e de vínculo identitário entre as nações falantes de espanhol. Portanto, o dizer do alocutor gramático e falante latino-americano culto de espanhol entrecruza o discurso linguístico-normativo com o discurso institucional (RAE, gesto político 1, e sistema educativo do Estado chileno, gesto político 2).

A proposta bellista é feita com o intuito de restaurar, uniformizar, normalizar, estabilizar a língua espanhola. Ela vai confrontar-se com uma norma soberana já existente no mundo hispânico, a norma acadêmica, ainda que não seja praticada ou conhecida da maioria dos latino-americanos, falantes de espanhol. Também vai confrontar-se com as práticas de uso, as variedades do espanhol latino-americano. O conflito duplo que se apresenta deixa ver, no plano da forma e da enunciação, os sentidos da língua e a concepção de língua que se apresenta no instrumento linguístico enfocado. As reescriturações (SE 1 a 35) da designação do nome da língua (SE 0) vão corroborando a interpretação dada ao título, de *Gramática* (1847) ser um acontecimento enunciativo, e vão construindo os sentidos da designação e da noção de língua.

Em síntese, a tomada do conceito de político como um modo de interpretação dos sentidos das reescriturações de *“lengua castellana”* permite apontar os conflitos evidenciados em duas formas de operação: gesto político 1 e gesto político 2. Isto é, permite visualizar a relação do sujeito com a língua espanhola, marcada pelo conflito: no gesto político 1, é a busca pelo direito do

falante culto latino-americano de participar da elaboração da norma. Bello, dá mostras disso pensando alguns temas de modo diferente, ou seja, traz concepção de língua, de gramática, renomeia elementos, reclassifica, para designar diferente.

O conflito no gesto político 2 é o movimento entre os usos e a norma do espanhol que Bello pensa ser a adequada para os falantes latino-americanos. Para isso, traz os usos, aceitando aqueles utilizados pela “*gente educada*” e rechaçando os utilizados pela “*gente ignorante*”. No espaço de enunciação de uma gramática, por sua natureza normativa, não haveria lugar para as variedades, os usos (regionalismos, provincialismos, arcaísmos, vícios, entre outras designações que se possa assumir), embora na de Bello se crie um lugar onde alguns deles possam ser incluídos: na sua maioria alocados em notas de rodapé. Mesmo assim, reivindicam seu lugar. Nessa distribuição desigual, vê-se o funcionamento do conflito, do político. Os sentidos ali projetados mostram-se divididos, pois há uma fronteira que separa a língua (norma, uso culto) da *Gramática* (1847) da língua popular, composta por um conjunto diverso, ainda que o discurso metalinguístico que ordena e organiza a língua nesse instrumento linguístico tente passar a ideia da unidade idiomática.

Para a SA (2002), suporte deste estudo, o político está na língua, de modo contraditório, sendo uma normatividade que comanda a enunciação e os modos de dizer. Além disso, constitui o espaço de enunciação da *Gramática* (1847), que se configura num lugar de disputa entre registros da língua espanhola, onde o uso do falante culto ganha status de norma, por ser visto como “boa língua” e os demais usos não, e isso também classifica os falantes de cada um desses registros. A partir desse entendimento, compreendo o discurso da gramática em estudo como um discurso metalinguístico, mas também como um discurso político, pois opera de modo conflitivo: questiona uma ordem estabelecida para conquistar o direito de igualdade (gesto político 1) e propõe outra ordem (gesto político 2), visando à igualdade, mas se depara diante da impossibilidade dela.

Em vista de sua natureza contraditória, cabe ao político “la regulación del conflicto social” (RANCIÈRE, 2007, p. 37), apagando o dissenso. As ações em torno disso levam o autor a chamar esse trabalho de “*arte político*”. Transladando essa ideia para o âmbito da língua, tem-se o político como o elemento que faz papel de normativo, de controlador do dizer e dos modos de dizer em direção ao consenso. Nesse sentido, o político tenta dissimular, encobrir as contradições estabelecidas pelo real e a política, ao contrário, age para fazê-las aparecer. Essa analogia permitiria dizer que:

a) no gesto político 1, a norma da RAE para a língua espanhola representaria o político, ou melhor, elabora um discurso com efeito de igualdade na distribuição dos usos da língua, enquanto as formulações de Bello, representando uma outra forma de ver a língua, fazem ecoar a voz da política. Bello estaria atuando como excluído, como um “sujeito do litígio” (RANCIÈRE, 2018, p. 90), um sujeito da política, pois questiona a ordem estabelecida, confrontando-se com algo tido pela maioria como consensual. Esse questionamento revela a contradição na língua e nos falantes cultos latino-americanos, por não estarem no lugar que julgam lhes ser de direito, sendo prejudicados nessa classificação, nessa ordem existente.

Ainda assim, considero que tais formulações (designação e reescrituras, renomeações e novas classificações) não acarretam uma ruptura, mas mostram alguém agindo em prol do direito de participar da norma. O gramático Bello reclama, portanto, outro estatuto para os falantes cultos, reivindicando igualdade de direitos perante a comunidade hispânica, e isso é dito explicitamente pelo gramático no *Prólogo* (SE 5). A designação do nome da língua e suas reescrituras vão corroborando a ideia de inclusão e não de separação.

b) no gesto político 2, a “norma” da língua espanhola, proposta por Bello, na Gramática (1847), corresponderia ao político e as variedades à política. Bello, enquanto sujeito do político, apresenta uma realidade distorcida, embaçando a visão da comunidade falante de espanhol latino-americano, com uma ideia

falsa de democracia linguística (exemplo é a SE 31). A interpretação realizada leva a concluir que isso acontece porque nesse gesto opera sobre Andrés Bello o conflito entre a posição de gramático e a de falante nativo da língua, mostrando-se em momentos na prática linguística em que os falantes cultos usam as mesmas formas que os não cultos, e essas já tivessem sido usadas por autores da literatura espanhola do Século de Ouro, que lhe conferem legitimidade. Logo, no sentido político, Bello está dividido no discurso gramatical entre falante culto e gramático, em que se inclui e se exclui ao mesmo tempo, no plano do dizer.

A designação "*lengua castellana*", nessa obra, acaba funcionando como consenso, por estar num instrumento linguístico, sobre a língua nacional, oficial e estatal, e como dissenso, pois não omite, não apaga os registros vulgares. Eis o político operando, na sua característica de ser contraditório, desigual, porque, ao mesmo tempo que afirma o uso culto do espanhol latino-americano, não dá o mesmo tratamento à sua totalidade, ao tomar uma parte como o todo, um registro em prol dos outros.

Conforme Guimarães (2002), a contradição é indissolúvel porque é constitutiva da natureza do conceito de político. Faz parte do dizer e do dito. O funcionamento do político nas reescrituras analisadas do nome da língua é uma forma de visualizar os conflitos no plano enunciativo, que traduzem a determinação desigual do real aos falantes da língua espanhola, em que ilusoriamente as partes estão no todo, mas uma delas domina, fazendo circular sentidos divididos de especificação e de definição da língua, de seus falantes e do espaço de enunciação. É nessa medida que compreendo o político na divisão da língua espanhola na *Gramática* (1847), como o elemento que contém a contradição, a desigualdade: por um lado, defende-se o direito dos usos cultos da língua espanhola receberem tratamento igual no dizer, no espaço de enunciação (gesto político 1), e, por outro, configura-se a distribuição desigual dos usos e de seus falantes, enquanto seus representantes (gesto político 2).

CONCLUSÃO

O presente livro tem como tema geral a língua espanhola, que é a língua de trabalho como professora e a língua de estudo como pesquisadora no sul do Brasil. Isso quer dizer que minhas reflexões se realizaram a partir de um duplo agenciamento que determinou dois lugares sociais de dizer, que se entrecruzaram, o de professora e o de pesquisadora. Assim determinada, apresento um retrospecto dos aspectos mais relevantes discutidos nesta obra, aponto conclusões e possibilidades de estudos futuros.

A materialidade escolhida para a reflexão foi um texto gramatical. Trata-se da *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, publicada em 1847, no Chile, por Andrés Bello. Propus-me a pensar a noção língua espanhola nessa gramática, fazendo uma leitura semântico-enunciativa, que considerou como ela é enunciada e os sentidos que circulam em um texto que é produto de um conhecimento linguístico e também um acontecimento da enunciação. Nesse sentido, encontrei fundamentos no suporte teórico dos estudos semânticos de Benveniste (1970), da Semântica do Acontecimento, de Guimarães (2002, 2018), sobretudo, e da História das Ideias Linguísticas, de Auroux (2014), para conceber a *Gramática* (1847) como um “acontecimento enunciativo” e como “instrumento linguístico”.

Considerando a problematização proposta, o texto-produto foi organizado em duas partes complementares entre si. Na Parte I, desenvolvida em dois capítulos, procurei compreender a conjuntura sócio-histórica, política e científica de produção da gramática, direcionando o olhar para o século XIX. O panorama trazido permitiu situar o autor e a obra em estudo num determinado ponto, possibilitando, sobretudo, reconstruir o horizonte de retrospecto e projeção da mesma na linha do tempo da história de produção do conhecimento gramatical e linguístico sobre a língua espanhola e localizar Andrés Bello nesse universo.

No Capítulo 1, fiz considerações sobre a história e a política do século XIX, na América Latina, e isso foi importante para conhecer e refletir sobre a situação e o ambiente em que Bello nasceu, viveu, se formou e emergiu como um intelectual latino-americano. O discurso delineou um percurso que foi do abrangente (Europa – América Latina) ao específico (Chile), tocando em fatos históricos, políticos e científicos que levaram a compreender as principais ideias linguísticas do Chile desse século (seção 1.4). Foi possível apreender que Andrés Bello esteve muito envolvido com essas ideias, o que o coloca como figura central nos discursos metalinguísticos latino-americanos desse período.

No Capítulo 2, dedicado ao autor e ao seu legado, busquei conhecer e compreender a vida para compreender o pensamento e a obra, o homem para compreender o intelectual. Nesse sentido, esse capítulo permitiu algumas conclusões. A primeira delas é que Andrés Bello enfrentou transições, porque o período em que viveu é um tempo de transições, entre as quais: do século XVIII para o XIX, de um país a outro, da colônia para a nação independente, do sistema monárquico para o republicano, das amarras com a ex-metrópole à nova ordem dos Estados nacionais latino-americanos, da ortografia e norma da língua da RAE e de outros gramáticos e estudiosos às propostas apontadas por intelectuais como ele. As leituras revelam o trabalho constante realizado durante sua vida em prol das demandas do seu continente natal.

Outra conclusão é que Bello tem a característica do intelectual do século XIX, formado na tradição clássica, na Caracas colonial, com aprimoramento intelectual nas correntes modernas em Londres, na Ilustração e no Romantismo francês, ou seja, é um humanista latino-americano que integrou a geração ilustrada, porque atuou em diferentes áreas do conhecimento e tem várias publicações, algumas deixaram marcas importantes e decisivas seja para a língua, para as leis, para a educação, para a sociedade, tornando-se não só uma figura central no discurso metalinguístico, mas também no discurso jurídico da época para este continente. Foi um intelectual, mas também um homem de Estado. Sua atuação lhe

deu notoriedade naquela conjuntura e depois, conforme vê-se, por exemplo, em Sánchez Méndez (2011), que o caracteriza como a figura mais destacada e influente da América Hispânica, e em Arnoux (1998), que afirma ser o gramático mais notável no âmbito hispânico nesse século.

Além disso, não é exagerado concluir que Bello teve um papel central na estruturação do Estado nacional chileno. Ele atuou engajadamente na sua construção, no sentido pensado por Nebrija (1992) e também por Anderson (1993), que apontam que um Estado ou uma nação se constitui, se faz por três frentes: lei, língua e rei. Bello atuou significativamente nas três áreas. No âmbito da lei, foi responsável pelo Código de direito civil chileno; no da língua, produziu, entre outras obras, gramáticas escolares e a *Gramática* (1847), propôs uma norma ortográfica e ainda ajudou a fundar e a reger a UCHILE, defendendo, em seu discurso inaugural, que se deviam começar os estudos primeiramente pelo da língua nacional, considerando-a um aspecto importante na conjuntura vivida naquele momento; e no âmbito da política (rei), foi senador da República durante 27 anos, o que lhe deu um lugar favorável para agir nesses três âmbitos. No seu projeto de ordem republicano, põe em prática toda sua erudição.

No referente à atuação de Bello no âmbito da língua, compreendi que ele foi um agente de política linguística e os alcances de sua intervenção se deram tanto de forma mais restrita (Chile) quanto de forma mais ampla (América Latina), isto é, ela se desenvolveu do nacional ao transnacional, conforme mostraram os textos do autor apresentados nesse capítulo. Alguns deles aportam medidas mais pontuais e locais e outros mais gerais. A política linguística do intelectual teria se consolidado, principalmente, com a *Gramática* (1847), pois ela abriga um saber gramatical sobre a língua nacional das novas Repúblicas, uniformizada, livre do fantasma da fragmentação e apta para ser aprendida. Ela dita a norma, de modo que *“la lengua es la libertad, pero la gramática su imperio”*. (TRUJILLO, 2019, p. 199). Com essa obra, Bello almejava também contribuir para a solução do problema apontado na

situação linguística do espanhol na América Latina no texto publicado em Londres, *Indicaciones sobre la conveniencia de reformar y uniformar la ortografía en América* (1823). Parafrazeando Jaksic (2003, p. 191), língua e lei deviam estar conectadas na “*República del orden*”, imaginada por Bello, na medida que a língua era um meio de consolidação da ordem nacional e da unidade continental.

Outra conclusão relaciona-se à recepção da *Gramática* (1847), na América Latina. Ela foi positiva de modo que isso difundiu sua circulação nas instituições educacionais estatais e privadas, vindo a ocupar lugar com a gramática acadêmica e com a de Salvá. Entre seus expoentes, destacaram-se colombianos e venezuelanos. (PÉREZ, 2016). Embora tenha sido escrita para um destinatário continental, no Chile, sobretudo, no século XIX, essa obra foi referência no ensino, sendo a gramática da língua espanhola de maior destaque, integrando uma política linguística estatal. Nesse sentido, funcionou como um instrumento para a aprendizagem da língua nacional e o favorecimento da comunicação, para conhecimento das leis pelo cidadão desse novo Estado moderno.

Em síntese, o Capítulo 2 possibilitou compreender o legado de Andrés Bello, que vai muito além da sua contribuição no âmbito da língua, o que justifica seu reconhecimento no Chile, porque qualquer um que visite esse país notará que foi alguém importante. O artista chileno Roberto Matta (apud CUSSEN, 1992, p. 145) chegou a dizer: “*Chile, país inventado por Andrés Bello*”.

Na Parte II, composta por três capítulos, delinee o percurso teórico-metodológico e analítico realizado, concentrando esforços de modo a deslocar o olhar geral ao específico sobre o objeto e sobre a teoria tomada como suporte para as investidas metodológica e analítica.

No Capítulo 3, apresentei a *Gramática* (1847) como texto-base deste estudo, fazendo uma leitura detalhada sobre sua estrutura (conforme atestam os Quadros 2, 3, 4, 5 e o Apêndice C), buscando compreendê-lo como um todo, com o intuito de que isso pudesse auxiliar o gesto analítico sobre alguns de seus enunciados, na tentativa de abarcar o objeto de estudo, a noção de língua. Esse

entendimento encontra suporte na SA, que defende que os enunciados devem ser analisados, considerando as relações que marcam a integração dos elementos ao texto e ao acontecimento de enunciação de que fazem parte. (GUIMARÃES, 2018).

A exploração da obra, tratada como “instrumento linguístico” (AUROUX, 2014) e como “acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 2002, 2018), nesse capítulo, leva a compreender que o conceito de gramática se apresenta de modo amplo. Diante disso, é possível apontar que a *Gramática* (1847) se coloca como: gramática nacional, gramática particular, gramática pedagógica e “*gramática de la emancipación*” ou “*gramática de la libertad*”.

A primeira designação foi atribuída por Bello. A constatação de que ela atua como um instrumento a serviço do projeto político do Estado chileno, sendo um meio de aprendizagem da língua, que é a LN, no sistema educativo do Chile (e com pretensões para toda América Latina), possibilita concordar com a definição dada pelo gramático. A frase de Ramos (1993, p. 21) sintetiza as três funções estatais que a gramática teria tido: “establecer la lengua franca del contrato y del intercambio”, “escritura de la ley” e o “trabajo en la intervención de la ciudadanía”. Nesse sentido, ela se tornou um elemento muito importante no projeto de Bello que visava à nacionalização, à formação da cidadania pelas letras.

No segundo caso, também foi Bello que caracterizou sua obra como uma gramática particular, apontando como justificativa o fato de se desprender dos moldes da gramática latina e do modelo lógico racionalista de Port-Royal na sua concepção e estruturação, ambos parâmetros da época. Não só no Capítulo 3, mas no decorrer da análise das SEs, essa ideia se comprovou, de modo que a *Gramática* (1847) passa a ser uma gramática da língua espanhola, cuja língua tem autoridade sobre ela mesma. Ao elaborar procedimentos linguísticos próprios, Bello trabalha com o objetivo de facilitar o estudo da língua, uma proposta que ele já vinha defendendo no artigo *Gramática castellana*, de 1832.

A terceira forma de determinar a gramática em estudo surgiu de uma inferência feita a partir de alguns elementos, como o

discurso do *Prólogo* (onde apontou diferentes destinatários, conforme seu nível de conhecimento da língua), da estruturação do texto, dos tipos de letras no corpo da obra, da terminologia e explicação dos componentes e do trabalho com as edições feito pelo autor. Esse conjunto de fatores mostrou que é uma gramática com caráter pedagógico, e, em sendo assim, foi elaborada para que pudesse ser um texto mais didático, cuja função era ensinar o código comum (LN) e uniforme, preservando a unidade linguístico-cultural.

As expressões “*gramática de la emancipación*” e “*gramática de la libertad*”, cunhadas por Jaksic (1999) e Jaksic *et al* (2013), respectivamente, foram tomadas para apontar a quarta forma de identificar a *Gramática* (1847), como aquela que se libertou da língua-mãe (Latim) e do modelo lógico-racionalista e que liberou o falante de seguir a norma da RAE, ambos modelos de língua. As razões que explicam essa outra forma de defini-la estão na pesquisa sobre os exemplos (Capítulo 3) trazidos na obra pelo autor para representar a língua e também nas análises dos recortes (Capítulo 5). Essa caracterização da gramática não está relacionada à proposição de uma norma alternativa ou uma norma latino-americana, mas ao aparecimento de elementos e realidades ignorados pela tradição científica gramatical em língua espanhola: o falante culto latino-americano, novas formas de pensar, o gramático e sua gramática, a existência de outros falantes e de outras variedades de espanhol na América Latina.

Primeiramente, a *Gramática* (1847) pode ser considerada uma “gramática da emancipação” porque liberta a gramática da língua espanhola da gramática latina e do modelo lógico racionalista de Port-Royal. Nesse sentido, além de ser uma gramática particular é também uma gramática emancipadora.

Além disso, essa gramática emancipa o uso culto chileno, latino-americano, liberando seus falantes de adotar a norma da RAE para expressar-se, e, ainda promove sua forma de usar a língua como modelo para os demais falantes de espanhol no continente. Para que esse falante latino-americano tivesse o direito

de participar da norma da língua espanhola, a única condição era que ele fizesse uso da língua da “*gente educada*”, isto é, fosse um falante culto ou seguisse essa variedade. Isso não significa que Bello aprovava todos os usos linguísticos desse falante, sendo um exemplo disso sua censura ao “*seseo*”. Na época, a língua dos educados era uma língua baseada na literatura espanhola, uma língua no seu registro escrito e de um determinado lugar e, nesse sentido, seria um modelo purista. Para defender essa ideia, Bello lançou mão de um *corpus* de exemplos exaustivo, sobretudo, da literatura do Século de Ouro, com fragmentos predominantemente de Cervantes (conforme o Quadro 4), a qual Bello ainda via como modelo de língua e de norma que encontrava eco nos falantes cultos latino-americanos.

Bello atesta que, na América Hispânica, há representantes da classe culta, logo, em seu texto gramatical (1847), passa a defender o direito desse grupo de participar da gestão do modelo de língua da comunidade hispânica. Então a *Gramática* (1847) funciona como a promotora do uso do falante culto, da classe letrada chilena, latino-americana (da qual Bello faz parte), como modelo de norma. Isto é, Bello, no seu papel de gramático, reconhece e estabelece a capacidade da classe letrada latino-americana de também gerir a língua à sua maneira e sem a autorização ou a validação da RAE (esta seria o sujeito do político, no sentido proposto por Rancièrre, 2018). A obra, nesse aspecto, faz parte de um processo de emancipação, operando como se fosse a política, ao buscar incluir o excluído no todo, e Bello seria o sujeito da política ou o “sujeito do litígio” (RANCIÈRE, 2018, p. 90) que questiona a ordem, não para propor outra, mas para incluir-se na já existente.

Essa interpretação coincide com a afirmação de Arnoux e Del Valle (2013, p. 153) sobre a publicação da *Gramática* (1847), ao defenderem que ela aparece como “una prueba irrefutable de los intereses de la clase letrada y su preparación para manejar y ejecutar la estandarización lingüística sin buscar el apoyo de la institución española o incluso su directa autoridad

legitimadora”²⁰⁵. Isto é, com essa gramática, essa classe está dizendo que a América Latina também pode regular a língua, também tem autoridade sobre ela porque tem uma elite intelectual que sabe se expressar bem em/e sobre o espanhol. Seu projeto linguístico, materializado na gramática, não está desvinculado do projeto político, ou seja, sua construção ultrapassa os limites do linguístico, ainda que não avance tanto quanto aquele no sentido de ruptura. Em consonância com Jaksic (1999, p. 521):

La independencia dejaba las ex colônias huérfanas de un mecanismo regulador del idioma, lo que se planteó en varias ocasiones y cuya solución se encontró en la adopción de una gramática, que en este caso fue la proporcionada por Andrés Bello. Pero esta misma obra insistía en la continuidad con el español ibérico y no su total independencia, como puede sugerirse en momentos de fervor patriótico²⁰⁶.

A *Gramática* (1847) também promove a autoria latino-americana em gramáticas da língua espanhola. Ela surge como um produto do conhecimento linguístico da primeira parte do século XIX que confere existência a Andrés Bello, enquanto autor, no cenário da tradição gramatical e na história da língua espanhola. Conforme já demonstrado, isso acontece devido às intervenções de Bello sobre a língua na gramática, sua originalidade e importância. Seu fazer o coloca num lugar social de autoridade sobre a língua espanhola, que diz como ela é na América Latina. Logo, o gesto de autoria gramatical latino-americana em língua espanhola é principiado desde essa obra, legitimando um lugar institucional e

²⁰⁵ Tradução: uma prova irrefutável dos interesses da classe letrada e sua preparação para manejar e executar a padronização linguística sem buscar o apoio da instituição espanhola ou mesmo de sua autoridade legitimadora.

²⁰⁶ Tradução: A independência deixava as ex-colônias órfãs de um mecanismo regulador do idioma, o que se propôs em várias ocasiões e cuja solução se encontrou na adoção de uma gramática, que, neste caso, foi a proporcionada por Andrés Bello. Porém, esta mesma obra insistia na continuidade com o espanhol ibérico e não na sua total independência, como se pode sugerir em momentos de fervor patriótico.

dando visibilidade e identidade para o autor, para a língua e para seus falantes, que ele representa na gramática.

A produção de uma gramática, na América Latina, que abordasse a língua espanhola a partir de uma norma, que já se afastava daquela da RAE, configura-se em um gesto político de inclusão da situação linguística (vozes, léxicos, construções frasais, usos) dessa língua nesse continente, realidade que fazia com que essa língua fosse diferente, que fazia que essa língua fosse uma língua pensada não da perspectiva acadêmica, mas uma língua e norma já pensadas a partir de um intelectual latino-americano. Logo, pode-se cogitar o gesto de autoria de Bello na sua autonomia, na produção do conhecimento linguístico sobre os usos do espanhol na América, caracterizando-se como algo diferenciador, como um gesto de independência linguística, como um gesto de descolonização.

Por último, a obra de Bello (1847) pode ser compreendida como uma “gramática da emancipação” porque mostra a existência de outros falantes e de outras variedades de espanhol na América Latina, além do falante culto e de seu uso linguístico. A forma encontrada pelo gramático para mostrar isso é feita de um modo caracteristicamente positivista, dispondo os usos em polos, em dicotomias: bom uso, gente educada – demais usos, gente ignorante; corpo da página – margem da página (notas de rodapés); explicação da regra, a norma – usos a serem corrigidos. A forma de representar a norma que o discurso metalinguístico adota, expondo o que está fora dela, mostrando o que tem de ser corrigido, coloca-se como o modo encontrado para justificar a produção de mais uma gramática, o seu caráter pedagógico necessário nas nações da América Hispânica.

No entanto, ainda que Bello descreva os usos dos falantes ignorantes (estes, sujeitos da política ao desafiar a ordem existente) em lugares predominantemente marginais na *Gramática* (1847), como contraponto ao uso dos falantes cultos, apontado para ser a norma; ainda que seja para ser evitado, desprezado, avaliado negativamente, corrigido, como atestam quase que a totalidade das análises enunciativas realizadas (agindo como o sujeito do

político), traz à tona, em um instrumento linguístico, a gramática, uma mostra significativa da diversidade do espanhol na América Latina. Ou seja, tal diversidade passa a existir pela enunciação. Isso tem singular importância no sentido de dar um lugar no todo a esses excluídos, mesmo que seja um lugar organizado e dividido desigualmente, e de fazer saber, de registrar para a comunidade científica e gramatical da língua espanhola, a existência de outros usos dessa língua.

A “gramática da emancipação” acaba revelando suas facetas contraditórias, pois opera ali o político, materializado enunciativamente na relação de disputa, conforme a SA (2002). Essa independência inicia pela palavra, pelo gesto de tomar a palavra e enunciar. A obra liberta os usos latino-americanos, mas também legisla sobre eles. Portanto, as análises levam a afirmar que a elaboração da *Gramática* (1847) está integrada a um projeto glotopolítico, e por causa disso, vai além do que disse Moré (2017, p. 53) sobre a política linguística na *Gramática* (1847) “normalizar, preservar, civilizar”, sendo que cabe “emancipar” o uso culto da elite intelectual e a diversidade de registros do espanhol usada pela comunidade falante latino-americana em geral. A interpretação realizada sobre os dois gestos analíticos resultou na constatação do funcionamento do político no discurso gramatical de Bello que se apresenta dividido no dizer como gramático e como falante da língua espanhola, o que o leva a fazer ponderações sobre os usos.

Sendo assim, o percurso de interpretação adotado aqui sobre a *Gramática* (1847) permite compreendê-la ou conceituá-la das quatro formas apontadas, contendo uma representação do ideal de língua, que o gramático tem a ilusão de ser o mais adequado ou o melhor para representar no seu texto e recomendar para uso. Esse ideal foi observado a partir da análise semântico-enunciativa da designação do nome da língua e de suas reescrituras. Em síntese, todas essas caracterizações da gramática se alinham à definição atribuída pelo próprio gramático, no recorte 15: “La GRAMÁTICA de una lengua es el arte de hablarla correctamente,

esto es, conforme al buen uso, que es el uso de la jente educada” (BELLO, 1847, p. 1. N. *Preliminares*).

No Capítulo 4, explicito a metodologia adotada, apresentando as três etapas desenvolvidas durante o percurso investigativo: seleção e delimitação do *corpus* (36 SEs), sua organização (Apêndices 8 e 9) e sua análise (seções 5.1 e 5.2). Além disso, discorri sobre noções teóricas da SA (GUIMARÃES, 2002, 2018), teoria sobre a qual este trabalho se amparou. Conceitos teóricos como os de língua, enunciação, acontecimento, falante, agenciamento enunciativo, político”, recursos metodológicos como os de recorte, sondagem, cena enunciativa, categorias e procedimentos analíticos como a designação e a reescrituração e caminhos para interpretação e compreensão da enunciação na *Gramática* (1847) foram eficientes para fins analíticos e interpretativos.

No Capítulo 5, debrucei-me sobre os enunciados recortados (36 SEs) da *Gramática* (1847), focalizando em dois movimentos analíticos (designação do nome da língua e suas reescriturações), a fim de compreender como a noção de língua se apresenta nesse instrumento linguístico que também é um acontecimento enunciativo. A língua, sob o olhar dos semanticistas da enunciação, não é um sistema fechado em si mesmo, não é transparente, a-histórica, mas sim um conjunto de regularidades, que são constituídas pelo social e pela história. Dela fazem parte outras línguas e falantes, em diferentes espaços de enunciação, determinados politicamente. Esse ponto de vista teórico considera que não há respostas definitivas nem fechadas sobre essa noção, de modo que as conclusões a que cheguei, a partir da investigação, é uma possibilidade de compreensão da língua e de seus sentidos. Considerando isso, fiz uma análise semântico-enunciativa e as interpretações da designação do nome da língua e de suas reescriturações, ou seja, das formas linguísticas usadas por Bello para esse fim, tomando esse caminho como aquele que levaria às possíveis respostas da questão de pesquisa aqui problematizada. A partir da análise, emergiram definições, caracterizações e

particularizações que conformam conclusões na direção das respostas à questão central, as quais são explicitadas a seguir.

A enunciação da designação faz circular alguns sentidos para *lengua castellana*, sendo que alguns deles ressoam como memoráveis e outros como uma projeção para a língua espanhola na realidade latino-americana. Ela é: a língua do reino de Castela; a do colonizador; a língua nacional do Chile e da América Latina (elo de fraternidade, elemento de unidade e identidade, homogênea); a língua tomada para ser sistematizada pelo gramático e não outra; a língua a ser aprendida porque é vista como instrumento de comunicação, cujo nome é *lengua castellana* (e não *lengua española*, esta aparece 1x apenas na SE 16, em que é dita para justificar aquela), esta que é a língua de um grupo de falantes e não a língua do Estado Espanhol. A inclinação do gramático por esse nome é encarada aqui como um ato político ou ainda um gesto glotopolítico.

Já a enunciação das reescrituras da designação *lengua castellana* mostram que o falante é agenciado a redizê-la em diferentes FNs, em que os sentidos se movimentam entre a definição, a repetição e, sobretudo, a especificação. Ou seja, Bello, no papel de gramático, que conta também com a posição de falante nativo de espanhol, define, repete para reafirmar e especificar qual o nome dessa língua e como é a língua que sistematiza na sua gramática. As enunciações das reescrituras se dão em torno de dois gestos políticos, que permeiam o discurso gramatical, identificados como 1 e 2. Tais gestos desencadeiam dois conflitos enunciativos. O primeiro deles se dá entre a norma vigente para o espanhol na época (instituída pela RAE) e a proposta apresentada por Bello em sua obra. E o segundo se estabelece entre a “norma” bellista com a diversidade do espanhol no lugar onde a *Gramática* (1847) foi publicada, isto é, na América Latina. Os gestos políticos 1 e 2 demonstraram que esses conflitos estão marcados na enunciação de Bello nessa obra, ou seja, na língua representada, instrumentada.

As reescrituras mais recorrentes no gesto político 1 são: *(en/del) castellano, lengua castellana, idioma, nuestra lengua, nuestra lengua nativa, la lengua de nuestros padres, dialecto romance, nuestro*

romance. Elas foram consideradas nas SEs de que fazem parte e integradas ao texto e no agenciamento enunciativo do falante, o que permitiu apontar os sentidos definidos e especificados para a língua enunciativamente, como: língua é um sistema artificial de signos; é um dialeto romance; é a língua comum (idioma); é uma única (espanhol – língua nativa e nacional: monolinguismo e homogeneidade); deve ser pura como a língua de nossos pais; é língua com uma teoria particular; é um organismo vivo; é instrumento de comunicação e exercício da cidadania; é o uso do falante culto como norma.

No gesto político 2, as reescrituras que mais apareceram foram: *lengua castellana, idioma común, nuestra lengua, el uso castellano, todos los países castellanos*. Várias delas estão em metonímias, como falante pela língua, lugar pela língua, parte da língua pelo todo da língua. A conclusão sobre esse conjunto é de que a língua, enquanto aquela que deve ser chamada *lengua castellana* e caracterizada como a língua falada em Castela, a que foi imposta pelas armas e pela lei pelos colonizadores, que se tornou a língua comum dos Estados hispano-americanos, com suas particularidades, é: formada dos *usos de la gente educada* (norma) e dos *usos de la gente ignorante* (diversidade do espanhol na América Latina), usos estes apresentados enunciativamente em polos divergentes. O primeiro sentido leva a uma hierarquização entre os registros, ganhando o status de norma, de modelo linguístico.

Em síntese, é possível pensar que a noção de língua da *Gramática* (1847) comporta a LN (que é a *lengua castellana*, que é elo de fraternidade e identidade, que é homogênea e uma), a língua como instrumento de comunicação, de aprendizagem e exercício da cidadania e a língua da emancipação (promove a variante culta da classe letrada chilena à norma, ainda que se prenda a exemplos castiços, apresenta as demais variedades ao mundo e dá voz autoral a Bello). Esta última característica da língua também é uma das características da gramática, que sustenta a gramática como um instrumento linguístico que funciona como um acontecimento enunciativo, como algo inovador. Ou seja, há uma emancipação

política na língua. Bello vive os conflitos já identificados neste trabalho, mostra que não se pode negar de onde a língua vem, os autores de referência e as produções em língua castelhana, mas também aponta que é preciso emancipar-se. Os conflitos que o gramático vive sinalizam para o que vem depois, as ideias do policentrismo e do pan-hispanismo. De acordo com a SA, o político nessa cena se caracteriza pela divisão entre o que já está fixado, está na memória sobre a boa língua e a projeção que se dá pela maneira de intervir sobre a língua que se abre a partir da proposta de Bello em sua gramática. Isso é importante e novo para a época.

Nessa noção de língua operam sentidos divididos, na medida em que a concepção da língua pelo gramático evidencia o funcionamento conflituoso estabelecido entre a variedade dos falantes cultos latino-americanos (formados na língua escrita dos melhores tempos - literatura do Século de Ouro), e as variedades dos demais falantes do continente. Há um esforço empreendido por Bello na preservação da língua herdada, da língua que é o elo entre a Espanha e as nações por ela colonizadas, da língua dos irmãos, da língua dos cultos.

No entanto, o que fica e o que sai são constitutivos da língua espanhola, concorrem na vida diária de seus falantes, e a tarefa do gramático, enquanto produtor do instrumento linguístico, torna-se difícil ao não reconhecer essa constituição da língua. Nesse sentido, querendo ou não, fazendo validar uma variedade em detrimento das outras, não há como negar a existência delas e seu significado para seus falantes. É, nesse sentido, que defendo que a noção de língua que a obra traz dá existência e visibilidade não só ao uso culto do falante latino-americano, mas também ao uso popular, através das características do discurso gramatical e dos exemplos selecionados. Esse modo de enunciar significa: existir, constituir-se enquanto autor de gramática e enquanto falantes de outras variedades da língua espanhola em diferentes espaços de enunciação, no caso, a América Latina; mostrar saberes, identidades e culturas.

Os conflitos enunciativos no discurso metalinguístico de Bello na obra é permeado pelo político (GUIMARÃES, 2002), uma vez que ele é constitutivo da língua e está em funcionamento. Os modos de designar e redizer a língua e os lugares de enunciação assumidos pelo falante são a expressão disso, ou seja, da divisão, do conflito, o que constitui os sentidos da língua.

Portanto, o homem da zona tórrida, que se tornou um intelectual e cidadão do Estado moderno e republicano, que enuncia do lugar social de gramático, predominantemente na obra analisada, tem uma visão de língua que não está na máxima “*el español de América, de los americanos*”, mas a “*América en la lengua española*”, como disse Alfredo Matus Olivier, diretor da Academia Chilena de Língua, na sua fala intitulada “*América en la lengua española: de la independencia a la interdependencia*”, proferida em 2010, no *IV Congreso Internacional de la Lengua Española* (CILE). Concordo que essa ideia não propõe a ruptura, mas o direito de inclusão, o direito de participar da norma.

Diferentemente do professor Olivier (2010) e de Jaksić *et al* (2013), que visualizaram na *Gramática* (1847) de Bello o ideal pan-hispânico de concepção de língua, coaduno com as opiniões de Fanjul (1999) e Del Valle (2020), que veem ali um início, um embrião do ideal policêntrico de língua, de política linguística e de norma, cuja padronização se apoiava nos usos de prestígio do falante culto local, como evidencia este fragmento: “Chile y Venezuela tienen tanto derecho como Aragón y Andalucía para que se toleren sus accidentales divergencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada”²⁰⁷. (*Prólogo*, p. XII). A proposta bellista, fundada no uso culto, revela que a noção de língua abarca esse ideal e o promove na América Latina.

Em síntese, a intervenção de Bello vai chamar a atenção para essa questão: América (Latina) tem que estar na língua espanhola.

²⁰⁷ Tradução: Chile e Venezuela têm tanto direito quanto Aragão e Andaluzia de que se tolerem suas divergências acidentais, quando as patrocina o costume uniforme e autêntico das pessoas educadas.

Sendo assim, a noção de língua dessa obra, além de todos os sentidos que abarca já explicitados significa também o político, o conflito que objetiva a inclusão para poder existir. A *Gramática* (1847), da forma como foi caracterizada (nacional, particular, pedagógica e emancipatória), se reafirma como um instrumento linguístico que se apresenta como um acontecimento enunciativo.

Ao chegar ao final do percurso, cabe pontuar sobre atualizações que Bello tenha feito na *Gramática* (1847), em relação a outras. Primeiramente é preciso recuperar que Bello não se considera um inovador por completo, ao afirmar: “Estoy dispuesto a oír con docilidad las objeciones que se hagan a lo que en esta gramática pareciere nuevo; aunque, si bien se mira, se hallará que en eso mismo algunas veces no innovo, sino restauro”²⁰⁸. (*Prólogo*, p. VIII). Ou seja, considera-se um restaurador, alguém que repara algo, e essa parece ser, conforme as análises realizadas, uma das tarefas assumidas enquanto autor.

Ainda assim, embora seja um humanista, um intelectual, um filólogo, um gramático, do século XIX, ele tem vislumbres de linguista (postura dialetológica), propõe atualizações na taxonomia (classificação de modos e tempos, classes de palavras), na metalinguagem (terminologia, renomeações e designações), na concepção de norma e de língua (fundamentada no uso, como princípio regulador, e descentrada da Espanha como único centro regulador), o que vai reafirmando o instrumento linguístico (1847) como um acontecimento enunciativo, dado pela forma usada para renomear, identificar, designar para significar diferente.

A reflexão proposta se deparou com algumas limitações, entre elas, encontrar documentos e estudos que revelassem mais sobre a adoção da *Gramática* (1847) no século XIX, nas instituições formais de ensino nos países latino-americanos, saber a recepção de Andrés Bello e sua obra no Brasil e na Espanha, além de entraves

²⁰⁸ Tradução: Estou disposto a ouvir com docilidade as objeções que se façam ao que nesta gramática pareça novo, ainda que, se bem se olhe, se encontrará nisso mesmo que algumas vezes não inovou, mas sim restaurou.

potencializados pela situação sanitária mundial, originada pela pandemia da Covid-19. Apesar desses desafios e ciente de que a discussão esboçada nestas páginas não tenha sido esgotada, por intuir que há aspectos da vasta produção do autor ainda não explorados e saber de alguns investigados recentemente (TRUJILLO, 2022), espero que possa contribuir para os estudos bellistas, para a difusão de sua obra no Brasil e para a história do conhecimento linguístico-gramatical em língua espanhola, com a reflexão sobre a noção de língua, na obra de maior destaque do gramático venezuelano-chileno Andrés Bello – *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847) – a partir de uma semântica enunciativa, a Semântica do Acontecimento (2002, 2018), defendendo-a como uma possibilidade de leitura analítica original.

Além disso, penso que este livro pode despertar o interesse pela obra e o pensamento linguístico de Andrés Bello no âmbito do ensino, pois considero que é muito importante para nós docentes de espanhol como língua estrangeira ou como língua adicional ou para fins específicos conhecermos diferentes perspectivas de entendimento da língua, o que inclui gramáticas para além da acadêmica a fim de que possamos assimilar melhor essa língua. Conhecer políticas linguísticas do passado para a língua espanhola, como a de Andrés Bello, pode suscitar reflexões sobre as políticas linguísticas atuais e ponderar sobre elas, como, por exemplo, a política do pan-hispanismo, de modo a compreender seus efeitos sobre o futuro da língua espanhola no mundo.

Este estudo não está fechado, de modo que há aspectos ainda a serem explorados, entre eles, os referentes à constituição e ao funcionamento da autoria gramatical, à situação do voseo no Chile na época anterior e posterior à *Gramática* (1847), de Bello, à postura dialetológica do gramático na coleta dos exemplos populares, à recepção da gramática no universo da língua espanhola na atualidade e à recepção da obra do autor, no Brasil.

Concluo este livro recuperando as ideias das epígrafes. Entre as duas, há um elemento comum: a língua. É pela língua que “todas

las verdades se tocan" (BELLO, 1843)²⁰⁹, isto é, todos os conhecimentos se relacionam, se aproximam, deixam de ser estranhos e distantes. Admitido esse pensamento, é possível compreender a razão pela qual Andrés Bello, no seu momento histórico, defendeu o estudo da língua nacional como o primeiro dos conhecimentos, afirmando que, no governo republicano em construção, essa tarefa era ainda mais necessária e urgente. Tal ideia de língua, de compreensão da formação e do conhecimento é algo que esse intelectual pode ensinar à educação, à ciência e à sociedade deste tempo, que, curiosamente, ainda que se caracterize pela globalização, fragmenta o saber. Mas, sempre é tempo para circular por outras disciplinas, integrando saberes, se acreditarmos que *"El tiempo es una hechura de la imaginación.* (BELLO, 1881, p. 107).

²⁰⁹ Enunciado que integrou o discurso de Bello na inauguração da UCHILE, em 17 de setembro de 1843.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, B. S. **História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2011.
- AGUD, A. Apresentação. *In*: HUMBOLDT, W. K. von. (1836) **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Trad. de Ana Agud. Barcelona: Anthropos, 1990. p. 7-8. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Sobre_la_diversidad_de_la_estructura_del.html?id=QaFygO4orf8C&redir_esc=y. Acesso em: 8 fev. 2020.
- ALMARZA, A. S. La formación del Estado nacional en Chile. **Quinto Centenario 7**, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, p. 125-139, 1985. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/02116111/articulos/QUCE8484110125A.PDF>. Acesso em: 1 jul. 2019.
- ALONSO, A. (1938) **Castellano, español, idioma nacional**. Historia espiritual de tres nombres. Buenos Aires: Ed. Losada S/A, 1943.
- _____. (1951) Introducción a los estudios gramaticales de Andrés Bello. *In*: BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos**. Obras Completas. v. IV, Caracas: Ediciones del Ministerio de Educación, 1995. p. IX-LXXXVI. Disponível em: http://fundacionpedrograses.com/Docs/pdf_docs/4.pdf. Acesso em: 1 jun. 2018.
- ALVAR, M. **Del castellano al español**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1992. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcgx4q1>. Acesso em: 2 set. 2019. _____. El discurso normativo en los textos gramaticales de Andrés Bello. *In*: ARNOUX, E. N.; BEIN, R. (Org.). **Prácticas y representaciones del lenguaje**. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 17-35.

_____. Marcar la nación en la lengua: la reforma ortográfica chilena (1843-1844). **Ámbitos**, Córdoba, n. 16, p. 41-54, 2006. Disponible em: <https://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/11357/4.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acceso em: 5 jul. 2019.

_____. **Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862)**. Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2008.

_____. La reformulación interdiscursiva en los textos gramaticales: en torno a la gramática académica de 1854. **Revista argentina de historiografía lingüística**. Buenos Aires, v. 7, n. 2, p. 141-161, 2015. Disponible em: <http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/106>. Acceso em: 31 ago. 2019.

_____. La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 38, p. 18-42, jan/jun., 2016. Disponible em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/20196>. Acceso em: 9 set. 2019.

_____; DEL VALLE, J. Introducción a la creación del español: perspectivas latinoamericanas y transatlánticas. In: DEL VALLE, J. (ed.). **Historia política del español: la creación de una lengua**. Madrid: Ed. Aluvion, 2016. p. 145-156.

_____. América do Sul: discurso político, língua, emoções e verdade. **Revista Heterotópica**, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 90-99, 2020. Disponible em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/55568>. Acceso em: 24 jun. 2020.

ASENCIO, J. J. G. De “gramática para americanos” a “gramática de todo”. El caso de Bello. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**. Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2009. Disponible em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2971692>. Acceso em: 10 maio 2017.

_____; ROJAS, D. Rodolfo Lenz (1920) frente a la gramática de la lengua castellana (1847) de Andrés Bello. **RLA - Revista de lingüística teórica y aplicada**, Concepción, v. 57, n. 1, p. 105-124,

2019. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-48832019000100105&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 abr. 2020.

AUROUX, S. **A questão da origem das línguas seguido de a historicidade das ciências**. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas/SP: Ed. RG, 2008.

_____. (1992) **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2014.

BACIGALUPO, J.; YUDILEVICH, D. Andrés Bello y la Visita de Charles Darwin a Chile. **Ciencia al día**, Santiago/Chile, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1998. Disponível em: <https://www.ciencia.cl/CienciaAlDia/volumen1/numero1/articulos/articulo3.pdf>. Acesso em: 18 março 2020.

BANGO, M. I. La gramática racionalista en España en el siglo XIX. *In*: DUARTE, S.; LEÓN, R. P. (org.). **A gramática racionalista da Península Ibérica (século XVI-XIX)**. Porto: Flup, 2015. p. 261-304. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15325.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BARBISAN, L. Semântica argumentativa. *In*: BASSO, R.; FERRAREZI JUNIOR, C. (org.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013. p. 19-30.

BARROS, L. G. Structuralist and Generative Ideas in the "Gramatica" of Andres Bello. **20th Annual Penn Linguistic Colloquium**. Pennsylvania, v. 3. Iss. 2, p. 1-7, 1996. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/pwpl/vol3/iss2/2>. Acesso em: 5 de abr. 2018.

_____. **Tradição e inovação na teoria verbal da gramática de Andrés Bello**. 1998. 249f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

_____. Gramática de Bello: lengua nacional y español hispanoamericano. *In*: BARROS, L. G.; DINIZ, A. G. (org.).

Español: nuevos aportes y materiales. Florianópolis/SC: Nelool/DLLE/CCE, 2003. p. 43-59.

BENVENISTE, E. (1946). Estrutura das relações de pessoa no verbo. *In*: BENVENISTE, E. (1966) **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 1995. p. 247-259.

_____. (1956) A natureza dos pronomes. *In*: BENVENISTE, E. (1966) **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 1995. p. 277-283.

_____. (1958) Da subjetividade na linguagem. *In*: BENVENISTE, E. (1966) **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 1995. p. 284-293.

_____. (1964) Os níveis da análise linguística. *In*: BENVENISTE, E. (1966) **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 1995. p. 127-149.

_____. (1965) A linguagem e a experiência humana. *In*: BENVENISTE, E. (1977) **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas/SP: Pontes, 1989. p. 68-80.

_____. (1967) A forma e o sentido na linguagem. *In*: BENVENISTE, E. (1977) **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas/SP: Pontes, 1989. p. 220-242.

_____. (1969) Semiologia da língua. *In*: BENVENISTE, E. (1977) **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas/SP: Pontes, 1989. p. 43-67.

_____. (1970) O aparelho formal da enunciação. *In*: BENVENISTE, E. (1977) **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas/SP: Pontes, 1989. p. 81-92.

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. **Memória chilena**. Santiago de Chile, 2019. Disponível em:

<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3290.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BOLÍVAR, S. **Carta de Jamaica**. 2015. Comisión presidencial para la conmemoración del bicentenario de la Carta de Jamaica. Disponível em: <http://albaciedad.org/wp-content/uploads/2015/09/08072015-Carta-de-Jamaica-WEB.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória 746**. Propõe alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília/DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 7 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.161** (revogada com a lei 13.415). Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília/DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111161.htm. Acesso em 5 jun. 2021.

BRÉAL, M. (1897) **Ensaio de Semântica: ciência das significações**. Trad. de Eduardo Guimarães *et al.* 2. ed. Campinas/SP: Ed. RG, 2008.

BRUIT, H. H. A invenção da América latina. **Anais** eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, Belo Horizonte, p. 1-12, 2000. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hector_bruit.pdf. Acesso em 20 jun. 2019.

BURKE, P. (1937) **Linguagens e comunidades nos primórdios de Europa Moderna**. Trad. de Cristina Yamagami. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010.

CALDERA, R. (1935) **Andrés Bello**. Trad. de Maria Helena Amoroso Lima Senise. 4. ed. Caracas: Instituto Nacional de Cultura y Bellas Artes, 1965.

CALERO VAQUERA, M. L. Análisis lógico y análisis gramatical en la tradición española: hacia una (r)evolución de la sintaxis. **Gramma-Temas 3: España y Portugal en la tradición gramatical**, León: Universidad de León, p. 11-42, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=347623>. Acesso em: 16 jul. 2019.

CALVET, L. J. As políticas linguísticas. CALVET, L.J. In: **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002. p. 133-146.

_____. (1942). **As políticas linguísticas**. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola/Ipol, 2007.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. (1962) **História da Linguística**. Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARTAGENA, N. El aporte de don Andrés Bello a la lingüística y filología modernas. **Boletín de Filología**, Santiago de Chile, Tomo XLIX, n. 1, p. 135-148, 2014. Disponível em: <https://boletinfilologia.uchile.cl/index.php/BDF/article/.../34221/>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CASSIRER, E. **A filosofia do Iluminismo**. Trad. de Álvaro Cabral. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1992.

CID, G. La nación bajo examen. La historiografía sobre el nacionalismo y la identidad nacional en el siglo XIX chileno. **Polis** - Revista de la Universidad Bolivariana, Santiago de Chile, v. 11, n. 32, p. 329-350, 2012. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682012000200016. Acesso em: 9 jan. 2019.

COLLIER, S.; SATER, W. F. Chile. In: BETHELL, L. (org.). **Historia de América Latina**. América Latina Independiente, 1820-1870. Trad. de Àngels Solà. Tomo 6. Barcelona: Ed. Crítica, 1991. p. 238-263.

_____. **Historia de Chile (1808-1994)**. Trad. Milena Grass. Cambridge University Press, 1998. Disponível em: <https://profeemiliohistoria.files.wordpress.com/2019/02/simon-collier-william-sater-historia-de-chile-1808-1994.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.M.; PUECH, C. **Uma História das Ideias Linguísticas**. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

CÔRREA, J. R. **Vocabulário sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Echenique & Irmão, 1898. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242441>. Acesso em: 9 jul. 2021.

COSERIU, E. **Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje**. Estudios de la historia de la lingüística. Madrid: Ed. Gredos, 1977.

CUSSEN, A. **Bello and Bolivar, Poetry and politics in the Spanish American Revolution**. New York: Cambridge University Press, 1992.

DANNA, S. M. D. G. **Metalinguagem e ‘escolha retórica’ em Bello (1853 [1847]) e Said Ali (1919 [1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul**. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-08102014-171902/pt-br.php>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **A língua espanhola no Brasil: História de sua presença em materiais linguísticos produzidos entre 1919 e 1961**. 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-09122019-174147/pt-br.php>. Acesso em: 2 março 2020.

DARWIN, C. (1859) **A origen das espécies**. Através da selecção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência. Trad. Ana Afonso. Leça da Palmeira/Portugal: Planeta Vivo, 2009. Disponível em: http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/2009_OriginPortuguese_F2062.7.pdf. Acesso em: 8 jul. 2019.

DEL VALLE, J.; GABRIEL-STHEEMAN, L. Nacionalismo, hispanismo y cultura monoglossica. In: DEL VALLE, J; GABRIEL-STHEEMAN, L. (ed.). **La batalla del idioma**. La intelectualidad hispánica ante la lengua. Frankfurt; Madrid: Vervuert; Iberoamericana, 2004. p. 15-34.

_____. **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Frankfurt; Madrid: Vervuert; Iberoamericana, 2007.

_____ ; MEDINA, A.; MONTEAGUDO, H. Introducción a la creación del español: perspectivas ibéricas. In: DEL VALLE, J. (ed.). **Historia política del español: la creación de una lengua**. Madrid: Ed. Aluvion, 2016. p. 27-36.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1980) **Mil Platôs**. Trad. de Aurélio G. Neto e Celia P. Costa. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Disponível em: file:///C:/Users/kcgwb/Downloads/Gilles_Deleuze_Felix_Guattari_MIL_PLATOS.pdf. Acesso: 10 set. 2021.

DIAS, L. F. Os sentidos da liberdade no mundo *wiki*. In: SCHONS, C. R; CAZARIN, E. A. (org.). **Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011. p. 272-287.

_____. O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa. **Web Revista Discursividade**, Campo Grande/MS, v. 9, p. 1-10, 2012. Disponível em: <http://discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/luiz%20dias.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

_____. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, Jan./jun., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11723>. Acesso em: 06 ago. 2019.

_____. Acontecimento enunciativo e formação sintática. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 35, p. 99-138, jan./jun., 2015.

DICCIONARIO CLAVE (versão digital). Disponível em: <http://clave.smdiccionarios.com/app.php>. Acesso em: 14 dez. 2020.

DUCROT, O. (1984) Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação. Trad. de Eduardo Guimarães. In: **O dizer e o dito**. Campinas/SP: Pontes, 1987. p. 161-218.

_____. Argumentação linguística e argumentação retórica. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5648/4116>. Acesso em: 5 fev. 2020.

DURANT, W. **História da Filosofia**. 2. ed. Trad. de Luis Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ECHEVERRÍA Y REYES, A. **Voces usadas en Chile**. Santiago: Imprenta Elzeviriana, 1900. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0049599.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ESPARZA, M. Á.; SARMIENTO, R. Introducción a la Gramática Castellana de Elio Antonio de Nebrija. In: NEBRIJA, E. A. (1492) **Gramática castellana**. Madrid: SGEL, 1992. p. 9-95

ESPARZA TORRES, M. Trazas para una historia de la gramática española. **Scripta philological**, Universidad de Coruña. v. 1, 1996, p. 47-74. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2055548>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ESPARZA TORRES, M.; NIEDEREHE, H. J. **Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español** (BICRES IV): desde el año 1801 hasta el año 1860. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2012.

_____. **Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español** (BICRES V): desde el año 1861 hasta el año 1899. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2015.

FANJUL, A. P. “Policêntrico” e “Pan-hispânico” deslocamentos na vida política da língua espanhola. In: LAGARES, X; BAGNO, M. (org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 299-331

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. História das Ideias Linguísticas: origem, método e limitações. **Revista da ANPOLL**, Brasília, n. 16, p. 131-146, jan./jun., 2004. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/553>. Acesso em: 10 out. 2018.

FERREIRA, A. C. F. A Análise de Discurso e a constituição de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil. **Fragmentum**, Santa Maria, n. especial. p. 17-47, Jul/dez., 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/issue/view/1438/showToc?fbclid=IwAR2gyAS4oN7c-02InmV95gJgs60R97dDB3rxLklSbDt4IbLvPiEae20CRTA>. Acesso em: 27 fev. 2019.

FLORES, V.; BARBISAN, L. B. TEIXEIRA, M. **Dicionário de lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, M. (1969) O que é um autor? *In: Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema*. V. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

_____. (1971) **A ordem do discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCÉS, G. (1791) **Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana**. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1852. Disponível em: https://bibliotecadigital.jcyl.es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10066841. Acesso em: 22 maio 2019.

GARFIAS, P. F. (1842) Ejercicios populares de lengua castellana. *In: La controversia filológica de 1842*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1945. p. 9-16. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-84525.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GEERAERTS, D. Cultural models of linguistic standardization. **Diacronia**, Iasi, p. 1-21, 2016. Disponível em: <http://www.diacronia.ro/ro/journal/issue/3/A36/en>. Acesso em: 4 abr. 2019.

GELLNER, E. (1983) **Naciones y nacionalismos**. Trad. de Javier Seto. Madri: Alianza Editorial, 1988.

GÓMEZ ASENCIO, J. J. El trabajo de la Real Academia Española en el siglo XVIII (y después). **Península**. Revista de Estudos Ibéricos, Porto: Instituto de Estudos Ibéricos, n. 5, p. 31-53, 2008. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/downloadPdf/num-5-2008/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. De “gramática para americanos” a “gramática de todos”. El caso de Bello (1847). **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2009. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2971692>. Acesso em: 10 maio 2017.

GONZÁLEZ, A. M. La Gramática y la enseñanza de la lengua española hasta el siglo XIX. In: GONZÁLEZ, A. M. (org.) **Historia de las ideas lingüísticas**. Gramáticos de la España Meridional. Frankfurt: Peter Lang, 2009. p. 13-54. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=3631596898>. Acesso em: 16 jul. 2019.

GONZAGA, S. **Curso de Literatura Brasileira**. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

GORMAZ, V. **Correcciones lexigráficas sobre la lengua castellana en Chile**. Valparaíso: Imprenta del Comercio, 1860. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-10367.html>. Acesso em: 11 jan. 2019.

GUIMARÃES, E. Língua e enunciação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 30. Jan./jun., p. 99-103, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637044/4766>. Acesso em: 3 fev. 2018.

_____. Política de línguas na América Latina. **Relatos 07**, Campinas/SP, p. 2-6, 2001. Disponível em: https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html#apresenta. Acesso em: 25 nov. 2020.

_____. Os estudos da significação no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 42. Jan./jun., p. 71-87, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637141>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. (1995). **Os limites do sentido**. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 2002.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas/ SP: Pontes Editores, 2002.

_____. A marca do nome. **Rua**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 19-31, 2003. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325237/1/ppec_8640746.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 47-53, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897/7319>. Acesso em: 19 ago. 2019.

_____. **História da Semântica**. Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas/SP: Pontes, 2004.

_____. Domínio semântico de determinação. *In*: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (org.). **A palavra: forma e sentido**. Campinas/SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007. p. 79-96.

_____. A Linguística é uma ciência histórica? *In*: BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica: ciência das significações**. 2. ed. Campinas/SP: Ed. RG, 2008. p. 9-15.

_____. Enunciação e história. *In*: GUIMARÃES, E. (org.) **História e sentido na linguagem**. 2. ed. Campinas/SP: Ed. RG, 2008. p. 71-79.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, jan./jun, p. 49-68, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219>. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____. Semântica e pragmática. *In*: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). **A palavra e a frase**. 2. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2010. p.113-146.

_____. **Análise de texto: procedimentos, análise e ensino**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. **Semântica, enunciação e sentido**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2018.

_____. Designar e argumentar em torno de uma divisão “intransponível”. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 16, n. 25, jan./jun, p. 5-26, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/116826>. Acesso em: 21 jul. 2021.

GUTIERREZ CUADRADO, J. Darwin en la Lingüística española del siglo XIX. CONGRESO DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE HISTORIA DE LAS CIENCIAS. 1982, Alcalá de Henares. **Actas II** Jaca. Alcalá de Henares: UNIRIOJA, 1982. v. 1, p. 429-448, 1984. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=587133>. Acesso em: 3 jul. 2019.

HAYA DE LA TORRE, V. R. **A donde va Indoamérica?** 3. ed. Santiago: Ercilla, 1936.

HAßLER, G. El método analítico en la obra de Andrés Bello. **Revista argentina de historiografía lingüística**, Buenos Aires, v. I, n. 1, p. 19-34, 2009. Disponível em: <http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/3>. Acesso em: 10 abril 2019.

_____. Los conceptos de “análisis lógico” y “análisis gramatical” en gramáticas de la primera mitad del siglo XIX. **Revista argentina de historiografía lingüística**, Buenos Aires, v. IV, n. 1, p. 23-37, 2012. Disponível em: <http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/47/66>. Acesso em: 10 março 2020.

HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Trad. de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUMBOLDT, W.K. von. (1836) **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Trad. y prólogo de Ana Agud. Barcelona: Anthropos, 1990. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Sobre_la_diversidad_de_la_estructura_del.html?id=QaFygO4orf8C&redir_esc=y. Acesso em: 8 fev. 2020.

JAKSIĆ, I. A. La gramática de la emancipación. In: CARRERA DAMAS, G.; LOMBARDI, J. (org.). **Historia general de América Latina**. v. 5. Madrid: Unesco, 1999. p. 507-521.

_____. La república del orden: Simón Bolívar, Andrés Bello y las transformaciones del pensamiento político de la independencia.

Historia, Santiago, v. 36, p.191-218, 2003. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/historia/v36/art08.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

_____. (2001) **Andrés Bello: la pasión por el orden**. 2. ed. Santiago de Chile: Ed. Universitaria, 2010.

_____; LOLAS, F.; OLIVIER, A. M. (org.). **Gramática de la libertad**. Textos sobre lengua y literatura. Santiago de Chile: Fondo de Publicaciones Americanistas y Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad de Chile, 2013.

_____; AVILÉS, T. (ed.). **Cuadernos de Londres**. Andrés Bello. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2017.

_____. **A vida de Andrés Bello**. Erudição e construção de nação na América Latina do século XIX. Trad. de Vera Caputo. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2018.

_____. **Andrés Bello: Repertorio Americano**. Textos escogidos. Santiago de Chile: Penguin Random House Grupo Editorial, S. A, 2019.

KANT, I. (1784) “Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?”. Trad. de Artur Morão. In: **Da paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, p. 9, nota 1, 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kant/1784/mes/resposta.htm>. Acesso em: 7 jul. 2019.

KRISTEVA, J. **El lenguaje, ese desconocido**. Introducción a la lingüística. Trad. de María Antoraz. Madrid: Ed. Fundamentos, 1988.

LABELLA-SÁNCHEZ, N; BEVILACQUA, C.R. Entender o passado para agir no presente: trajetória do ensino de espanhol no Brasil e as repercussões em contextos locais. In: FAGUNDES, A.; LACERDA, D. P.; SANTOS, G. R. (org.). **#Fica Espanhol no RS: políticas linguísticas, formação de professores, desafios e possibilidades**. Campinas/SP: Pontes editores, 2019. p. 253-274.

LAGARES, X. C. O espaço político da língua espanhola no mundo. **Trabalhos de linguística aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 385-408, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/issue/view/1145>. Acesso em: 27 fev. 2020.

_____. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LANDA, R. Génesis contextual del pensamiento filosófico de Andrés Bello. **Lógoi**. Revista de Filosofía, Caracas, n. 25, p. 29 - 72, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://revistasenlinea.saber.ucab.edu.ve/temas/index.php/logoi/article/view/3224/2818>. Acesso em: 13 jun. 2019.

LATORRE, G.; MEDEL, R. **Andrés Bello científico**. Escritos publicados (1823-1843). Santiago: Ed. Universitaria, 2018.

LLITERAS, M. 2000. La gramática de Bello y sus fuentes hispánicas. La Gramática de

Andrés Bello (1847-1997). **Actas** del Congreso-homenaje celebrado con motivo de los ciento cincuenta aniversarios de la Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos. Bonn: Por Christian Schmitt y Nelson Cartagena, p. 82-102, 2000.

LIPSKI, J. M. (1994) **El español de América**. Madrid: Cátedra, 1996.

MARTEL, A. A. **Andrés Bello y los libros**. Santiago de Chile: Fondo Andrés Bello, 1981. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-87334.html>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MARX, K.; FRIEDRICH, E. (1867) **O manifesto comunista**. Trad. de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo editorial, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4196074/mod_resource/content/1/Marx%2C%20K%3B%20Engels%2C%20F.%20%282005%20%5B1848%5D%29.%20Manifesto%20Comunista.%20S%20C3%A3o%20Paulo_Ed%20Boitempo.pdf. Acesso em: 9 jul. 2019.

METZELTIN, M. 2011. La construcción discursiva de la República de Chile. **Boletín de Filología**, Santiago de Chile, v. 46, n. 1, p. 239-253, 2011. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-93032011000100009. Acesso em: 5 jan. 2019.

MILANI, S. E. **As ideias linguísticas de Wilhelm von Humboldt**. 1994. 179f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade

de São Paulo, São Paulo, SP, 1994. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/156/o/MILANI_-Sebastiao-Elias.-As-ideias-linguisticas-de-Wilhelm-von-Humboldt..pdf. Acesso em: 16 jun. 2020

_____. **Humboldt, Whitney e Saussure: Romantismo e Cientificismo-Simbolismo na história da Linguística.** 2000. 159f. (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2000. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/156/o/2000_sebasti__o_2011.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. **Historiografia Linguística de Wilhelm von Humboldt: Conceitos e Métodos.** Jundiá/SP: Paco Editorial, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/156/o/Miolo_Historiografia_09_10.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

MORÉ, B. **Lengua, gramática y poder en la obra de Andrés Bello.** 1999. 207 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidad de los Andes, Mérida, Venezuela, 1999. Disponível em: <http://bdigital.ula.ve/documento/2436>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. La construcción ideológica de una base empírica: selección y elaboración en la gramática de Andrés Bello. In: DEL VALLE, J; GABRIEL-STHEEMAN, L. (Ed.). **La batalla del idioma.** La intelectualidad hispánica ante la lengua. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2004. p. 67-92.

_____. Normalizar, preservar, civilizar: la política lingüística en la obra gramatical de Andrés Bello. **Derecho y Reforma Agraria Ambiente y Sociedad.** n. 43, p. 53-60, 2017. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/45730>. Acesso em: 6 jun. 2020.

MOURA, L. C. R. H. **Ideias de nação na Argentina, Brasil e Chile (1830–1860):** Juan Bautista Alberdi, José Inácio de Abreu e Lima, Andrés Bello. 2013. 380 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14082>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MOURA, H. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. **Delta: documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada**, Porto Alegre, v. 14, p. 169-183, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/g3LrG6QX6yJFfVjsDRWm4vL/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2021.

NEBRIJA, E. A. (1492) **Gramática castellana**. Madrid: SGEL, 1992.

NORMAND, C. Saussure-Benveniste. **Letras**, Santa Maria, n. 33, p. 13-21, 2006.

OLIVEIRA, L. C. **As duas formas do pretérito perfeito em espanhol: análise de corpus**, 2007, 130f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89840>. Acesso em: 8 jun. 2017.

_____. **Estágio da gramaticalização do pretérito perfeito composto no espanhol escrito de sete capitais hispano-falantes**, 2010, 270f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93601>. Acesso em: 10 jun. 2017.

OLIVEIRA, F. de. (1536). **Gramática da linguagem portuguesa**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-Os-montes e Alto Douro, 2007.

OLIVIER, A. M. América en la lengua española: de la independencia a la interdependência. IV Congreso Internacional de la Lengua Española (CILE), 2010, Valparaíso. Disponível em: <https://congresosdelengua.es/valparaiso/sesiones-plenarias/matus-a.htm>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ORLANDI, E. P. (1984) **Linguagem e seu funcionamento**. Campinas/SP: Pontes, 2001.

_____. (org.). **História das Ideias Linguísticas**. Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas/SP: Pontes; Cáceres/MT: Unemat editora, 2001.

- _____. (1988). **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. (1990) **Terra à vista**. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2008.
- _____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. (1999) **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas/SP: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. de Bethânia Sampaio Corrêa Mariani *et al.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 55-64.
- _____. (1975) **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2014.
- PHELAN, J. L. (1956) **El reino milenario de los franciscanos en el Nuevo Mundo**. México: UNAM, 1972. Disponível em: <https://ia802809.us.archive.org/13/items/elreinomilenariodelosfranciscanosenelnuevomundojohnl.phelanv/El%20reino%20milenario%20de%20los%20franciscanos%20en%20el%20Nuevo%20Mundo%20-%20John%20L.%20Phelan%20%28V%29.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- _____. 1 origen de la idea de América. *In*: **Cuadernos de cultura latinoamericana**. n. 31, México: Imprenta Madero S. A, 1979. Disponível em: http://ru.ffyl.unam.mx/bitstream/handle/10391/2975/31_CCLat_1979_Phelan.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 jan. 2021.
- PÉREZ, F.J. **Estudios sobre nuevos temas de lingüística bellista**. Valencia: Aduana Vieja Editorial, 2016.
- PETRI, V. Algumas reflexões sobre o sujeito nos estudos da linguagem. **Revista Línguas e instrumentos Linguísticos**, Campinas/SP, n. 13/14, p. 65-74, 2004.
- _____. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Língua e instrumentos linguísticos**, Campinas: RG Editora, n. 29, p. 23-37, jan./jun., 2012.

Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao29/artigo2.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

_____; MEDEIROS, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Letras**, Santa Maria: PPG Letras/UFSM, v. 23, n. 46, p. 43-66, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11725/7156>. Acesso em: 24 out. 2018.

PINILLA, N. **La controversia filológica de 1842**. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1945. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-84525.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PIRES, V. L.; WERNER, K.C.G. A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste. **Letras**, n. 33, p. 145-160, 2006.

PUIGBLANCH, A. **Opúsculos gramático satíricos del Dr. D. Antonio Puigblanch contra el Dr. D. Joaquín Villanueva**: escritos en defensa propia, en los que también se tratan materias de interés común. Londres: Imprenta de Guillermo Guthrie, s.a. 2 v. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000080331>. Acesso em: 22 maio 2019.

QUIJADA, M. Sobre el origen y difusión del nombre “América Latina” (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad). **Revista de Indias**, Madrid, v. 58, n. 214, p. 595-615, 1998. Disponível em: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/749>. Acesso em: 29 jun. 2019.

QUIRÓS R., M. A. Alfonso X el sabio y el romance castellano. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, San José, v. XI, n. 1, p. 15-28, 1985. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/filyling/article/view/16551>. Acesso em: 30 jun. 2019.

RAMA, Á. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1998. Disponível em: <https://filologiaunlp.files.wordpress.com/2011/08/rama-la-ciudad-letrada.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

RAMOS, J. El don de la lengua. **Revista casa de las Américas**, La Habana, n. 193, p. 13-25, 1993.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. Trad. de Eduardo Guimarães e Eni Orlandi. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

_____. (1990) **En los bordes de lo político**. Trad. de Alejandro Madrid. Buenos Aires: La cebra, 2007.

_____. (1990) **Nas margens do político**. Trad. de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. Lisboa: KKYM, 2014.

_____. (1995) **O desentendimento**: política e filosofia. Trad. de Ângela Leite Lopes. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE). **Esbozo de una nueva gramática de la lengua española**. (1973) Madrid: Espasa Calpe, 1996.

_____. **Diccionario de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe S.A, 2018. Disponível em: <https://dle.rae.es/?w=diccionario>. Acesso em: 7 jun. 2018.

RODRÍGUEZ, Z. **Diccionario de chilenismos**. Santiago: Imprenta de “El Independiente”, 1875. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0012931.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ROJAS, D. A. G. **El nombre del idioma español según hablantes de Santiago de Chile**. *Estudios filológicos*, Valdivia, n. 49, p. 127-136, 2012. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0071-17132012000100008. Acesso em: 28 jun. 2019.

_____. **Ideologías y actitudes lingüísticas en el Chile hispanohablante de la segunda mitad del siglo XIX**. 2015. 374 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidad de Valladolid, Valladolid, ES, 2015. Disponível em: <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/11799>. Acesso em: 5 mar. 2018

_____. **¿Por qué los chilenos hablamos como hablamos?** Mitos e historias de nuestro lenguaje. Santiago de Chile: Uqbar editores, 2015.

ROJAS MIX, M. (1991). **Los cien nombres de América**. Eso que descubrió Colón. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1997. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=aLICLXqH1fUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 7 jul. 2019.

ROSA, A. M. S. El nombre de nuestra lengua: ¿español o castellano? **Tavira**, Cádiz, n. 22, p. 137-147, 2006. Disponível em: <https://rodin.uca.es/xmlui/bitstream/handle/10498/9942/3482859x.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ROSENBLAT, A. (1951) Las ideas ortográficas de Bello. In: BELLO, A. **Obras Completas**. v. V, Caracas: Ediciones del Ministerio de Educación, 1981. p. 9-138. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/estudios-gramaticales/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

SAAVEDRA, M. C. **El Ingenioso Don Quijote de La mancha**. Tomos I e II. 2. ed. México: W. M. Jackson INC. Editores, 1966.

SAFFORD, F. Política, ideología y sociedade. In: BETHELL, L. (Org.). **Historia de América Latina**. América Latina Independiente, 1820-1870. Trad. De Àngles Solà. Tomo 6. Barcelona: Ed. Crítica, 1991. p. 42-104.

SALVÁ, V. (1830) **Gramática de la lengua castellana según ahora se habla**. 2 ed. Valencia: Librería de los ss. Maleen y sobrinhos, 1835. Disponível em: https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=10075107. Acesso em: 22 maio 2019.

SÁNCHEZ MÉNDEZ, J. P. Ideología y modelos lingüísticos: Andrés Bello y la ilustración hispanoamericana. **Cuadernos de Ilustración y Romanticismo**, Cádiz: Universidad de Cádiz, n. 17, p. 1-23, 2011. Disponível em: <https://revistas.uca.es/index.php/cir/article/view/1586>. Acesso em: 5 jul. 2020.

SARMIENTO, R. La doctrina gramatical de la Real Academia Española (1771). **Anuario de Letras, Lingüística y Filología**, Ciudad de México: UNAM, v. 19, p. 47-74, 1981. Disponível em:

<https://revistas-filologicas.unam.mx/anuario-letras/index.php/al/article/view/444/442>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SARMIENTO, D. F. (1841) Un plan de educación de americanos en París. *In: Obras de Domingo Faustino Sarmiento*. Tomo XII. Educación común. Buenos Aires: Imprenta y litografía Mariano Moreno, 1896. p. 182-194. Disponível em: <https://archive.org/stream/obrassarmiento12sarm#page/n5/mode/2up>. Acesso em: 23 out. 2019.

SAUSSURE, F. de. (1916) **Curso de Linguística Geral**. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHREIBER DA SILVA, S. M. O memorável na relação entre línguas. **Web revista discursividade**, Campo Grande, n. 9, jan./maio, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/58362867-O-memoravel-na-relacao-entre-linguas.html>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SÉRIOT, P. (2012) **Estrutura e totalidade**: as origens intelectuais do estruturalismo na Europa Central e Oriental. Trad. de Maristela Cury Sarian e Mariângela Peccioli Galli Joanilho. Campinas/SP: Editora da Unicamp, Cáceres/MT: Ed. Unemat, 2016.

SILVA, A. J. da. **Descontinuum e continuum gramatical: um estudo descritivo-analítico da Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida**. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14312>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SILVA, S. M. S.; MACHADO, C. P. Semântica do acontecimento: princípios teóricos, metodológicos e análises. *In: BARONAS, R. L. (org.). Estudos discursivos à brasileira: uma introdução*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015. p. 71-93.

SOUZA, L. B.; MAYORAL, A. T. C. La artesanía clásica en silva a la agricultura de la zona tórrida de Andrés Bello. **E-escrita**, Nilópolis: Uniabeu, v. 4, n. 1, p. 172-187, jan./abr., 2013.

Disponível em: http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/viewFile/629/pdf_352. Acesso em: 14 nov. 2018.

SOTO, G. Los tiempos de la conjugación castellana: vigencia de la propuesta de Andrés Bello. **Boletín de Filología**, Santiago, Tomo XLIX, n. 1, p.161-178, 2014. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-93032014000100010. Acesso em: 3 fev. 2019.

STEIGENBERGER, F. F.; MACHADO, J. C.; SILVA, S. S. Fronteira entre análise de discurso e semântica histórica da enunciação: abordagens teóricas. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 51-79, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2563>. Acesso: 10 fev. 2020.

STURZA, E. R. **Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das idéias linguísticas**, 2006. 159f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270606>. Acesso em: 8 jul. 2021.

STUVEN V. A. M. La generación de 1842 y la conciencia nacional chilena. **Revista de ciencia política**, Santiago, v. 9, p. 61-80, 1987. Disponível em: <https://repositorio.uc.cl/handle/11534/10967>. Acesso em: 25 jun. 2019.

TORRES QUINTERO, R. Modernidad en la gramática de don Andrés Bello. **Thesaurus**, Bogotá, Tomo XXI, n. 1, p. 1-19, 1966. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/21/TH_21_001_001_1.pdf. Acesso em: 1 out. 2019.

TORREJÓN, A. Andrés Bello, Domingo Faustino Sarmiento y el castellano culto de Chile. **Thesaurus XLIV** (3), Bogotá, p. 534-558, 1989. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/44/TH_44_003_022_0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

TRUJILLO, R. Estudio preliminar. *In*: BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Con las

notas de Rufino José Cuervo, estudio y edición de Ramón Trujillo. Tomo I. Madrid: Arco/Libros, 1988. p. 7-163.

TRUJILLO, J. S. **Andrés Bello**: libertad, imperio y estilo. Santiago de Chile: Editorial Roneo, 2019.

_____. (Org.) **Andrés Bello hoy**. Luces y sombras desde una perspectiva contemporánea. Santiago: Ril Editores, 2022.

TURZA, C. G.; MURO, M. Á. Estudio Preliminar. *In: Glosas Emilianenses*. Madrid: Testimonio compañía editorial, 1992. Disponível em: <http://www.vallenajerilla.com/berceo/turzamuro/glosasemilianenses.htm>. Acesso em: 12 jun. 2019.

UGARTE, M. (1922) **La pátria grande**. Buenos Aires: Capital Intelectual S. A, 2010. Disponível em: <http://www.elforjista.com/Manuel%20Ugarte%20-%20La%20Patria%20Grande.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.

UNGER, M. A. K. Aspectos ideológicos en la Gramática de Vicente Salvá. **Res Diachronicae**. n. 2, p. 397-404, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/151199>. Acesso em: 16 jul. 2019.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **SEÑAS**: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. Trad. de Eduardo Brandão e Claudia Berlinder. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VARELA, L. Ideas sobre el lenguaje y proyectos de país. Posiciones en el debate de 1837. *In: ARNOUX, E. N; BEIN, R. (org.). Prácticas y representaciones del lenguaje*. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 17-35.

VASSERMAN, C. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. *In: VASSERMAN, C. et al. (1996) História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 177-214.

VELLEMAN, B. L. El influjo del empirismo inglés en el pensamiento gramatical de Bello. **Thesaurus**. Boletín del Instituto

Caro y Cuervo. Tomo XXXI, Bogotá, n. 1, p. 1-13, 1976. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/31/TH_31_001_001_1.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. La recepción de las ideas lingüísticas de Bello en Chile. *In*: Miguel Á. ESPARZA TORRES, M. A.; SALGADO, B. F.; NIEDEREHE, H. J. (ed.). **Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística**, Madrid: Arco/Libros, 2001. p.721-732.

VIANA, L.; SANTOS, L. M. **A história da América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. 1 v.

VICENTINO, C. **História Geral: Idade Média, Moderna e Contemporânea, incluindo Pré-história, Grécia e Roma**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1993.

VILLA, L. La oficialización del español en el siglo XIX. La autoridad de la Academia. *In*: DEL VALLE, J. (ed.) **Historia política del español: la creación de una lengua**. Madrid: Ed. Aluvión, 2016. p.107-121.

WAGNER, C. La gramática de Andrés Bello. **Documentos Lingüísticos y Literarios 7**, Valdivia, p. 77-88, 1981. Disponível em: www.humanidades.uach.cl/documentos_linguisticos/document.php?id=238. Acesso em: 27 abr. 2018.

WEINBERG, G. SANTOS, E. (org.). **Andrés Bello**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores, MEC). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4658.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2018.

WATTS, R. J. Grammar writers in eighteenth-century Britain: A community of practice or a discourse community? **Grammars, Grammarians and Grammar-Writing in Eighteenth-Century England**, Berlin & New York: Mouton de Gruyter, p. 37-56, 2008. Disponível em: <https://epdf.pub/grammars-grammarians-and-grammar-writing-in-eighteenth-century-england-topics-in.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

WERNER, K.C.G. **As representações do sujeito professor no manual didático de espanhol sob uma perspectiva enunciativa** – um estudo de caso, 2006. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2006.

_____. A posição-sujeito gramático: uma das posições assumidas por Andrés Bello. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 3699-3710, abr./jun., 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n2p3699/40596>. Acesso em: 6 ago. 2019.

_____. Um estudo sobre o pronome pessoal no pensamento de Saussure, Jakobson, Benveniste e Bello. **Eutomia**, Recife, v. 1, n. 23, p. 284-298, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/241469>. Acesso em: 2 ago. 2019.

_____; STURZA, E. R. A noção de sujeito na Semântica do Acontecimento. **Revista do Gel**, São Paulo, n. 1, v. 18, p. 56-67, 2021. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/3010>. Acesso em: 7 jun. 2021.

WERNER, K.C.G. **A noção de língua na Gramática Castellana (1847), de Andrés Bello: conjuntura histórica e política**, 2022. 317f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24169>> Acesso em: 22 jan. 2023.

ZUBIRI, J. O. **El trazado científico de la gramática de Andrés Bello**. San Cristóbal: Universidad Católica del Táchira, 1984.

OBRAS CONSULTADAS DE ANDRÉS BELLO

BELLO, A.; DEL RÍO, J. G. *Indicaciones sobre la conveniencia de reformar y uniformar la ortografía en América*. (1823) In: JAKSIĆ, I. A.; LOLAS, F.; OLIVIER, A. M. (Org.). **Gramática de la libertad**. Textos sobre lengua y literatura. Santiago de Chile: Fondo de Publicaciones Americanistas y Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad de Chile, 2013. p. 51-64.

_____. Advertencias sobre el uso de la Lengua Castellana a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuelas. **Periódico El Araucano**. Santiago de Chile, ed. 13 e 20/12/1833, 3 e 17/01/1834 e 28/03/1834.

_____. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Santiago de Chile: Imprenta del progreso, 1847. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital do Chile. <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0014882.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Santiago de Chile: Imprenta del progreso, 1847.

_____. **Compendio de la historia de la literatura**. Santiago: Imprenta chilena, 1850. Disponível em: <http://libros.uchile.cl/90>. Acesso em: 11 maio 2020.

_____. Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile el día 17 de septiembre de 1843. *In: Todas las verdades se tocan*. Ed. de Ivan Jaksić. Valparaíso: Editorial Manifiestos, Universidad de Valparaíso, 2015.

_____. **Obras completas: Filosofía del entendimiento**. VI. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramírez, 1881. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital do Chile <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-94698.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. **Obras completas de Andrés Bello**. Poesías. V. III. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramírez, 1883. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital do Chile <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0064753.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

_____. Gramática castellana (1832). *In: Obras completas de Don Andrés Bello*. Opúsculos gramaticales V. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramírez, 1884. p. 457-465. Disponível em: <http://ia802605.us.archive.org/25/items/obrascompletasd11chigoo/g/obrascompletasd11chigoo.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

_____. Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana (1841). *In: Obras completas de Don Andrés Bello*. Opúsculos gramaticales V. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramírez, 1884. p. 231-302. Disponível em: <http://ia802605.us.archive.org/25/items/obrascompletasd11chigoog/obrascompletasd11chigoog.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2018.

_____. Compendio de gramática castellana escrito para el uso de las escuelas primarias (1851). *In: Obras completas de Don Andrés Bello*. Opúsculos gramaticales V. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramírez, 1884. p. 303-378. Disponível em: <http://ia802605.us.archive.org/25/items/obrascompletasd11chigoog/obrascompletasd11chigoog.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

_____. Principios de ortología y métrica de la lengua castellana. *In: Obras completas VI*. Estudios Filológicos I. Caracas: 1981. p. 5-597. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/estudios-filologicos-tomo-1-principios-de-la-ortologia-y-metrica-de-la-lengua-castellana-y-otros-escritos/0ecd9ba5-263d-4839-8fa7-30e847cb1bd5.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

_____. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Con las notas de Rufino José Cuervo, estudio y edición de Ramón Trujillo. Tomos I y II. Madrid: Arco/Libros, 1988.

_____. (1984) **Gramática de la lengua castellana**. Madrid: EDAF, 2004.

_____. **Cuadernos de Londres**. Prólogo, edição e notas de Iván Jaksić e Tania Avilés; colaboração de Miguel Carmona Tabja, Claudio Gutiérrez Marfull e Matías Tapia Wende. Epílogo de Han Ulrich Gumbrecht. Santiago de Chile: Universitaria, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista a Iván Jaksic²¹⁰

Kelly Werner – Para empezar, diga a nosotros brasileños algo acerca de usted y de cómo surgió el interés por Andrés Bello. ¿Por qué ha elegido Andrés Bello?

Iván Jaksic –Nací en Punta Arenas, en la región magallánica. Vine a Santiago siendo niño todavía, para estudiar en la escuela secundaria y también en la Universidad de Chile. Estudié Filosofía en la Universidad de Chile hasta el golpe militar. Después me fui a Argentina y posteriormente a Estados Unidos, donde estudié Historia, aunque siempre mantuve un vínculo con Filosofía de modo que la historia intelectual fue como mi camino. Tuve la suerte de estudiar con Jorge J.E. Gracia, un especialista en metafísica y Filosofía Medieval que se interesaba mucho por la filosofía latinoamericana. Después de mi doctorado trabajé en diferentes universidades por treinta años en Estados Unidos hasta que asumí este puesto de la Universidad de Stanford en Chile. Era mi oportunidad de volver a Chile, pero con un vínculo académico con Estados Unidos.

El interés, pasando a la segunda parte de tu pregunta, el interés por Bello empezó muy temprano porque en Santiago, y en Chile en general, Bello está muy presente. La Universidad de Chile se conoce como La Casa de Bello. Pero cuando llegué a Estados Unidos me di cuenta que nadie tenía idea de quién era Andrés Bello. Al comienzo me interesé principalmente por sus ideas sobre educación superior. Eso me llevó eventualmente a tratar de conocerlo con más profundidad. No tenía en mente hacer una biografía, pero me interesaba mucho como pensador y sobre todo en su

²¹⁰ La entrevista se realizó el 24 de abril de 2019 en Santiago de Chile, como parte de una actividad de mi plan de trabajo de pasantía en la Uchile, en el curso de doctorado. La transcripción de la entrevista fue hecha por mí, con revisión del profesor Iván Jaksic.

parte filosófica. Fui a Venezuela, consulté los manuscritos, y comencé a venir a Chile a fines de los 80 y principios de los noventa. Aquí me encontré con los cuadernos manuscritos de Londres. Gracias a un querido colega, que ya falleció, consideré lo que me resultaba impensable hasta ese momento: ¿por qué no hacer una biografía de Bello?

Kelly Werner – Ahora hablemos de Andrés Bello. ¿Quién fue Andrés Bello? ¿En qué sociedad ha vivido Bello? ¿Cuál su relación con la política nacional? ¿Cómo se formó intelectualmente? ¿Qué autores tomaba como referencia?

Ioán Jaksic – Para mí, lo más importante es que se trata de un intelecto de primer nivel, pero incluso los talentos de primer nivel requieren de formación. La formación universitaria del período tardío- colonial en Caracas, como en toda América Latina, era excelente porque estaba muy basada en las humanidades. Las humanidades en el fondo se basan en el estudio del lenguaje y en el conocimiento de diferentes lenguas. Desde muy temprano Bello tuvo contacto directo con el latín, pero también con otras lenguas. Por vivir en Venezuela tenía contacto con las islas británicas del Caribe. También aprendió francés muy rápidamente y todo esto tenía que ver con su formación humanística y la calidad de la educación colonial. Él era un hombre de la colonia y por lo tanto tenía una sensibilidad muy desarrollada para entender lo que significaba la caída del imperio español. Él se hace la pregunta sobre qué lo reemplazará. Bello es un hombre que padece mucho durante ese periodo de caos, de quiebre. Vive el exilio en Londres por 19 años, periodo en el cual estudia los orígenes del castellano, como una forma de mantener su lengua, y además como una forma de entender la dinámica de la caída de los imperios desde una perspectiva lingüística. Realiza una investigación que para mí es fundacional. Al mismo tiempo tiene mucho contacto con la poesía clásica. También estudia el Poema de Mío Cid y redacta sus propios poemas. Aunque ya había compuesto algunos en Caracas, su poesía realmente florece en Londres con la “Alocución a la poesía,” y la “Silva a la agricultura de la zona tórrida.” Tiene también una importante experiencia diplomática. De modo que la experiencia de Londres es muy importante, muy rica.

Él políticamente es una persona moderada. Se le trata de conservador, pero yo creo que él es más bien un liberal al estilo de los Whigs ingleses. Es un hombre que rechaza la violencia, sobre todo la violencia ideológica, revolucionaria, de la Revolución Francesa. Cuando llega a Chile, trae un bagaje de estudios, de investigación, de experiencia diplomática y aquí es muy bien recibido. Tanto el régimen liberal de Francisco Antonio Pinto, como también el régimen conservador de Joaquín Prieto y Diego Portales reconocen sus talentos y entienden claramente lo que Bello puede aportar a Chile. Quizás por este último apoyo es que hay mucha confusión a propósito de lo que ideológicamente representa la obra de Bello. Yo creo que tal como señalaba Carlos Ruiz Schneider, a quien me referí anoche en la conferencia²¹¹, Bello es un hombre de la moderación, es un hombre de la filosofía escocesa, la que absorbe durante los años de Londres, pero sobre todo es alguien muy sensato, muy sensible, es un hombre que tiene una visión de cómo se construyen las naciones y que tiene éxito en Chile, porque Chile en muchos sentidos es una república ideal, pequeña, manejable. Es una isla.

Kelly Werner – El título de la biografía que escribió es: **Andrés Bello: la pasión por el orden**. ¿Puede decirnos por qué ha puesto este título?

Iván Jaksić – Claro. En realidad, eso fue por la ayuda de una muy querida amiga historiadora. En inglés el título era **Andrés Bello: Scholarship and Nation-Building in Nineteenth-Century Latin America**, que es muy descriptivo. Ella me dijo que en castellano tenía que interesar al lector, tenía que dar una idea más humana porque el título en inglés es muy frío. Así es que yo seguí su consejo y busqué alguna cita del propio Bello. Cuando él dice que “yerra (la filosofía sensualista) en cuanto supone que la voluntad no es capaz de apasionarse por el orden; la filosofía idealista yerra en cuanto supone que la idea de orden es capaz

²¹¹ Iván Jaksić se refiere a la conferencia de cierre “Andrés Bello y el surgimiento de la historiografía en Chile” que pronunció en el Seminario “Andrés Bello hoy”, realizado en 23 de abril de 2019 y organizado por la Cátedra Andrés Bello de la Universidad de Chile, evento que participé como asistente.

de mover la voluntad sin apasionarla,” entonces me tomé de ahí y le puse “La pasión por el orden”.

Kelly Werner – La lengua, la educación y las leyes fueron temas centrales para Bello. De ellos se ocupó de distintos modos. ¿Puede hablarnos un poco sobre eso?

Iván Jaksic – Por supuesto. El gran tema en América Latina es crear repúblicas que ya no se rigen por monarcas, sino por un sistema de leyes. Para entender las leyes es fundamental la alfabetización. Es importantísimo el lenguaje escrito. Como decía el profesor Fernando Quintana ayer en la conferencia sobre Bello, la claridad en el lenguaje de la ley es muy importante. Entonces, lengua, literatura, ley, educación son parte del proyecto de Bello, quien las aplicó al sistema de educación pública en Chile. La creación de la Universidad de Chile como academia, pero sobre todo como superintendencia de educación es parte de un amplio proyecto de alfabetización y educación cívica. Pero va incluso más allá, puesto que concibe un vínculo con el sistema político: el sufragio, en particular, está directamente relacionado con la alfabetización. De modo que, para ejercer los derechos de un ciudadano, es necesario que comprenda el lenguaje escrito, que razone sobre sus deberes, y que tenga como guía al código civil. El código está escrito con un cuidado tal que permite la memorización. Ese era su objetivo, que el ciudadano tuviera un conocimiento de la ley a través del lenguaje. Todo esto está muy relacionado. Él no es meramente un educador, sino que un educador para algo concreto. Es una educación para la ciudadanía.

Kelly Werner – En el tema de la lengua, Bello escribió varios textos. Entre ellos están textos gramaticales, literarios y otros. Por ejemplo: Gramática castellana (1832), Advertencias sobre el uso de la Lengua Castellana a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuela (1834), Principios de ortología y métrica de la lengua castellana (1835), Análisis ideológica sobre los tiempos de la conjugación castellana (1841), Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos (1847), o Compendio de gramática castellana para el

uso de las escuelas primarias (1851). Algunos escritos fueron publicados en periódicos, otros en libros tras un largo proceso de producción y análisis, artículos publicados en diarios y después incorporados con correcciones o no a la gramática de 1847. Si tomamos esa gramática, podemos hablar que su hechura se dio en un proceso que llevó años, de modo que no tenemos cómo precisar la fecha de escritura, sino de la publicación. En su opinión, ¿por qué eso se sucedió con la gramática? ¿Qué razones tenía Bello para publicarla solamente en 1847?

Iván Jaksić – Como todo lo que él hacía, lo somete a un largo período de maduración. Además, como dice en el Prólogo de la *Gramática* y también en el *Análisis* (1841), ya existían otras gramáticas. Pero él tiene dudas al respecto de si son verdaderamente apropiadas para el contexto hispanoamericano.

Kelly Werner – Sí. Esa es la pregunta siguiente. ¿Por qué Bello escribió una gramática de la lengua castellana?

Iván Jaksić – Yo creo que, en parte por una cuestión institucional, que es el promover el pensamiento gramatical o la necesidad de una gramática en la educación pública. Antes de la creación de la Universidad de Chile, es decir de una institución encargada de la difusión del conocimiento, él escribía sobre todo en la prensa. Con la creación de la Universidad de Chile en 1842, y su funcionamiento a partir de 1843, el Estado asume la responsabilidad de promover la alfabetización. Entonces no es coincidencia que entre la fundación de la Universidad de Chile y la publicación de la *Gramática* (1847) haya un afán de proporcionar los elementos pedagógicos que van a utilizarse de allí en adelante en las aulas.

Kelly Werner – ¿Así que las otras gramáticas que había, las de la Academia y de otros no servían para esa situación específica de alfabetización y de educación en Chile?

Iván Jaksić – No las considera particularmente apropiadas para ese objeto. La gran crítica que él hace a la gramática y a la ortografía de la Real

Academia Española, es que se basa mucho en la etimología. Influye también su conocimiento de los clásicos como Quintiliano. Para él las palabras deben escribirse como se pronuncian. Él piensa que las gramáticas que critica pertenecen a otro clima cultural, más alfabetizado y apegado al latín. Lo que se necesita en Chile es simplificar, empezando por el abecedario, simplificar la ortografía. Además, hace un argumento incluso más fuerte en contra del criterio etimológico para definir la ortografía castellana. El uso le parece más importante, y considera que el criterio etimológico carece de consistencia y resulta innecesario en palabras como "cristiano," que de acuerdo al criterio etimológico debe escribirse con "ch." Eso, para Bello, simplemente obstaculiza la comprensión de las palabras y la adquisición del lenguaje escrito. Tal como ésta, Bello tenía críticas muy importantes. Pero no busca la simplificación como un mero instrumento pedagógico, sino que desarrolla una verdadera teoría gramatical. Por eso es que su gramática no es fácil. En verdad, está dirigida a los profesores del ramo.

Kelly Werner – Algunos dicen que el gran logro de Bello fue "deslatinizar" la gramática castellana. Ese es un punto interesante que él defiende.

Iván Jaksic – Exacto. El pone por ejemplo el que la Academia hace que los nombres castellanos sean declinables por casos por la simple razón de que así se hace con los latinos, cosa que él considera absurda. Y si puedo decir una cosa más, creo que hay algo muy importante relacionado con la ley y los tiempos verbales. Él pensaba que había muchos vicios en el uso de los tiempos verbales, mucha distorsión. La comprensión de la ley dependía de una buena organización de los tiempos verbales. Entonces, la Gramática no es meramente un instrumento pedagógico, sino que además tiene dimensiones filosóficas y jurídicas muy importantes.

Kelly Werner – En algún momento, yo leí que había la idea en la época de que, si uno lee y escribe bien, piensa bien, mejor. Entonces, la lectura y la escritura están relacionadas con el pensamiento. Bello pensaba de esa manera.

Iván Jaksic – Correcto. Por eso creo que hay un sustrato filosófico muy importante en Bello. En su época, era de eso de lo que se hablaba: la relación entre lenguaje y pensamiento. Están las teorías de Condillac, están los ideólogos de la escuela francesa, pero Bello siguió más bien la corriente de los escoceses. Ese era el gran tema: la relación entre ideas, pensamiento, lenguaje. Mientras más claridad exista en el pensamiento, mayor es la claridad del lenguaje. Y viceversa. Se encuentran en una relación de mutua dependencia.

Kelly Werner – ¿Cree usted que Andrés Bello logró sus objetivos con la gramática?

Iván Jaksic – Bueno, si lo consideramos en términos del éxito que tuvo la gramática, yo he contado noventa (90) ediciones. Él alcanzó a hacer cinco (5) ediciones, pero después de su muerte el colombiano Rufino José Cuervo la tomó y con sus anotaciones pasó a ser una gramática difundida a un nivel hispanoamericano, tal como lo quería Bello desde el remoto Chile. Entonces yo creo que fue un gran éxito. Y los especialistas han dado cuenta de cómo sus criterios fueron al fin aceptados incluso por la Real Academia Española.

Kelly Werner – Hablemos de la visión de la lengua en la gramática de Bello. En su opinión, ¿cuál era su concepción de lengua? ¿Qué era la lengua para ese intelectual, ese gramático?

*Iván Jaksic – Yo creo que él está transitando desde una concepción humanística a una concepción más científica de la lengua, es decir, que él en primerísimo lugar da cuenta del uso. La gramática no es algo abstracto, sino que refleja el uso. Eso implica una observación de la conducta real de la lengua. Ahora, él tiene una visión del lenguaje correcto y es por eso que, en la **Ortología** (1835) y en la **Gramática** (1847), hay tantas citas del Siglo de Oro. Claro, uno esperaría que la Gramática se refiriera a otros gramáticos, pero él cita sobre todo fuentes literarias porque en la literatura él descubre el buen uso.*

Kelly Werner – Estaba analizando los contenidos de los ejemplos en la Gramática de Bello. Hay la idea de lengua correcta, basada en el buen uso, y hay valores morales, religiosos, comportamentales en los contenidos de esos usos. Es decir, que reflejan los valores que deseaba cultivar en los ciudadanos.

Iván Jaksic – Exacto. Ese es un argumento que yo hice hace mucho tiempo. Hay una idea de orden que pasa precisamente por el orden del pensamiento. La virtud republicana es algo que se cultiva a nivel del pensamiento, es decir, los derechos de los otros, las conductas éticas. Eso le importa mucho porque sin esa base nada se sostiene. La persona tiene que llegar a la convicción de que debe hacer un aporte al bien nacional, al bien público. Eso es lo que yo denomino la dimensión nacional del orden y después hay una dimensión internacional del mismo, porque un país no vive aislado, existe en una comunidad de naciones. Es por eso que él también se dedica al derecho internacional. Uno de los aspectos más influyentes de la obra de Bello es el derecho internacional.

Kelly Werner – Para terminar, sabemos que Andrés Bello hizo muchísimas cosas en su vida. Para usted, ¿cuál fue la contribución más grande de Bello para Chile y para Hispanoamérica?

Iván Jaksic – Habría que desarrollar como diez puntos para poder contestar, pero yo creo que todo se remite a uno principal y ese es la construcción de las naciones independientes. Y enfatizo lo de nación porque hay un concepto de orden que late bajo el concepto de nación, no es algo frío, que se remite a la mera división de poderes, o a la constitución. Nación es una comunidad y esa comunidad se rige por una idea de orden y este orden es fundamentalmente un orden propio de la realidad del continente. O sea, es un continente que ha roto con un imperio, que está en construcción y que tiene necesidad de seguir una ruta, una ruta republicana, una ruta nacional. Yo creo que ese es el gran aporte. Todas las disciplinas de las que se ocupó contribuyen a eso.

Kelly Werner – Todo lo que sea positivo al progreso es acepto. La idea de progreso está muy presente.

Iván Jakić – Sobre todo si pensamos en el progreso no como el monopolio de los positivistas, sino como un proyecto de desarrollo cultural abierto e inclusivo. Eso le importa mucho, de que cada nación tenga un sentido de comunidad de naciones, pero que al mismo tiempo tenga su perfil propio.

APÊNDICE B – Notas de rodapé na *Gramática* (1847)

(continua)

| CAPÍTULO | PÁGINA | FORMA | ASSUNTO | ESPAÑHOL CHILE | ESPAÑHOL AMÉRICA | ESPAÑHOL ESPANHA | OUTRAS LÍNGUAS |
|----------|--------|-------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| Prólogo | VI | (a) | ETIMOLOGÍA | | | | GREGO |
| III | 23 | (a) | FONOLOGÍA | | | | |
| III | 24 | (b) | FONOLOGÍA | | | | |
| IV | 29 | (a) | ADJETIVO | | | | |
| V | 31 | (b) | NOMBRES (PLURAL) | | | | |
| V | 32 | (c) | NOMBRES (PLURAL) | | | | |
| V | 32 | (d) | NOMBRES (PLURAL) | | | | |
| V | 35 | (e) | NOMBRES (PLURAL) | | | | |
| VI | 36 | (a) | NOMBRES | | | | LATIM |
| IX | 40 | (a) | NOMBRES | | | | |
| X | 45 | (a) | NOMBRES | | | | |
| XI | 48 | (a) | NUMERALES | | | | |
| XI | 50 | (b) | ADVERBIO | | | | |
| XII | 53 | (a) | DIMINUTIVOS | 1C | 1C | | |
| XII | 56 | (b) | DIMINUTIVOS | | | | |
| XIII | 58 | (a) | PRONOMBRES | | | | |

| | | | | | | | |
|-------|----|-----|------------------------|----|--|----|----------------------|
| XIII | 58 | (b) | PRONOMBRES | | | | |
| XIII | 59 | (c) | PRONOMBRES (VOS) | 1C | | | |
| XIII | 62 | (d) | PRONOMBRES | | | | |
| XIII | 63 | (e) | PRONOMBRES | | | 1C | |
| XIII | 64 | (f) | DEMOSTRATIVO | | | | |
| XIV | 68 | (a) | ARTÍCULO | | | | INGLÊS |
| XIV | 68 | (b) | ARTÍCULO | | | 1C | |
| XIV | 68 | (c) | ARTÍCULO | | | 1C | |
| XIV | 68 | (d) | ARTÍCULO | | | | ITALIANO, FRANCÊS |
| XVI | 79 | (a) | PRONOMBRE RELATIVO | | | | |
| XVI | 81 | (a) | PRONOMBRES | | | | |
| XVI | 82 | (b) | QUE ANUNCIATIVO | | | | |
| XVI | 85 | (c) | ARTÍCULO/RELAT IVOS | | | | |
| XVI | 86 | (d) | PRONOMBRES (CUYO) | | | | |
| XVI | 88 | (e) | PRONOMBRES (CUYO) | | | 1C | |
| XVII | 90 | (a) | ADJETIVO | | | | |
| XVII | 91 | (b) | PRONOMBRES (CUAL) | | | 1C | |
| XVIII | 94 | (a) | PRONOMBRES (OTRO) | | | | |

| | | | | | | | |
|----------|--------|-------|------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| XVIII | 95 | (b) | PRONOMBRES | | | | |
| XIX | 96 | (a) | ADVERBIO | 1C | | | |
| XIX | 96 | (b) | ADVERBIO | | | | |
| XIX | 97 | (c) | ADVERBIO | 1C | 1C | 1C | |
| XIX | 98 | (d) | ADVERBIO | | | | FRANCÊS |
| XIX | 99 | (e) | ADVERBIO | | | | |
| XIX | 101 | (f) | ADVERBIO | | | | |
| XIX | 103 | (g) | ADVERBIO | | | | LATIM |
| XX | 106 | (a) | VERBO | | | | |
| XX | 108 | (b) | VERBO | | | | LATIM |
| XXIII | 116 | (a) | VERBO | | | | |
| XXIV | 119 | (b) | VERBO | 1C | | | |
| XXIV | 120 | (a) | VERBO | | | | |
| XXIV | 120 | (b) | VERBO | | | | |
| XXIV | 121 | (c) | VERBO | | | | |
| XXIV | 124 | (d) | VERBO | | | | |
| XXIV | 125 | (e) | VERBO | | | | LATIM |
| CAPÍTULO | PÁGINA | FORMA | ASSUNTO | ESPAÑHOL CHILE | ESPAÑHOL AMÉRICA | ESPAÑHOL ESPANHA | OUTRAS LÍNGUAS |
| XXIV | 126 | (f) | VERBO | | | | LATIM |
| XXIV | 128 | (g) | VERBO | | | | |
| XXIV | 129 | (h) | VERBO | | | | |
| XXIV | 130 | (i) | VERBO | | | | |
| XXIV | 130 | (j) | VERBO | | | | |
| XXIV | 131 | (l) | VERBO | | | | |
| XXIV | 137 | (m) | VERBO | | | | |
| XXIV | 138 | (n) | VERBO | | | | |

| | | | | | | | |
|--------|-----|-----|--------------|----|----|----|---------|
| XXIV | 138 | (ñ) | VERBO | | | | LATIM |
| XXIV | 139 | (n) | VERBO | | | | |
| XVIII | 150 | (a) | VERBO | | | | LATIM |
| XVIII | 151 | (b) | VERBO | | | | |
| XVIII | 155 | (c) | VERBO | | | | INGLÊS |
| XVIII | 155 | (d) | VERBO | | | 1C | |
| XVIII | 160 | (e) | VERBO | | | 1C | |
| XVIII | 169 | (g) | VERBO | | | | |
| XVIII | 170 | (h) | VERBO | | | | |
| XXIX | 174 | (a) | VERBO | | | | |
| XXIX | 178 | (b) | VERBO | | | | |
| XXIX | 179 | (c) | VERBO | | 1C | | |
| XXIX | 179 | (d) | VERBO | 1C | | | |
| XXIX | 180 | (e) | VERBO | | | | FRANCÊS |
| XXIX | 181 | (f) | VERBO | | | | FRANCÊS |
| XXIX | 183 | (g) | VERBO | | | | LATIM |
| XXX | 189 | (a) | VERBO | | | | |
| XXXI | 199 | (a) | VERBO | | | | LATIM |
| XXXI | 200 | (b) | ARTÍCULO | | 1V | | |
| XXXI | 203 | (c) | APÓCOPE | | 1C | 1C | |
| XXXI | 205 | (d) | DEMOSTRATIVO | | | | |
| XXXI | 206 | (e) | ARTÍCULO | | | | |
| XXXII | 208 | (a) | ACUSATIVO | | | | |
| XXXIII | 216 | (a) | ACUSATIVO | | | | |
| XXXIII | 217 | (b) | ACUSATIVO | | | | |
| XXXIII | 218 | (c) | PRONOMBRES | | | | |
| XXXIII | 219 | (d) | PRONOMBRES | | | 1C | |

| | | | | | | | |
|---------|-----|-----|---------------------|--|--|----|---------------------------|
| XXXIII | 222 | (e) | ACUSATIVO | | | | |
| XXXIII | 223 | (f) | PRONOMBRES | | | 1C | |
| XXXIV | 226 | (a) | PRONOMBRES | | | | |
| XXXVI | 234 | (a) | QUE ANUNCIATIVO | | | | FRANCÊS |
| XXXVI | 235 | (b) | PORQUE | | | | INGLÊS, FRANCÊS, LATIM |
| XXXVI | 236 | (c) | COMPLEMENTO A | | | | |
| XXXVII | 243 | (a) | ADJETIVO | | | | |
| XXXVIII | 246 | (a) | AQUEL, QUIEN | | | | |
| XL | 250 | (a) | VERBO | | | | |
| XL | 254 | (b) | CUAL, TANTO | | | | LATIM |
| XL | 255 | (c) | CUAL, TANTO | | | | |
| XLIII | 265 | (a) | DONDE | | | | |
| XLIV | 267 | (a) | CLÁUS. ABSOLUTAS | | | | LATIM |
| XLV | 269 | (a) | QUIERA...QUIER | | | | LATIM |
| XLV | 269 | (b) | EL QUE | | | | |
| XLV | 271 | (c) | QUIER...QUIER | | | | |
| XLVI | 271 | (a) | VERBO | | | | LATIM |
| XLVII | 278 | (a) | PARTICIPIO | | | | LATIM |
| XLVII | 278 | (b) | PARTICIPIO | | | | LATIM |
| XLVII | 280 | (c) | VERBO | | | | LATIM |
| XLVII | 280 | (d) | VERBO | | | | LATIM |
| XLVII | 281 | (e) | PARTICIPIO | | | | |
| XLVII | 282 | (f) | PARTICIPIO | | | | |

| | | | | | | | |
|-------|-----|-----|--------------------------------|--|--|-----|---------------------------|
| XLVII | 284 | (g) | VERBO | | | | |
| XLIX | 289 | (a) | PREPOSICIÓN | | | | |
| XLIX | 290 | (b) | PREPOSICIÓN | | | | |
| XLIX | 290 | (c) | PREPOSICIÓN | | | | LATIM |
| L | 292 | (a) | PREP., ADVERBIO, CONJUNCIÓN | | | | |
| L | 297 | (b) | ADV., RELATIVO | | | | LATIM |
| L | 302 | (c) | ADV., RELATIVO | | | | ITALIANO |
| L | 304 | (d) | ADV., RELATIVO | | | | INGLÊS, FRANCÊS, LATIM |
| L | 306 | (e) | VERBO | | | | |
| L | 306 | (f) | VERBO | | | | |
| LI | 311 | (a) | EL QUE | | | | |
| LI | 313 | (b) | TANTO, TAN | | | 1V* | FRANCÊS, INGLÊS |

Fonte: Autora.

*Legenda: As letras V e C correspondem às palavras “validado” e “censurado” e foram usadas para apresentar a posição bellista sobre os elementos.

APÊNDICE C – Gesto político 1

Reescriturações da língua pelo gesto político 1

SE 1 – Aunque en esta *Gramática* he procurado no desviarme de la nomenclatura i explicaciones usuales, hay puntos en que me ha parecido que las prácticas de **la lengua castellana** podían representarse de un modo mas completo o mas simple. Lectores habrá que califiquen de caprichosas las alteraciones que en esos puntos he introducido, o que las imputen a una pretension extravagante de decir cosas nuevas; las razones que alego probarán, a lo menos, que no las he adoptado sino despues de un maduro exámen. (BELLO, 1847, p. V. *Prólogo*)

SE 2 – **El habla** de un pueblo **es un sistema artificial de signos**, que bajo muchos respectos se diferencia de los otros sistemas de la misma especie; de que se sigue que **cada lengua tiene su teoría particular, su gramática**. No debemos pues aplicar indistintamente a **un idioma** los principios, los términos, las analogías en que se resumen bien o mal las prácticas de otro. Esa misma palabra *idioma* (*a*) está diciendo que **cada lengua tiene su jenio, su fisonomía, sus jiros**; i mal desempeñaría su oficio el gramático que explicando **la suya** se limitara a lo que **ella** tuviese de comun con otra, (o todavía peor) que supusiera semejanzas donde no hubiese mas que diferencias, i diferencias importantes, radicales. Una cosa es la gramática general, i otra la gramática de **un idioma dado**: una cosa comparar entre sí dos idiomas, i otra considerar **un idioma** como es en sí mismo. ¿Se trata, por ejemplo, de la conjugación del verbo castellano? Es preciso enumerar las formas que toma, i los significados i usos de cada forma, como si no hubiese en el mundo **otra lengua que la castellana**; posición forzada respecto del niño, a quien se exponen las reglas de **la sola lengua** que está a su alcance, **la lengua nativa**. Este es el punto de vista en que he procurado colocarme, i en el que ruego a las personas inteligentes, a cuyo juicio someto mi trabajo, que procuren tambien colocarse, descartando, sobre todo, las reminiscencias del idioma latino. (BELLO, 1847, p. VI. *Prólogo. (a) En griego propiedad; índole; costumbres propias*)

SE 3 – En España como en otros países de Europa, una admiración excesiva a la lengua i a la literatura de los romanos dió un tipo latino a casi todas las producciones del ingenio. [...] No era pues de estrañar que se sacasen del latin la nomenclatura i los cánones gramaticales de **nuestro romance**. (BELLO, 1847, p. VI-VII. *Prólogo*)

SE 4 – No he querido, sin embargo, apoyarme en autoridades, porque para mí la sola irrecusable en lo tocante a **una lengua es la lengua misma**. Yo no me creo autorizado para dividir lo que **ella** constantemente une, ni para identificar lo que **ella** distingue. No miro las analogías de otros idiomas sino como pruebas accesorias. Acepto las prácticas como **la lengua** las presenta; sin imaginarias elípsis, sin otras explicaciones que las que se reducen a ilustrar el uso por el uso. [...] Tal ha sido mi lógica. En cuanto a los auxilios de que he procurado aprovecharme, debo citar especialmente las obras de la Academia española i la gramática de D. Vicente Salvá. He mirado esta última como el depósito mas copioso de los modos de decir castellanos; como un libro, que ninguno de los que aspiran a hablar i escribir correctamente **nuestra lengua nativa** debe dispensarse de leer i consultar amenudo. Soi tambien deudor de algunas ideas al ingenioso i docto D. Juan Antonio Puigblanch en las materias filológicas que toca por incidencia en sus Opúsculos. Ni fuera justo olvidar a Garcés, cuyo libro, aunque solo se considere como un glosario de voces i frases castellanas de los mejores tiempos, ilustradas con oportunos ejemplos, no creo que merezca el desden con que hoi se le trata. (BELLO, 1847, p. VIII-IX. *Prólogo*)

SE 5 – No se crea que recomendando la conservacion del **castellano** sea mi ánimo tachar de vicioso i espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hai locuciones castizas que en la Península pasan hoi por anticuadas, i que subsisten tradicionalmente en Hispano-América: ¿por qué proscribirlas? Si segun la practica jeneral de los americanos es mas analógica la conjugacion de algun verbo, ¿por qué razon hemos de preferir la que caprichosamente haya prevalecido en Castilla? Si de raices castellanas hemos formado vocablos nuevos, segun los procederes ordinarios de derivación, que **el castellano** reconoce, i de que se ha servido i se sirve continuamente para aumentar **su caudal de voces**, ¿qué motivo hai para que nos avergoncemos de usarlos? Chile i Venezuela tienen tanto derecho como Aragon i Andalucía para que se toleren sus accidentales diverjencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme i auténtica de la jente educada. (BELLO, 1847, p. XII. *Prólogo*)

SE 6 – **Una lengua es como un cuerpo viviente**: su vitalidad no consiste en la constante identidad de elementos, sino en la regular uniformidad de las funciones que estos ejercen, i de que proceden la forma i la índole que distinguen al todo. (BELLO, 1847, p. IX-X. *Prólogo*)

SE 7 – No tengo la presuncion de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirijen a mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación **la lengua de nuestros padres** en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación i un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de oríjen español derramadas sobre los dos continentes.

Pero no es un purismo supersticioso que me atrevo a recomendarles. (BELLO, 1847, p. X-XI. *Prólogo*)

SE 8 – La mutacion de z en c es de mera **ortografía (b)** [...] Esta es una concesion que todavia hacemos uso, o por mejor decir, a un abuso que no puede justificarse. Para escribir *capaces, raices, cruces*, no es suficiente escusa la jeneralidad de esa práctica, una vez que Academia misma no se paró en esta consideracion para sustituir en infinidad de vocablos la c a la q, i la g a la x, escribiendo, por ejemplo, *elocuencia, egército*, donde ántes todos *eloqüencia, ejército*. Ni se hable de antigüedad; pues ántes del siglo XVIII se escribia frecuentemente *capazes, luzes, felizes*. Ni se apele a la etimolojia, que es mas bien una razon a favor de la z; *luzes* nace inmediateamente de *luz*; i no parece razonable preferir la derivacion remota que pocos conocen, a la derivacion inmediata que está a vista de todos. (BELLO, 1847, p. 31. Cap. V. Corpo + N. rodapé b)

SE 9 – No puedo ménos de hacer alto sobre una práctica introducida poco há en **castellano**, e imitada, como tantas otras, de los idiomas extranjeros. Dícese *Su Majestad el Rei de los Franceses, Su Santidad Benedicto XIV, Su Excelencia el Ministro de Estado*, en lugar de *la Majestad del Rei, la Santidad de Benedicto, el Excelentísimo Señor Ministro*. En Cervántes hallamos, si mal no me acuerdo, *la Majestad del Emperador Carlos V, i su merced la Señora Lucinda*. Jovellanos escribia: *La Santidad de Clemente VIII expidió un breve... Este breve i el de la Santidad de Paulo V*. Pero la práctica extranjera parece ya irrevocablemente adoptada. (BELLO, 1847, p. 63; Cap. XIII. N. rodapé)

SE 10 – Este subjuntivo hipotético es peculiar de **la lengua castellana, entre todos los dialectos romances**. El sustantivo comun presta sus formas al optativo; las que son peculiares del modo hipotético nunca pasan a optativas. (BELLO, 1847, p. 151; Cap. XXVIII. N. rodapé)

SE 11 – Este uso secundario del indicativo no es de **la lengua castellana** sola, **sino de todos los dialectos romances i del idioma ingles**. (BELLO, 1847, p. 155; Cap. XXVIII. N. rodapé)

SE 12 – ¿Por qué no hai en nuestros nombres indeclinables tantos casos diversos como preposiciones podemos juntarles? La respuesta es obvia: porque como a todas las combinaciones castellanas de preposicion i nombre no corresponden mas que cuatro desinencias en los nombres latinicos, la del jenitivo, la del dativo, la del acusativo i la del ablativo, no puede concebirse que las combinaciones de preposicion i nombre dejen de formar los mismos cuatro casos precisamente en **castellano**. Yo a lo ménos no acierto a columbrar otra

lógica en la mente de los que así han latinizado **nuestra lengua**, en vez de explicarla por sus hechos, **sus** formas, **sus** accidentes peculiares. (BELLO, 1847, p. 325; “Declinacion, paj. 57, 66. N. fim)

SE 13 – Así, cuando yo digo que ciertos sustantivos, ciertas palabras ciertas, ciertas frases son masculinas en la concordancia i neutras en la representacion, no hago mas que exponer sencillamente lo que pasa en **castellano**; contra lo cual no debe valer la práctica de otra lengua alguna. En latin es cierto que lo masculino i lo neutro se excluyen mutuamente; pero en **nuestra lengua** no ha querido el uso, *Quem penes arbitrium est es jus et norma loquendi*. (BELLO, 1847, p. 327; “Jenero neutro, paj. 75. N. fim)

SE 14 – *LO* aparece de dos modos en **la lengua**: ya limitado, determinado por alguna modificacion (*lo blanco, lo negro, lo de quer, lo del siglo pasado, lo que nos agrada, lo que aborrecemos*), i entonces es indeclinable; ya absoluto, sin determinacion ni limitacion alguna expresa (*lo creo, lo ví, lo pensaré*), i entónces *lo* es *ello* en acusativo o complemento directo. ¿Por qué se ha de mirar el *lo* absoluto que modifica a *ser* i *estar*, como algo diferente del *lo* absoluto en toda las demas circunstancias, sin excepcion alguna? Aceptemos las prácticas de **la lengua** en su simplicidad, i no las encojamos i estirémos para ajustarlas al *lecho de Procústes* de la lengua latina. (BELLO, 1847, p. 329; “<LO> Predicado paj. 70. N. fim)

Fonte: Autora.

APÊNDICE D – Gesto político 2

Reescriturações da língua pelo gesto político 2

SE 15 – La GRAMÁTICA de **una lengua** es el arte de hablarla correctamente, esto es, conforme al buen uso, que es el uso de la jente educada. Se prefiere este uso porque es el mas uniforme en las varias provincias i pueblos que hablan **una misma lengua**, i por lo tanto el que mas fácil i jeneralmente se entiende; al paso que las palabras i frases propias de la jente ignorante, varían mucho de unos pueblos i provincias a otros, i no son fácilmente entendidas fuera de aquel estrecho recinto en que las usa el vulgo. (BELLO, 1847, p. 1. N. Preliminares)

SE 16 – Se llama **lengua castellana** (i con menos propiedad *española*) la que se habla en Castilla, i que con las armas i las leyes de los castellanos pasó a la América, i es hoi **el idioma comun** de los Estados Hispano-Americanos. (BELLO, 1847, p. 1. N. Preliminares)

SE 17– En **Chile** se usan impropriamente como masculinos *hambre; chínche; pirámide*. (BELLO, 1847, p. 45. Cap. X. N. rodapé).

SE 18 – En **Chile**, como en **algunos otros países de América**, se abusa de los diminutivos. Se llama *señorita*, no solo a toda señora soltera, de cualquier tamaño i edad, sino a toda señora casada o viuda; i casi nunca se las nombra sino con los diminutivos *Conchita, Pepita*, por mas ancianas i corpulentas que sean. Esta práctica debiera desterrarse, no solo porque tiene algo de chocante i ridículo, sino porque confunde diferencias esenciales en el trato social. En el abuso de las terminaciones diminutivas hai algo de empalagoso. (BELLO, 1847, p. 53-4. Cap. XII. N. rodapé)

SE 19 – El vos que se hace tanto uso en **Chile en el diálogo familiar** es una vulgaridad que debe evitarse... (BELLO, 1847, p. 59. Cap. XIII. N. rodapé)

SE 20 – En **Chile** suele confundirse viciosamente *despacio* adverbio de tiempo con *paso, quedo* (en voz baja), adverbios de modo. *Hablar despacio* es hablar lentamente: *hablar paso* es hablar en voz baja. No se oponen hablar en voz alta i despacio. (BELLO, 1847, p. 96. Cap. XIX. N. rodapé)

SE 21 – *Consonar*, segun D. Vicente Salvá, no sigue a *sonar*; pero no creo que deba desaprobarse **el uso americano**, *consueno*, *consuenas*, lo mismo que el de *asueno*, *asuenas*. (BELLO, 1847, p. 127. Cap. XXIV. Corpo)

SE 22 – Los compuestos de *negar* le imitan, v. gr. *renegar*, yo *reniego*. *Anegar* lo es solo aparentemente [...]. **Los americanos** lo hacemos irregular de esta clase, yo *aniego*, i aun hemos formado el sustantivo *aniego* (inundacion); pero en **los escritores peninsulares** no he visto otras formas que la regulares *yo anego*, *tú anegas*. (BELLO, 1847, p. 126. Cap. XIV. Corpo)

SE 23 – [...] De aquí la diferencia entre v. gr. *ser pálido* i *estar pálido*, *ser húmeda una casa* i *estar húmeda*, diferencia delicada, i sin embargo de uso universal i uniforme en **todos los países castellanos**. (BELLO, 1847, p. 139. Cap. XXV. N. rodapé)

SE 24 – Doldré por doleré (a semejanza de valdré por valeré) es provincialismo en **Chile**. (BELLO, 1847, p. 143. Cap. XXVII. Corpo)

SE 25 – En **varias provincias de España i de Hispano-América** se hace un uso impropio de la forma en *se* (*cantase*, *hubiese cantado*), en la apódosis de las oraciones condicionales que llevan negacion implícita. Dícese, por ejemplo, “Yo te *hubiese* escrito, si hubiera tenido ocasion”, en lugar de *yo te hubiera* o *te habria escrito*. Esta corrupcion es comunísima en **las Repúblicas Australes**, i debe cuidadosamente evitarse. (BELLO, 1847, p. 169. Cap. XXVIII. Corpo)

SE 26 – Estos dos verbos se usan viciosamente en **algunas partes de América**, dándoseles (cuando significan trascurso del tiempo) una preposición *a*, que precede a la preposicion incidente *hacia* o *habia catorce años a que la conocia*; i peor aun, *hacian* o *habian diez meses a que estaba ausente*. (BELLO, 1847, p. 179. Cap. XXIX. N. rodapé)

SE 27 – Es preciso corregir el vicio (casi universal en **Chile**) de convertir el complemento directo en sujeto de haber: *hubieron fiestas*, *habrán alborotos*, *habíamos allí cuarenta personas*. (BELLO, 1847, p. 179. Cap. XXIX. N. rodapé)

SE 28 – El réjimen peculiar de cada palabra es materia que pertenece al Diccionario; por lo que nos limitaremos a reglas jenerales i a las particularidades mas importantes i de mas frecuente uso en **nuestra lengua**. (BELLO, 1847, p. 187. Cap. XXX. Corpo)

SE 29 – El adjetivo *mismo* es otro de los que pueden usarse de esta manera, como observó D. Juan Antonio Puigblanch; pues en **América**, no ménos que en

la Península, se dice *el mismo Barcelona*; sin que deje de usarse también la terminación regular en este caso. (BELLO, 1847, p. 196. Cap. XXX. Corpo)

SE 30 – Otra particularidad notable, que también está en contradicción con las leyes de la concordancia, es el convertirla en régimen, haciendo del sustantivo un complemento con la preposición *de*; como cuando decimos *el bribón de fulano, ¡infelices de nosotros!, ¡pobre de tí!* lo que suele hacerse con adjetivos que significan compasión, desprecio, vituperio, i particularmente en los vocativos i las exclamaciones: “Muda, muda de intento, /Simplecilla de ti, que no te entiendes!” (Jáuregui). Esta materia de concordancia es de las más difíciles para el que se proponga reducir el uso a cánones precisos, que se limiten a representarlo fielmente. En caso de duda debe estarse a las reglas generales. Propender a ellas es contribuir a la mejora de **la lengua** en las cualidades esenciales de conexión lógica, exactitud i claridad. Algunas de sus libertades merecen más bien el título de licencias: oriñadas del notorio descuido de los escritores castellanos en una época que ha dejado producciones admirables por la fecundidad i la elevación del ingenio, pero pocos modelos de corrección gramatical. Es necesario también hacer diferencia entre las concesiones que exige el poeta, i las leyes severas a que debe sujetarse la prosa. (BELLO, 1847, p. 197. Cap. XXX. Corpo)

SE 31 – “Es señor, como una perla / La Hipólita.” (Calderón). (b) No creo que haya motivo de reprobar el artículo definido que se junta casi siempre con los nombres propios de mujer en **algunas partes de América**: *La Juanita, la Isabel, la Dolores*. (BELLO, 1847, p. 200. Cap. XXXI. Corpo)

SE 32 – La apócope familiar *a cas de, en cas de*, pasa por anticuada en **la Península**, donde se usó por lo menos hasta la edad de Calderón, como se ve a cada paso en sus comedias; pero subsiste en **América**. Notarémos como mal sonante i vulgarísima la frase: “Ha ido a *lo de* su amigo”, “Ha estado en *lo de* D. Pedro”; aunque usada por toda clase de personas en **algunas partes de América** [...] Si se trata de persona que esté en un lugar que no sea casa, es preciso decir *fui a ella, estuve con ella*. (BELLO, 1847, p. 203. Cap. XXXI. N. rodapé)

SE 33 – Otras veces redundante **este que**: “Suplico a vuestra merced que, porque no encarguemos nuestra conciencia, confesando una cosa por nosotros jamás vista ni oída, *que* vuestra merced sea servido de mostrarnos algún retrato de esa señora”. (Cervantes) Nada más común que este pleonasma en nuestros clásicos; pero según el uso moderno es una incorrección que debe evitarse. (BELLO, 1847, p. 234. Cap. XXXVI. Corpo)

SE 34 – Un uso extraño i bárbaro se ha introducido en **algunas partes de América**, relativamente al *se* oblicuo. Cuando este dativo es singular, decimos, como debe decirse, *se le, se la*, etc. Pero cuando es plural se pone en plural el acusativo que sigue, aunque designe un solo objeto: “aguardaban ellos el libro, i un mensajero se *los* trajo”. Es preciso evitar cuidadosamente esta práctica. (BELLO, 1847, p. 223-4. Cap. XXXII. N. rodapé)

SE 35 – Una novedad en el uso del *qué* sustantivo neutro interrogativo, es el construirse con artículo; práctica, sin embargo, no tan usada en **América**, como lo es, según creo, en **los escritos peninsulares**; pero que solo tiene lugar cuando la interrogación se reduce a las solas palabras *el qué*. (BELLO, 1847, p. 259. Cap. XLII. Corpo)

Fonte: Autora.

APÊNDICE E – Síntese analítica 1

Síntese das reescrituras de *lengua castellana* pelo gesto político 1

| SE | Enunciados | Lugar social de dizer (al-x) | Lugar de dizer (E) | Forma | Modo | Sentido |
|-----|------------|------------------------------|----------------------------|---|---|---|
| SE1 | Prólogo | al-gramático | E individual | la lengua castellana | Repetição | Sinonímia |
| SE2 | Prólogo | al-filólogo | E individual | el habla... es un sistema artificial de signos; cada lengua; su teoría particular, su gramática | Substituição Substituição Substituição | Especificação Definição Especificação |
| | | al-gramático | E coletivo E individual | un idioma (2x), idioma, cada lengua, su/s (3x), la suya, ella, un idioma dado, la castellana, la sola lengua, la lengua nativa | Substituição Substituição Repetição Substituição | Especificação Sinonímia Especificação Sinonímia Especificação |
| SE3 | Prólogo | al-gramático al-falante | E coletivo | nuestro romance | Substituição | Especificação |
| SE4 | Prólogo | al-gramático al-falante | E individual | una lengua...es la lengua misma ella (2x) la lengua | Substituição Substituição Repetição | Definição Sinonímia Sinonímia |
| | | | E coletivo | nuestra lengua nativa | Substituição | Especificação |
| SE5 | Prólogo | al-gramático | E individual | (d)el castellano; castellano | Substituição | Sinonímia |

| | | | | | | |
|------|----------------|------------------------------|---|---|---|----------------------------|
| | | al-falante | E coletivo E individual | (); () su caudal de voces | Elipse Substituição | Sinonímia Sinonímia |
| SE6 | Prólogo | al-filólogo | E individual E coletivo E universal | Una lengua es como un cuerpo viviente: su vitalidad no consiste... | Substituição Substituição | Definição Expansão |
| SE7 | Prólogo | al-professor al-gramático | E coletivo E individual | la lengua de nuestros padres...su | Substituição | Especificação |
| SE8 | Corpo | al-gramático | E individual E coletivo | ortografía | Substituição metonímica (parte pelo todo) | Especificação |
| SE9 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | castellano | Substituição | Especificação |
| SE10 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | la lengua castellana entre todos los dialectos romances | Repetição Substituição | Sinonímia Especificação |
| SE11 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | la lengua castellana todos los dialectos romances i el idioma ingles | Repetição Condensação | Sinonímia Totalização |
| SE12 | Nota de fim | al-gramático | E individual E coletivo | castellano nuestra lengua la; sus (2x) | Substituição Substituição | Especificação Sinonímia |
| SE13 | Nota de fim | al-gramático | E individual E coletivo | castellano nuestra lengua | Substituição | Especificação |
| SE14 | Nota de fim | al-gramático | E coletivo | la lengua la lengua | Substituição Repetição | Especificação Sinonímia |

Fonte: Autora.

APÊNDICE F – Síntese analítica 2

Síntese das reescrituras de *lengua castellana* pelo gesto político 2

| SE | Enunciados | Lugar social de dizer (al-x) | Lugar de dizer (E) | Forma | Procedimento | Sentido |
|------|---------------------|------------------------------|----------------------------|--|---|---|
| SE15 | Noções preliminares | al-gramático | E individual | La GRAMÁTICA de una lengua es el arte de hablarla Una misma lengua | Substituição | Hiperonímia Sinonímia Hiperonímia |
| SE16 | Noções Preliminares | - al-gramático | E genérico E individual | lengua castellana española la que () () es hoy el idioma comun de los Estados Hisp.-am. | Repetição Elipse Substituição Elipse Elipse | Sinonímia Especificação Especificação Especificação Definição |
| SE17 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | En Chile | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE18 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | Chile, como...algunos otros países de América | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE19 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | Chile en el diálogo familiar | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação e Definição |

| | | | | | | |
|------|----------------|----------------------------|----------------------------|---|---|---------------------------|
| SE20 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | Chile | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE21 | Corpo | al-gramático | E individual | el uso americano | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE22 | Corpo | al-gramático al-falante | E coletivo E individual | los americanos los escritores peninsulares | Substituição metonímica (falante pela língua) | Especificação |
| SE23 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | todos los países castellanos | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE24 | Corpo | al-gramático | E individual | Chile | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação e Definição |
| SE25 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | varias provincias de España i de Hispano-América las Repúblicas Australes | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação e Definição |
| SE26 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | algunas partes de América | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE27 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | Chile | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |

| | | | | | | |
|------|----------------|----------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|---|---------------|
| SE28 | Corpo | al-gramático | E coletivo | nuestra lengua | Substituição | Especificação |
| SE29 | Corpo | al-gramático | E individual | América...la Península | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE30 | Corpo | al-gramático | E coletivo E individual | la lengua | Repetição | Sinonímia |
| SE31 | Nota de rodapé | al-gramático | E individual | algunas partes de América | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE32 | Nota de rodapé | al-gramático al-gram./falante | E individual E coletivo | América...la Península | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE33 | Corpo | al-gramático | E individual E coletivo | este que | Substituição metonímica (parte pelo todo) | Definição |
| SE34 | Nota de rodapé | al-gramático al-gram./falante | E individual E coletivo | algunas partes de América | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |
| SE35 | Corpo | al-gramático | E individual | América...los escritos peninsulares | Substituição metonímica (lugar pela língua) | Especificação |

Fonte: Autora.

SOBRE A AUTORA



Kelly Cristini Granzotto Werner é graduada em Letras Português e Literatura (2000) e em Letras-Espanhol (2003) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui especialização em Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação (2006) pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter/CBED), mestrado (2006) e doutorado (2022) em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Realizou Intercâmbio na graduação (2002), na Universidad de la República (UDELAR, Montevideu - Uruguai) e Estágio doutoral (2019), na Universidad de Chile (UCHILE), ambos pelo Programa Escala – AUGM. É professora do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Desenvolve suas atividades docentes e de pesquisa em: língua espanhola, ensino de espanhol para fins específicos e estudos semânticos e enunciativos.

No tengo la presunción de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirijen a mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación i un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de oríjen español derramadas sobre los dos continentes. Pero no es un purismo supersticioso que me atrevo a recomendarles.

(Prólogo de Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos. Andrés Bello, 1847, p. X-XI)

